



Cartografias da Violência na Amazônia

3ª edição
Dezembro de 2024



Instituto
**Mãe
Crioula**



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

FICHA INSTITUCIONAL FBSP

Diretor Presidente
Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva
Samira Bueno

Coordenação de Projetos
David Marques

Coordenação Institucional
Juliana Martins

Supervisão do Núcleo de Dados
Isabela Sobral

Pesquisadores Sêniores
Aiala Couto
Juliana Brandão
Rodrigo Chagas
Leonardo Carvalho

Assessor de relações internacionais
Nívio Nascimento

Equipe Técnica
Dennis Pacheco
Marina Bohnenberger
Thaís Carvalho
Isabella Matosinhos
Cauê Martins
Beatriz Almeida (estagiária)

Supervisão Administrativa e Financeira
Débora Lopes

Assistente de Diretoria
Letícia Conceição

Equipe Administrativa
Elaine Rosa
Sueli Bueno
Antônia de Araujo

Conselho de Administração
Presidente: Juliana Lemes da Cruz
Presidente de Honra: Elizabeth Leeds

Conselheiros
Alan Fernandes
Bartira Macedo de Miranda
Cássio Thyone A. de Rosa
Denice Santiago
Edson Ramos
Marlene Inês Spaniol
Roberto Uchôa
Daniel Cerqueira
Arthur Trindade M. Costa
Paula Ferreira Poncioni
Juliana Lemes da Cruz

Conselho Fiscal
Lívio José Lima e Rocha
Renato de Alcino Vieira
Sandoval Bittencourt

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cartografias da violência na Amazônia [livro eletrônico] / organização Renato Sérgio de Lima, Samira Bueno, Aiala Colares Couto. --
-- São Paulo : Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. -- (Cartografias da violência na Amazônia ; 3)
PDF

Vários autores.
ISBN 978-65-89596-41-7

1. Amazônia - Aspectos sociais 2. Criminalidade - Aspectos sociais 3. Degradação ambiental 4. Segurança pública 5. Violência - Aspectos sociais - Brasil
I. Lima, Renato Sérgio de. II. Bueno, Samira.
III. Couto, Aiala Colares. IV. Série.

24-243078

CDD-363.2320981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Violência, Meio Ambiente e Segurança Pública: problemas sociais

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Como referenciar:

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia**. Vol. 3. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/16>. Acesso em: -.

Cartografias da Violência na Amazônia

3ª edição

FICHA TÉCNICA PROJETO

Coordenação Geral

Renato Sérgio de Lima (FBSP)
Samira Bueno (FBSP)
Aiala Colares Couto (IMC)

Equipe FBSP

David Marques
Marina Bohnenberger
Isabela Sobral
Isabella Matosinhos
Thaís Carvalho
Beatriz Almeida (estagiária)

Equipe Instituto Mãe Crioula (IMC)

Thiago Alan Guedes Sabino
Wellington Morais Ferreira
Aline Almeida Cavalcanti (estagiária)
Josenilma Santos do Rosário (estagiária)
João Vitor de Lima Silva (estagiário)
Marcos Vinícius de Rezende Lembrança (estagiário)

Equipe Laboratório Interpretativo Amazônia, Ilegalismos e Violências (LAIV) - UFRR

Rodrigo Chagas
Joel Valério
Enoá Vitória Mourão (estagiária)

Colaboradores/as

Aldo Colombo - MP-AC
Leonardo Carvalho - FBSP
Taiana Amanda Fonseca dos Passos – IMC
Carolina Furtado Oliveira – IMC
Lucas Patrick Alves Moraes - IMC
Aline Almeida Cavalcante – IMC
João Vitor de Lima da Silva - IMC
Aynê Gomes Nunes – LAIV/UFRR
Ernildo Crispim da Costa – LAIV/UFRR

Projeto gráfico e diagramação

Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital



Instituto
**Mãe
Crioula**



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Parceria

laboratório
interpretativo
laiv

Apoio Institucional

Ford Foundation

Financiamento

iCS
instituto
CLIMA e SOCIEDADE

instituto
ITAÚSA

Sumário

1. Introdução	12
2. Mortes Violentas Intencionais na Amazônia	16
2.1 Nível municipal: a violência letal nas cidades da Amazônia Legal.....	19
2.2 Dados de Mortes Violentas Intencionais no triênio 2021-2023 por UF e município ...	26
2.2.1 Acre	26
2.2.2 Amazonas	29
2.2.3 Amapá.....	34
2.2.4 Maranhão.....	38
2.2.5 Mato Grosso	42
2.2.6 Pará.....	46
2.2.7 Rondônia	54
2.2.8 Roraima.....	57
2.2.9 Tocantins.....	59
2.3 A violência de gênero na Amazônia Legal	63
3. Organizações Criminosas na Amazônia Legal	71
3.1 Estado do Acre	83
3.2 Estado do Amapá	86
3.3 Estado do Amazonas.....	88
3.4 Estado do Maranhão	90
3.5 Estado do Mato Grosso.....	93
3.6 Estado do Pará	95
3.7 Estado de Rondônia.....	99
3.8 Estado de Roraima	101
3.9 Estado do Tocantins	105
3.10 Apreensões de drogas na Amazônia Legal.....	107

4. Redes criminosas na Amazônia	118
4.1. A grilagem de terras e o Cadastro Ambiental Rural (CAR).....	119
4.2. Redes Geográficas de Ilegalidade na Amazônia	128
4.2.1 Rede Hidroviária da Amazônia Legal.....	131
BOX 1: Regatões do Comando Vermelho e os ribeirinhos no Médio Juruá	134
4.2.2 Rede Aeroviária da Amazônia Legal.....	138
4.2.3 Redes Rodoviárias da Amazônia Legal.....	139
5. A dinâmica dos crimes ambientais na Amazônia brasileira.....	144
5.1 Dinâmicas do desmatamento na região amazônica.....	145
5.2 Focos de Calor	161
5.3 A Seca dos Rios.....	164
5.4 Garimpo ilegal	167
BOX 2: A origem do PCC na Terra Indígena Yanomami	172
5.5 O combate do Ibama a crimes ambientais.....	177
6. A violência mal documentada contra povos indígenas	181
7. As respostas estatais ao problema do crime e a violência na Amazônia.....	189
7.1 Capacidades institucionais das forças de segurança pública na Amazônia	191
7.2 O trabalho de investigação criminal contra a lavagem de dinheiro pelas organizações criminosas na Amazônia.....	202
7.2.1 Crime organizado e lavagem de dinheiro na Amazônia: o que dizem os dados do COAF	204
7.2.2 Garimpo ilegal e lavagem de dinheiro: novas regras	210
7.3 Inovações e experiências positivas na construção de capacidades institucionais de enfrentamento ao Crime Organizado com impacto na Amazônia.....	216
7.3.1 A Avaliação Nacional de Riscos (ANR) de Lavagem de Dinheiro	216
7.3.2 Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).....	219
7.3.3 Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO)	219
7.3.4 A resposta do Governo Federal à crise do garimpo na TI Yanomami.....	223



TABELAS

Tabela 1: Mortes Violentas Intencionais na Amazônia Legal.....	17
Tabela 2: 50 cidades com maiores taxas trienais (2021-2023) de mortes violentas intencionais na Amazônia legal	26
Tabela 3: Dez cidades mais violentas no triênio 2021-2023 - Acre	29
Tabela 4 - Dez cidades mais violentas no triênio 2021-2023 – Amazonas.....	33
Tabela 5: Dez cidades mais violentas no triênio 2021-2023 – Amapá.....	35
Tabela 6: Dez cidades mais violentas no triênio 2021-2023 – Maranhão.....	42
Tabela 7: Dez cidades mais violentas no triênio 2021-2023 – Mato Grosso	46
Tabela 8: Dez cidades mais violentas no triênio 2021-2023 – Pará	53
Tabela 9: Dez cidades mais violentas no triênio 2021-2023 – Rondônia	55
Tabela 10: Dez cidades mais violentas no triênio 2021-2023 – Roraima.....	58
Tabela 11: Dez cidades mais violentas no triênio 2021-2023 – Tocantins.....	62
Tabela 12: Homicídios de mulheres e feminicídios (1) nos estados da Amazônia Legal.....	63
Tabela 13- Presença de facções em municípios no Estado do Acre.....	83
Tabela 14- Presença de facções em municípios no Estado do Amapá.....	86
Tabela 15 - Presença de facções em municípios no Estado do Amazonas.....	89
Tabela 16- Presença de facções em municípios no Estado do Maranhão.	91
Tabela 17- Presença de facções em municípios no Estado do Mato Grosso.	94
Tabela 18- Presença de facções em municípios no Estado do Pará.....	97
Tabela 19: Presença de facções em municípios no Estado de Rondônia.....	100
Tabela 20- Presença de facções em municípios no Estado de Roraima.	102
Tabela 21: Presença de facções em municípios no Estado de Tocantins.....	105
Tabela 22: Apreensão de cocaína - Secretarias de Segurança Pública.....	109
Tabela 23: Apreensão de maconha - Secretarias Estaduais de Segurança Pública.....	110
Tabela 24: Apreensão de cocaína - Polícia Federal.....	112
Tabela 25: Apreensão de cocaína - Polícia Rodoviária Federal	113
Tabela 26: Apreensão de maconha - Polícia Federal	114
Tabela 27: Apreensão de maconha - Polícia Rodoviária Federal	114
Tabela 28: Apreensão de cocaína e maconha pelo Exército Brasileiro e Marinha do Brasil.....	116
Tabela 29: Síntese: apreensão de cocaína e maconha (em kg), por instituição.....	117
Tabela 30– Número de Imóveis registrados por estado da Amazônia Legal	121
Tabela 31: Número de Imóveis sobrepostos a Terras indígenas na Amazônia em 2024	121



Tabela 32: Número de Imóveis sobrepostos a Unidades de Conservação na Amazônia em 2024.....	124
Tabela 33: Grilagem - Crime de invasão para ocupação de terras da União, Estados e Municípios (Art. 20 da Lei 4.947/1966).....	127
Tabela 34: Taxa de desmatamento anual por estado da Amazônia Legal – 2020-2023	147
Tabela 35: Desmatamento, por artigo da lei Lei 9.605/98	140
Tabela 36: Desmatamento total	150
Tabela 37: Apreensão de madeira - Polícia Rodoviária Federal	151
Tabela 38: Comércio de madeira de lei (Art. 46 da Lei 9.605/98).....	151
Tabela 39: Dano ambiental em Unidade de Conservação (Art. 40 da Lei 9.605/98)	161
Tabela 40: Incêndios criminosos (Art. 41 da Lei 9.605/98).....	164
Tabela 41: Quantidade de municípios amazônicos que declararam emergência hídrica.....	164
Tabela 42: Extração de recursos minerais sem autorização (Arts. 44 e 55 da Lei 9.605/98)	168
Tabela 43: Extração de recursos minerais sem autorização - Total.....	169
Tabela 44: Inquéritos policiais contendo o crime de Extração de recursos minerais sem autorização (Art. 55 da Lei 9.605/98) - Polícia Federal.....	170
Tabela 45: Inquéritos policiais contendo o crime de Usurpação de bens da União (Art. 2o da Lei 8.176/1991) - Polícia Federal.....	170
Tabela 46:Apreensão de mercúrio - Polícia Rodoviária Federal.....	171
Tabela 47: Infrações ambientais autuadas pelo Ibama, por Unidade da Federação	178
Tabela 48: Infrações ambientais autuadas pelo Ibama, por tipo de infração	179
Tabela 49: Operações da PRF em parceria com o Ibama.....	179
Tabela 50: Mortes violentas intencionais – vítimas indígenas	184
Tabela 51: 15 municípios da Amazônia Legal com os maiores números de MVI de indígenas entre 2021 e 2023.....	186
Tabela 52: Óbitos por lesões autoprovocadas voluntariamente – Vítimas indígenas	187
Tabela 53: 10 municípios da Amazônia Legal com os maiores números de óbitos por lesões autoprovocadas voluntariamente com vítimas indígenas entre 2021 e 2023.....	188
Tabela 54: Número de equipamentos disponíveis e em uso - Polícia Civil e Polícia Militar.....	194
Tabela 55: Número de equipamentos disponíveis e em uso - Polícia Federal.....	195
Tabela 56: Quantidade de Operações Integradas - Programa Protetor das Divisas, Fronteiras e Biomas/MJSP	196
Tabela 57: Instituições e quantidade de agentes públicos envolvidos nas Operações Integradas - Programa Protetor das Divisas, Fronteiras e Biomas/MJSP.....	197



Tabela 58: Resultados das Operações Integradas - Programa Protetor das Divisas, Fronteiras e Biomas/MJSP	198
Tabela 59: Total de Operações Integradas.....	198
Tabela 60: Total de operações integradas por tipo	199
Tabela 61: Órgãos apoiados em Operações Integradas	200
Tabela 62: Apreensões em Operações Integradas.....	201
Tabela 63: Quantidade de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) encaminhados, por Unidade da Federação (2016-2023)	205
Tabela 64: Quantidade de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) encaminhados em relação à população.....	207
Tabela 65: Quantidade de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) encaminhados em relação ao PIB	208
Tabela 66: Arrecadação de Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) - Ouro - Agência Nacional de Mineração (1)	212

MAPAS

Mapa 1: Taxa de Mortes Violentas Intencionais no Triênio 2021-2023, por município. Amazônia Legal.....	20
Mapa 2: Taxa de Mortes Violentas Intencionais no Triênio 2021-2023, por município, e Vetores de Desmatamento na Amazônia Legal.....	21
Mapa 3: Municípios com registro de conflito fundiário e desmatamento na Amazônia Legal.....	24
Mapa 4: Municípios com registro de conflito fundiário, desmatamento e vetores de expansão econômica na Amazônia Legal.....	25
Mapa 5: Taxa de MVI no triênio 2021-2023, por município - Acre	27
Mapa 6 - Taxa de MVI no triênio 2021-2023, por município - Amazonas	30
Mapa 7: Taxa de MVI no triênio 2021-2023, por município - Amapá	34
Mapa 8: Taxa de MVI no triênio 2021-2023, por município - Maranhão	39
Mapa 9: Taxa de MVI no triênio 2021-2023, por município – Mato Grosso.....	43
Mapa 10: Taxa de MVI no triênio 2021-2023, por município - Pará.....	47
Mapa 11: Taxa de MVI no triênio 2021-2023, por município - Rondônia.....	54
Mapa 12: Taxa de MVI no triênio 2021-2023, por município - Roraima.....	57
Mapa 13: Taxa de MVI no triênio 2021-2023, por município - Tocantins	60
Mapa 14 Municípios com a presença de facções na Amazônia Legal (2024).....	78
Mapa 15: Municípios na Amazônia Legal com apenas uma facção (2024).....	80



Mapa 16: Municípios com a presença de duas ou mais facções criminosas na Amazônia Legal (2024).....	82
Mapa 17: Apreensão de drogas em rodovias federais, Amazônia Legal (2023).....	115
Mapa 18: Sobreposição de imóveis rurais em TIs, Amazônia.....	122
Mapa 19: Mosaico comparativo das Sobreposições de imóveis em TIs.....	123
Mapa 20: Imóveis sobrepostos em Unidade de Conservação – Amazônia Legal, 2024.....	124
Mapa 21: Mosaico comparativo das Sobreposições de imóveis em UCs.....	126
Mapa 22: Redes do narcotráfico, Pan-Amazônia.....	129
Mapa 23: Redes Hidroviárias – Amazônia Legal, 2024.....	132
Mapa 24: Fixos da rede aeroviária – Amazônia Legal, 2024.....	139
Mapa 25: Redes Rodoviárias – Amazônia Legal, 2024.....	142
Mapa 26: Redes Geográficas – Amazônia Legal, 2024.....	143
Mapa 27: Comparativo de desmatamento, Amazônia Legal (2020-2023).....	152
Mapa 28: Vetores de expansão do desmatamento por atividade, Amazônia Legal.....	153
Mapa 29: Desmatamento acumulado em TIs, Amazônia Legal (2020-2023).....	158
Mapa 30: Desmatamento acumulado em UCs, Amazônia Legal (2020-2023).....	160
Mapa 31: Comparativo dos focos de calor, Quadriênio 2020-2023.....	163
Mapa 32: Municípios da Amazônia em situação de emergência hídrica (2024).....	166

GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de mortes violentas intencionais, por tipo de município – Amazônia Legal e Brasil (2023).....	18
Gráfico 2: Homicídios femininos e Femicídios. Estados da Amazônia Legal e Brasil (taxa por 100 mil mulheres).....	64
Gráfico 3: Mortes violentas intencionais de mulheres, por nomenclatura de classificação (em %).....	65
Gráfico 4: Taxa de femicídios, por tipo de município – Brasil e Amazônia Legal (2023).....	69
Gráfico 5: Taxa de Homicídios femininos, por tipo de município – Brasil e Amazônia Legal (2023).....	70
Gráfico 6: Apreensão de cocaína e maconha (em kg) - Secretarias de Segurança Pública, Amazônia Legal (2019-2023).....	111
Gráfico 7: Taxa de Desmatamento na Amazônia Legal (em km ²)– 2020-2023.....	147
Gráfico 8: Incremento do Desmatamento por município da Amazônia Legal no Quadriênio (km ²) 2020-2023.....	156
Gráfico 9: Desmatamento acumulado em TIs na Amazônia Legal(km ²) (2020-2023).....	157
Gráfico 10: Desmatamento em UCs da Amazônia Legal no quadriênio (km ²)2020-2023.....	159



Gráfico 11: Proporção dos ilícitos informados nos intercâmbios do Coaf em relação ao total, em %, por tipo de crime selecionado	209
Gráfico 12: Operações da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO) em 2024, por UF	221

FIGURAS

Figura 1: Print de vídeo do Comando Vermelho em plataforma de comunicação.....	75
Figura 2: Cultivo, produção e consumo de cocaína na América do Sul – UNODC.....	108
Figura 3: Rankings de ameaças nacionais	217

QUADROS

Quadro 1: Status das estações de monitoramento hidrológico dos rios da Amazônia Legal.....	165
Quadro 2: Resultados das ações coordenadas pela Casa de Governo âmbito do Plano de Desintrusão e de Enfrentamento da Crise Humanitária na Terra Indígena Yanomami.....	225
Quadro 3: Resultados: Operação Catrimani II (2024)	227
Quadro 4: Resultados: Operação Ágata Amazônia (2024)	227

FOTOS

Foto 1: Ramal do acesso principal da Comunidade Quilombola Sítio São João, município de Barcarena-PA	74
Foto 2: Pichação de facção determinando as regras na região de Vila do Conde, município de Barcarena-PA	74
Foto 3: Escola pública com simbologia do PCC, no município de Marabá-PA.....	76
Foto 4: Pichação da facção Bonde dos 13 no Bairro Taquari, Rio Branco-AC.....	85
Foto 5: Pichação do Bonde dos 13 no Bairro Cidade do Povo, Rio Branco-AC	85
Foto 6: Pichação da facção Amigos para Sempre (APS) no Bairro Novo Buritizal, em Macapá-AP	87
Foto 7: Pichação da facção Família Terror do Amapá no Bairro Macapaba, em Macapá-AP	87



Foto 8: Pichação do PCM apagando a do PCC, Bairro Cidade Operária em São Luís – MA (2024).....	92
Foto 9: Pichação do B40, no município São José de Ribamar – MA (2024).....	92
Foto 10: Pichação do Comando Vermelho em Cuiabá-MT.....	95
Foto 11: Pichação do PCC na entrada do Residencial Tocantins, município de Marabá- PA.....	96
Foto 12: Pichação do Comando Vermelho na Comunidade da Vila da Barca, em Belém-PA	99
Foto 13: Pichação do Comando Vermelho no Bairro São Sebastião, em Porto Velho - RO	101
Foto 14: Pichação do PCC no Bairro Liberdade, em Boa Vista.....	103
Foto 15: Pichação em Colégio dentro de Território Indígena que dá acesso ao rio Uraricoera.....	103
Foto 16: Pichação na estrada RR 205 entre Boa Vista e Alto Alegre	104
Foto 17: Pichação no Centro da Cidade de Boa Vista	104
Foto 18: Pichação do PCC na parada de ônibus no Bairro Vila União, Palmas.....	106
Foto 19: Queimação do CV sobre a pichação do PCC em Miracema do Tocantins.....	106
Foto 20: Embarcação local parada próxima de navio de longo curso na área de fundeio do Porto de Vila do Conde, Barcarena-PA.....	133
Foto 21: Trecho não pavimentado da Rodovia Federal Transamazônica, Jacareacanga-PA.....	141

Introdução

As elevadas taxas de homicídios e outros crimes contra a vida na Amazônia brasileira parecem ter relação com uma dinâmica de sobreposição de ilícitos que assolam a região, sendo alguns históricos e outros mais recentes. De um lado, a violência que passa por vetores de exploração de “*commodities*” da floresta como madeira, ouro e outros minerais, pescado e animais silvestres, que não são produtos ilícitos em si, mas cujas práticas de uso da terra e de exploração têm sido ilegais, realizadas em unidades de conservação, assentamentos, acampamentos rurais e em territórios indígenas, para viabilizar atividades econômicas como garimpo ilegal e o desmatamento; de outro, as disputas por território derivadas de grupos criminosos vinculados ao narcotráfico, seja pelas rotas para escoamento de drogas e armas de países vizinhos, seja para o varejo destas mesmas drogas nas cidades brasileiras.

A consolidação de organizações de natureza mafiosa na região, como as facções nacionais Comando Vermelho - CV e o Primeiro Comando da Capital -PCC, e suas associações com grupos criminosos locais, agravam sobremaneira a situação da Amazônia legal, que passa a ser vista como um território muito estratégico para o tráfico transnacional com a circulação de diferentes ilícitos. A Amazônia legal, composta por 772 municípios¹, compõe 61,9% da Pan-Amazônia e faz fronteira com países como Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname. A região comporta ainda a maior bacia hidrográfica do mundo, além de ser cortada por vários igarapés, paranás e furos essenciais para a rede de relações e fluxo de pessoas na região amazônica.

Em sua 3ª edição, o Cartografias da Violência na Amazônia apresenta um cenário preocupante de conflitos em torno do controle, uso ou posse da terra que têm produzido homicídios e outras dinâmicas criminosas, bem como danos irreparáveis à biodiversidade amazônica, causando danos à manutenção da floresta e à sobrevivência de povos indígenas,

O presente estudo apresenta um **cenário preocupante de conflitos** em torno do controle, uso ou posse da terra que têm produzido homicídios e outras dinâmicas criminosas, bem como danos irreparáveis à biodiversidade amazônica.

1 A Amazônia Legal é um conceito político, introduzido pela lei 1.806 de 06 de janeiro de 1953, mas cujos limites territoriais foram sendo expandidos nas décadas seguintes. Formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44°), engloba hoje 772 municípios. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/legislacao-da-amazonia>.



quilombolas e comunidades ribeirinhas. Tais conflitos podem ser produzidos em função da lógica de exploração e uso da terra, como o desmatamento e a grilagem para o avanço da monocultura, da agropecuária, para a extração ilegal de minérios em garimpos, ou pelo controle territorial armado exercido pelas facções criminais para o varejo e/ou transporte de drogas e outras mercadorias.

O estudo mostra que a taxa de violência letal na Amazônia se manteve em patamares muito elevados: com taxa de 32,3 mortes a cada 100 mil habitantes, é 41,5% maior que a média nacional considerando apenas os dados de 2023. Embora a região tenha observado redução de 6,2% nas mortes violentas intencionais entre 2021 e 2023, a interiorização da violência para zonas rurais e de floresta tornou municípios pequenos e tidos como pacatos alguns dos mais violentos do país. Considerando o período do último triênio e apenas os municípios cuja taxa de violência letal está acima da média nacional, temos uma relação de 445 cidades que concentram 66,8% da população amazônica e 83,7% de todos os assassinatos da região.

Na Amazônia, 445 cidades concentram 66,8% da população amazônica e **83,7%** de todos os assassinatos da região.

A expansão das facções criminosas oriundas do sudeste do país e suas alianças ou disputas com grupos locais avança com velocidade surpreendente, sendo possível afirmar, a partir de um levantamento conservador, a presença destes grupos em ao menos 260 municípios, dos quais 176 apontam para o monopólio de uma única facção e 84 com a presença de dois ou mais grupos em disputa. Chama atenção o domínio que o Comando Vermelho estabelece na região, com monopólio de ao menos 130 municípios, vários dos quais em regiões de fronteira com a Bolívia, o Peru e a Colômbia.

Se o saldo geral para a região é positivo em relação ao quantitativo de assassinatos, estados como Amapá e Mato Grosso seguem ostentando taxas elevadíssimas de violência letal, sem sinais de melhora. O mesmo pode ser dito da violência de gênero, posto que a taxa de homicídios femininos na Amazônia foi de 4,7 mortes para cada grupo de 100 mil mulheres, 25% superior à média nacional. Já os feminicídios, embora subnotificados, também se mostram elevados, com taxa de 1,7 mortes por 100 mil, 21,4% acima da média nacional.

No que diz respeito à grilagem de terras, análise do Sistema de Cadastro Ambiental Rural demonstra a existência de 8.610 propriedades rurais ilegalmente sobrepostas a Terras Indígenas (TI) e 11.866 propriedade rurais ilegais em áreas de unidades de conservação, fenômeno intimamente ligado ao desmatamento.

Em relação ao avanço do desmatamento, os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) apontam para uma área de cerca de 44.547 km² de área desmatada na Amazônia nos últimos quatro anos, com redução sensível em 2023 após a retomada das políticas institucionais de proteção ao meio ambiente, que incluem várias operações de órgãos de



proteção, fiscalização e monitoramento na região. Os registros policiais, por sua vez, indicam um crescimento de 53,9% das ocorrências criminais registradas no último ano relativas à destruição ou dano à floresta, corte de árvore em área de preservação permanente e corte de madeira de lei, o que parece revelar mais uma preocupação das agências policiais estaduais em fiscalizar este tipo de crime. Apesar da redução na taxa de desmatamento, ainda figuram no ranking das mais desmatadas cidades como Altamira (PA), São Félix do Xingu (PA), Porto Velho (RO), Lábrea (AM), Novo Progresso (PA), Itaituba (PA), Colniza (MT), Apuí (AM), Pacajá (PA) e Novo Repartimento (PA), sete das quais constantes do ranking das 100 cidades mais violentas da Amazônia², e outras 9 constantes do último relatório da CPT que documenta conflito fundiários³.

Outro destaque do relatório fica por conta da atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), essencial para fiscalização ambiental e que, a despeito das dificuldades enfrentadas pelo sucateamento do órgão em anos recentes, bateu recorde no número de autos de infração lavrados ano passado. Considerando apenas as infrações ambientais registradas na Amazônia em 2023, temos 12.133 registros, crescimento de 50,8% em relação ao ano anterior, sendo a maioria referentes a crimes contra a flora.

Observa-se uma **redução de 21,8%** na área desmatada em 2023, acompanhada de aumento nos registros policiais de desmatamento e nos autos de infração do Ibama.

Por fim, o relatório apresenta alternativas e políticas estatais necessárias e urgentes para a redução da violência na Amazônia e para a criação de condições macroestruturais para o pleno desenvolvimento das novas bioeconomias na região. Para tanto, sugerimos o aperfeiçoamento do CAR e sua utilização pelas agências de controle, de modo a reduzir a invasão de terras protegidas, a implementação de estratégias de rastreabilidade de produtos cujos mercados apresentam sinais de participação significativa de organizações criminosas (como é o caso do mercúrio e do combustível), a qualificação da investigação criminal e dos mecanismos de combate à lavagem de dinheiro como o fortalecimento do COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), e a articulação entre as instituições de segurança pública estaduais e federais (como as FICCO - Força Integrada de Combate ao Crime Organizado, lideradas pela Polícia Federal), órgãos de controle ambiental, e da Justiça (Ministério Público e Poder Judiciário).

No plano subnacional, o relatório destaca que há iniciativas que merecem ser mais bem documentadas e avaliadas seja pelo seu desenho inovador e/ou pela sua capacidade de engajar setores e instituições de diferentes áreas de políticas públicas. Uma das conclusões possíveis da análise do material trazido neste relatório é que a União, sozinha, não dará conta do tamanho do desafio imposto pelo crime na região. É preciso envolver outros atores e esferas

2 Porto Velho (39,6), Lábrea (8,8) e Apuí (6,5) são cidades com taxas de mortes violentas intencionais que as deixam fora do ranking das 100 cidades mais violentas da Amazônia Legal.

3 A única exceção é Apuí, no Amazonas.



federativas. Uma delas é a Operação Curupira, que articula ações das Secretarias de Meio Ambiente e Segurança Pública e Defesa Social do estado do Pará. Seu objetivo é o de implementar uma estratégia integrada entre as forças policiais e os órgãos ambientais estaduais para contenção do avanço do desmatamento, visando a redução do desmatamento a zero no Estado do Pará, cuja meta está estabelecida para 2030.

Seja como for, esta terceira edição do Cartografias das Violências na Amazônia deixa explícito que, por meio sobretudo do controle sobre o uso da terra e de territórios, as organizações criminosas já dominam setores estratégicos da infraestrutura crítica da região, entendida como o conjunto de sistemas, instalações e ativos essenciais para o funcionamento da sociedade e da economia. Por essa conclusão, o controle exercido pelo crime dos diferentes mercados lícitos e ilícitos que operam hoje na Amazônia deixa de ser apenas um problema de segurança pública e passa a ser um obstáculo à formatação de novas bioeconomias e estratégias de finanças climáticas e desenvolvimento sustentável. Tráfico de drogas, crimes ambientais, grilagem de terra e outros tipos de ilegalidades são faces de uma mesma *Hidra de Lerna* que não serão vencidas isoladamente. E é por isso que o estudo aponta para a importância de medidas e políticas públicas que inovem na governança federativa do território. Se pensadas de forma articulada e coordenada, políticas públicas e projetos de desenvolvimento local podem reverter o quadro agudo de contaminação da Amazônia pelos efeitos da economia do crime.

O controle exercido pelo crime dos diferentes mercados lícitos e ilícitos que operam hoje na Amazônia deixa de ser apenas um problema de segurança pública e passa a ser **um obstáculo à formatação** de novas bioeconomias e estratégias de finanças climáticas e desenvolvimento sustentável.



2. Mortes Violentas Intencionais na Amazônia

Em 2023 as mortes violentas intencionais (MVI¹) vitimaram 8.603 pessoas na Amazônia Legal², o que representa uma taxa de 32,3 a cada 100 mil habitantes, número 41,5% maior do que a taxa brasileira (22,8/100 mil habitantes). Esses números alarmantes continuam indicando que é consideravelmente mais perigoso viver na Amazônia do que em outras regiões do país. Apesar disso, ganha destaque o fato de que a violência letal na região caiu nos últimos anos: entre 2021 e 2022 a redução foi de 1,1%, entre 2022 e 2023 houve queda de 5,1% e no período 2021 a 2023 a redução chegou a 6,2%, acima da média nacional, que teve redução de 4,6% no período.

Apesar da redução da violência letal no triênio, as dinâmicas entre os estados foram muito díspares. Por exemplo, entre 2022 e 2023 o Acre teve redução de 9,7% na taxa de violência letal, mas quando comparamos 2023 com 2021 o saldo é de um crescimento de 9,2%. O Mato Grosso, por sua vez, teve crescimento de 18,9% na taxa de violência letal entre 2021 e 2022 e aumento de 8,1% entre 2022 e 2023, de modo que entre 2021 e 2023 o crescimento chegou a 28,5%, o maior dentre os estados que compõem a Amazônia Legal.

Os únicos estados que mantiveram tendência de queda durante todo o período foram Amazonas, Maranhão e Roraima. O Amazonas teve redução de 9,3% entre 2021 e 2022 e queda de 8,2% de 2022 a 2023; no período total, a redução das mortes violentas intencionais foi de 16,8%, bem acima da média na região. Já no Maranhão a queda foi de 8,2% entre 2021 e 2022 nos municípios do estado que fazem parte da Amazônia legal, e de 3,4% entre 2022 e 2023. Entre 2021 e 2023 o estado acumula uma redução de 11,3% na taxa de MVI. Por fim, em Roraima a queda foi de 16,4% entre 2021 e 2022, de 11,1% de

1 As mortes violentas intencionais (MVI) incluem os homicídios dolosos, feminicídios, lesão corporal seguida de morte, roubo seguido de morte e morte decorrente de intervenção policial, conforme metodologia do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

2 A Amazônia Legal é um conceito político, introduzido pela lei 1.806 de 06 de janeiro de 1953, mas cujos limites territoriais foram sendo expandidos nas décadas seguintes. Formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44°), engloba hoje 772 municípios. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/institucional/legislacao-da-amazonia>

<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/10100166.pdf>



2022 a 2023 e de 25,6% entre 2021 e 2023. O caso de Roraima será retratado em detalhes no capítulo 7, no qual analisaremos as medidas de desintrusão das terras Yanomami e a criação da Casa de Governo.

Tabela

1

Mortes Violentas Intencionais na Amazônia Legal ⁽¹⁾
Brasil e Unidades da Federação da Amazônia Legal – 2021-2023

Brasil e estados da Amazônia Legal	Mortes Violentas Intencionais - MVI								
	Ns. Absolutos			Taxa ⁽²⁾			Variação (%)		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021/2022	2022/2023	2021/2023
Brasil	48.288	47.963	46.328	23,9	23,6	22,8	-1,2	-3,4	-4,6
Amazônia Legal	9.096	9.066	8.603	34,4	34,0	32,3	-1,1	-5,1	-6,2
Acre	194	237	214	23,6	28,6	25,8	21,0	-9,7	9,2
Amapá	491	367	513	67,4	50,0	69,9	-25,8	39,8	3,7
Amazonas	1.672	1.531	1.405	42,8	38,8	35,6	-9,3	-8,2	-16,8
Maranhão ⁽³⁾	1.745	1.606	1.552	31,0	28,5	27,5	-8,2	-3,4	-11,3
Mato Grosso	889	1.072	1.159	24,6	29,3	31,7	18,9	8,1	28,5
Pará	2.964	3.018	2.662	36,8	37,2	32,8	0,9	-11,8	-11,0
Rondônia	475	551	473	30,1	34,8	29,9	15,9	-14,2	-0,5
Roraima	232	199	177	37,4	31,3	27,8	-16,4	-11,1	-25,6
Tocantins	434	485	448	28,9	32,1	29,6	11,0	-7,6	2,5

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Ministério Público do Estado do Acre; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) A categoria Mortes Violentas Intencionais (MVI) corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora (em alguns casos, contabilizadas dentro dos homicídios dolosos, conforme notas explicativas). Sendo assim, a categoria MVI representa o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade definida de determinado território.

(2) Taxa por 100 mil habitantes.

(3) Os números exibidos para o Maranhão referem-se ao total de MVI nos 181 municípios do Estado contidos na Amazônia Legal.

A taxa mais alta de MVI por UF no último ano na Amazônia é também a mais alta do país e está no Amapá, com 69,9 vítimas a cada 100 mil habitantes. A violência letal nesse estado teve uma alta variação e subiu 39,8% entre 2022 e 2023. O Mato Grosso foi o único estado além do Amapá que apresentou recrudescimento nas mortes violentas intencionais no último ano, chegando a uma taxa de 31,7 vítimas/100 mil habitantes.

Para adensar a compreensão sobre a violência letal na Amazônia, uma variável importante de análise é a divisão por tipo de municípios, conforme critérios do IBGE³. A análise feita na 2ª Edição do Cartografias indicava que as taxas na Amazônia brasileira eram maiores em todos os tipos de municípios, em comparação com o resto do país. Em 2023 verificamos a mesma tendência, com taxas de violência letal acima da média nacional tanto nos municípios inter-

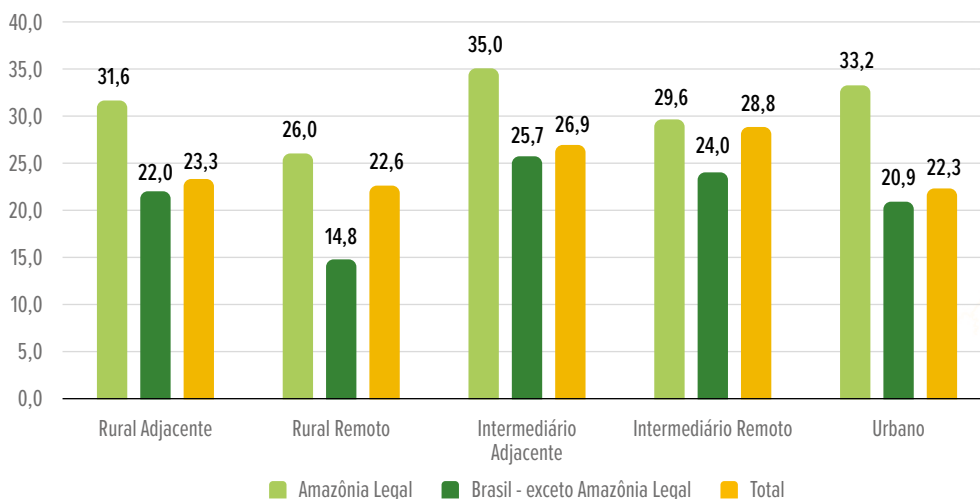
3 A classificação leva em conta três critérios: o número absoluto de pessoas morando em áreas de ocupação densa; o percentual da população que vive em áreas de ocupação densa; e a localização do município, que leva em consideração a relação dos municípios com centros urbanos de maior porte, que possuem maior complexidade de oferta de bens e serviços. A partir dos dois primeiros critérios, os municípios podem ser classificados como predominantemente urbanos, intermediários e predominantemente rurais. Cruzando esta classificação com o terceiro critério, obteve-se a tipologia proposta, que divide os municípios brasileiros em cinco tipos: urbanos, intermediários adjacentes, intermediários remotos, rurais adjacentes e rurais remotos (IBGE, 2017).



mediários, como nos rurais e nos urbanos. A maior diferença, no entanto, se vê nos municípios do tipo urbano: as cidades amazônicas apresentam taxa 48,9% superior à média brasileira.

Na Amazônia, as maiores taxas são observadas nos municípios intermediários adjacentes e urbanos, mas chama atenção que os municípios classificados como “rurais” na Amazônia, ou seja, áreas de floresta, também possuem taxas de violência letal elevadas e muito acima da média nacional, indicando a interiorização da violência. Inclusive, quando olhamos para as 50 cidades mais violentas da Amazônia Legal, somente uma delas é uma capital (é o caso de Macapá, no Amapá, que ocupa a 27ª posição no ranking). Quando ampliamos a lista para as 100 cidades mais violentas da região, somente mais uma capital aparece (Manaus, capital do Amazonas, na 87ª posição).

Gráfico 1 Taxa de mortes violentas intencionais, por tipo de município
Amazônia Legal e Brasil (2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Ministério Público do Estado do Acre; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Essas elevadas taxas de homicídios e outros crimes contra a vida têm relação com uma dinâmica de sobreposição de ilícitos que passam por vetores de exploração de “*commodities*” da floresta como madeira, ouro e outros minerais, pescado e animais silvestres, que não são produtos ilícitos em si, mas cujas práticas de exploração têm sido ilegais, realizadas em unidades de conservação e em territórios indígenas. Para agravar o cenário, na última década outros negócios ilícitos se acentuaram e têm se sobreposto nestes territórios, como o tráfico de cocaína, maconha, armas e pessoas, que se acirram com a chegada de facções do Sudeste na região, mais especificamente com a presença e as disputas entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) e suas associações com grupos criminosos locais. Em suma, em todos os casos estamos falando de conflitos fundiários, isto é, de conflitos em torno do controle ou posse da terra, que têm produzido mortes e outras dinâmicas criminosas – como exploração sexual infantil, tráfico de drogas e armas e tráfico de pessoas – que ameaçam a sobrevivência dos povos tradicionais da região.



Tais conflitos fundiários podem ser produzidos em função da lógica de exploração da terra – com o avanço da monocultura, da agropecuária e de garimpos ilegais – ou pelo controle territorial exercido pelas facções criminais para o varejo e/ou transporte de drogas.

2.1 NÍVEL MUNICIPAL: A VIOLÊNCIA LETAL NAS CIDADES DA AMAZÔNIA LEGAL

A dinâmica da violência na Amazônia está associada à **expansão da chamada Fronteira do Capital**, conceito que se refere à expansão constante e irrestrita do capital em busca de novos territórios para acumulação.

Uma questão importante quando analisamos os dados de mortes violentas intencionais tem relação com a motivação dos homicídios e outros crimes contra a vida. Historicamente, tal dinâmica da violência na Amazônia está associada à expansão da chamada Fronteira do Capital, conceito que se refere à expansão constante e irrestrita do capital em busca de novos territórios para acumulação e que é intensificado após a década de 1960, com o processo de integração nacional por meio das rodovias. Nesse sentido, à medida que as estradas avançam e integram a região, vão deixando um rastro de exploração, violência, conflitos e mortes.

Nos dias de hoje, esse fenômeno continua sendo impulsionado pela expansão da monocultura do agronegócio, da exploração da madeira, do avanço da agropecuária, da exploração ilegal do garimpo, da mineração e, nas últimas duas décadas, do avanço do narcotráfico controlando diversos municípios da região. Assim, um olhar mais cuidadoso para os municípios nos ajuda a entender as diferentes realidades encontradas na região: estamos falando de muitas “Amazônias”, cujas dinâmicas de violência podem ser bastante distintas em um mesmo estado.

Levando em conta esse pano de fundo, o cruzamento de informações nos aproxima de uma análise mais assertiva dos principais problemas que afetam a região, seja por suas especificidades do ponto de vista da atividade econômica, seja do ponto de vista do controle das forças de poder locais pelos grupos hegemônicos municipais, contribuindo para que em alguns municípios a taxa seja bem maior que a de municípios vizinhos.

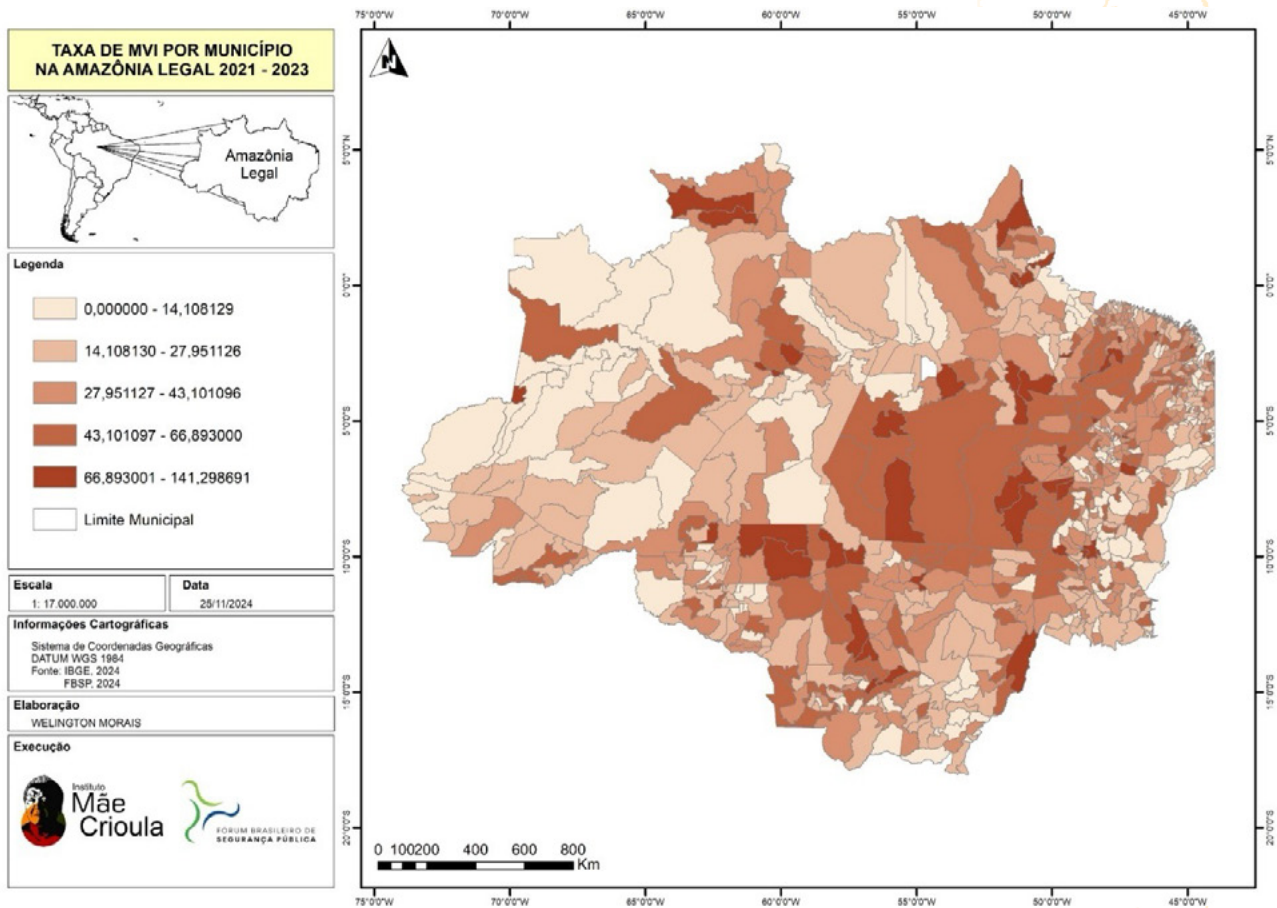
Para as análises que seguirão, trabalharemos com as **taxas de violência letal no triênio 2021, 2022 e 2023**, assim como realizado na edição anterior deste Cartografias. Isto porque, dos 772 municípios que compõem a Amazônia Legal, 671 possuem população igual ou inferior a 50.000 mil habitantes segundo o Censo 2022, e 132 cidades possuem população igual ou inferior a 5 mil habitantes. Assim, como as taxas são o cálculo do número de vítimas por 100 mil habitantes, qualquer evento atípico registrado em determinado ano, como uma chacina, por exemplo, poderia elevar a taxa de mortalidade de uma dessas cidades para patamares muito acima da média histórica, distorcendo a análise. De modo que, para evitar que um único evento morte colocasse determinada cidade na lista das mais violentas, procedemos à análise das mortes violentas para o último triênio. Essa é



uma estratégia para que a lista das cidades com taxas mais elevadas represente os municípios que possuem cenários de violência letal persistente, não caracterizando um evento atípico (FBSP, 2023⁴).

O mapa 1 apresenta a taxa média de mortes violentas intencionais no triênio 2021-2023 por município na Amazônia Legal. Em uma comparação com a média nacional, enquanto no Brasil a taxa de MVI no triênio foi de 23,4, a taxa na Amazônia Legal foi de 33,4, ou seja, 42,4% superior à média nacional. Considerando apenas os municípios cuja taxa de violência letal está acima da média nacional, temos uma relação de 445 cidades que concentram 66,8% da população amazônida e 83,7% de todos os assassinatos da região.

Mapa 1 Taxa de Mortes Violentas Intencionais no Triênio 2021-2023, por município
Amazônia Legal



Fonte: FBSP e IMC.

A análise da violência por município na Amazônia Legal revela a intersecção entre homicídios e diversas atividades econômicas que induzem à lógica da violência, como o garimpo ilegal, o desma-

4 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Cartografias da violência na Amazônia. 2. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

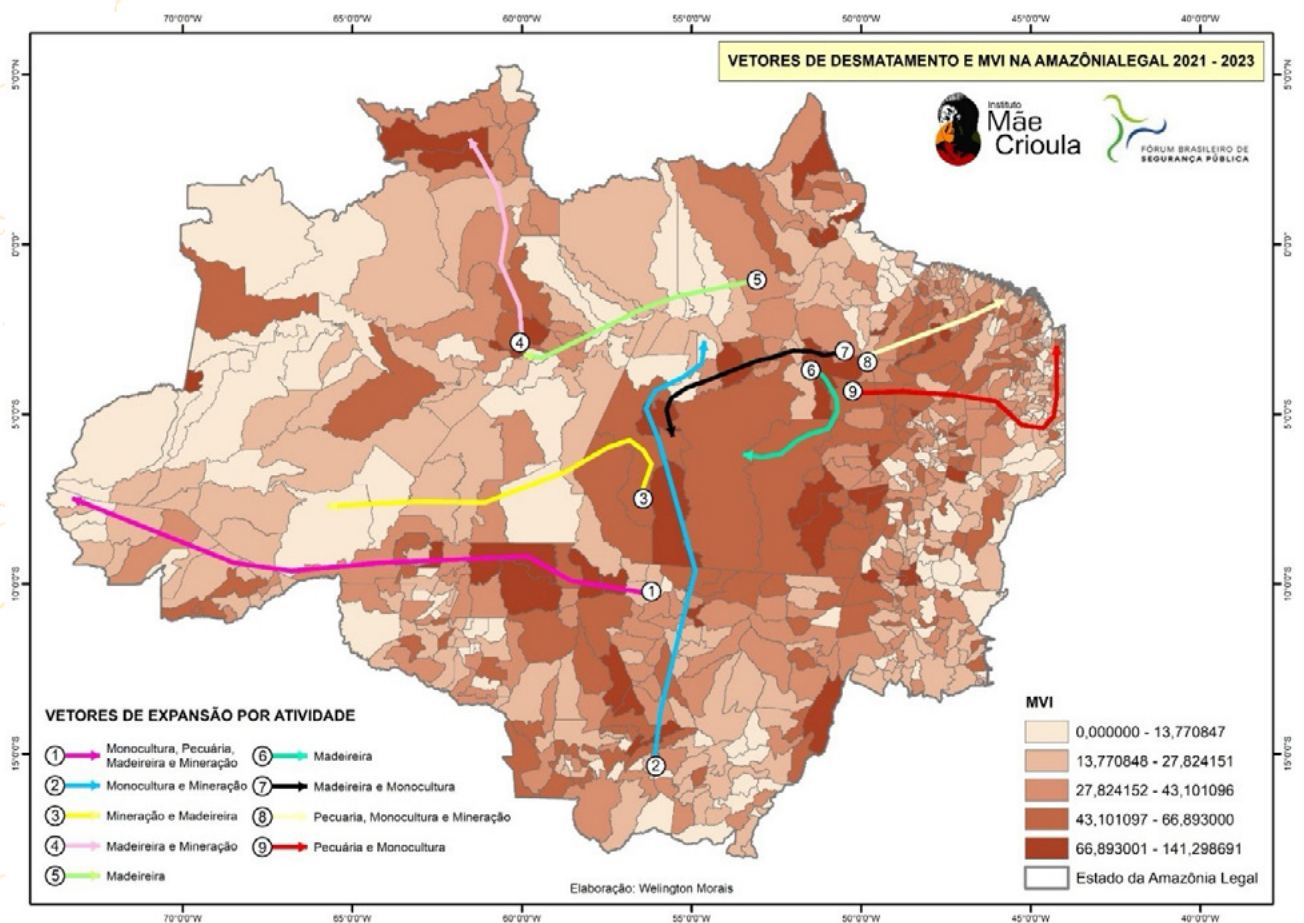


tamento para o avanço das áreas de pastagens e cultivo da soja, o narcotráfico, além de problemas relacionados à questão da regularização fundiária, sobretudo em territórios quilombolas, territórios indígenas, assentamentos, unidade de conservação e acampamentos rurais, dentre outros.

No mapa a seguir, apresentamos a taxa trienal de mortes violentas intencionais por município, relacionando-a com os nove vetores de desmatamento, que representam, na verdade, o sentido da expansão da fronteira econômica. Assim sendo, os dois vetores mais degradadores são as rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica, respectivamente os vetores 2 (azul claro) e 7 (preto). O vetor 2 corta os estados do Mato Grosso e o Pará, tendo atividades de garimpo e o monocultivo como suas principais atividades econômicas. No vetor 7, que acompanha a rodovia Transamazônica, predomina a exploração madeireira e atualmente é uma área de avanço do monocultivo. O eixo 1 (cor rosa) segue passando pelo Mato Grosso em direção ao Acre, com diversas atividades econômicas, mas tendo na exploração da madeira e no garimpo ilegal aquelas que dão início ao processo de degradação.

Mapa
2

Taxa de Mortes Violentas Intencionais no Triênio 2021-2023, por município, e Vetores de Desmatamento Amazônia Legal



Fonte: FBSP e IMC.



É importante destacar que esses vetores acompanham o sentido histórico do avanço da fronteira e foram criados a partir da análise do desmatamento acumulado ao longo das rodovias. A definição dos vetores de desmatamento e indicação das principais atividades foi adaptado de Becker (2005). Nessa obra a autora aponta uma regionalização que tem como principal eixo de análise o desflorestamento da vegetação que se dá a partir da década de 1970 e ficou conhecido como o arco do desmatamento, posteriormente definido como o arco do povoamento consolidado.

Em nossa metodologia, identificamos várias frentes de expansão desse desmatamento que frequentemente acompanha os eixos rodoviários e fluviais na região amazônica, mas não significa dizer que um vetor sempre terá sua orientação ao longo desses eixos. Há casos em que eles têm sua orientação em sentidos perpendiculares às principais vias de acesso, quando partem em direção a um território com grande abundância de recursos naturais, ou em direção às áreas ainda preservadas. Utilizamos uma metodologia inédita para definir os vetores no Cartografia das Violências na Amazônia 3ª ed. a partir de uma análise temporal de imagens dos últimos 20 anos de desflorestamento na Amazônia. Os sensores utilizados na metodologia a bordo do LANDSAT 7 e 8 são o TM, ETM+ e OLI, que, após processamento das imagens brutas, tornaram possível identificar a direção e orientação desses vetores.

Em relação aos municípios onde ocorreram conflitos e violências oriundos de questões fundiárias, a fonte utilizada foi o último relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁵, que desde 1975 se defronta com a questão da violência decorrente dos conflitos fundiários e desde o início dos anos 1980 documenta conflitos por terra, pela água e trabalhistas que atingem majoritariamente trabalhadores rurais, assentados, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, sem-terra, dentre outras populações vulnerabilizadas. Percebe-se uma relação direta entre degradação ambiental e violência: os municípios que obtiveram as maiores taxas de desmatamento no ano de 2023, como é o caso de Porto Velho (RO) e São Félix do Xingu (PA), constam também dos municípios com a maior quantidade de conflitos fundiários no ano passado. Porto Velho, inclusive, é a décima cidade mais violenta do estado de Rondônia quando considerada a taxa de mortes violentas no último triênio. São Félix do Xingu, por sua vez, aparece entre as vinte mais violentas do estado do Pará, com taxa de mortalidade de 65,5 mortes para cada 100 mil habitantes no último triênio. São Félix do Xingu também é uma das 50 cidades mais violentas de toda a Amazônia legal no último triênio.

Cruzando dados de conflitos fundiários, desmatamento e mortes violentas, percebe-se uma relação direta entre a **degradação ambiental e a violência.**

5 Conflitos no campo Brasil 2023 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia : CPT Nacional, 2024. 214 p.: il., tabelas, gráficos, fotografias.



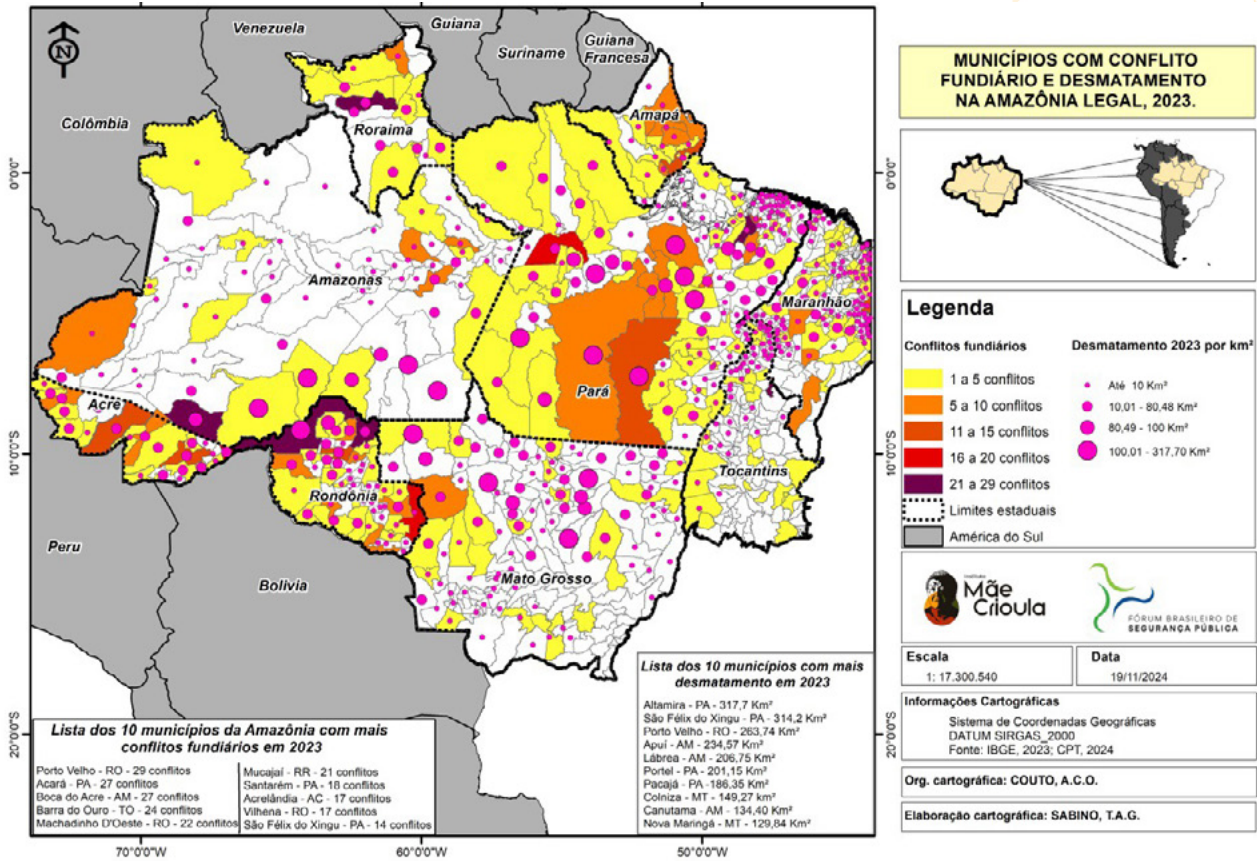
A cidade de Altamira, no Pará, é um caso a ser destacado pois **convive há décadas** com a sobreposição de diferentes ilícitos.

A cidade de Altamira, líder do ranking de desmatamento, aparece com ao menos 18 registros de conflitos, sendo alguns exclusivos no município, e outros associados a outras cidades como Medicilândia, Rurópolis, Uruará. Altamira é um caso a ser destacado pois convive há décadas com a sobreposição de diferentes ilícitos. A cidade que historicamente sofre com a ação de grileiros e com intenso processo de desmatamento em terras indígenas foi a sede da construção da Usina de Belo Monte em 2011, o que significou a remoção de comunidades de agricultores familiares, ribeirinhos e pescadores de seus territórios para construção da barragem. Com a chegada de milhares de trabalhadores para atuar na obra, a falta de infraestrutura do município para lidar com o incremento populacional e a ausência de políticas públicas focadas em mitigar os efeitos deletérios de grandes obras de infraestrutura, a violência passou a crescer descontroladamente. Anos depois do início da construção da usina, a unidade prisional da cidade deu origem a uma facção vinculada ao narcotráfico (Comando Classe A) que passou a atuar em parceria com o PCC. Com a sobreposição dos diferentes ilícitos, o Atlas da Violência concluiu, na edição de 2017, que Altamira era a cidade mais violenta do país, com taxa de 107,0 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes⁶.

6 Disponível em: www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/06/FBSP_atlas_da_violencia_2017_infografico.pdf



Mapa 3 Municípios com registro de conflito fundiário e desmatamento Amazônia Legal



Fonte: CPT (2024); Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Elaboração: IMC/FBSP.

O mapa 4 sobrepõe o desmatamento anual de 2023 com os nove vetores de desmatamento. A análise mostra que o vetor 1, que sai do Mato Grosso e vai até o Acre; o vetor 6, que sai da rodovia Transamazônica e entra no mosaico da Terra do Meio do Pará; e o vetor 7, que acompanha o sentido da Transamazônica, acompanham municípios com altos índices de conflitos fundiários e desmatamento anual em 2023. Já o vetor 3, que segue na região Sul amazônica em sentido Leste-Oeste, é uma das regiões que tem registrado alto índice de desmatamento, como Humaitá (AM), Apuí (AM), Lábrea (AM) e Boca do Acre (AM).

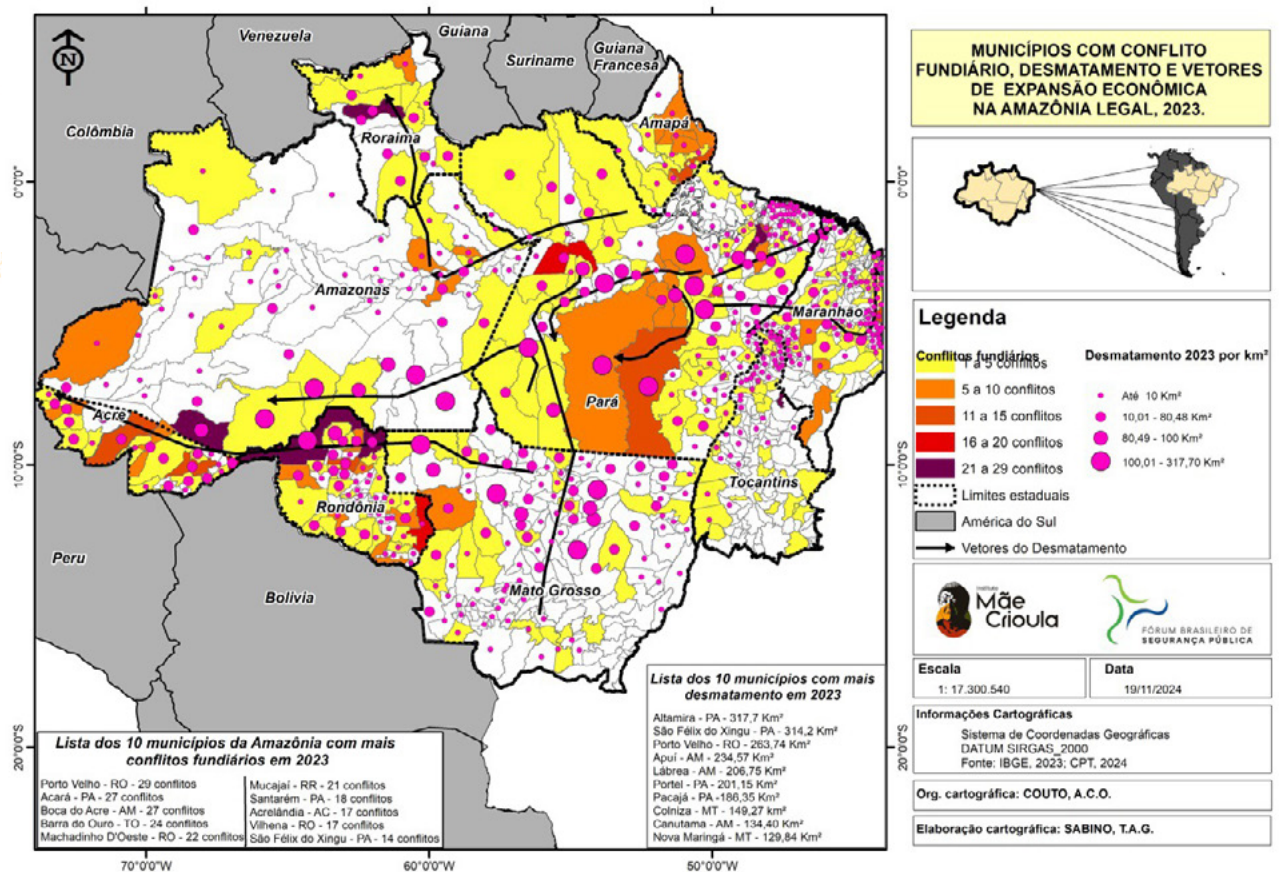
Essas cidades no sul do Amazonas, na fronteira com Acre e Rondônia, têm sido palco de disputas violentas que se acirraram a partir de 2011, após o assassinato de Adelino Ramos, liderança local e assentado do Projeto de Assentamento Florestal Curuquetê. Desde então, as comunidades locais sofrem com a ação de grileiros que desmatam e, depois da devastação ambiental que tem severos impactos na biodiversidade local, passam a utilizar a terra para a pecuária ou monocultura. Neste processo, pistoleiros atuam a serviço dos grandes fazendeiros invadindo terras públicas da União como unidades de conservação e terras indígenas,



como será visto no capítulo 4, levando a essa explosão de conflitos fundiários na região que ficou conhecida como “Faroeste Amazônico”. Essa situação vai se perpetuando na medida em que a União não avança com a regularização fundiária.

Mapa
4

Municípios com registro de conflito fundiário, desmatamento e vetores de expansão econômica
Amazônia Legal



A tabela 2 apresenta a relação das 50 cidades com maiores taxas de Mortes Violentas Intencionais (MVI) da Amazônia legal no triênio 2021-2023. Mais detalhes sobre as dinâmicas de violência destas cidades serão apresentados na seção seguinte, com análises dos municípios mais violentos de cada UF.

Tabela 2 | 50 cidades com maiores taxas trienais (2021-2023) de mortes violentas intencionais
Amazônia legal

Posição	Município	UF	Taxa média trienal (por 100 mil hab)	Tipologia IBGE	Posição	Município	UF	Taxa média trienal (por 100 mil hab)	Tipologia IBGE
			2021-2023					2021-2023	
1	Cumaru do Norte	PA	141,3	Rural	26	Davinópolis	MA	74,3	Urbano
2	Abel Figueiredo	PA	115,5	Intermediário	27	Macapá	AP	74,0	Urbano
3	Mocajuba	PA	110,4	Intermediário	28	Nobres	MT	73,2	Rural
4	Novo Progresso	PA	102,7	Intermediário	29	Marianópolis do Tocantins	TO	72,3	Rural
5	Nova Santa Helena	MT	102,3	Rural	30	Cujubim	RO	71,7	Intermediário
6	Irlanduba	AM	102,3	Intermediário	31	Mucajá	RR	70,4	Rural
7	Calçoene	AP	100,8	Rural	32	Central do Maranhão	MA	70,4	Rural
8	São José do Rio Claro	MT	100,1	Urbano	33	Mãe do Rio	PA	70,3	Urbano
9	Nova Maringá	MT	96,5	Rural	34	Boa Vista do Gurupi	MA	70,3	Rural
10	Floresta do Araguaia	PA	93,2	Rural	35	Santana	AP	70,2	Urbano
11	Alto Alegre	RR	92,4	Rural	36	Estreito	MA	69,9	Urbano
12	Aripuanã	MT	91,4	Intermediário	37	Lajeado	TO	69,8	Rural
13	Anapu	PA	91,2	Rural	38	Cocalinho	MT	69,8	Rural
14	Alto Paraguai	MT	91,0	Rural	39	Rio Maria	PA	69,0	Urbano
15	Ourilândia do Norte	PA	86,7	Urbano	40	Nova Monte Verde	MT	68,2	Rural
16	Pacajá	PA	86,0	Rural	41	Miracema do Tocantins	TO	68,0	Intermediário
17	Trairão	PA	82,9	Rural	42	Goianésia do Pará	PA	66,9	Intermediário
18	Rio Preto da Eva	AM	81,5	Rural	43	São João do Araguaia	PA	66,6	Rural
19	Colniza	MT	80,2	Rural	44	Novo Mundo	MT	66,3	Rural
20	Uruará	PA	78,8	Intermediário	45	São Félix do Xingu	PA	65,5	Urbano
21	Nova Bandeirantes	MT	78,6	Rural	46	Pium	TO	65,5	Rural
22	Ipixuna do Pará	PA	77,6	Rural	47	Itapiratins	TO	65,3	Rural
23	Tabatinga	AM	77,4	Urbano	48	Itinga do Maranhão	MA	63,6	Intermediário
24	Barrolândia	TO	75,5	Intermediário	49	Eldorado do Carajás	PA	62,4	Intermediário
25	Curionópolis	PA	75,4	Urbano	50	Santa Bárbara do Pará	PA	61,9	Rural

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

2.2 DADOS DE MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS NO TRIÊNIO 2021-2023 POR UF E MUNICÍPIO

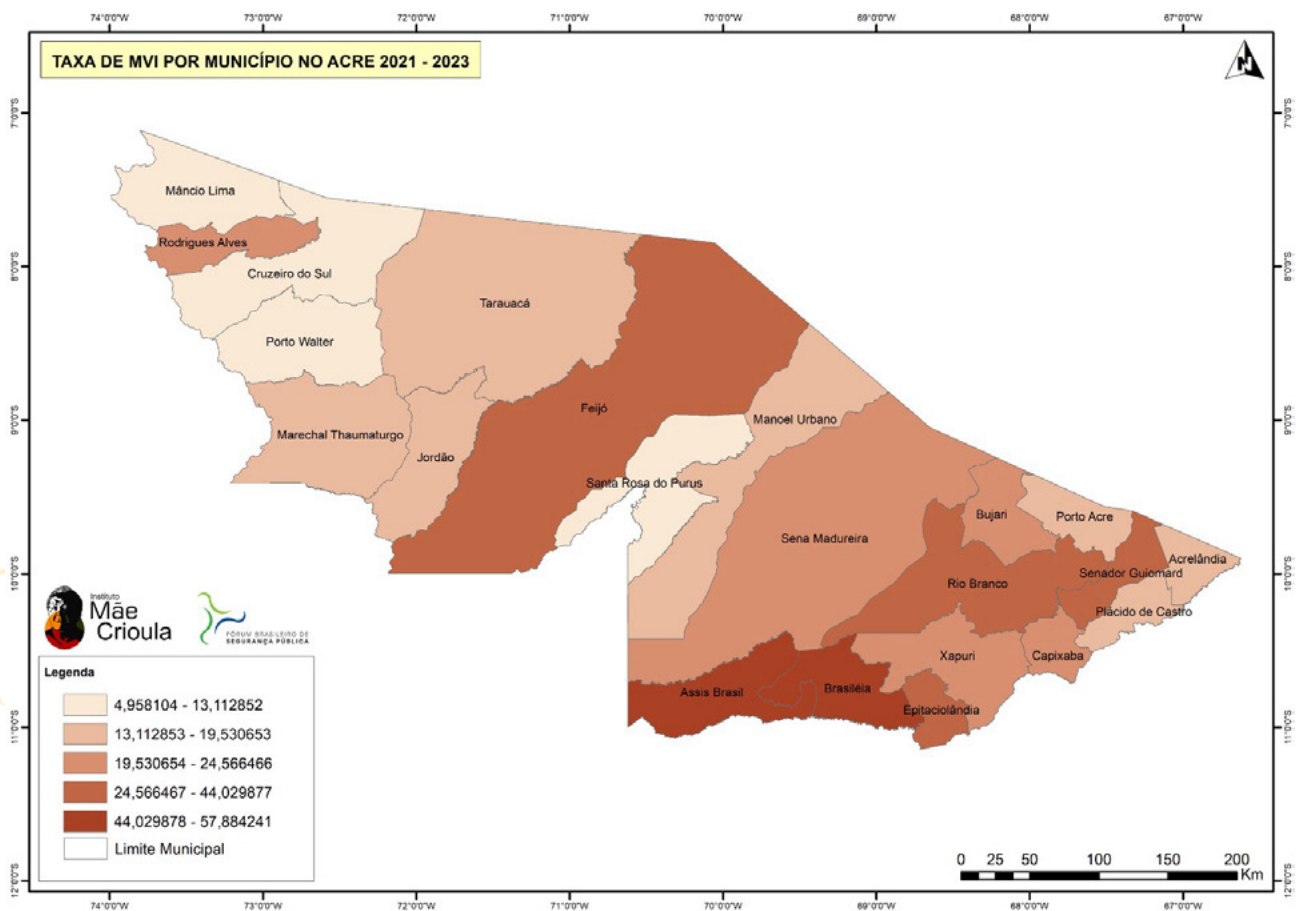
2.2.1 Acre

O Estado do Acre apresentou redução de 9,7% na taxa de mortes violentas intencionais entre 2022 e 2023, chegando à taxa média de 25,8 por 100 mil em 2023, a menor taxa de mortalidade entre os Estados da Amazônia Legal. Apesar deste resultado positivo, a análise por município mostra que a violência se distribui de forma bastante heterogênea no território. Considerando a taxa média do último triênio, as taxas variam de 5,0 mortes por 100 mil em Santa Rosa dos Perus a 57,9 por 100 mil habitantes em Brasileira.



Em primeiro lugar vale destacar que o Acre faz fronteira com Peru e Bolívia, dois produtores de cocaína e países muito visados pelo narcotráfico pois revelam-se como territórios estrangeiros que detêm, respectivamente, a segunda e terceira maior cobertura de plantio de coca do planeta, ficando atrás somente da Colômbia, fator este que os torna terreno fértil para as atividades ilícitas das organizações criminosas, especialmente para o tráfico de drogas e de armas.

Mapa 5 Taxa de MVI no triênio 2021-2023, por município
Acre



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Ministério Público do Estado do Acre; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública e IMC.

A cidade mais violenta no período 2021-2023 foi Brasileia, na fronteira com a Bolívia, que teve taxa média de MVI de 57,9 por 100 mil. Brasileia é uma cidade criada por seringueiros e autoridades que viviam no Alto Acre vinculados a produção e exportação de borracha. Na fronteira com a cidade de Cobija, na Bolívia, a cidade foi fundada em 1910 nas terras dos índios Catianas e Maitenecas⁷. Em fevereiro de 2024 o município teve a maior cheia já registrada em sua história, e o nível do Rio Acre chegou a 15,55m, afetando 75% da cidade

⁷ <https://agencia.ac.gov.br/aos-114-anos-brasileia-se-estabelece-com-alto-potencial-economico-e-comemora-importantes-investimentos-do-governo-na-regiao/>

e a população de 26 mil habitantes, segundo o Censo de 2022. Como será visto no próximo capítulo, Brasileira é uma cidade que sofre com o conflito entre facções rivais: de um lado o Comando Vermelho, que domina quase todo o estado, de outro a B13, que conta com apoio do PCC. O conflito entre os grupos criminosos tem resultado em muitos homicídios. A região é vista como estratégica para o tráfico de drogas, mas também para o tráfico e contrabando de pessoas entre Bolívia e Brasil, tendo sido objeto de um evento sobre o tema em outubro de 2024 entre representantes dos governos de ambos os países⁸. Destaca-se ainda que Brasileira é cortada pela BR-317, que atravessa ainda as cidades de Rio Branco, Senador Guiomard, Capixaba, Xapuri, Epitaciolândia e Assis Brasil, na fronteira com o Peru e Bolívia, o que facilita o deslocamento de ilícitos da tríplice fronteira até a capital e sua conexão com a BR 364.

A segunda cidade mais violenta do Acre no período foi Assis Brasil, vizinha a Brasileira, e faz fronteira com o Peru e com a Bolívia. Com taxa de MVI de 49,6 no triênio, a população segundo o Censo de 2022 era de 8.100 habitantes. Assim como Brasileira, é tida como uma rota importante para crimes transnacionais na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia. A cidade hoje é monopolizada pelo Comando Vermelho, mas até recentemente foi objeto de disputa por diferentes grupos criminosos.

O avanço de facções criminosas oriundas do sudeste (SP e RJ) na região é um fenômeno que começa a se manifestar no início da década de 2010. Primeiro há a formação de uma célula do PCC em idos de 2012, depois a criação do Bonde dos 13 por criminosos locais para fazer frente ao processo de expansão do PCC. Anos depois chega o Comando Vermelho, desencadeando um conflito sangrento entre os diferentes grupos criminosos, o que é crucial para a elevação das taxas de mortes violentas intencionais a partir de 2016, mudando completamente a cena do crime na região e as dinâmicas de sociabilidade nos bairros e comunidades locais.

Desde então, a influência do Comando Vermelho, que tem o controle da maior parte do Estado, só cresceu, o que se tornou uma ameaça aos povos indígenas, ribeirinhos e extrativistas da região, que sofrem com o aliciamento e a opressão do crime organizado em seus territórios, cujo controle pelo narcotráfico permite a ampliação da produção e transporte de cocaína.

Também com taxa bastante elevada encontra-se a cidade de Senador Guiomard, com 40,4 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes no triênio 2021-2023. Neste caso, as evidências indicam ser um município cujo monopólio é do Comando Vermelho, o que parece explicar a redução de 42,8% na taxa de MVI entre 2022 e 2023. Ainda assim, quando considerada a taxa trienal, a cidade está entre as três mais violentas do estado no período.

A influência do Comando Vermelho, que **tem o controle da maior parte do Estado**, só cresceu, o que se tornou uma ameaça aos povos indígenas, ribeirinhos e extrativistas da região, que sofrem com o aliciamento e a opressão do crime organizado em seus territórios.

8 <https://agencia.ac.gov.br/encontro-binacional-sobre-trafico-e-contrabando-de-pessoas-reune-representantes-estaduais-federais-e-bolivianos-em-brasileia/>



Por fim, Eпитaciolândia, com taxa de mortalidade de 39,3 por 100 mil habitantes é a quarta cidade mais violenta do estado. Vizinha a Brasileira, também faz fronteira com a Bolívia e assistiu ao crescimento da violência letal no último triênio. É uma das poucas cidades do estado em que o CV não se tornou hegemônico e sofre com os conflitos entre facções criminosas.

Tabela
3 Dez cidades mais violentas no triênio 2021-2023
Acre

Dez cidades mais violentas do triênio	UF	Município	Taxas				Variação (em %)		
			2021	2022	2023	Taxa Trienal 2021-2023	2021/2022	2022/2023	2021/2023
1	AC	Brasileia	39,0	84,6	50,0	57,9	116,8	-40,9	28,1
2	AC	Assis Brasil	37,8	49,4	61,7	49,6	30,6	25,0	63,2
3	AC	Senador Guimard	18,7	65,3	37,3	40,4	248,3	-42,9	99,0
4	AC	Epitaciolândia	32,5	37,3	48,0	39,3	14,8	28,6	47,6
5	AC	Feijó	25,6	42,3	33,9	33,9	65,5	-20,0	32,4
6	AC	Rio Branco	26,8	26,3	30,7	27,9	-1,7	16,7	14,7
7	AC	Rodrigues Alves	20,1	13,4	40,2	24,6	-33,5	200,0	99,4
8	AC	Bujari	15,9	23,2	31,0	23,4	45,7	33,3	94,3
9	AC	Sena Madureira	9,7	33,9	24,2	22,6	247,7	-28,6	148,4
10	AC	Capixaba	0,0	28,9	38,5	22,5	-	33,3	-

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Ministério Público do Estado do Acre; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública e IMC.

2.2.2 Amazonas

O Estado do Amazonas apresentou redução de 8,2% na taxa de mortes violentas intencionais entre 2022 e 2023, chegando à taxa média de 35,6 por 100 mil em 2023. Apesar deste resultado positivo no último ano, a análise por município mostra que a violência se distribui de forma bastante heterogênea no território. Considerando a taxa média do último triênio, as taxas variam de 0 mortes em cidades como Nhamundá e Santa Isabel do Rio, à taxa acima de 100 por 100 mil, como é o caso de Iranduba no último triênio.

Com taxa trienal média de 102,3 vítimas por 100 mil habitantes, Iranduba é o município mais violento do Amazonas. A taxa de MVI caiu 32,4% no último ano, quando chegou a 68,7 vítimas por 100 mil, mas as elevadas taxas de 2021 (136,6) e de 2022 (101,7) colocaram-na como a cidade mais violenta do estado no triênio.

No mesmo período, é também a sexta cidade com as maiores taxas de MVI de toda a Amazônia Legal. Com uma população de 61.163 habitantes, segundo o Censo de 2022, a cidade está localizada na região metropolitana de Manaus, distante 23 km desta, e às margens do Rio Solimões, na confluência deste com o Rio Negro. O acesso a Iranduba via Manaus acontece pela travessia da Ponte Rio Negro.

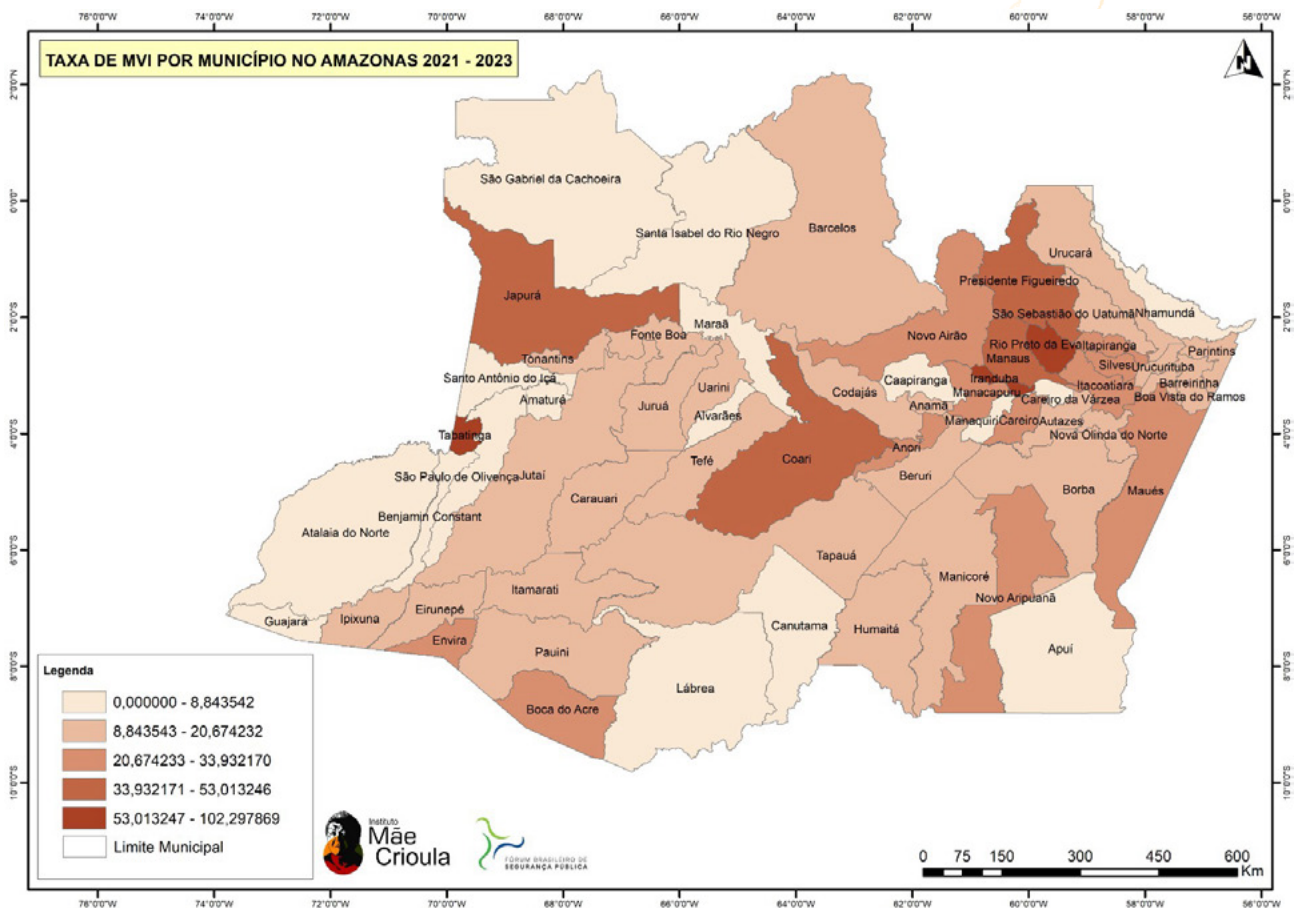
O município mais violento do Amazonas, com taxa trienal de **102,3 vítimas/100 mil habitantes**, é Iranduba, cujo histórico está conectado com o final do primeiro ciclo da borracha na Amazônia.



Elevado à categoria de município em 1981, a história de Iranduba – mesmo quando ainda era um distrito – está conectada com o final do primeiro ciclo da borracha na Amazônia e a ocupação da região pelos antigos seringueiros. Outro marco importante sobre a história de Iranduba diz respeito à criação da Zona Franca de Manaus, na década de 1960, que, dada a proximidade com Iranduba, trouxe como consequência um crescimento urbano significativo para este último e um foco econômico na produção de hortifrutigranjeiros e peças para a construção civil, como tijolos e telhas.

Segundo mapeamento, o Comando Vermelho é a única facção em atuação na cidade. Crimes ambientais, como comércio de quelônios e extração de minério e argila, além de narcotráfico, estão entre as atividades que têm lugar no noticiário sobre Iranduba. O município, que conta com dez assentamentos de reforma agrária,⁹ também é marcado por conflitos fundiários¹⁰.

Mapa 6 Taxa de MVI no triênio 2021-2023, por município Amazonas



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública e IMC.

9 Ver: <https://infosnbas.org.br/municipio/iranduba-am/>.

10 Ver: <https://defensoria.am.def.br/2024/09/27/defensoria-participa-de-visita-tecnica-em-comunidade-de-iranduba-cuja-posse-esta-sendo-disputada-na-justica/>.



Outro município amazônico com média de MVI alta no triênio 2021-2023 é Rio Preto da Eva, com 81,5 mortes a cada 100 mil habitantes. Nesse período, houve um crescimento de 321,1% da taxa, que saltou de 40,0 em 2021 para 168,4 em 2023.

Ainda que o município seja de pequeno porte, com uma população de 24.936 habitantes (IBGE, 2022), a disputa entre as facções CV e PCC pelo controle da região é uma das hipóteses para explicar o aumento da violência. Segundo levantamento de notícias veiculadas na mídia, em 2023 houve no município episódios de tiroteios entre os integrantes dos grupos rivais, bem como episódios dos chamados “tribunais do crime”, um mecanismo utilizado por facções criminosas para impor sua própria justiça, julgando e punindo membros que infringiram as regras da organização¹¹.

Geograficamente, o município faz parte da região metropolitana de Manaus, distante 50 km da capital e situado a altura do km 80 da rodovia Torquato Tapajós, também denominada como rodovia AM-010, que conecta a capital à vizinha cidade de Itacoatiara. Elevado à categoria de município em 1981 com o nome de Rio Preto da Eva, mesmo nome do rio às margens da cidade, sua origem está intimamente ligada à história de Manaus, com a criação das rodovias que conectam a capital com outros municípios do estado e o consequente povoamento da região.

A atividade madeireira, de modo geral, parece fazer parte da economia ilícita de Rio Preto da Eva, a segunda cidade mais violenta do estado.

Em termos de economia, no setor primário o município é marcado pela agricultura, pecuária, pesca, avicultura e extrativismo vegetal. No setor secundário, uma das indústrias que se sobressaem é a madeireira. E a atividade madeireira, de modo geral, parece também fazer parte da economia ilícita da cidade: notícias na mídia tem mostrado apreensões ilegais de madeira e fabricação de carvão ilegal nas cidades e seus arredores¹². Ainda em termos de crimes ambientais e fenômenos relacionados, em 2024, a região foi bastante afetada pelas secas dos rios¹³ e pelas queimadas¹⁴.

Como já foi mencionado, o município é palco de disputa entre Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital. Tendo em vista esse pano de fundo, apreensões de armas, munições e pequenas porções de drogas são comuns na cidade e muitas vezes estão relacionados à dinâmica do crime organizado¹⁵. A Operação Jomani, por exemplo, re-

11 Ver: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/05/25/noite-violenta-tem-tiroteio-entre-faccoes-em-rio-preto-da-eva-no-am.ghtml>.

12 Ver: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/04/17/ipaam-apreende-madeira-e-destroi-fornos-de-fabricacao-de-carvao-ilegal-na-regiao-metropolitana-de-manaus.ghtml>.

13 Ver: <https://g1.globo.com/am/amazonas/amazonia-agro/noticia/2024/11/10/estiagem-no-amazonas-seca-tanques-de-peixe-e-piscicultores-buscam-solucoes-sustentaveis.ghtml>.

14 Ver: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/07/19/sobe-para-260-o-numero-de-focos-de-queimadas-registrados-no-amazonas-em-um-unico-dia.ghtml>.

15 Ver: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/06/23/tres-homens-sao-presos-com-arsenal-de-armas-de-fogo-no-interior-do-amazonas.ghtml>.



alizada pelo Departamento de Repressão ao Crime Organizado (DRCO), apreendeu cerca de três toneladas de drogas, armas e uma lancha em sítio nos arredores de Rio Preto do Eva. A suspeita é que as drogas vinham da Colômbia e chegavam no município por lanchas rápidas, pelo rio de mesmo nome da cidade. De Rio Preto do Eva, a droga era distribuída via terrestre para Manaus¹⁶.

Outras operações recentemente realizadas no município são: Operação Dicotomia, realizada pela Polícia Civil, em parceria com a Operação Impacto, da SSP-AM, que objetivaram desmantelar a atuação do PCC e CV no tráfico de drogas e homicídios na região e cumprir mais de 80 mandados de prisão e busca e apreensão; Operações integradas da SSP-AM Protetor das Fronteiras/Fronteira Mais Segura, que visam combater o crime organizado e o narcotráfico em todo o estado; entre outras. Além disso, as notícias locais também destacam, com certa frequência, homicídios na região e crimes de gênero¹⁷.

Em 2023, especificamente, a PM descobriu uma pista de pouso clandestina no município e apreendeu um avião de pequeno porte, o que serve como mais um indício do tráfico de drogas e de crimes ambientais na região, na medida em que pistas clandestinas também servem como ponto de entrada e saída para drogas e demais *commodities*.

Outro município do Amazonas que tem taxa elevada de MVI no triênio 2021-2023 é Tabatinga, de 66.764 habitantes, localizado na tríplice fronteira entre Brasil-Peru-Colômbia e em plena rota do Rio Solimões. Como terceira cidade mais violenta do estado, com taxa média de 77,4 vítimas a cada 100 mil habitantes, Tabatinga figura também na lista das 50 cidades mais violentas de toda a Amazônia Legal entre 2021-2023, ocupando a 23ª posição.

Originalmente uma aldeia fundada pelos jesuítas, até 1981 Tabatinga era um subdistrito do município de Benjamin Constant que, desde 1968 tinha toda sua área classificada como Área de Segurança Nacional, por ser um território de fronteira¹⁸. Hoje, a área urbana do município é contínua com a cidade colombiana de Letícia, sendo que o único marco limítrofe é um poste com as duas bandeiras, o que faz com que a população local transite livremente entre os dois países, criando uma dinâmica urbana transfronteiriça.

Isolada por rios e floresta, Tabatinga é acessível apenas por barco ou avião, não havendo rodovias que conectem a cidade – ou sua vizinha colombiana, Letícia – a Manaus e nem

Tabatinga, a terceira cidade mais violenta do Amazonas, tem sua área urbana contínua com a cidade colombiana de Letícia, o que faz com que a população local **transite livremente** entre os dois países.

16 Ver: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/02/05/cerca-de-tres-toneladas-de-drogas-armas-e-uma-lancha-sao-apreendidas-durante-operacao-policia-no-am.ghtml>.

17 Ver: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/07/13/homem-e-presosuspeito-de-matar-mulher-e-bebe-de-um-ano-no-interior-do-amazonas.ghtml>.

18 Ver art. 1º da Lei n. 6.634, de 2 de maio de 1979.



a outros pontos da região. A viagem fluvial entre Tabatinga e a capital é longa, demandando cerca de três dias partindo de Tabatinga e de sete a oito dias a partir de Manaus.

Essa geografia e forma de acesso remota contribuíram para tornar Tabatinga uma região estratégica para o contrabando e a extração de borracha nos séculos passados e, a partir do século XX, para o tráfico de drogas, sobretudo na chamada Rota do Solimões, em que Tabatinga ocupa o ponto central. Hoje, a região é controlada pelo Comando Vermelho, e funciona como uma alternativa de abastecimento de drogas para essa facção, diante das “dificuldades de abastecimento de cocaína provenientes do Centro-Oeste do Brasil impostas pelo PCC” (Hirata, 2019)¹⁹. Mais recentemente, investigações das polícias do Rio de Janeiro e do Amazonas indicam que essas drogas – especialmente skunk e cocaína – chegam, ao final, à capital carioca, depois de passar pelo Centro-Oeste e por Minas Gerais²⁰.

Tabela
4 Dez cidades mais violentas no triênio 2021-2023
Amazonas

Dez cidades mais violentas do triênio	UF	Município	Taxas (por 100 mil hab.)				Variação (em %)		
			2021	2022	2023	Taxa Trienal 2021-2023	2021/2022	2022/2023	2021/2023
1	AM	Iranduba	136,6	101,7	68,7	102,3	-25,6	-32,4	-49,7
2	AM	Rio Preto da Eva	40,0	36,1	168,4	81,5	-9,8	366,7	321,1
3	AM	Tabatinga	91,5	52,4	88,4	77,4	-42,7	68,6	-3,4
4	AM	Japurá	68,7	67,7	22,6	53,0	-1,4	-66,7	-67,1
5	AM	Manaus	58,0	53,4	46,4	52,6	-8,0	-13,2	-20,1
6	AM	Presidente Figueiredo	32,9	55,4	48,9	45,8	68,4	-11,8	48,6
7	AM	Coari	32,4	46,8	53,8	44,3	44,4	15,0	66,0
8	AM	Novo Airão	51,0	19,0	31,7	33,9	-62,7	66,7	-37,8
9	AM	Manacapuru	46,8	27,5	23,6	32,6	-41,2	-14,3	-49,6
10	AM	Novo Aripuanã	33,9	33,6	25,2	30,9	-0,8	-25,0	-25,6

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública e IMC.

19 HIRATA, Daniel Veloso. Letalidade e ilegalismos de negócios em uma tríplice fronteira sul-americana: primeira aproximação. In: **Dilemas – Revista de estudos de conflito e controle social**, v. especial, n. 5, 2019.

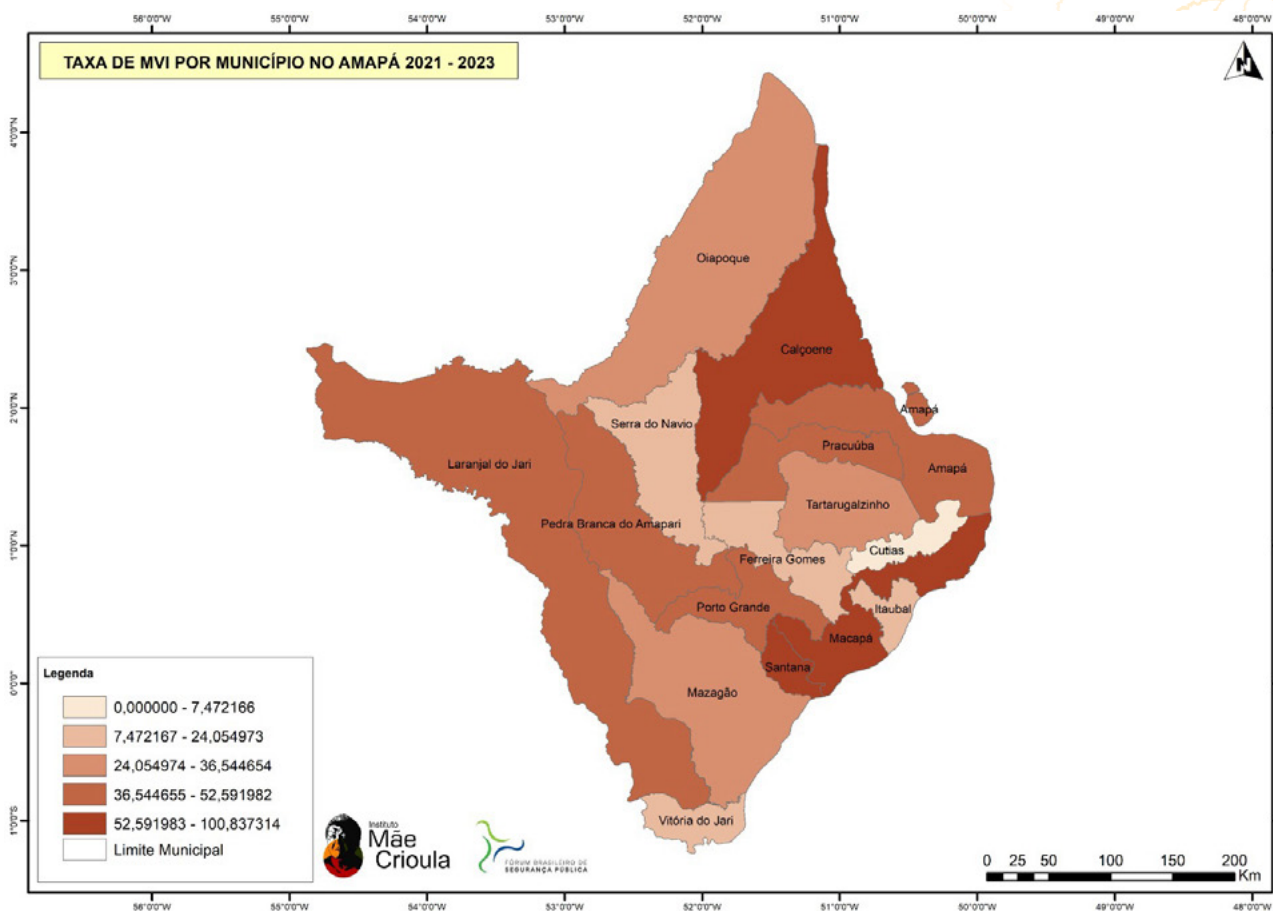
20 Ver: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/05/26/rota-do-rio-entenda-o-caminho-utilizado-para-o-trafico-de-drogas-do-amazonas-ate-o-rio-de-janeiro.ghtml>.



2.2.3 Amapá

O Estado do Amapá apresentou a maior taxa de mortes violentas intencionais do país em 2023, chegando a 69,9 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes, um crescimento de 39,8% em relação ao ano anterior. Esta alta na violência do estado nos últimos anos se deve ao crescimento acentuado da violência na cidade de Santana, embora a capital, Macapá, também ostente elevados índices de mortes violentas intencionais. O estado também se destaca no cenário nacional pela maior taxa de letalidade policial do país, que chegou a 23,6 mortes por 100 mil apenas em casos de intervenções de policiais.

Mapa 7 Taxa de MVI no triênio 2021-2023, por município Amapá



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública e IMC.

Os dados indicam que dos cinco municípios com as mais altas taxas de MVI do estado, dois deles – inclusive o que lidera o ranking estadual – não têm a presença de facções criminosas estabelecidas. O garimpo ilegal parece ser um dos principais vetores da violência na região.



De modo geral, a violência no Amapá parece se disseminar, em grande medida, por meio da rodovia BR-156 – que cruza o Amapá de sudeste a norte, desde Laranjal do Jari, passando por Macapá, até o Oiapoque, na divisa com a Guiana Francesa. A estrada tem sido usada como rota de tráfico de drogas, armas e pessoas. As rodovias funcionam como vetores da violência, com municípios localizados ao longo de seus trajetos apresentando, em geral, taxas de homicídios superiores à média estadual (IPEA, 2024)²¹.

Tabela 5 Dez cidades mais violentas no triênio 2021-2023
Amapá

Dez cidades mais violentas do triênio	UF	Município	Taxas				Variação (em %)		
			2021	2022	2023	Taxa Trienal 2021-2023	2021/2022	2022/2023	2021/2023
1	AP	Calçoene	76,4	122,5	103,7	100,8	60,4	-15,4	35,8
2	AP	Macapá	75,1	70,0	76,8	74,0	-6,9	9,7	2,2
3	AP	Santana	68,3	49,4	92,9	70,2	-27,7	88,2	36,0
4	AP	Pracuúba	26,3	78,9	52,6	52,6	199,9	-33,3	100,0
5	AP	Laranjal do Jari	42,2	45,6	62,7	50,2	7,9	37,5	48,3
6	AP	Amapá	25,1	50,4	50,4	42,0	100,3	0,0	100,3
7	AP	Pedra Branca do Amapari	15,8	46,7	62,3	41,6	196,0	33,3	294,6
8	AP	Porto Grande	50,7	33,6	39,2	41,2	-33,7	16,7	-22,6
9	AP	Oiapoque	22,3	61,9	25,5	36,5	177,3	-58,8	14,2
10	AP	Tartarugalzinho	23,2	30,9	38,6	30,9	33,0	25,0	66,3

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública e IMC.

No triênio 2021-2023, Calçoene, município de 10.612 habitantes (IBGE, 2022)²², é o líder do ranking das cidades com as mais altas taxas de MVI do Amapá, com média de 100,8 mortes por grupo de 100 mil habitantes. No mesmo período, é também a sétima cidade com as maiores taxas de MVI de toda a Amazônia Legal.

Calçoene está localizada na região centro-nordeste do Amapá, distante cerca de 356 km da capital Macapá, com acesso pela BR-156 e por via marítima; e distante 221 km das Terras Indígenas do Oiapoque, divisa com a Guiana Francesa, onde habitam mais de seis mil indígenas.

Fundada em 1956 com o nome de Calçoene, desde o século XIX a região onde se situa o município começou a receber imigrantes no contexto do povoamento do território. Hoje, as principais atividades produtivas ali desenvolvidas são a agropecuária, a silvicultura, a [pesca](#) e a mineração de ouro. Entre 2022 e 2023, o distrito de Lourenço, que pertence a Calçoene, aparece na mídia como um destaque em termos de aumento do garimpo ilegal, com um

²¹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Dinâmicas da violência e da criminalidade na região Norte do Brasil / organizadora: Maria Paula Gomes dos Santos. Brasília: IPEA, 2024.

²² Censo 2022 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



crescimento de 340% em um ano de uma área desmatada equivalente a mais de 170 campos de futebol. Em 2024, por sua vez, Calçoene foi um dos municípios afetados por incêndios no Amapá: foram 28 focos, representando 6,6% do total do estado.

Apesar do garimpo ilegal e outros tipos de crimes ambientais, o município parece não apresentar facções criminosas bem estabelecidas, ainda que em julho de 2024 a operação Narke 2, coordenada pela Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), tenha apreendido 227 kg de drogas no Amapá e efetuado 33 prisões no estado, algumas delas em Calçoene. De todo modo, uma hipótese para explicar as altas taxas de violência letal no município é conectá-las ao garimpo ilegal que acontece no território. Essa hipótese ganha ainda mais força quando lida em conjunto com informações da Polícia Federal e do IBAMA, que apontam ser o Amapá uma região visada por garimpeiros expulsos da Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Não coincidentemente, nas eleições municipais de 2024, o prefeito eleito já no 1º turno é conhecido como Toinho Garimpeiro, do PSD, que tem como uma das propostas de seu plano de governo fomentar as atividades da indústria garimpeira e “valorizar a história secular da exploração mineral no Garimpo do Lourenço”.

Por sua vez, o segundo município com a mais alta taxa de mortes violentas intencionais do estado no triênio 2021-2023, de 74 por grupo de 100 mil habitantes, é Macapá, capital e primeiro município a ser criado no Amapá. Com 442.933 mil habitantes (IBGE, 2024), este município também faz parte da lista das 100 cidades da Amazônia Legal com as piores taxas de MVI, ocupando a 27ª posição deste ranking.

Diversas facções criminosas foram identificadas como presentes no município, entre elas o PCC e o CV, mas também facções locais como o FTA, APS e União do Crime no Amapá (UCA). A presença das facções reflete a intensificação da disputa pelo controle do crime organizado. Nesse pano de fundo, o PCC, por exemplo, tem feito alianças com algumas das facções, como a FTA, e regras aplicadas no estado de São Paulo (de onde o PCC tem origem) passam a se aplicar também no Amapá. Como exemplo, alguns bairros de Macapá têm sido governados com base em regras de convivência determinadas por integrantes da FTA²³.

Outro destaque negativo em termos de violência no estado é o município de Santana, o segundo maior do estado em termos populacionais, com 107.618 habitantes (IBGE, 2022) e sede do principal porto do estado. De outro lado, geograficamente, é o menor município do estado em área territorial. Além disso, é limítrofe com a capital, formando parte da região metropolitana de Macapá. Até o início da década de 1980, inclusive, era um distrito da capital, sendo elevada à categoria de município em 1987. Sua história está intimamente ligada à exploração

Uma hipótese para explicar as altas taxas de violência letal em Calçoene, cidade mais violenta do Amapá, é **conectá-las ao garimpo ilegal** que acontece no território.

23 Ver: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/07/23/faccoes-pobreza-e-policia-porque-o-amapa-e-o-estado-mais-violento-do-pais.htm>.



mineral na região e o escoamento da produção pela área portuária. No município há inclusive um porto específico para receber navios cargueiros de grande porte de bandeira internacional. Ocupa, portanto, uma posição bastante estratégica, ao norte da foz do rio Amazonas.

No triênio 2021-2023, Santana é a terceira cidade com as mais altas taxas de MVI no estado do Amapá, de 70,2. E quando a análise se restringe a 2023, Santana lidera o ranking das cidades com mais de 100 mil habitantes mais violentas do Brasil (FBSP, 2024), com um crescimento de 88,2% da taxa de 2022 para 2023.

As altas taxas de mortalidade violenta parecem estar associadas a disputas de facções criminosas pelo controle do porto localizado na cidade e um aumento nas mortes decorrentes de intervenção policial. Ao menos quatro grupos criminosos parecem estar presentes na região: Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC), facções de base prisional do sudeste; bem como grupos locais, como Família Terror do Amapá (FTA) e Amigos Para Sempre (APS), que ora associam-se, ora rompem com as facções do sudeste.

Em quarto lugar no ranking das cidades com as taxas mais altas de mortes violentas intencionais no Amapá, está Pracuúba, com 52,6 mortes por grupo de 100 mil habitantes. A cidade também aparece na 88ª posição no ranking das 100 cidades mais violentas de toda a Amazônia Legal.

As altas taxas de mortalidade violenta em Santana parecem estar associadas a **disputas de facções criminosas** pelo controle do porto localizado na cidade e um aumento nas mortes decorrentes de intervenção policial.

Pracuúba, ainda que muito violento, é um município de 3.808 habitantes (IBGE, 2022), localizado no centro-leste do Amapá, a 280km da capital, com acesso pela BR-156 e uma estrada vicinal. Entre os municípios com os quais faz divisa estão Amapá, Tatarugalzinho, Ferreira Gomes e Calçoene, este último o mais violento da região, o que talvez ajude a explicar também a violência de Pracuúba, na medida em que a violência urbana, quando concentrada em uma cidade, frequentemente transborda para as localidades adjacentes. A expansão de grupos criminosos em busca de novos territórios e mercados, por exemplo, pode levar à intensificação dos conflitos em cidades vizinhas. Além disso, a mobilidade da população entre as cidades facilita a disseminação de práticas violentas e o recrutamento de novos membros para as organizações criminosas.

Em termos de economias ilegais, ainda que não seja possível afirmar a existência de facções criminosas consolidadas no município, [notícias recentes](#) apontam a existência do tráfico de drogas, inclusive identificando seu líder – preso em novembro de 2024 –, que seria responsável pelo comando do tráfico em quatro municípios do estado: Pracuúba, Tartarugalzinho, Amapá e Calçoene²⁴.

24 Ver: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/11/13/em-dois-meses-mais-de-400-focos-de-incendio-foram-registrados-no-amapa-diz-ibama.ghtml>.



Laranjal do Jari, com uma taxa de 50,2 mortes violentas intencionais por grupo de 100 mil habitantes, ocupa a quinta posição entre os municípios do Amapá com as maiores taxas de MVI no triênio 2021-2023. Laranjal do Jari é um município de 35.114 habitantes (IBGE, 2022), localizado ao sul do Amapá, a 320 km da capital. Faz fronteira com os municípios de Vitória do Jari, Mazagão, Pedra Branca do Amapari e Oiapoque, no Amapá; com o estado do Pará, especificamente com Monte Dourado, distrito do município de Almerim (PA), situado na outra margem do rio Jari; e com os países Suriname e Guiana Francesa. Pode ser acessado por terra, via BR-156, e também por via fluvial, pelo rio Jari. É o maior município do estado em área, sendo que parte de seu território abriga a TI do Parque do Tumucumaque, a TI Waiãpi e o Assentamento Agroextrativista do Rio Maracá/INCRA (IEPA, 2004)²⁵.

Historicamente, o município se formou como cidade-dormitório para trabalhadores da indústria de celulose, mas atualmente predomina economicamente o extrativismo vegetal. Nos dias de hoje, o garimpo ilegal é parte da economia ilícita da região, e tem crescido nos últimos anos: dados do Iepé, o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, indicam um crescimento de 304% dos garimpos ilegais que acontecem dentro do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, localizado na área de diversos municípios, entre eles, Laranjal do Jari²⁶. Para além do garimpo ilegal, há presença identificada de facções criminosas no município, especificamente o Comando Vermelho.

2.2.4 Maranhão

O Estado do Maranhão apresentou uma taxa de mortes violentas intencionais de 28,0 por 100 mil habitantes em 2023, valor que ficou estável em relação ao ano anterior. Como nem todas as cidades do estado fazem parte da Amazônia Legal, considerando apenas os 181 municípios que compõem a Amazônia Legal, a taxa fica um pouco abaixo do total do estado, com 27,5 mortes por 100 mil habitantes, redução de 3,4% em relação a 2022. Apesar do resultado positivo entre 2022 e 2023, o estado apresenta uma enorme desigualdade na distribuição da violência em seu território, com cidades sem nenhum tipo de homicídio no último triênio (2021-2023) – como Centro do Guilherme, Jatobá, Laejado Novo, São José dos Basílios e São Raimundo do Doca Bezerra – e outros com taxas superiores a 70,0 mortes por 100 mil no período – como é o caso de Davinópolis, Central do Maranhão e Boa Vista do Gurupi. No ranking das 100 cidades mais violentas da Amazônia Legal no triênio 2021-2023, 14 delas estão no Maranhão.

O Maranhão possui o menor IDH do país e é marcado por uma complexa interação de fatores, como a exploração de recursos naturais, as desigualdades sociais e a influência de grupos de interesse, gerando conflitos entre diversos atores sociais.

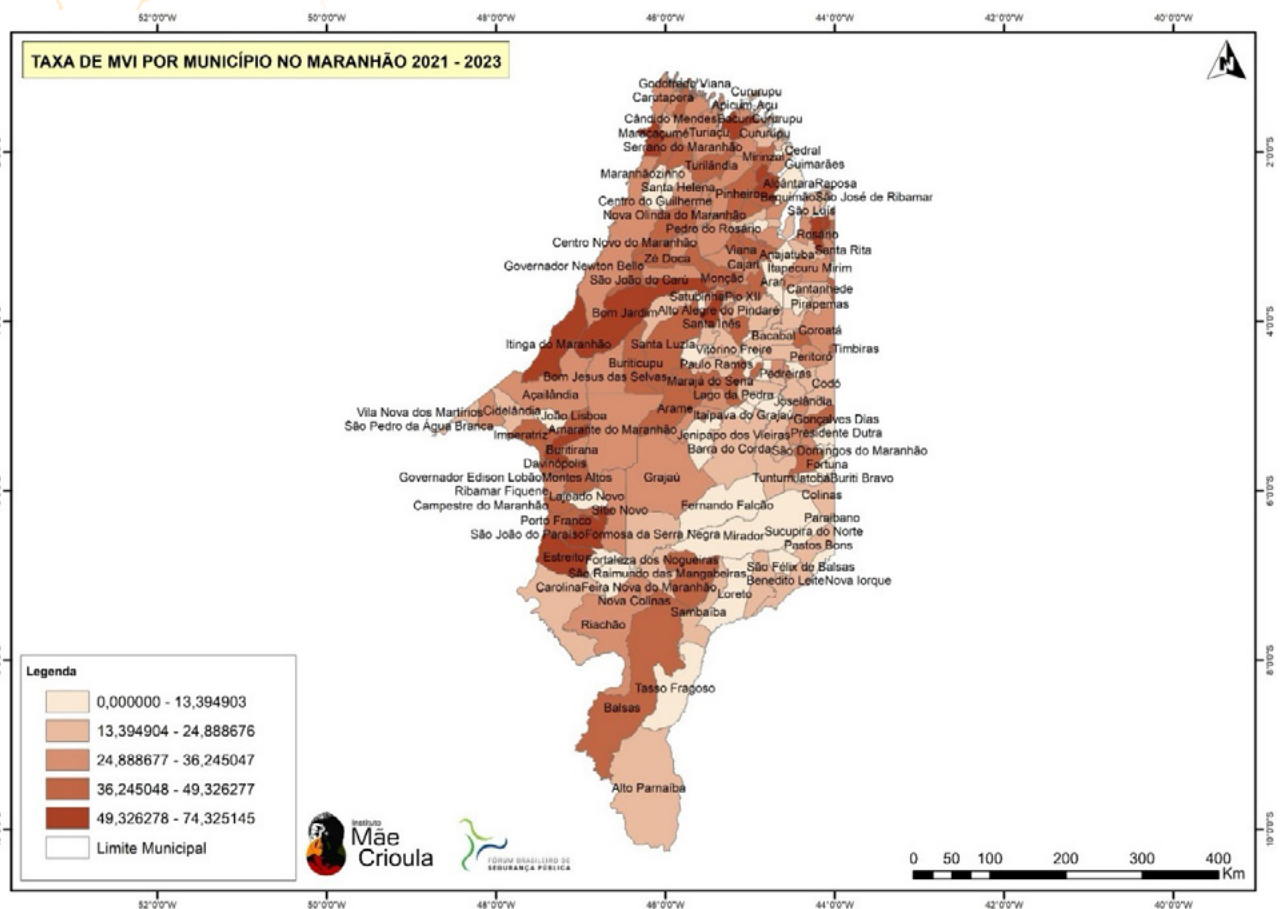
25 Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA). **Laranjal do Jari**: realidades que devem ser conhecidas. Macapá: GEA/SETEC/IEPA, 2004.

26 Ver: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/02/19/garimpos-ilegais-crescem-304percent-em-um-ano-dentro-do-parque-nacional-montanhas-do-tumucumaque.ghtml>.



O Maranhão possui o menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do país, e em termos geopolíticos, é marcado por uma complexa interação de fatores, como a exploração de recursos naturais, as desigualdades sociais e a influência de grupos de interesse, gerando conflitos e tensionamentos entre diversos atores sociais. A posição do Maranhão no contexto da Amazônia Legal e sua proximidade com a região Norte também conferem ao estado uma relevância estratégica, tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico.

Mapa Taxa de MVI no triênio 2021-2023, por município Maranhão



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública e IMC.

A cidade mais violenta do Maranhão, Davinópolis, fica no sudoeste do estado, a 663 km da capital, na divisa com Tocantins e é muito próxima da Reserva Extrativista de Mata Grande. Tem uma população de 14.404 habitantes (IBGE, 2022) e é parte da região metropolitana de outra cidade maior, Imperatriz. Antes de ser elevada à categoria de município, Davinópolis era, inclusive, um bairro de Imperatriz, ganhando sua independência administrativa a partir do aumento populacional. A MA-122 é a principal rodovia estadual que passa pelo município, interligando-o com a vizinha Imperatriz.

A taxa média de MVI de Davinópolis entre 2021 e 2023 foi de 74,3 vítimas por 100 mil habitantes, com o maior crescimento registrado de 2022 para 2023, na ordem de 33,3%. No triênio, é também a 26ª cidade com as maiores taxas de MVI de toda a Amazônia Legal.

Davinópolis também possui uma Unidade Prisional de Ressocialização, que recebe homens e mulheres, e tem relatos de disputas entre Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital. Notícias recentes apontam a existência de tráfico de drogas no município, com produção de maconha²⁷, bem como homicídios, ainda que a maioria das notícias não vincule os episódios diretamente às facções. Também recentemente, a Operação Regalo, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão (MP-MA), tem buscado combater a formação de organização criminosa na Secretaria Municipal de Infraestrutura de Imperatriz. A operação envolve a apuração de crimes licitatórios e lavagem de dinheiro, com mandados judiciais a serem cumpridos também em Davinópolis²⁸. Vale destacar que essa operação específica parece não mencionar o tráfico de drogas, o que pode indicar que o crime organizado na região se dedique a outros tipos de negócios para além das drogas.

O segundo município maranhense com as taxas mais altas de mortes violentas intencionais entre 2021-2023 é Central do Maranhão, com uma taxa média no período de 70,4 mortes por grupo de 100 mil habitantes. Além disso, a cidade também compõe o ranking das 100 cidades mais violentas de toda a Amazônia Legal no último triênio, ocupando a 32ª posição.

O pequeno município de 7.094 habitantes (IBGE, 2022) é um polo de produção de cana-de-açúcar, tendo sua origem, inclusive, ligada a esta atividade. O município, distante 68 km da capital São Luís, foi emancipado em 1994 e nos dias de hoje a cidade que outrora tinha sua economia centrada no açúcar hoje é mais dinâmica, com destaque para outros produtos do agronegócio e empregos no setor público. Não há dados suficientes para apontar a existência ou não de organizações criminosas consolidadas no município.

Outra característica de Central do Maranhão é o fato de ser uma das cidades brasileiras com a maior proporção de quilombolas: segundo o último Censo do IBGE, que fez o levantamento pela primeira vez, 48,4% dos habitantes de Central do Maranhão são quilombola. O Maranhão, por sua vez, é o segundo estado brasileiro com a maior população quilombola (IBGE, 2022). Os dados indicam, portanto, uma ameaça de violência letal que atinge desproporcionalmente esses grupos.

O Maranhão, por sua vez, é o segundo estado brasileiro com a maior **população quilombola** (IBGE, 2022). Os dados indicam, portanto, uma ameaça de violência letal que atinge desproporcionalmente esses grupos.

27 Ver: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2024/08/22/laboratorio-de-producao-de-supermaconha-e-fechado-e-100-pes-sao-apreendidos-em-davinopolis-no-maranhao.ghtml>.

28 Ver: <https://imirante.com/noticias/imperatriz/2024/10/10/operacao-do-gaeco-investiga-crimes-licitatorios-e-lavagem-de-dinheiro-em-imperatriz>.



Próxima de Central do Maranhão está o município de Boa Vista do Gurupi, o terceiro mais violento do Maranhão no triênio 2021-2023, com taxa média trienal de MVI semelhante à do município vizinho (70,3/100 mil). De 2022 para 2023 a taxa teve um aumento de 33,3%, embora quando se considera todo o triênio, a variação tenha sido negativa, com uma diminuição de 55,4% das taxas. Na Amazônia Legal como um todo, levando em conta os dados dos últimos três anos, o município também faz parte da lista dos mais violentos da região, ocupando a 34ª posição.

Boa Vista do Gurupi tem 7.574 habitantes (IBGE, 2022) e está 236 km distantes da capital, São Luís. Atravessada pela rodovia BR-316, localiza-se no oeste maranhense, exatamente na divisa com o estado do Pará, às margens do Rio Gurupi. Também faz divisa com os municípios de Cachoeira do Piriá, Junco do Maranhão e Amapá do Maranhão.

Na década de 1960, a então vila de Gurupi vivia à base de uma economia de subsistência com base na pesca e na caça. Em 1994 tornou-se município, ganhando o nome de Boa Vista do Gurupi.

Não há indícios de facções criminosas consolidadas no município. A violência, nesse sentido, parece estar ligada a outras dinâmicas. Levantamento de notícias na mídia indicam, por exemplo, a existência de conflitos de terra na região, o que aponta para dinâmicas de violência no campo. Para ilustrar, em março de 2024, a Operação Efestos, da Polícia Civil do Maranhão, culminou na prisão de quatro pessoas envolvidas em conflitos de terra e na apreensão de armas de fogo longas e curtas, coletes balísticos e outros itens²⁹.

O fenômeno da violência agrária conecta-se também a **violência contra líderes comunitários**, com destaque para quilombolas e trabalhadores rurais, além de ameaças e intimidações. São algumas características que marcam o cenário de diversas regiões do estado.

O fenômeno da violência agrária conecta-se também a violência contra líderes comunitários, com destaque para quilombolas e trabalhadores rurais, além de ameaças e intimidações. São algumas características que marcam o cenário de diversas regiões do estado. Como exemplo, vale lembrar que entre 2020 e 2023, ao menos dez quilombolas foram mortos no Maranhão. Nos municípios que contam com a presença do crime organizado, a dinâmica de violência se complexifica ainda mais. Mas ainda que as facções sejam um problema crescente em muitos municípios brasileiros, como este relatório tem mostrado, em outros, contornos específicos ligados a questões estruturais (Nascimento et al, 2024)³⁰ – como os conflitos agrários – parecem ainda serem fator importante para a geração da violência.

29 Ver: <https://www.policiacivil.ma.gov.br/policia-civil-prende-quatro-pessoas-durante-operacao-de-combate-a-conflitos-de-terra-entre-os-municipios-de-boa-vista-do-gurupi-e-junco-do-maranhao/>.

30 NASCIMENTO, Jaine de Cássia; et al. Maranhão em face aos conflitos agrários: uma cartografia dos conflitos por terra (2001-2020). In: **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.19, n.54, p.1-18, abr. 2024.



Tabela
6Dez cidades mais violentas no triênio 2021-2023
Maranhão

Dez cidades mais violentas do triênio	UF	Município	Taxas				Variação (em %)		
			2021	2022	2023	Taxa Trienal 2021-2023	2021/2022	2022/2023	2021/2023
1	MA	Davinópolis	77,2	62,5	83,3	74,3	-19,0	33,3	7,9
2	MA	Central do Maranhão	41,9	84,6	84,6	70,4	101,9	0,0	101,9
3	MA	Boa Vista do Gurupi	118,3	39,6	52,8	70,3	-66,5	33,3	-55,4
4	MA	Estreito	68,6	96,1	45,1	69,9	40,0	-53,1	-34,4
5	MA	Itinga do Maranhão	30,8	57,7	102,2	63,6	87,3	76,9	231,4
6	MA	Santa Inês	61,6	55,3	67,0	61,3	-10,3	21,3	8,8
7	MA	Axixá	51,0	59,4	59,4	56,6	16,4	0,0	16,4
8	MA	Senador La Rocque	60,1	54,4	54,4	56,3	-9,4	0,0	-9,4
9	MA	Rosário	23,3	52,0	88,4	54,6	122,8	70,0	278,7
10	MA	Bequimão	81,5	25,5	56,2	54,4	-68,6	120,0	-31,0

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública e IMC.

2.2.5 Mato Grosso

O Mato Grosso é um dos dois únicos estados, ao lado do Amapá, que apresentou crescimento da taxa de mortes violentas intencionais na Amazônia entre 2022 e 2023. Com taxa de 31,7 por grupo de 100 mil habitantes, houve um crescimento de 8,1 por grupo de 100 mil habitantes.

O crime organizado é uma preocupação crescente em Mato Grosso. Em 2024, adquiriu características de crise política, tendo como pontos de destaque a troca de comando da PM³¹. O governo do estado tem sido muito pressionado no debate público e por uma percepção do crescimento da sensação de insegurança em diversas regiões do estado. No final de novembro, o governo lançou um pacote de medidas chamado “Programa Tolerância Zero ao Crime Organizado”, com destaque para a recriação da Secretaria de Justiça, com responsabilidade de administrar os presídios e o sistema socioeducativo, que anteriormente havia sido extinta com suas funções tendo sido assumidas pela Secretaria de Segurança Pública, e para a criação de um Comitê Integrado de Combate ao Crime Organizado, com participação de diversos órgãos do executivo, além de MP, TJ e Defensoria e OAB³². Contudo, vale lembrar que, em 2022, uma operação da Polícia Civil e do Ministério Público do estado cumpriu mandados contra mais de 60 policiais militares suspeitos integrar um grupo de extermínio e, simulando confronto, matar 24 pessoas na região

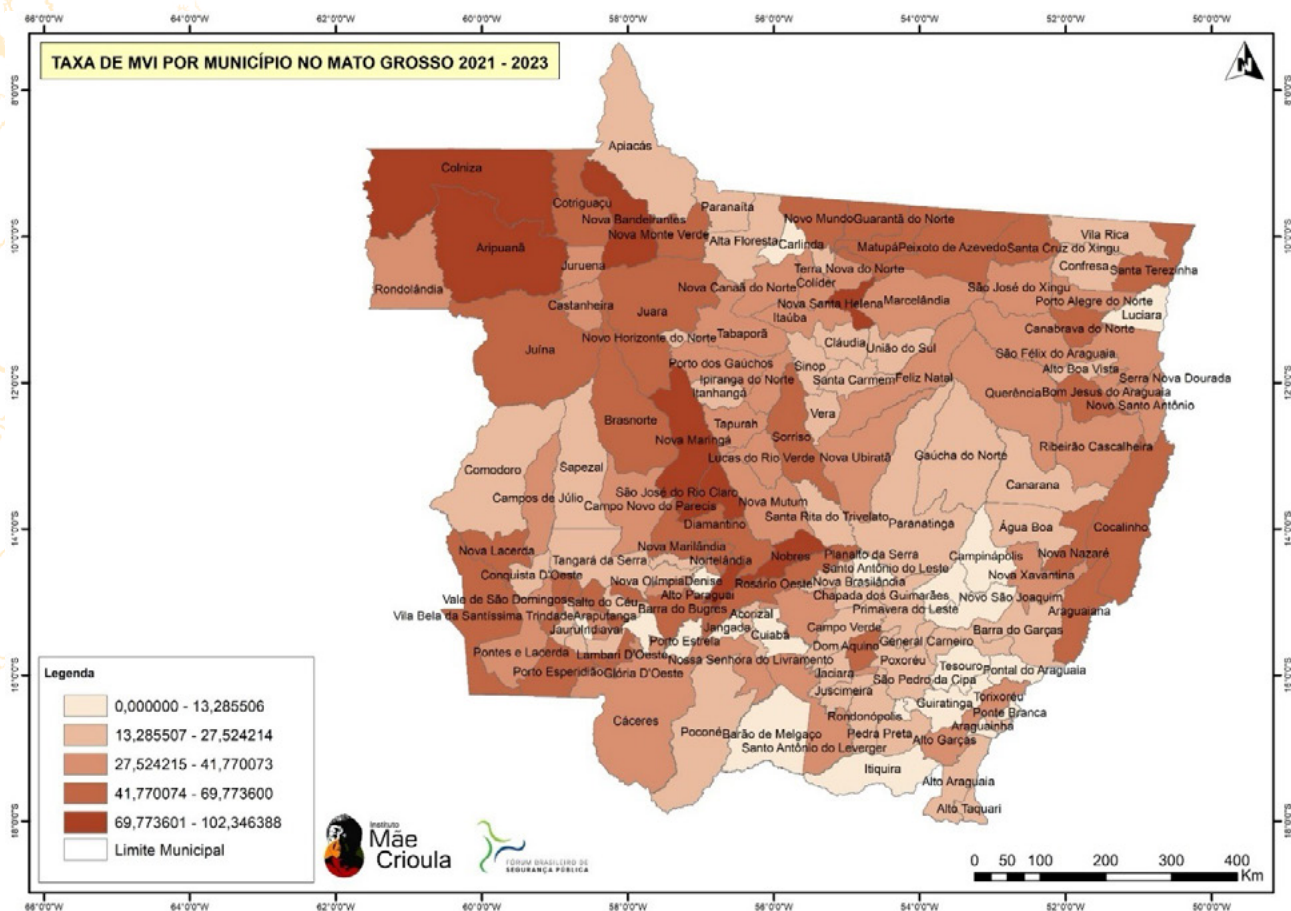
O Mato Grosso é um dos dois únicos estados, ao lado do Amapá, que apresentou **crescimento da taxa de mortes violentas intencionais** na Amazônia entre 2022 e 2023.

31 <https://www.vgnoticias.com.br/policia/vivendo-crise-na-seguranca-publica-mauro-mendes-troca-comando-na-pm/123942>

32 <https://www.secom.mt.gov.br/w/governador-lan%C3%A7a-pacote-de-medidas-integradas-para-combate-ao-crime-organizado-em-mt>



metropolitana de Cuiabá³³. Em 26 de novembro de 2024, enquanto este texto é escrito, a Operação Sisamnes levou a PF a cumprir mandados contra dois desembargadores do TJMT suspeitos de participar de um esquema de venda de sentenças judiciais³⁵.

Mapa
9Taxa de MVI no triênio 2021-2023, por município
Mato Grosso

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública e IMC.

O estado registra presença de ao menos 4 grupos criminosos, com destaque para o Comando Vermelho, que parece ainda ter presença mais intensa no estado³⁶. Os outros três grupos são o PCC, Tropa Castelar, com foco em Sorriso, e o Bonde dos 40, com origem no Maranhão³⁷, mas com atuação na região do Araguaia³⁸.

33 <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/03/31/operacao-prende-81-policiais-militares-suspeitos-de-24-mortes-e-simularem-confrontos-em-mt.ghtml>

34 <https://pnbonline.com.br/mais-de-60-policiais-sao-denunciados-por-integrar-grupo-de-extermio/>

35 <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2024/11/26/pf-cumprir-mandados-de-buscas-contra-desembargadores-em-mt.ghtml>

36 <https://www.hnt.com.br/justica/cv-ainda-mantem-soberania-em-mato-grosso-avalia-promotor-do-gaeco/419347>

37 <https://www.vgnoticias.com.br/policia/o-que-e-bonde-dos-40-quarta-faccao-com-presenca-em-mato-grosso/119732>

38 <https://www.vgnoticias.com.br/no-alvo/com-4-faccoes-no-estado-governador-prefere-culpar-brasilia-ao-inves-de-aumentar-efetivo/119937>



Entre 2022 e 2023, a Operação Dissidência, realizada por uma Força-tarefa da secretaria de segurança do estado, enfocou a região norte do estado, na qual se desenhava um conflito dentro do Comando Vermelho, que culminou com o surgimento da Tropa do Castelar. Em 2022, uma série de 11 mortes ocorreu em um período de 13 dias em Sorriso, a 420km de Cuiabá³⁹. Há notícias de que a região norte do Mato Grosso segue com conflito entre Comando Vermelho, Tropa Castelar e o PCC, que tem buscado ampliar sua influência no contexto de conflito entre CV e sua dissidência (Castelar).

O Mato Grosso corresponde a boa parte da faixa de fronteira que o Brasil tem com a Bolívia, um dos três principais países produtores de cocaína do planeta, o que torna esta região relevante para a cadeia do narcotráfico, tanto em âmbito nacional quanto internacional. O 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública⁴⁰ destacou um crescimento significativo nas apreensões de cocaína registradas pela Polícia Federal no estado: foram 14,1 toneladas de cocaína e derivados em 2023. Neste mesmo ano, o Centro-Oeste passa a ser a região com maior volume de droga apreendida, 23,6 toneladas, sendo a maior parte registrada em Mato Grosso. O volume de cocaína apreendida apenas neste estado foi maior do que o da região Norte inteira (7,4 toneladas). Nos 9 anos anteriores da série histórica, o Sudeste foi a região com maior volume de apreensões, embora desde 2019 apresente tendência de redução, sendo finalmente superada pelo Centro-Oeste em 2023. Entre 2022 e 2023, embora o Brasil tenha registrado redução no volume de apreensões de cocaína, duas regiões registraram aumento: no Centro-Oeste subiu 9,8%, já no Sudeste o crescimento foi de 23,9%. Isso aponta para a correlação entre crescimento das MVI e intensificação da presença, e dos conflitos, associados ao crime organizado que opera o narcotráfico no estado.

Em 2023, o Centro-Oeste passou a ser a região com maior volume de droga apreendida, superando o Sudeste, sendo a maior parte registrada em Mato Grosso.

Ao olharmos para os municípios mato-grossenses com maiores taxas de MVI no triênio, chama a atenção que dois deles localizam-se na faixa norte do estado, justamente o local onde o conflito entre CV, Castelar e PCC se intensificou. São os casos de Nova Santa Helena⁴¹, com a maior taxa trienal de MVI no estado (102,3 vítimas a cada 100 mil habitantes), e Aripuanã, com a quarta maior taxa (91,4/100 mil).

As cidades de São José do Rio Claro (2ª maior taxa no MT, 100,1/100 mil) e Nova Maringá (3ª maior, 96,5/100 mil) são vizinhas, e ficam em região próxima à Alto Paraguai (5ª maior, 91,0/100 mil). Essa

39 <https://www.olharjuridico.com.br/noticias/exibir.asp?id=57004¬icia=dissidente-do-cv-um-dos-fundadores-da-facciao-tropa-castelar-e-mantido-presos-pelo-stj>

40 <https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/1d896734-f7da-46a7-9b23-906b6df3e11b/content>

41 Em junho, Polícia Civil cumpre 20 mandados contra organização criminosa em três cidades do norte de MT. A terceira fase da operação cumpre ordens judiciais de prisão e busca e apreensão em Itaúba, Nova Santa Helena e Colíder. Os oito mandados de prisão preventiva e 12 de busca de apreensão domiciliar, tiveram como alvos integrantes de uma organização criminosa instalada nas três cidades, e que vinham atuando no crime de tráfico de drogas. Nome da operação. "Lex Paralela" faz referência a tentativa da organização criminosa de estabelecer normas paralelas de controle sobre os pontos de vendas de drogas e punição a usuários e revendedores que não obedecessem às ordens emanadas dos criminosos. Disponível em: <https://www.pjc.mt.gov.br/-/pol%C3%A9dicia-civil-cumprir-20-mandados-contra-organiza%C3%A7%C3%A3o-criminosa-em-tr%C3%AAs-cidades-do-norte-de-mt>



região, mais central no estado, está próxima ainda de municípios como Sorriso⁴². Para tais cidades, parece ter importância a proximidade com a BR163, que liga o Mato Grosso ao sudoeste e sul do Pará. Este Cartografias evidencia que as BR163 e BR364 estão entre as rodovias federais com maior volume de apreensões de drogas em 2023. Há análises que destacam a importância do modal rodoviário para o narcotráfico de cocaína proveniente da Bolívia no estado de Mato. Todavia, é de se notar que tais análises identificam que ao menos parte da cocaína apreendida em rodovias do Mato Grosso chegam ao estado provenientes de estados como Acre e Rondônia. No caso dos fluxos provenientes de Rondônia, destacam-se dois destinos prioritários: em direção ao sul, via BR364 e pela BR174, ou em direção ao leste, pelo RO-205 e MT-206 (JACARANDÁ, R., 2022)⁴³.

Há relatos de que Nova Santa Helena, Nova Maringá e Alto Paraguai sejam hoje cidades sob domínio da Tropa do Castelar e que o conflito atualmente se dê em oposição ao reestabelecimento de CV e à entrada do PCC. Esta organização tem se notabilizado por ser muito violenta, utilizando-se de tortura e decapitações nas suas ações, sendo formada majoritariamente por jovens. Adicionalmente, há relatos de prática de extorsão, como a venda obrigatória de serviços e produtos, como água, gás e combustível. Nesta mesma região, há relatos da constituição de milícias apoiadas por proprietários de terras atuantes no agronegócio local.

As cinco cidades com maiores taxas de MVI no estado apresentaram indicadores acima de 91 vítimas por 100 mil habitantes na taxa trienal encerrada em 2023. A taxa de MVI dos estados da Amazônia Legal, que já é 41% superior à taxa nacional, ficou em 32,3 vítimas a cada 100 mil habitantes, considerando apenas o ano de 2023. Ao todo, dos 141 municípios do MT, 63 municípios apresentaram taxa superior à da região Amazônica, isto é, quase 45% do estado. É possível ainda notar que há sobreposições entre essa dinâmica do crime organizado na modalidade narcotráfico com outros tipos de crimes, com destaque para o garimpo ilegal e desmatamento ilegal⁴⁴.

Em março de 2024, A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT), em conjunto com o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (Bope), deflagrou operação contra extração ilegal de minérios no norte de Mato Grosso, nos municípios de Nova Santa Helena, Peixoto de Azevedo e Novo Mundo. As áreas de extração ilegal foram embargadas e as multas aplicadas são estimadas no valor de R\$ 650 mil. No município de Nova Santa Helena, foi desmobilizado um garimpo ilegal que utilizava explosivos em sua operação. O material, como explosivos, motores e barracões, foi apreendido ou inutilizado. Três das áreas fiscalizadas possuem autorização

42 <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2024/06/19/na-rota-do-crime-organizado-municipio-de-mt-fica-entre-as-10-cidades-mais-violentas-do-brasil-diz-atlas-da-violencia.ghtml>

43 <https://rodolfojacaranda.com/a-cocaina-na-amazonia/>

44 A FICCO/MT realizou operação em novembro de 2024 contra grupo que operava narcotráfico de cocaína entre a Bolívia e o Nordeste (porto de Pecém, no Ceará), para exportação, passando por cidades como Sinop/MT e Picos/PI. Foram apreendidos 800 kg de cocaína. O mesmo grupo trabalhava com envio de madeira ilegal para o Sudeste e operava rotas rodoviárias utilizando caminhões com placas clonadas. Disponível em: <https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias/estaduais/mato-grosso/prf-participa-da-operacao-rota-do-sertao-contra-o-crime-organizado-em-mato-grosso>



para funcionar por meio de Licença Ambiental, mas foram autuadas por causar degradação em Área de Preservação Permanente, extrapolando os limites permitidos pelo órgão ambiental. ⁴⁵

Tabela 7 Dez cidades mais violentas no triênio 2021-2023
Mato Grosso

Dez cidades mais violentas do triênio	UF	Município	Taxas				Variação (em %)		
			2021	2022	2023	Taxa Trienal 2021-2023	2021/2022	2022/2023	2021/2023
1	MT	Nova Santa Helena	24,0	141,5	141,5	102,3	490,9	0,0	490,9
2	MT	São José do Rio Claro	125,9	94,0	80,5	100,1	-25,4	-14,3	-36,1
3	MT	Nova Maringá	135,4	68,4	85,5	96,5	-49,5	25,0	-36,8
4	MT	Aripuanã	111,9	109,6	52,8	91,4	-2,0	-51,9	-52,8
5	MT	Alto Paraguai	73,3	124,9	74,9	91,0	70,2	-40,0	2,1
6	MT	Colniza	93,0	73,8	73,7	80,2	-20,7	0,0	-20,7
7	MT	Nova Bandeirantes	96,5	58,7	80,7	78,6	-39,2	37,5	-16,4
8	MT	Nobres	25,9	77,5	116,2	73,2	199,2	50,0	348,8
9	MT	Cocalinho	32,5	96,5	80,4	69,8	197,1	-16,7	147,6
10	MT	Nova Monte Verde	36,2	132,3	36,1	68,2	265,9	-72,7	-0,2

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública e IMC.

2.2.6 Pará

O estado do Pará apresentou ao longo do triênio de 2021 a 2023 altas taxas de MVI, chegando a 32,8 mortes por grupo de 100 mil habitantes em 2023, ainda que isso represente uma queda de 11,8% em relação ao ano anterior. No triênio analisado, o estado concentra quatro dos cinco municípios mais violentos da Amazônia Legal. E 13 de seus municípios tem taxas de MVI acima de 70 por grupo de 100 mil habitantes.

Alguns fatores ajudam a compreender o pano de fundo, de modo geral, dos altos índices de MVI no Pará. Entre eles está a expansão da fronteira por meio da construção de rodovias. Uma delas é a BR-163 (Santarém–Cuiabá), principal via de acesso ao município de Novo Progresso, o quarto mais violento da Amazônia Legal. Tanto na BR-163 como na BR-230 (Transamazônica), os conflitos fundiários e a exploração de *commodities* são os principais produtores de violência e violações de direitos territoriais. Já no sudeste do Pará – onde estão localizadas Cumaru do Norte e Abel de Figueiredo, as duas cidades mais violentas do estado e do país no triênio 2021-2023 –, a dinâmica da violência se dá em maior grau em função dos conflitos entre agropecuaristas e populações tradicionais que brigam pela posse da terra contra o avanço do monocultivo, principalmente da soja.

A dinâmica da violência se dá em maior grau em função dos conflitos entre agropecuaristas e populações tradicionais que brigam pela posse da terra contra o avanço do monocultivo, principalmente da soja.

⁴⁵ <https://nativanews.com.br/meio-ambiente/sema-e-bope-deflagram-operacao-nos-municipios-de-nova-santa-helena-peixoto-de-azevedo-e-novo-mundo/>

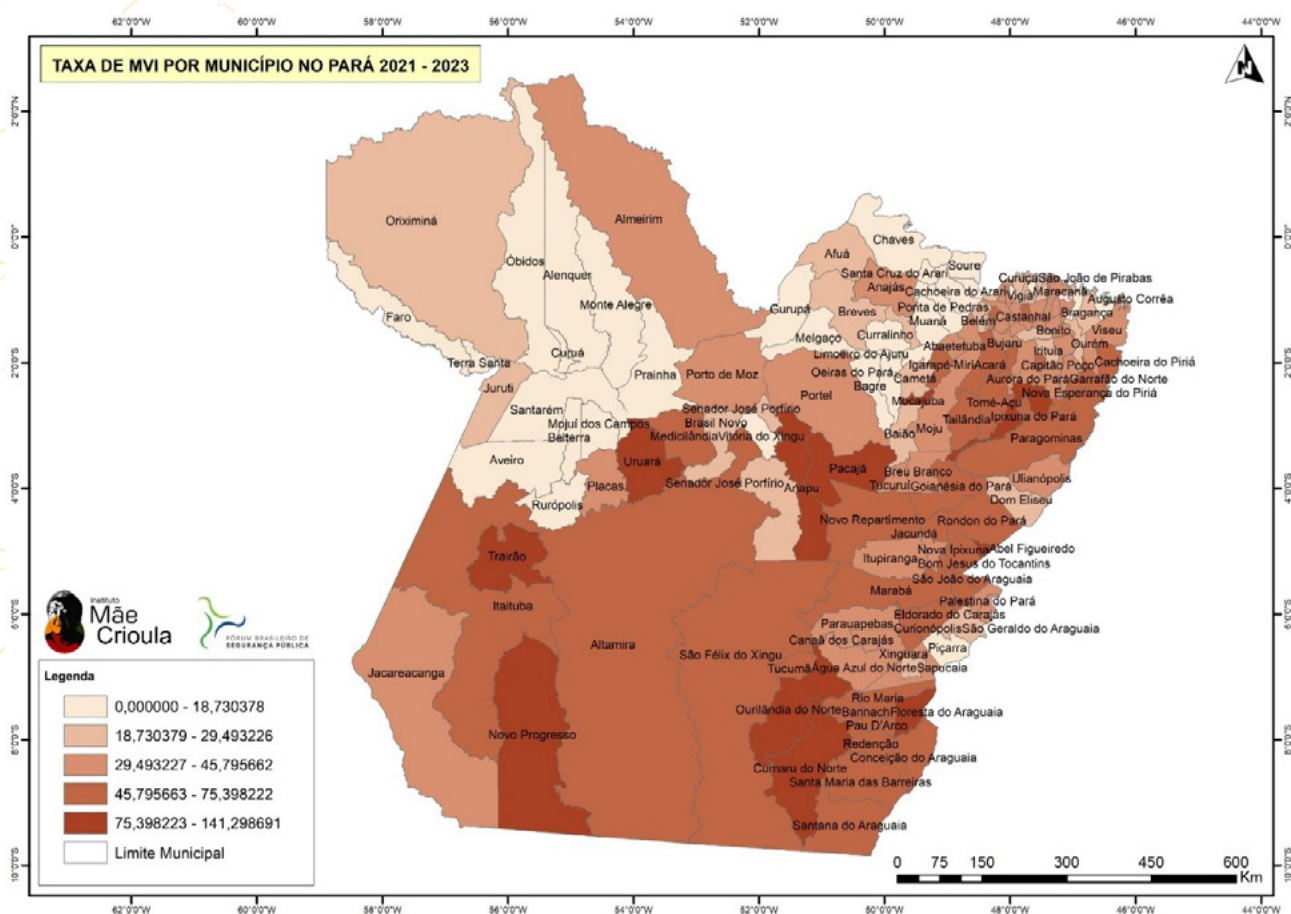


Os eixos rodoviários no estado do Pará coincidem com a direção de alguns vetores de expansão de atividades como a exploração madeireira, garimpo ilegal, grilagem, avanço da monocultura e, mais recente, a atuação de grupos criminosos ligados ao narcotráfico, que usam de suas estruturas para facilitar o escoamento e comercialização de drogas no varejo. Com isso, há uma disputa entre as facções que controlam alguns territórios de passagem e comercialização desses produtos ilícitos, gerando os conflitos que resultam em mortes. De modo geral, a região é marcada também por embates de grupos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses, que entram em conflito com grileiros e agropecuaristas que avançam com suas atividades em direção aos territórios protegidos e ocupados por esses grupos sociais.

Nos parágrafos seguintes, tentamos lançar luz às dinâmicas da violência letal dos quatro municípios paraenses mais violentos, que são também as cidades mais violentas da Amazônia Legal no triênio 2021-2023. Todos eles têm taxas trienais superiores a 100 mortes por grupo de 100 mil habitantes.

Mapa
10

Taxa de MVI no triênio 2021-2023, por município
Pará



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública e IMC.



O município de Cumaru do Norte é o mais violento do Pará e de toda a Amazônia Legal no triênio 2021-2023, com uma taxa de 141,3 mortes a cada grupo de 100 mil habitantes. Cumaru do Norte é um pequeno município, de 14.036 habitantes (IBGE, 2022), localizado no sudeste do Pará, a 993 km da capital. Uma das particularidades geográficas do município é o fato de parte da TI Kayapó, com mais de quatro mil indígenas, estar localizada nele. O município faz fronteira com Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Redenção, bem como com Bannach, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu, sendo que estas três últimas também têm parte da TI Kayapó em seu território. A PA-287 é a principal artéria que liga o município ao restante do estado, conectando-o a Redenção e oferecendo acesso à BR-158, um importante eixo rodoviário nacional.

Fundado em 1991, o município nasceu em torno de um garimpo que ali acontecia desde a década de 1980, atraindo trabalhadores que se fixaram na região. Até hoje, o garimpo é o principal motor da cidade, a ponto de Cumaru do Norte ter ampliado sua infraestrutura, contando atualmente com a presença de uma pista de pouso. Além de atividade econômica, o garimpo que acontece em Cumaru e seu entorno é também um problema social, uma das causas da violência na região. Mas não é a única. Os conflitos fundiários, especialmente entre os garimpeiros e os indígenas da TI Kayapó, também marcam as dinâmicas violentas do município. A extração de madeira em Cumaru do Norte, por exemplo, é um negócio que exerce pressão sobre a TI na disputa pelo recurso natural. A atividade madeireira na região é intensa (classificada como nível 4 de impacto segundo a classificação da Funai no relatório, que vai de 1 a 5)^{46 47}.

A intensificação do garimpo e os conflitos por terra chegaram a tal nível que levou à criação do chamado Projeto Cumaru, sob a responsabilidade do então do Conselho de Segurança Nacional. Com o objetivo de erradicar o contrabando de ouro, oferecer assistência aos garimpeiros e evitar confrontos com os indígenas kayapó, a área foi militarizada, com a presença de agentes do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI) e da Polícia Federal.

Atualmente, a falta de evidências sobre a existência de facções criminosas no município é mais um fator que reforça o garimpo e conflitos fundiários relacionados a ele como os principais responsáveis pela violência da região.

Até hoje, o garimpo é o **principal motor** de Cumaru do Norte, cidade mais violenta do Pará, que chegou a ampliar sua infraestrutura, contando atualmente com uma pista de pouso.

46 Ver: <https://xingumais.org.br/conflito/extracao-ilegal-madeira-kayapo-0>.

47 INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Diagnóstico da efetividade do Fundo Kayapó na melhoria da qualidade de vida do povo Kayapó e na gestão e integridade de seus territórios – Relatório final**. São Paulo: ISA, 2019.



É também nesse sentido que Cumarú do Norte tem aparecido na mídia. Recentemente, por exemplo, Ibama, Funai e PRF, na operação Xapiri Tuíre, destruíram maquinários e produtos utilizados por garimpeiros na TI Kayapó, em Cumarú⁴⁸.

Em segundo lugar na lista dos municípios mais violentos do Pará e da Amazônia Legal está Abel Figueiredo, um pequeno município de 6.136 habitantes (IBGE, 2022), com taxa média de 115,5 mortes por grupo de 100 mil habitantes no triênio 2021-2023.

Abel Figueiredo é um exemplo da razão pela qual a análise da taxa dos municípios por triênio é uma escolha acertada. Se em 2021 para 2022 as taxas no município caíram mais de 90%, chegando a uma taxa de 14,2 mortes por grupo de 100 mil habitantes, de 2022 para 2023 elas explodiram, com crescimento de 931,1% e uma taxa de 146,7 mortes por 100 mil. Em números absolutos, foram 13 mortes em 2021, somente uma em 2022 e nove em 2023. A análise do triênio, neste caso, ajuda a matizar a altíssima taxa de 2023 e taxa mais baixa de 2022. Mesmo com essa estratégia metodológica, o fato de o município ocupar a segunda posição no ranking indica que há dinâmicas de violência em seu território que merecem atenção.

Do mesmo modo como Cumarú do Norte, Abel Figueiredo também está localizado no sudeste paraense, marcada por conflitos entre agropecuaristas e populações tradicionais. Faz fronteira com o estado do Maranhão e com os municípios paraenses de Bom Jesus do Tocantins e Rondon do Pará. Está 104 km distante de Marabá, um importante polo da região, e a 566 km da capital Belém.

O núcleo habitacional surgiu na década de 1960 às margens da rodovia PA-70 (hoje BR-222) e está relacionado ao povoamento provocado pela corrida do ouro na região da Serra Pelada, também no sudeste do Pará. Abel Figueiredo tornou-se independente como município em 1991.

Não há evidências de facções criminosas no município, o que reforça a hipótese de que a violência ali está mais relacionada a embates entre grileiros e agropecuaristas com a população originária. Em 2023, ano em que houve bastante aumento das mortes violentas intencionais no município, a mídia noticia algumas delas. Uma delas aconteceu em uma carvoaria⁴⁹. Outra vitimou um pecuarista do município⁵⁰. Para se ter uma ideia, nos dias de hoje, 70% das terras do município são usadas para pastagem⁵¹.

48 Ver: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/09/06/operacao-de-combate-ao-garimpo-ilegal-destrui-maquinaros-e-encontra-focos-de-incendio-na-terra-indigena-kayapo-no-pa.ghtml>.

49 Ver: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/09/29/briga-em-carvoaria-termina-com-homem-morto-em-abel-figueiredo-no-pa.ghtml>.

50 Ver: <https://avozdoxingu.com.br/dupla-em-moto-executa-pecuarista-a-tiros-em-abel-figueiredo/>.

51 Ver: <https://infosanbas.org.br/municipio/abel-figueiredo-pa/>.

A terceira cidade mais violenta do Pará e de toda a Amazônia Legal é Mocajuba, um município de 27.198 habitantes (IBGE, 2022) localizado no nordeste do estado e cortado pelo Rio Tocantins. Mocajuba fica a 232 km da capital Belém do Pará e é cortado por cinco principais estradas e rodovias em seu território: a PA-151, que é a principal rota de entrada de Mocajuba, a BR-422, a PA-256, PA-156 e PA-471. Seus municípios limítrofes são Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Moju e Oieras do Pará.

A taxa média de MVI no triênio 2021-2023 foi de 110,4 mortes por grupo de 100 mil habitantes. A taxa teve seu ápice em 2021, chegando a 139,9, e tem diminuído desde então. De 2022 para 2023, a queda teve um patamar de 44,8%.

Em comparação com as demais cidades mais violentas do Pará, que são bastante recentes, Mocajuba tem uma história mais antiga, tendo sido elevada pela primeira à categoria de município ainda no século XX, em 1895. Em um contexto de crescente atividade econômica na região, seu surgimento está ligado à demanda por infraestrutura para otimizar o transporte fluvial no rio Tocantins.

Segundo dados do último Censo do IBGE (2022), quase cinco mil pessoas quilombolas vivem em Mocajuba hoje e são 22 as comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares⁵². Além disso, o município abriga também cinco áreas de assentamentos de reforma agrária⁵³.

Foi identificada a presença da facção criminosa Comando Vermelho consolidada no município, o que complexifica a dinâmica da violência local. Especialmente para combater o crime organizado, as polícias do estado têm realizado operações no município e seus entornos. Um exemplo foi a Operação Acerto de Contas, em 2023, que resultou na prisão de 18 pessoas – algumas delas em Mocajuba – supostamente envolvidas com o tráfico de drogas e com crimes de lavagem de dinheiro⁵⁴. Algumas notícias da mídia indicam, para além disso, que Mocajuba, por ser cortada por um rio, é por vezes usada como esconderijo por integrantes do crime organizado procurados pela justiça⁵⁵. Quando encontrados pela Polícia, muitas vezes as operações resultam em morte⁵⁶. Das 21 mortes violentas intencionais no município no ano de 2023, por exemplo, dez foram registradas como

A Operação Acerto de Contas, em 2023, resultou na prisão de 18 pessoas – algumas delas em Mocajuba – supostamente envolvidas com o tráfico de drogas e com crimes de lavagem de dinheiro.

52 As comunidades certificadas são: Tambai Açú, Araquemáua, Baixinha, Campelo, Carará, Costeiro, Cupu, França, Igarapé Preto, Igarapezinho, Paenpelônia, Teófilo, Varzinha, São José do Icatu, Itabatinga, Mangabeira, Santo Antônio de Vizeu, São Benedito de Vuseu, Porto Grande, Uxizal, Vizania e Igarapé Açú.

53 Ver: <https://infosanbas.org.br/municipio/mocajuba-pa/#distribuicao>.

54 Ver: <https://agenciapara.com.br/noticia/49703/pcpa-deflagra-operacao-e-prende-18-pessoas-no-para-maranhao-e-rio-de-janeiro>.

55 Ver: <https://www.rdnews.com.br/policia/acusado-de-ataque-em-confresca-e-morto-em-confronto-em-ilha-do-para/203102>.

56 Ver: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/04/04/homem-e-morto-e-oito-suspeitos-sao-presos-em-operacao-contrabando-investigado-por-extorquis-comerciantes-em-abaetetuba.ghtml>.



morte decorrente de intervenção policial – isto é, quando a morte é causada pela Polícia –, dez como homicídio doloso e uma como latrocínio.

Por fim, o último município paraense com taxas trienais de MVI acima de 100 mortes por 100 mil habitantes é Novo Progresso. Este município também compõe o ranking dos mais violentos do Pará e da Amazônia Legal, ocupando a quarta posição, com uma taxa trienal (2021-2023) de 102,7 mortes violentas intencionais por grupo de 100 mil habitantes.

Com uma população de 33.638 habitantes (IBGE, 2022), Novo Progresso está localizado no sudoeste do estado, a uma distância de mais de 1.000 km da capital Belém e pode ser acessado via rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163). Tem como limítrofes os municípios paraenses de Taituba, Altamira, Jacareacanga e com o estado do Mato Grosso, especificamente com o município de Guarantã do Norte. Próximo da TI Menkragnoti e da TI Báú, em 2023 foi inaugurada no município a sede da Coordenação Técnica Local (CTL) de Novo Progresso I e II, unidade descentralizada da FUNAI responsável pelo atendimento aos indígenas da região⁵⁷.

Em 2019 aconteceu em Novo Progresso um evento que ficou conhecido como **“Dia do Fogo”**, um ato organizado por fazendeiros e empresários, no qual promoveram queimadas em larga escala de áreas de floresta da região, objetivando expandir a fronteira agrícola.

Antes disso, porém, a cidade ficou conhecida como um epicentro dos ataques à floresta amazônica e à democracia no Brasil. Em 2019 aconteceu em Novo Progresso um evento que ficou conhecido como “Dia do Fogo”, um ato organizado por fazendeiros e empresários, no qual promoveram queimadas em larga escala de áreas de floresta da região, objetivando expandir a fronteira agrícola. Em 2022, por sua vez, após Bolsonaro perder as eleições presidenciais, seus apoiadores em Novo Progresso, em confronto com as forças de segurança, bloquearam a BR-163⁵⁸.

Em termos de atividades econômicas, a construção civil já ocupou um espaço importante, especialmente impulsionada pelas obras de infraestrutura na construção da rodovia Santarém-Cuiabá, via de acesso à cidade. A construção da rodovia, inclusive, é o que impulsionou o surgimento da cidade, a partir da década de 1970.

Atualmente, é a agropecuária a base econômica de Novo Progresso, aproveitando a vasta extensão de terras disponíveis. Contudo, a região também enfrenta desafios como a exploração de recursos naturais, com destaque para o garimpo (em especial, de ouro) e a atividade madeireira, que podem gerar conflitos e impactos ambientais. Um exemplo são as atividades da mineradora Coringa Gold Project, no limite dos municípios de Novo Progresso e Altamira, que pode gerar contaminação dos rios e solo da região por mercúrio, impactando diretamente a

57 Ver: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/funai-inaugura-nova-unidade-descentralizada-em-novo-progresso-no-para>.

58 Ver: <https://reporterbrasil.org.br/2024/09/eleicoes-2024-novo-progresso-cidade-mais-bolsonarista-madeireiro-garimpeiro/>.



vida da população indígena da região⁵⁹. Ainda que sejam muitos os garimpos do município (segundo dados da Câmara Municipal do município, são mais de 100 garimpos ativos⁶⁰), grande parte das atividades do setor extrativista ocorre de forma informal e ilegal, sem registro e sem pagamento de impostos (FAPESPA, 2023)⁶¹.

Em novembro de 2023, devido aos altos índices de devastação florestal, Novo Progresso foi incluído no rol dos municípios prioritários da Amazônia Legal para ações de prevenção, controle e redução dos desmatamentos e degradação florestal (BRASIL, 2023)⁶². Ainda assim, nas eleições municipais de 2024, em disputa entre dois candidatos da extrema-direita, cujas propostas de governo envolvem a redução de unidades de conservação e o garimpo em terras indígenas, foi reeleito no município o prefeito multado por desmatar 174 hectares de floresta nativa em área de preservação, fato que é indicativo da centralidade dos crimes ambientais na região⁶³.

Como visto ao longo deste relatório, o garimpo, desmatamento e conflitos fundiários de modo geral são alguns dos fatores envolvidos na violência na Amazônia Legal. Em Novo Progresso não é diferente. A dinâmica da violência torna-se ainda mais complexa ali devido à presença do CV, facção que hoje tem o comando do município. A mistura desses ilegalismos gera alianças entre o tráfico de drogas e o garimpo⁶⁴, por exemplo, ao mesmo tempo que desencadeia conflitos armados entre os diversos atores envolvidos nessas redes criminosas, muitas vezes atingindo também as comunidades tradicionais, que sofrem com a exploração de seus territórios⁶⁵. Como resultado, as taxas mortes violentas intencionais seguem altas.

59 Ver: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/05/21/ameacas-do-garimpo-e-invasoes-o-que-se-sabe-sobre-a-terra-indigena-bau-onde-garimpeiros-estao-detidos-no-pa.ghtml>

60 Ver: <https://camaranovoprogresso.pa.gov.br/o-municipio/>.

61 Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). **Estatística municipal: Novo Progresso**. Belém: FAPESPA, 2023.

62 BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº 834, de 9 de novembro de 2023**. Dispõe sobre a edição da lista de municípios situados no Bioma Amazônia considerados prioritários 1 para ações de prevenção, controle e redução dos desmatamentos e degradação florestal, 2 e com desmatamento monitorado e sob controle. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 nov. 2023.

63 Ver: <https://www.brasilefato.com.br/2024/10/07/novo-progresso-pa-no-municipio-do-dia-do-fogo-prefeito-multado-por-desmatar-area-de-preservacao-e-reeleito>.

64 Ver: <https://infoamazonia.org/2023/08/24/faccoes-ameacam-comunidades-quilombolas-no-corredor-da-cocaina-da-amazonia/>.

65 Ver: <https://infoamazonia.org/2023/08/24/faccoes-ameacam-comunidades-quilombolas-no-corredor-da-cocaina-da-amazonia/>.



Tabela

8

Dez cidades mais violentas no triênio 2021-2023
Pará

Dez cidades mais violentas do triênio	UF	Município	Taxas				Variação (em %)		
			2021	2022	2023	Taxa Trienal 2021-2023	2021/2022	2022/2023	2021/2023
1	PA	Cumaru do Norte	167,4	114,0	142,5	141,3	-31,9	25,0	-14,9
2	PA	Abel Figueiredo	185,5	14,2	146,7	115,5	-92,3	931,1	-20,9
3	PA	Mocajuba	139,9	114,0	77,2	110,4	-18,5	-32,3	-44,8
4	PA	Novo Progresso	94,1	124,9	89,2	102,7	32,6	-28,6	-5,3
5	PA	Floresta do Araguaia	167,7	33,5	78,2	93,2	-80,0	133,3	-53,4
6	PA	Anapu	119,7	103,6	50,2	91,2	-13,4	-51,5	-58,0
7	PA	Ourilândia do Norte	103,0	89,3	67,8	86,7	-13,3	-24,1	-34,2
8	PA	Pacajá	68,3	75,4	114,4	86,0	10,5	51,6	67,5
9	PA	Trairão	65,0	111,5	72,2	82,9	71,5	-35,3	11,0
10	PA	Uruará	73,3	84,9	78,1	78,8	15,9	-8,1	6,5

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública e IMC.

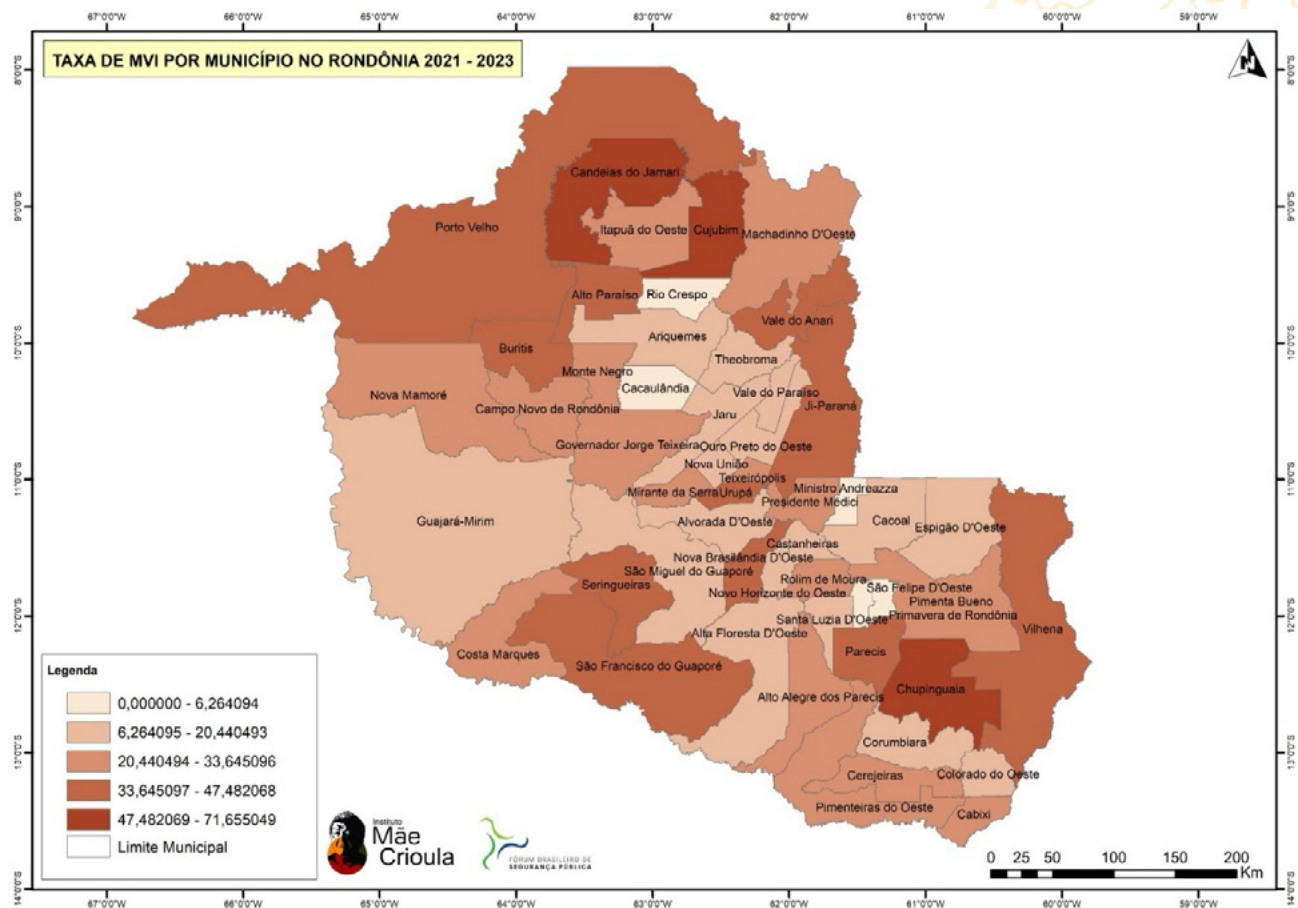


2.2.7 Rondônia

O Estado de Rondônia registrou o maior decréscimo no número de Mortes Violentas Intencionais na região da Amazônia Legal entre 2022 e 2023, com diminuição de 14,2%, passando de 34,8 mortes violentas por 100 mil habitantes em 2022 para 29,9 em 2023. Ainda que o estado apresente esse resultado positivo, ao analisarmos as taxas de MVI por município é possível observar uma distribuição heterogênea da violência em Rondônia, como demonstra o mapa a seguir.

Mapa 11

Taxa de MVI no triênio 2021-2023, por município
Rondônia



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública e IMC.

Nota-se que as taxas mais elevadas se concentram nas regiões norte, sudeste e em alguns municípios no sul do estado. Essas regiões com os municípios que apresentaram as maiores taxas estão próximas às áreas de divisa do estado, com estados como Acre, Amazonas, Mato Grosso e a fronteira com a Bolívia. Cujubim e Candeias do Jamari que ocupam, respectiva-



mente, a 1ª e 3ª posição da lista de cidades mais violentas de Rondônia, estão localizadas na área norte do estado, que faz divisa com o Amazonas.

Como demonstra a tabela a seguir, Cujubim registrou a maior taxa média de Mortes Violentas Intencionais entre 2021 e 2023 com 71,7 e ocupa a 30ª colocação entre as cidades mais violentas da Amazônia Legal. Um ponto que chama atenção nos números dos últimos três anos do município é a variação de ano a ano: entre 2021 e 2022 a cidade apresentou diminuição de 21,8% na taxa de Mortes Violentas Intencionais, entre 2022 e 2023 ocorre uma inversão e aumento de expressivos 128,6%. A variação de 2021 a 2023 foi de 78,8%. O município de Cujubim está inserido em um contexto de enfrentamento aos crimes ambientais que atinge a Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá, alvo de recente operação da Polícia Federal que acabou por identificar danos ambientais e atividades ilícitas voltadas ao desmatamento⁶⁶.

Tabela 9 Dez cidades mais violentas no triênio 2021-2023
Rondônia

Dez cidades mais violentas do triênio	UF	Município	Taxas				Variação (em %)		
			2021	2022	2023	Taxa Trienal 2021-2023	2021/2022	2022/2023	2021/2023
1	RO	Cujubim	60,2	47,1	107,6	71,7	-21,8	128,6	78,8
2	RO	Chupinguaia	75,8	42,9	53,6	57,4	-43,4	25,0	-29,2
3	RO	Candeias do Jamari	68,1	58,5	44,8	57,1	-14,1	-23,3	-34,2
4	RO	Seringueiras	35,7	98,5	8,3	47,5	175,9	-91,6	-76,8
5	RO	Urupá	64,1	46,6	28,0	46,2	-27,3	-40,0	-56,4
6	RO	Alto Paraíso	48,8	49,0	36,8	44,9	0,4	-25,0	-24,7
7	RO	Nova Brasilândia D'Oeste	49,9	63,8	19,1	44,3	27,8	-70,0	-61,7
8	RO	Vale do Anari	50,5	38,5	38,5	42,5	-23,7	0,0	-23,7
9	RO	Parecis	0,0	48,5	72,7	40,4	-	50,0	-
10	RO	Porto Velho	38,9	42,1	37,8	39,6	8,4	-10,3	-2,8

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública e IMC.

Já Candeias do Jamari registrou taxa média de mortes violentas por 100 mil habitantes de 57,1 entre 2021 e 2023, caracterizando-se como a 68ª cidade mais violenta da Amazônia Legal. Diferentemente de Cujubim, o município apresentou queda na variação em todos os períodos analisados, entre 2021 e 2022 a taxa de mortes violentas diminuiu 14,1%, entre 2022 e 2023 diminuiu 23,3% e de 2021 a 2023 diminuiu 34,2%. Ainda que o número de mortes violentas tenha reduzido nos últimos três anos, o município conservou altas taxas ao longo do período.

Ademais, como mencionado anteriormente, tanto o município de Cujubim quanto o de Candeias do Jamari são vizinhos de Porto Velho, podendo ser influenciados por dinâmicas que

66 Ver: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/09/pf-deflagra-operacao-jacunda-em-combate-a-crimes-ambientais>



ocorrem na capital do Estado, em especial Candeias do Jamari em que grande parte da extensão do município faz divisa com Porto Velho, estando muito próximo ao Rio Madeira que cruza a capital de fora a fora e tem sido alvo constante de dinâmicas do garimpo ilegal. Em fevereiro de 2024, a Polícia Federal e o Ibama realizaram uma operação conjunta no Rio Madeira visando o combate às atividades garimpeiras que operavam ilegalmente na extração de ouro na região⁶⁷. Durante a operação, foi constatada a utilização de 10 dragas ao longo do leito do rio, equipamentos normalmente empregados na extração de minério de ouro do solo ou das margens fluviais, evidenciando a magnitude da atividade ilícita na região.

Localizado na região sudeste do estado, outro município que merece destaque na dinâmica das mortes violentas intencionais em Rondônia é o município de Chupinguaia, que ocupa a 2ª posição dentre as cidades mais violentas do Estado e a 66ª colocação dentre as mais violentas das Amazônia Legal. A taxa média de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes do município entre 2021 e 2023 foi de 57,4 e variações distintas de um ano para o outro: de 2021 para 2022 a taxa diminuiu 43,4%, de 2022 para 2023 aumentou 25,0% e entre 2021 e 2023 diminuiu 29,2%. Segundo mapeamento, atualmente o município está inserido em um contexto de disputa territorial entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), o mesmo cenário foi verificado na cidade de Seringueiras que também registrou uma alta taxa média entre 2021 e 2023, com 47,5 mortes por 100 mil habitantes.

Em operação da PF e Ibama em 2024, foi constatada a **utilização de 10 dragas** ao longo do leito do rio Madeira, equipamentos normalmente empregados na extração de minério de ouro.

67 Ver: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/natureza/amazonia/noticia/2024/02/01/operacao-conjunta-combate-garimpo-ilegal-no-rio-madeira-em-porto-velho-10-dragas-foram-incendiadas.ghtml>

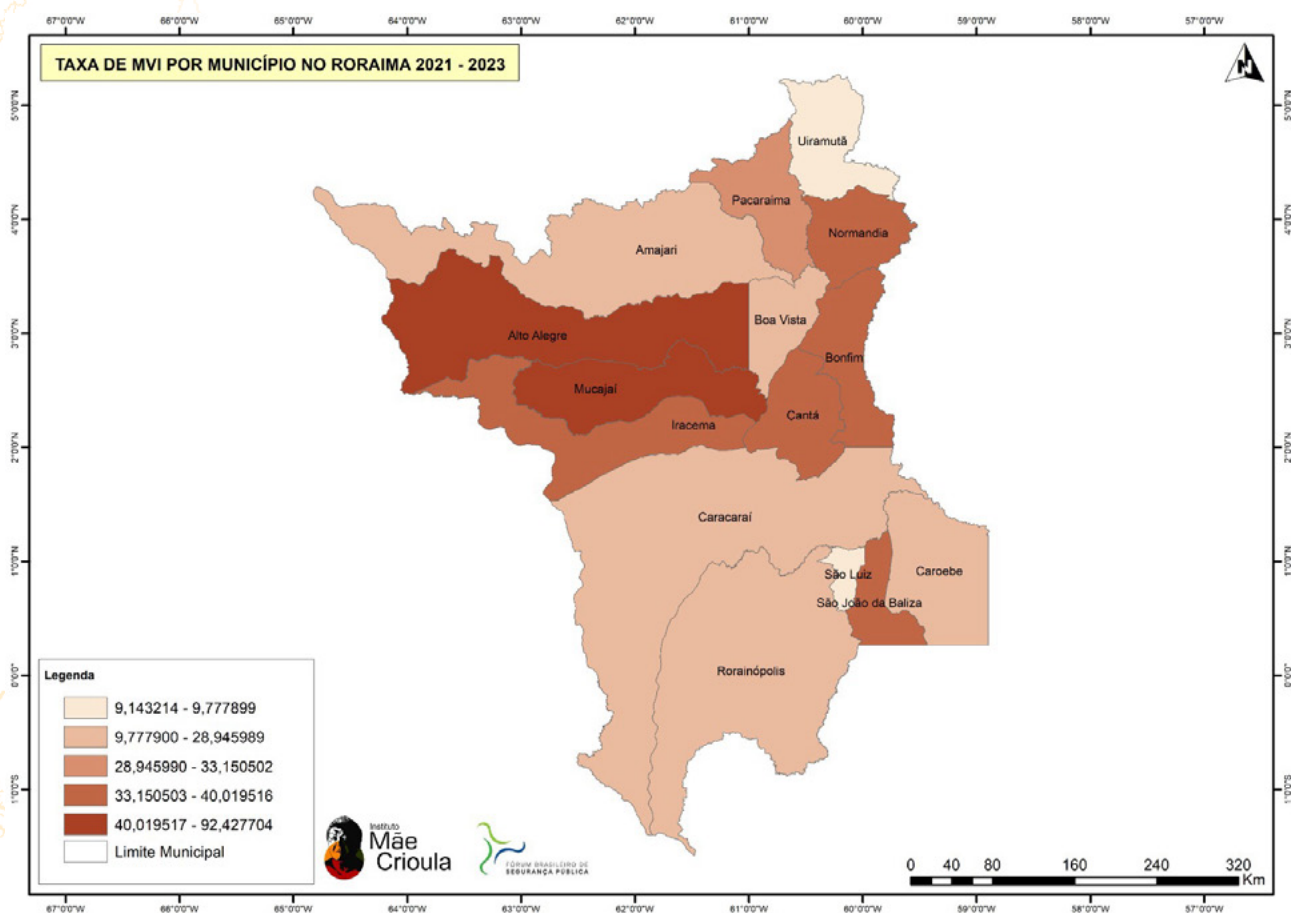


2.2.8 Roraima

O Estado de Roraima registrou decréscimo no número de Mortes Violentas Intencionais entre 2022 e 2023, com diminuição de 11,1%, passando de 31,3 mortes violentas por 100 mil habitantes em 2022 para 27,8 em 2023. Ao analisarmos as taxas de MVI por município, podemos observar que algumas cidades se destacam entre as taxas mais altas do estado, como demonstra o mapa a seguir.

Mapa
12

Taxa de MVI no triênio 2021-2023, por município
Roraima



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública e IMC.

Em Roraima, a maior taxa média de MVI entre 2021 e 2023 é a do município de Alto Alegre, com 92,4 mortes violentas por 100 mil habitantes. A cidade também ocupa a 11ª posição entre as cidades mais violentas da Amazônia Legal. Como demonstra a tabela a seguir, dentre as



variações do período, destaca-se o aumento de 139,7% entre 2022 e 2023.

Alto Alegre é entrecortado pela rodovia estadual, a RR-205, e sua grande extensão de 25 mil km² abarca os rios Mucajaí e Uraricoera, além de comunidades indígenas Yanomami, como a comunidade Palimiu, e da etnia Ye'kwana. A proximidade com a Terra Indígena Yanomami coloca Alto Alegre em outro ranking: o das maiores mortalidades de indígenas da região amazônica. Outra dinâmica do município que cabe evidenciar é a expansão da atuação do Comando Vermelho, que atualmente tem o monopólio do município. Apesar da presença do CV, a região no entorno de Alto Alegre, de modo geral, é quase toda controlada pelo PCC, de modo que ambas as facções disputam o território, embora não costumem entrar em confronto direto.

Tabela
10 Dez cidades mais violentas no triênio 2021-2023
Roraima

Dez cidades mais violentas do triênio	UF	Município	Taxas				Variação (em %)		
			2021	2022	2023	Taxa Trienal 2021-2023	2021/2022	2022/2023	2021/2023
1	RR	Alto Alegre	116,0	47,5	113,8	92,4	-59,1	139,7	139,7
2	RR	Mucajaí	61,8	83,0	66,3	70,4	34,3	-20,1	-20,1
3	RR	Iracema	30,3	39,9	49,9	40,0	31,9	25,0	25,0
4	RR	Bonfim	29,3	50,4	35,9	38,5	71,9	-28,7	-28,7
5	RR	Cantá	65,6	21,4	26,8	37,9	-67,4	25,0	25,0
6	RR	São João da Baliza	23,0	11,3	79,0	37,8	-51,0	600,0	600,0
7	RR	Normandia	7,5	87,8	14,3	36,5	1065,4	-83,7	-83,7
8	RR	Pacaraima	26,9	51,8	20,7	33,2	92,3	-60,0	-60,0
9	RR	Boa Vista	37,7	26,6	22,5	28,9	-29,5	-15,5	-15,5
10	RR	Amajari	22,2	28,7	35,9	28,9	29,7	25,0	25,0

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública e IMC.

A localização do município de Alto Alegre é muito estratégica em relação ao garimpo: apenas em 2024, operações da Casa de Governo desativaram seis pistas de pouso clandestinas utilizadas pelas atividades garimpeiras, das 11 que haviam sido detectadas pelas autoridades⁶⁸. A proximidade do município com as numerosas regiões de garimpo nas Terras Indígenas adjacentes a torna um ponto importante de convergência desses grupos, o que impacta na dinâmica de violência da região. Em 2023, Alto Alegre registrou 29 conflitos por terra, segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Vale destacar que um dos conflitos registrados é de 30 de abril, mesmo dia em que o sistema da Polícia Civil registrou 12 homicídios e mortes por intervenção policial, a maioria na zona rural. Embora não seja possível afirmar que as 12 mortes estão relacionadas ao conflito documentado pela CPT, chama atenção a coincidência de data e o elevado volume de assassinatos em apenas um dia.

68 <https://roraimaemtempo.com.br/policia/operacao-em-alto-alegre-destroi-seis-pistas-de-pouso-usadas-por-garimpeiros-na-terra-yanomami/>



Além do cenário de violência letal, crimes ambientais e violência contra indígenas, Alto Alegre foi uma das quatro cidades de Roraima que foram alvos de operações da Polícia Federal contra compra de votos durante as eleições municipais de 2024.

Mucajá, cidade vizinha a Alto Alegre, ocupa a posição de 2º município mais violento de Roraima e 11º município mais violento da Amazônia Legal, com taxa média de mortes violentas intencionais entre 2021 e 2023 de 70,4. A maior variação do período analisado foi registrado entre 2021 e 2022 com aumento de 34,3%. Segundo mapeamento, atualmente o município de Mucajá está inserido em um contexto de domínio territorial do Primeiro Comando da Capital. Ademais, por fazer divisa com Alto Alegre, o município de Mucajá também ocupa uma localização estratégica em relação ao garimpo, tanto pela proximidade de Alto Alegre e a possibilidade de extensão das dinâmicas criminais de um município para o outro, quanto por ser uma cidade em que ocorrem operações e apreensões de equipamentos e minérios característicos do garimpo ilegal, como aviões de pequeno porte em pistas clandestinas e a cassiterita⁶⁹.

2.2.9 Tocantins

No que tange a distribuição da violência entre os municípios de Tocantins, nota-se uma **desigualdade entre as taxas**, com diversas cidades sem nenhuma MVI entre 2021 e 2023, e outras com mais de 50 mortes por 100 mil habitantes no mesmo período.

Em 2023, o estado de Tocantins apresentou uma taxa de mortes violentas intencionais de 29,6 por 100 mil habitantes, com uma diminuição de 7,6% em relação a 2022, quando a taxa foi de 32,1 por 100 mil habitantes. Comparando a taxa da média de MVI dos estados da Amazônia Legal, que foi de 32,3 mortes por 100 mil habitantes em 2023, Tocantins tem um cenário melhor, mas com uma diferença não muito significativa. Em relação à média nacional do mesmo ano, de 22,8 mortes por 100 mil habitantes, Tocantins apresenta uma realidade mais violenta, assim como todos os estados da Amazônia Legal. No que tange a distribuição da violência entre os municípios de Tocantins, nota-se uma desigualdade entre as taxas, com diversas cidades sem nenhuma MVI entre 2021 e 2023, e outras com mais de 50 mortes por 100 mil habitantes no mesmo período.

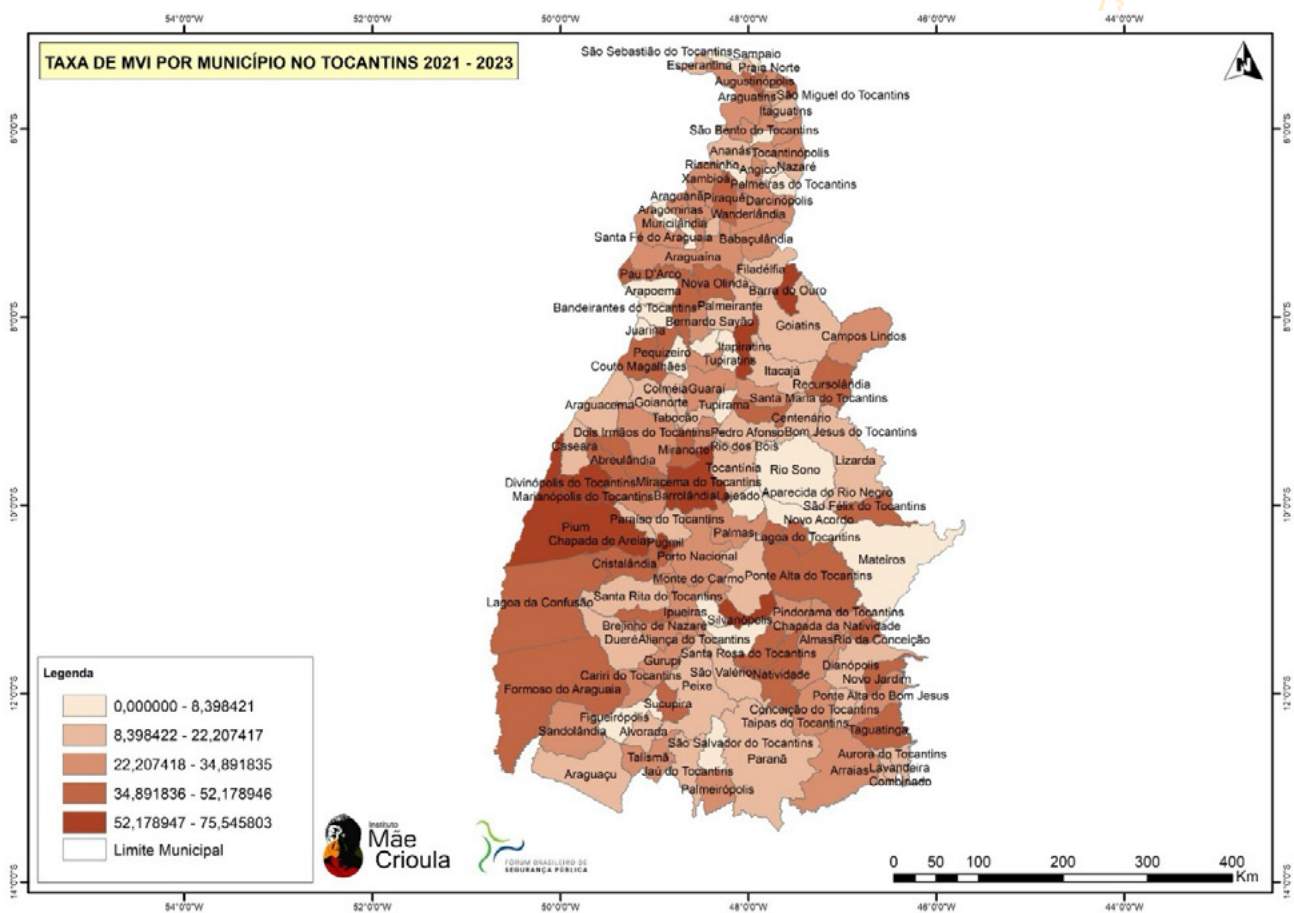
Os cinco municípios com maiores taxas médias de Mortes Violentas Intencionais por 100 mil habitantes no triênio 2021-2023 do estado de Tocantins foram: Barrolândia (75,5), Marianó-

69 Ver: <https://www.fab.mil.br/noticias/imprime/42976/OPERAC%C3%83O%20CATRIMANI%20II%20-%20O%20opera%C3%A7%C3%A3o%20Catrimani%20II%20conclui%20mais%20um%20m%C3%AAs%20de%20combate%20contra%20o%20garimpo%20ilegal>
<https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias/estaduais/roraima/prf-apreende-5-toneladas-de-minerio-e-arma-de-fogo-em-mucajai-rr>
<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/07/25/aviao-e-apreendido-em-pista-clandestina-em-regiao-de-garimpo-ilegal-no-interior-de-roraima.ghtml>



polis do Tocantins (72,3), Lajeado (69,8), Miracema do Tocantins (68,0) e Pium (65,5). Ao olhar somente para as taxas de 2023, as cinco cidades estão acima da taxa média Amazônia Legal desse ano, que foi de 32,3 MVI por 100 mil habitantes, assim como da taxa média do estado de Tocantins, que foi de 29,6 mortes por 100 mil habitantes. Das 5 cidades com as taxas mais altas do estado, somente Miracema do Tocantins tem presença de facção criminosa estabelecida, com atuação do PCC e do Comando Vermelho.

Mapa 13 Taxa de MVI no triênio 2021-2023, por município Tocantins



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública e IMC.

Barrolândia, o município com o maior número de mortes por 100 mil habitantes do estado, se localiza no interior de Tocantins, a 75km da capital, Palmas. Com uma extensão de 697,759 km², a cidade fica às margens da BR-153, conhecida como Rodovia Transbrasiliana ou Rodovia Belém-Brasília, considerada uma das principais rodovias que conecta o Norte e o Sul do Brasil. Conta com uma população de 4.846 pessoas, sendo a 24ª cidade mais violenta da Amazônia Legal no triênio 2021-2023, com uma taxa média de 75,5 mortes por 100 mil habitantes.



Não há terra indígena no município de Barrolândia, no entanto, a cerca de 63km de distância, entre Miracema de Tocantins e Lajeado, estão localizadas duas terras indígenas: **Funil e Xerente.**

De 2022 para 2023, houve uma redução de 20% na taxa de MVI. No entanto, notou-se aumento de 101,7% entre 2021 e 2023.

O município de Barrolândia foi fundado em 1958, com a construção da Rodovia Belém-Brasília, e sua principal atividade econômica é a agropecuária, com alguns investimentos recentes para ampliar o setor industrial. Não há terra indígena no município, no entanto, a cerca de 63km de distância, entre Miracema de Tocantins e Lajeado, estão localizadas duas terras indígenas: Funil e Xerente. Há algumas menções na mídia sobre ações regionais de combate a crimes ambientais no município, mas não muito frequentes. É possível que a proximidade com Paraíso de Tocantins, município com presença do crime organizado e registros frequentes de crimes ambientais, assim como a proximidade com a capital do estado, influencie nos altos índices de violência em Barrolândia.

Já Marianópolis do Tocantins, segunda cidade com maior taxa de MVI do estado, se localiza a 184km de Palmas, no oeste de Tocantins, na Área de Proteção Ambiental Leandro (Ilha do Bananal/Cantão). Fundada em 1989, a cidade tem 4.615 habitantes, distribuídos em uma área de 2.089,575 km². O município apresentou uma taxa média de 72,3 mortes por 100 mil habitantes entre 2021-2023, sendo a 29ª cidade mais violenta da Amazônia Legal no triênio. Analisando as taxas anuais, percebe-se que de 2022 para 2023, houve um aumento de 250% na taxa de MVI do município, que foi de 43,3 para 151,7 mortes a cada 100 mil habitantes. Em 2021, o número de mortes era ainda menor, sendo a taxa de 21,8.

O município é acessado pela rodovia TO-080 que se entronca na rodovia Belém-Brasília em Paraíso do Tocantins, e sua economia se baseia principalmente em agropecuária: em 2021, a agricultura compunha 63,1% do PIB municipal⁷⁰. Marianópolis do Tocantins está na região da Bacia do Araguaia, território com grande quantidade de crimes ambientais reportados. Segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA), o norte do município tem uma extensa região de desmatamento⁷¹. Não há terras indígenas em Marianópolis do Tocantins ou em seus arredores.

Com a terceira maior taxa de MVI de Tocantins, está o município de Lajeado. A cidade tem a extensão compacta de 318,292 km², e, com 3357 habitantes, se localiza ao norte de Palmas, a uma distância de 64km da capital. Com 69,8 mortes por 100 mil habitantes no triênio de 2021-2023, Lajeado é a 37ª cidade mais violenta da Amazônia Legal desse período. Ao analisar as taxas anuais do triênio, percebe-se um aumento significativo de 2022 para 2023, quando a taxa de mortes por 100 mil habitantes cresceu em 300%.

Lajeado, acessado pela Rodovia TO-010, faz fronteira com Tocantínia, município com a maior

70 <https://municipios.fgv.br/indicadores>

71 <https://terrasindigenas.org.br/mapa>



população indígena do estado⁷². Em Tocantínia se localizam as Terras Indígenas Funil e Xerente, ambas afetadas pela construção da usina hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães em Lajeado, estabelecida a uma distância de apenas 15km das TIs⁷³. Lajeado, fundado em 1991, tem quase a totalidade de seu território na Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado, criada em 1997. A cidade fica às margens do Rio Tocantins, fator que pode contribuir para a dinâmica criminal da região.

Tabela
11 | Dez cidades mais violentas no triênio 2021-2023
Tocantins

Dez cidades mais violentas do triênio	UF	Município	Taxas				Variação (em %)		
			2021	2022	2023	Taxa Trienal 2021-2023	2021/2022	2022/2023	2021/2023
1	TO	Barrolândia	40,9	103,2	82,5	75,5	152,2	-20,0	101,7
2	TO	Marianópolis do Tocantins	21,8	43,3	151,7	72,3	99,1	250,0	596,7
3	TO	Lajeado	60,5	29,8	119,2	69,8	-50,7	300,0	97,1
4	TO	Miracema do Tocantins	64,0	70,0	70,0	68,0	9,4	0,0	9,4
5	TO	Pium	14,1	14,0	168,4	65,5	-0,5	1100,0	1093,9
6	TO	Itapiratins	56,0	139,8	0,0	65,3	149,7	-100,0	-100,0
7	TO	Pugmil	90,6	45,6	45,6	60,6	-49,7	0,0	-49,7
8	TO	Barra do Ouro	90,0	22,3	67,0	59,8	-75,2	200,0	-25,5
9	TO	Silvanópolis	0,0	58,7	117,5	58,7	-	100,0	-
10	TO	Taguatinga	78,0	35,7	42,8	52,2	-54,3	20,0	-45,1

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública e IMC.

72 <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/08/07/tocantins-e-o-segundo-estado-do-brasil-com-maior-percentual-de-indigenas-vivendo-dentro-de-terras-indigenas.ghtml>

73 <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/to-povo-xerente-e-pressionado-pela-expansao-economica-do-estado-do-tocantins/>



2.3 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA AMAZÔNIA LEGAL

Os dados de homicídios femininos e feminicídios de mulheres na Amazônia legal apresentaram redução acima da média nacional entre 2022 e 2023, notícia que merece ser comemorada. Em relação ao total de assassinatos, em números absolutos foram 691 mulheres vítimas em 2022 e 629 em 2023. Já no caso dos feminicídios, o número manteve-se praticamente estável, passando de 236 vítimas em 2022 para 228 no último ano.

Tabela
12

Homicídios de mulheres e feminicídios ⁽¹⁾ nos estados
Amazônia Legal

Brasil e Unidades da Federação	Homicídios					Feminicídios				
	Vítimas Mulheres				Variação (%)	Ns. Absolutos		Taxa ⁽²⁾		Variação (%)
	2022	2023	2022	2023		2022	2023	2022	2023	
Brasil	3.934	3.930	3,8	3,8	-0,1	1.455	1.467	1,4	1,4	0,8
Amazônia Legal	691	629	5,2	4,7	-9,0	236	228	1,8	1,7	-3,4
Acre	21	15	5,1	3,6	-28,6	9	10	2,2	2,4	11,1
Amapá	25	17	6,8	4,6	-32,0	9	4	2,4	1,1	-55,6
Amazonas	108	126	5,5	6,4	16,7	21	23	1,1	1,2	9,5
Maranhão ⁽³⁾	108	63	3,8	2,2	-41,7	56	43	1,9	1,5	-23,2
Mato Grosso	101	103	5,6	5,7	2,0	47	46	2,6	2,5	-2,1
Pará	209	204	5,1	5,0	-2,4	54	57	1,3	1,4	5,6
Rondônia	64	48	8,1	6,1	-25,0	23	21	2,9	2,6	-8,7
Roraima	19	17	6,0	5,4	-10,5	3	6	0,9	1,9	100,0
Tocantins	36	36	4,8	4,8	0,0	14	18	1,9	2,4	28,6

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícia Civil do Estado do Acre; Polícia Civil do Distrito Federal; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) A Lei 13.104, de 9 de março de 2015, qualificou o crime de feminicídio quando ele é cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

(2) Taxa por 100 mil mulheres.

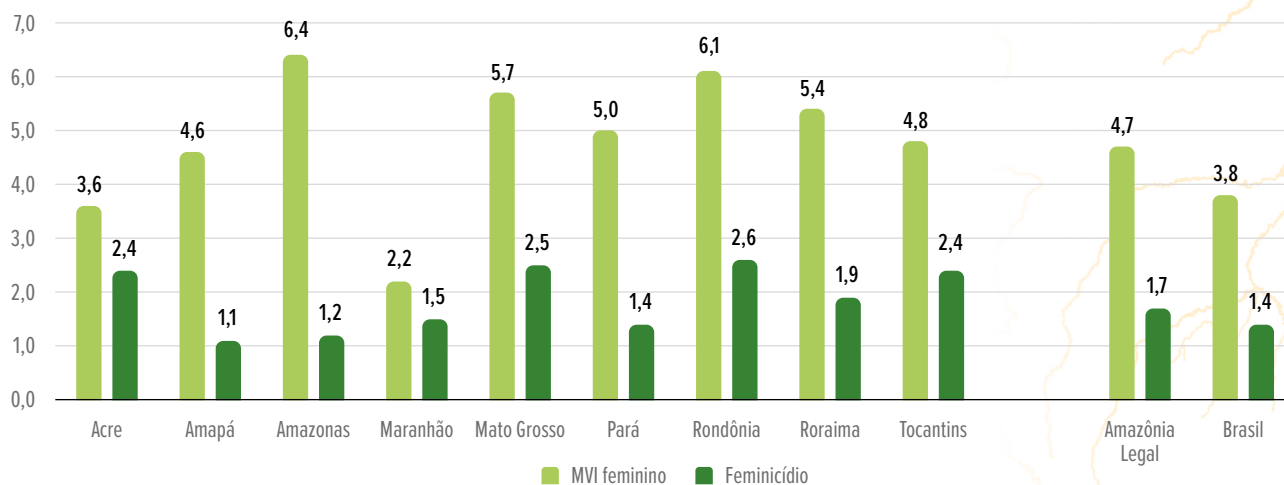
(3) Os números do Maranhão referem-se apenas aos municípios que compõem a Amazônia Legal.

Apesar desta pequena oscilação, a violência letal de mulheres na região amazônica segue bastante acima da média nacional. No que diz respeito ao feminicídio, a taxa foi de 1,7 por grupo de 100 mil mulheres, 21,4% acima da média nacional. O feminicídio, segundo a legislação brasileira, configura a violência de gênero cometida em contexto doméstico/familiar/afetivo ou por menosprezo à condição de mulher, consistindo em um crime de ódio. Neste sentido, estes números podem estar subnotificados, dada a dificuldade que os sistemas de segurança pública e justiça criminal ainda têm de reconhecer e classificar essa forma de violência de



forma adequada.

Gráfico 2 Homicídios femininos e Femicídios
Estados da Amazônia Legal e Brasil (taxa por 100 mil mulheres)

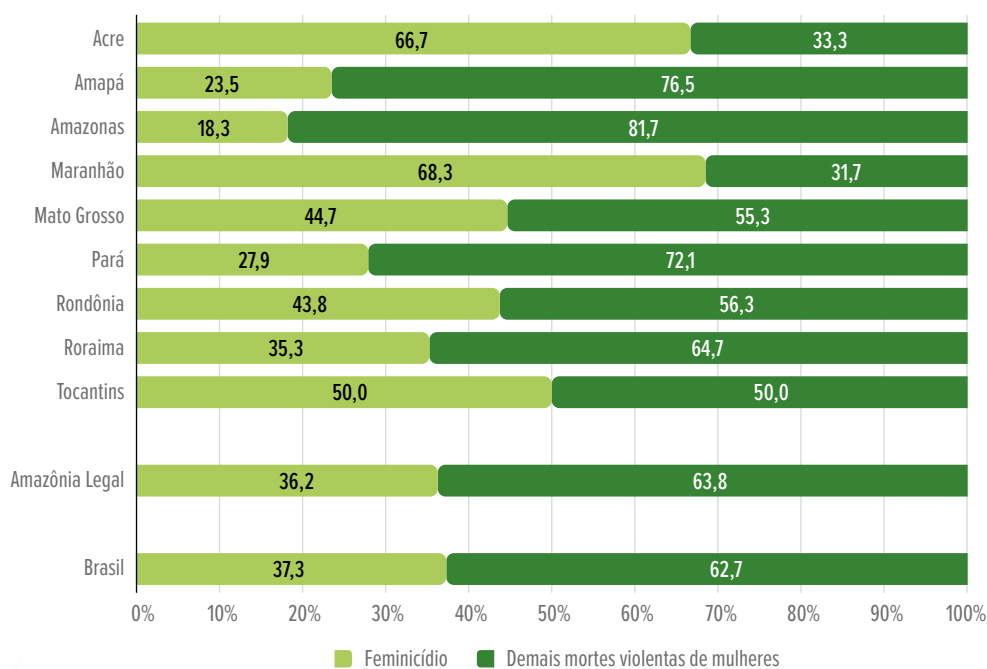


Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícia Civil do Estado do Acre; Polícia Civil do Distrito Federal; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Essa hipótese se torna ainda mais plausível quando comparamos o percentual de homicídios de mulheres com o percentual de casos registrados como feticídios. Enquanto no Maranhão e no Acre, respectivamente, 68,3% e 66,7% de todos os assassinatos de mulheres foram computados como feticídio, no Amazonas apenas 18,3% dos casos foram assim classificados. Isso explica, portanto, a diferença verificada entre as taxas de feticídio e de homicídios femininos verificada no gráfico anterior. Se considerarmos apenas o indicador de feticídio, o estado do Amazonas tem, junto com o Amapá, as menores taxas desta violência de gênero. No entanto, olhando para a taxa de homicídios femininos, a taxa do Amazonas chega a 6,4 mortes por 100 mil mulheres, 69% superior à média nacional, que é de 3,8 por 100 mil mulheres.



Gráfico 3 Mortes violentas intencionais de mulheres, por nomenclatura de classificação (em %)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícia Civil do Estado do Acre; Polícia Civil do Distrito Federal; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Aliás, os estados do Maranhão e do Acre são os únicos que apresentam taxas de homicídios femininos abaixo da média nacional, de 3,6 por 100 mil. Outros estados com elevadas taxas de mortalidade violenta de mulheres foram Rondônia (6,1 por 100 mil mulheres), Mato Grosso (5,7 por 100 mil) e Roraima (5,4 por 100 mil). Enquanto a taxa média brasileira foi de 3,8 mortes de mulheres para cada grupo de 100 mil, a média nos municípios que compõem a Amazônia Legal foi de 4,7, 25% superior à taxa nacional.

Especificamente no caso do Acre, vale destacar que há anos o Ministério Público do Estado criou uma estrutura para dar o devido acompanhamento aos crimes de gênero, primeiro com a criação do Centro de Atendimento às Vítimas (CAV)⁷⁴, e mais recentemente com o Observatório da Violência de Gênero⁷⁵ e com o Feminicidômetro⁷⁶, que analisa em profundidade

74 A iniciativa ganhou o Selo FBSP de Práticas Inovadoras no Enfrentamento à violência contra e meninas e mulheres na edição de 2018 e foi documentada em publicação. Disponível em: <https://fbpsv01.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/sites/4/2022/09/casoteca-2018.pdf>

75 Disponível em: <https://www.mpac.mp.br/cav/observatorio-de-violencia-de-genero/>

76 Disponível em: <https://feminicidometro.mpac.mp.br/>



todos os casos de feminicídio e tentativas de feminicídio, ampliando o conhecimento sobre as vítimas, agressores e seus dependentes, permitindo um olhar mais detido sobre as falhas na rede de atendimento. Afinal, se o feminicídio hoje passível de ser mapeado no Brasil é o íntimo, ou seja, aquele que ocorre em contexto doméstico, é também derivado de uma escalada de violência que muitas vezes começa com a violência psicológica ou patrimonial, e vai evoluindo para formas de violência física até que resulte na morte da mulher. Dito isso, estamos falando de uma morte evitável, que as estruturas estatais poderiam ter evitado com políticas públicas focadas nos grupos de risco.

No relatório anterior, colocamos como hipótese para os elevados índices de feminicídio e outras violências de gênero na região o processo colonizador que moldou o desenvolvimento da região amazônica. Isto porque o processo de ocupação da Amazônia tem forte relação com a exploração de seringueiras e produção de borracha, o que levou milhares de homens para a região a partir de meados de 1870. Neste período, a população cresceu substancialmente, passando de 323 mil habitantes no final do séc. XIX para 1.217.000 em 1910. Cristina Wolff afirma que a sociedade dos seringais era atravessada pela violência em todas as relações sociais, fosse entre patrão e seringueiro, entre patrão e “regatão”⁷⁷, ou entre homens e mulheres. A população da época era formada majoritariamente por homens solteiros que foram para a Amazônia trabalhar nos seringais. Às mulheres, em minoria numérica na época, não cabia nenhuma função produtiva, então tornavam-se propriedade de algum homem e podiam ser comercializadas como escravas, servas, prostitutas, podendo ser encomendadas, vendidas, roubadas ou simplesmente “pegas na mata” (Wolff,1997, p. 98⁷⁸).

Em “Os índios e a civilização”⁷⁹, Darcy Ribeiro afirma que frentes extrativistas como a borracha e o garimpo atraíam naturalmente homens solteiros que se deslocavam apenas para a atividade extrativista, o que estimula o estabelecimento de mercados do sexo envolvendo práticas degradantes de meninas e mulheres, o que não é diferente hoje, se pensarmos nas dinâmicas de exploração sexual infantil e prostituição verificada nas currutelas às margens dos garimpos. Dito isso, o processo migratório para a região Amazônica e o modelo econômico de exploração do território foram determinantes para as relações de gênero que ali se estabeleceram, ampliando a vulnerabilidade das mulheres da região, em sua grande maioria indígenas, ribeirinhas e negras.

O processo migratório para a região Amazônica e o modelo econômico de exploração do território foram determinantes para **as relações de gênero** que ali se estabeleceram, ampliando a vulnerabilidade das mulheres da região, em sua grande maioria indígenas, ribeirinhas e negras.

77 A figura do regatão será explicada no capítulo 4 no box sobre os ribeirinhos do médio Juruá.

78 WOLFF, Cristina Scheibe. Relações de gênero e violência nos seringais do Alto Juruá – Acre (1870-1945). Revista de Ciências Humanas da Universidade Federal de Florianópolis, Florianópolis, v.15, n.21, p.91-108, 1997.

79 RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização. São Paulo: Global, 2017.



No entanto, nas últimas décadas a ampliação da presença de facções criminosas na região da Amazônia brasileira parece ter tornado o fenômeno da violência de gênero ainda mais complexo, principalmente se considerarmos suas intersecções com as dinâmicas impostas por grupos criminosos armados no território. Isto porque diferentes pesquisas têm demonstrado o papel que o crime organizado desempenha na regulação de conflitos em comunidades nas quais exerce o domínio⁸⁰, seja intervindo em casos de violência doméstica, seja punindo mulheres que se relacionam com homens de comunidades dominadas por grupos rivais ou simplesmente por terem rompido o relacionamento com um homem faccionado, o que pode levar a punições que variam desde raspar sua cabeça até a sua morte⁸¹.

As formas como estas violências se manifestam, seja nos casos de violência letal ou nas “punições” de grupos criminosos, reúnem os elementos de menosprezo à mulher ao mesmo tempo que se centram nos aspectos associados ao feminino, caracterizando a crueldade dos crimes motivados por ódio às mulheres: suas partes íntimas são atacadas, o rosto é desfigurado, o cabelo é cortado, as sobrancelhas raspadas, todos os elementos associados à feminilidade são violentados.⁸²

Este fenômeno, longe de estar restrito apenas ao contexto amazônico, vem sendo narrado por pesquisas em diferentes localidades. O artigo de Bueno, Lagreca e Barros⁸³ mostrou como no Ceará a Polícia Civil vinha discutindo novos critérios para o formulário de avaliação de risco que incorporasse aspectos relacionados à presença de facções criminosas, no reconhecimento de que o contexto de violência doméstica é amplificado pelo contexto de organização criminosa.

Não podemos descartar, no entanto, que o narcotráfico, tido como um espaço masculino por excelência, passa a contar cada vez mais com mulheres em diferentes ocupações⁸⁴. A pesquisa de Barros (2020)⁸⁵ identificou o uso de meninas, principalmente irmãs e mulheres de jovens envolvidos com grupos faccionados, como “iscas” para atrair representantes de facções rivais para emboscadas. Também não é possível ignorar o protagonismo que mulheres passaram a desempenhar nos negócios criminais, muitas vezes participando ativamente da

80 SILVA, M. C. M. V. *Rota crítica: os (des)caminhos trilhados por mulheres em situação de violência doméstica na busca por ajuda*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 2008.

81 <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/mulher-e-mantida-em-carcere-privado-e-tem-cabeca-raspada-pelo-ex-namorado.ghtml>

82 CAMPOS, Carmen Hein de; COLMAN, Daniel Gasso. Medidas Protetivas de Urgência e Femicídio: uma análise das circunstâncias das mortes de mulheres em processos judiciais de segundo grau. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre*, n. 55, p. 139-156, ago. 2024. ISSN: 0104-6594. E-ISSN: 2595-6884. DOI: <https://doi.org/10.22456/0104-6594.124948>.

83 BUENO, Samira; LAGRECA, Amanda; BARROS, Betina. A intersecção entre crime organizado e as violências baseadas em gênero no dia a dia das cidades brasileiras.

84 BUENO, Samira; LAGRECA, Amanda; BARROS, Betina. A intersecção entre crime organizado e as violências baseadas em gênero no dia a dia das cidades brasileiras.

85 BARROS, Betina Warmling. *A coerência da crueldade: os significados da violência extrema para os envolvidos no tráfico de drogas no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFRGS, Porto Alegre, 2020.



lavagem de dinheiro do tráfico⁸⁶ e ocupando posições de liderança nas facções⁸⁷, fenômeno que foi protagonizado por Nenê da Brasilândia ainda nos anos 1970 em São Paulo⁸⁸.

Diante deste fenômeno, não é possível falar de políticas públicas de acolhimento às mulheres em situação de violência doméstica sem considerar se o território que esta mulher habita é dominado por uma facção ou mesmo se esta mulher se relaciona com um homem faccionado. Como garantir que esta mulher, cuja vida é regulada pelo crime, direta ou indiretamente, recorra ao Estado para denunciar? E, nos poucos casos em que decidem denunciar, como garantir o monitoramento da medida protetiva de urgência quando a mulher reside em um território dominado por organização criminosa, no qual dificilmente a Polícia Militar ou a Guarda Municipal poderão ingressar sem que ela seja punida?

O fato é que a expansão das facções criminosas Brasil afora tem feito com que a Lei Maria da Penha seja realidade para um conjunto de mulheres, mas que não passe de um emaranhado de normas que dificilmente serão cumpridas para outras, cujas vidas têm sido governadas pelo crime.

Soma-se a este cenário a dificuldade de acessar redes de acolhimento que sejam capazes de protegê-las, seja pelo insuficiente número de equipamentos, seja pelas dificuldades geográficas impostas pelo contexto amazônico, em que muitas cidades só são acessadas de barco, após dias de viagem. Dados recentes divulgados pelo IBGE indicam que das 511 Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher existentes no Brasil, 80 estão na Amazônia Legal, o que corresponde a 14,5% das unidades, distribuídas de forma desigual entre os estados que formam a região (IBGE, 2024)⁸⁹, com elevada concentração nos grandes centros urbanos.

As taxas de feminicídio na Amazônia Legal seguem mais altas do que no Brasil também quando os dados são desagregados por tipo de município, a partir da tipologia do IBGE para classificar as cidades entre urbanas e rurais^{90 91}.

86 <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/12/05/mulher-de-chefe-do-traffic-do-para-e-presa-em-quios-que-na-orla-do-rio.htm>

87 Sônia Aparecida Rossi, a Maria do Pó, consta da lista de criminosos mais procurados do país pelo Ministério da Justiça. Ela é acusada de ser a maior traficante de cocaína na região de Campinas (SP). Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/07/30/quais-as-maiores-trafficantes-do-brasil.htm>

88 A história de Nenê da Brasilândia, uma empregada doméstica que passou a dominar o maior esquema de tráfico de drogas na cidade de São Paulo entre os anos 1970 e 1980 foi objeto de um podcast produzido pela Rádio Novelo. Disponível em: <https://radionovelo.com.br/noticias/hene-da-brasilandia/>

89 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

90 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

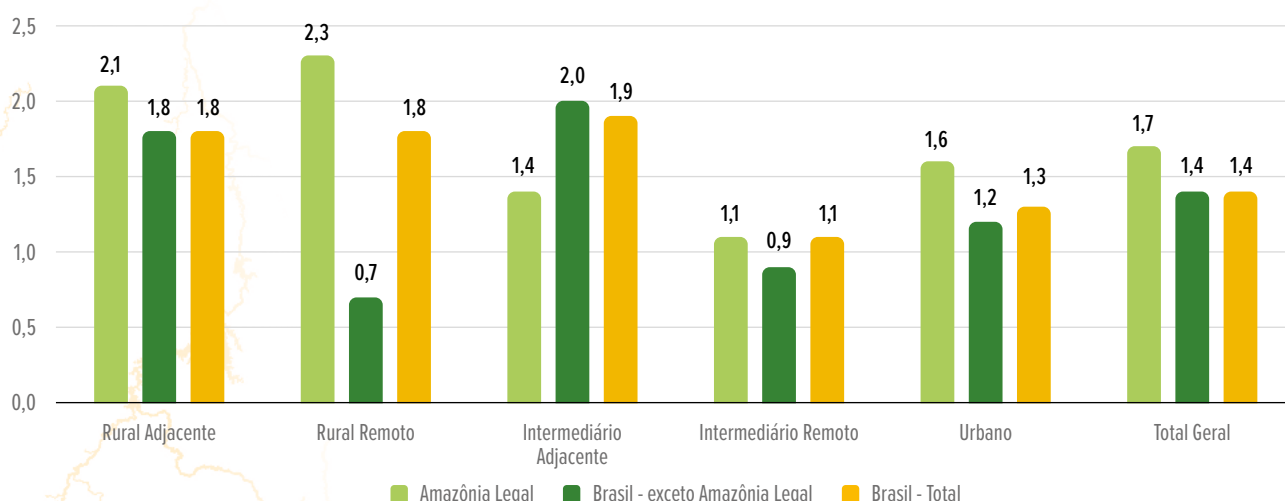
91 O IBGE classifica os municípios brasileiros entre urbano, rural e intermediário, estes dois últimos subdividindo-se em adjacentes e remotos. Essas categorias refletem características dos municípios em termos de densidade demográfica, tamanho populacional e localização geográfica em relação aos centros urbanos (IBGE, 2017).

Soma-se a este cenário a dificuldade de acessar redes de acolhimento que sejam capazes de protegê-las, seja pelo insuficiente número de equipamentos, seja pelas dificuldades geográficas **impostas pelo contexto amazônico**, em que muitas cidades só são acessadas de barco, após dias de viagem.



Comparar as taxas de feminicídio em municípios urbanos, rurais e intermediários, tanto na Amazônia quanto no restante do Brasil, é uma estratégia que pode ajudar na compreensão do fenômeno e abrir novos horizontes de pesquisa a respeito das diferentes dinâmicas da violência em cada grupo de municípios. Esse tipo de análise também pode ser útil para guiar o olhar dos gestores públicos a respeito das necessidades específicas na prevenção e combate à violência contra a mulher. O gráfico abaixo traz os resultados dessa desagregação para 2023.

Gráfico 4 Taxa de feminicídios, por tipo de município
Brasil e Amazônia Legal (2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícia Civil do Estado do Acre; Polícia Civil do Distrito Federal; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

De modo geral, o gráfico mostra que em 2023 as taxas de feminicídio na Amazônia por tipo de município seguem maiores do que as taxas a nível Brasil, corroborando os dados de 2022 (FBSP, 2023)⁹². A maior das taxas da Amazônia Legal (2,3) aparece nos municípios rurais remotos, aqueles localizados em áreas mais distantes dos grandes centros urbanos. De outro lado, a menor taxa de feminicídios da Amazônia Legal está no grupo de municípios classificados como intermediários remotos (1,1). Já os municípios intermediários adjacentes constituem uma exceção à regra geral de que as taxas de feminicídio na Amazônia legal são geralmente mais altas do que no Brasil: neste ponto, os municípios intermediários adjacentes do restante do Brasil e do Brasil como um todo têm taxas mais altas do que a Amazônia (respectivamente 2,0; 1,9 e 1,4). Esse dado representa também uma mudança em relação ao padrão de 2022.

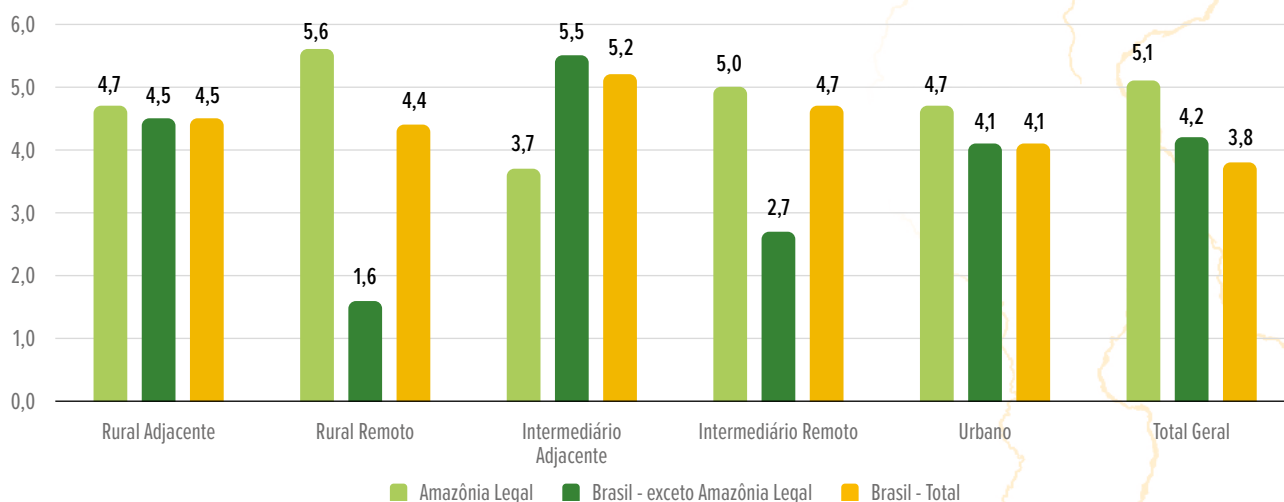
Em relação aos homicídios femininos, a maior taxa também está nos municípios rurais remotos, regiões de floresta onde o acesso a equipamentos públicos é mais dificultado. Com

92 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Cartografias da violência na Amazônia* [livro eletrônico] / coordenação geral: Renato Sérgio de Lima, Samira Bueno, Aíala Colares Couto. – 2. ed. – São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.



exceção dos municípios classificados como intermediário adjacente, em todos as taxas de assassinatos de mulheres se mostraram maiores na Amazônia.

Gráfico 5 Taxa de Homicídios femininos, por tipo de município
Brasil e Amazônia Legal (2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícia Civil do Estado do Acre; Polícia Civil do Distrito Federal; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O olhar para a tipologia de municípios do IBGE também evidencia a limitação no acesso à justiça para as mulheres da região amazônica. Se pensamos na razão entre delegacias e população feminina, os dados indicam que nos municípios rurais da Amazônia Legal, cada delegacia da mulher é responsável, em média, por atender 1.031.636 mulheres. Nos demais municípios rurais do Brasil, fora da Amazônia Legal, cada delegacia atende 873.644 mulheres. A situação da região só é mais favorável do que no restante do Brasil nos municípios urbanos: na Amazônia Legal, enquanto a razão é de 122.547 mulheres por delegacia, no restante do Brasil ela é de 166.192.

Nos municípios rurais da Amazônia Legal, cada delegacia da mulher é responsável, em média, por **atender 1.031.636 mulheres**. Nos demais municípios rurais do Brasil, fora da Amazônia Legal, cada delegacia atende 873.644 mulheres.



3. Organizações Criminosas na Amazônia Legal

O mapeamento da presença de facções criminosas que atuam no narcotráfico na Amazônia Legal tem sido feito desde a 2ª Edição do *Cartografias*, que trouxe dados de 2023. Em 2024, o mapeamento revela um aumento de 46% no número de municípios em que foi detectada a presença de facções, e uma queda no número de facções. São 19 facções distribuídas em 260 municípios, nos quais 176 indicam ter a presença de apenas uma facção vinculada ao narcotráfico e 84 com a presença de dois ou mais grupos em disputa. Em 2023, foram observadas 22 facções em 178 municípios. O que os números apontam é que há uma tendência de estabilização em alguns dos conflitos entre facções. Como será mais bem explicitado nas linhas a seguir, esses números devem sempre ser avaliados contextual e criticamente, na medida em que investigações e outros fenômenos podem revelar grupos antes não detectados.

De modo complementar, esta é uma dinâmica que muda rapidamente, então de um ano para o outro certos grupos criminosos que atuam no narcotráfico podem ser extintos, absorvidos e/ou outros criados.

Em 2024, o mapeamento revela um **aumento de 46%** no número de municípios com a presença de facções, e uma queda no número de facções. Há uma tendência de estabilização em alguns dos conflitos entre facções.

Embora a presença das facções criminosas seja uma questão grave atualmente, os problemas relacionados à violência na região amazônica são anteriores à chegada dessas organizações. As várias interpretações possíveis sobre violência na Amazônia devem considerar a amplitude das violações ocasionadas pelo processo de produção econômica do espaço regional. A expansão da fronteira agrícola, os grandes projetos minerais e redes de infraestrutura implementadas pelo Estado e pelo capital privado foram a base para um modelo desenvolvimentista, tecnocrata e autoritário que deu início à ocupação da região na segunda metade do século XX. Hoje, um modelo de desenvolvimento é imposto sem a participação das comunidades locais, de forma hegemônica, provocando expropriações e processos de acumulação que desrespeitam os territórios das populações tradicionais e a relação destes com a biodiversidade.



Nesse contexto, vetores de desenvolvimento geográficos desiguais produziram espaços fragmentados com a presença de desigualdade e precariedade⁹³, associados à exploração sexual, trabalho análogo à escravidão, assassinato de lideranças no campo e apropriação ilegal da terra. Em síntese, estes vetores são responsáveis por produzirem os espaços de violência na Amazônia.

Todos estes acontecimentos ocorreram antes mesmo da presença das facções criminosas. Aliás, vale ressaltar que na Amazônia todas as atividades ilegais anteriormente destacadas já podem ser definidas como atividades orientadas pelo crime organizado. A diferença, todavia, é que agora estamos nos referindo a uma dinâmica criminal relacionada também ao narcotráfico.

De todo modo, em nossa perspectiva analítica, o narcotráfico estabelece múltiplas relações criminais. Entre elas estão o comércio e varejo nas áreas de garimpo e até mesmo o investimento em novas áreas de exploração do ouro, o investimento no agronegócio⁹⁴ como forma de lavagem de dinheiro, a grilagem ou compra de terras e o contrabando de madeiras e minérios. Nos últimos anos, a relação entre narcotráfico e crimes ambientais⁹⁵ vem tornando cada vez mais difícil uma definição e delimitação precisas do crime organizado na região, de modo que o que queremos demonstrar é uma interpretação que leve à compreensão sobre a dinâmica da violência na região amazônica para além das facções ou dos mapas que iremos apresentar em seguida.

É de se perguntar, por exemplo, até que ponto segmentos do agronegócio estabelecem relações com o mercado das drogas. Esse questionamento se justifica na medida em que, nos últimos anos, se tem notado a utilização de pistas de pouso em grandes áreas de fazendas ou mesmo a relação do narcotráfico com a produção agrícola⁹⁶.

Desde a 1ª edição do projeto *Cartografias das Violências da Amazônia*, já apontávamos para a expansão das facções criminosas vinculadas ao narcotráfico na Amazônia Legal e como esses grupos vinham criando relações que interferem nas questões políticas, econômicas, sociais e ambientais. Embora não seja novidade o debate sobre as facções criminosas na Amazônia, dado que imprensa e diversos relatórios de pesquisa têm demonstrado o fenômeno, o que nos importa saber é: quais são os fatores que contribuem para a difusão dessas facções criminosas pelo interior da região?

93 Ver a obra Couto, Aiala; Ribeiro, Willame; Brasil, Antônio; Bringel, Fabiano. Produção de espaços precários na Amazônia paraense. Belém. EDUEPA, 2023.

94 <https://www.correiopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADcia/organiza%C3%A7%C3%A3o-criminosa-usava-agroneg%C3%B3cio-como-fachada-para-o-tr%C3%A1fico-de-drogas-no-rs-1735919>

95 <https://racismoambiental.net.br/2023/06/28/narcoecologia-onu-aponta-relacao-entre-traffic-de-drogas-e-desmatamento-na-amazonia/>

96 <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2011/07/fazendas-de-mt-eram-usadas-como-pistas-de-pouso-para-traffic-de-drogas.html>

Nos últimos anos, a relação entre **narcotráfico e crimes ambientais** vem tornando cada vez mais difícil uma definição e delimitação precisas do crime organizado na região amazônica.



Dois fatores podem contribuir para a explicação desse fenômeno: o primeiro diz respeito às alianças entre grupos dentro do sistema prisional, já que é comum que nos presídios ocorra o processo de “batismo”, que significa a adesão das pessoas encarceradas a alguma facção. O segundo fator tem a ver com a própria dinâmica do mercado de drogas, onde a Amazônia desempenha um lugar central como área de trânsito. Sendo uma rota obrigatória para as redes, logo, há o interesse do crime organizado em obter o controle das principais redes geográficas e estabelecer relações com grupos criminais dos países da América Andina produtores de cocaína (Bolívia, Colômbia e Peru).

Na 2ª edição do *Cartografias das Violências da Amazônia*, publicado em 2023, constatamos a interiorização dos grupos criminosos na Amazônia Legal, sendo que grande parte deles está localizada estrategicamente nas vias de escoamento de drogas vindas da América Andina, e em alguns desses municípios foram identificados conflitos entre as facções para obter o controle pleno da rota.

A região amazônica também tem grande importância na **exportação direta de drogas** para o exterior, sem passar pelos portos tradicionais do Sudeste e Sul.

A região amazônica também tem grande importância na exportação direta de drogas para o exterior, sem passar pelos portos tradicionais do Sudeste e Sul, como o de Santos, do Rio de Janeiro e de Paranaguá. Nesse sentido, observa-se o aumento expressivo de apreensões de drogas nos portos da região amazônica, destacando-se os portos de Vila do Conde, no município de Barcarena-PA, porto de Santarém-PA e porto de Manaus-AM. Assim, a região deixa de ser apenas rota nacional e vem transformando-se em rota global de drogas.

As estratégias desses grupos na região são variadas. Há uma crescente de extorsões a comerciantes e empresários, bem como assaltos e contrabando de cargas transportadas pelos rios, o que, na região, é uma prática conhecida como “pirataria”⁹⁷. Além disso, há diferentes estratégias de imposição de regras nas comunidades, ditando o que é permitido ou não por determinada facção que controla o espaço. Esse domínio é expresso de forma visível a todos através das pichações, com ordens do tipo: “proibido roubar na comunidade”, ou o nome da facção que domina a área, conforme as fotografias 1 e 2 a seguir.

97 Os principais produtos roubados são combustíveis, que na grande maioria das vezes são usados como fonte de energia para os garimpos ilegais; assaltos a embarcações que transportam pessoas e cargas nos rios da região; roubo de drogas de traficantes, sobretudo no rio Solimões, entre outros.

Foto
1

Ramal do acesso principal da Comunidade Quilombola Sítio São João
município de Barcarena-PA



Fonte: Acervo do IMC (Junho/2024).

Foto
2

Pichação de facção determinando as regras na região de Vila do Conde
município de Barcarena-PA



Fonte: Acervo do IMC (Junho/2024).

Além do controle de alguns territórios na região, as facções também estão cada vez mais disputando os espaços das redes sociais, os ciberespaços. Há uma “cosmologia do crime” que é reproduzida através das músicas chamadas “proibidões”, que ostentam a dinâmica local desses grupos em determinadas cidades amazônicas e podem facilmente ser acessadas



por quem deseja através das redes sociais e principais plataformas de comunicação⁹⁸. Não parece haver qualquer tipo de controle das plataformas sobre esse tipo de conteúdo.

Figura

1

Print de vídeo do Comando Vermelho em plataforma de comunicação

**COMANDO VERMELHO TROPA DE MANAUS**

Proibidão De Man...
3,55 mil inscritos

Inscriver-se

822



Compartilhar



Fonte: Youtube, 2024.

Essa disseminação de uma “cosmologia do crime”⁹⁹, expressa nas letras das músicas que reproduzem apologias à violência, além de um mundo associado a armas, drogas, vida fácil e ostentação, é de grande preocupação, sobretudo em relação à sua influência sobre a juventude, podendo servir como tática de aliciamento desses grupos através das redes sociais. O debate sobre regulação das redes sociais também se faz importante nesse cenário.

Não tão diferente das ruas e das redes sociais, verifica-se também nos espaços escolares a influência dessas facções sobre os jovens alunos. Em cidades onde há disputa de facção isso se torna um problema no ambiente escolar, onde a sala de aula também se transforma em um espaço de proliferação dessa “cosmologia do crime”, conforme pode ser observado na fotografia a seguir.

⁹⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=5MmcCrBhFvM>

⁹⁹ Fenômeno que guarda semelhanças com os descritos por Machado da Silva, para o caso do Rio de Janeiro, com o conceito de “sociabilidade violenta”, e por Adalton Marques para o PCC e sua influência em São Paulo, dentro e fora dos presídios, acerca da categoria “proceder”. Ver: <https://www.scielo.br/j/se/a/sW7wiWRx8W9fiHWmRkGvynmt/> e https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-15032010-103450/publico/ADALTON_MARQUES.pdf



Foto
3Escola pública com simbologia do PCC
município de Marabá-PA

Fonte: Acervo do IMC (abril/2024).

Assim, o que se revela é a capilarização do avanço do crime organizado, que não ocorre apenas de forma concreta por meio do controle territorial, mas também nas formas simbólicas e que atingem de modo diferenciado a juventude. Nesse contexto, políticas públicas de promoção social para a juventude, o grupo social mais vulnerável ao aliciamento pelas facções, são fundamentais.

O levantamento realizado em 2024 para a atual edição deste *Cartografias* destaca o aumento de municípios com presença de grupos criminosos na Amazônia. São 260 municípios, isto é, 33,7% dos municípios da Amazônia Legal com a presença de facções criminosas. Cabe destacar que esse aumento não significa necessariamente que esses grupos criminosos passaram a estar presentes nesses novos municípios a partir deste ano. Isso pode ter ocorrido sobretudo devido ao aumento das operações policiais de combate ao crime organizado na região, que acabam revelando a existência dos grupos em localidades não mapeadas anteriormente.

Os municípios onde há presença de apenas uma facção criminosa somam 176, sendo que 130 são dominados pelo CV, 28 pelo PCC e os demais por grupos menores. A maioria dos estados da Amazônia Legal registrou aumento da presença desses grupos, e há uma tendência de um fenômeno de hegemonia de apenas uma facção em cada estado. Há vários casos de alteração no controle do município por grupos diferentes, além de mudanças de membros de uma facção para outra rival, o que muitas vezes acirra as tensões entre elas. Além disso, verificou-se situações de dissidências e formação de grupos

A atual edição deste relatório destaca o aumento de municípios com presença de grupos criminosos na Amazônia. **São 260 municípios**, isto é, 33,7% dos municípios da Amazônia Legal com a presença de facções criminosas.



autônomos, como a Tropa do Castelar, no Mato Grosso, que é uma dissidência do Comando Vermelho naquele estado.

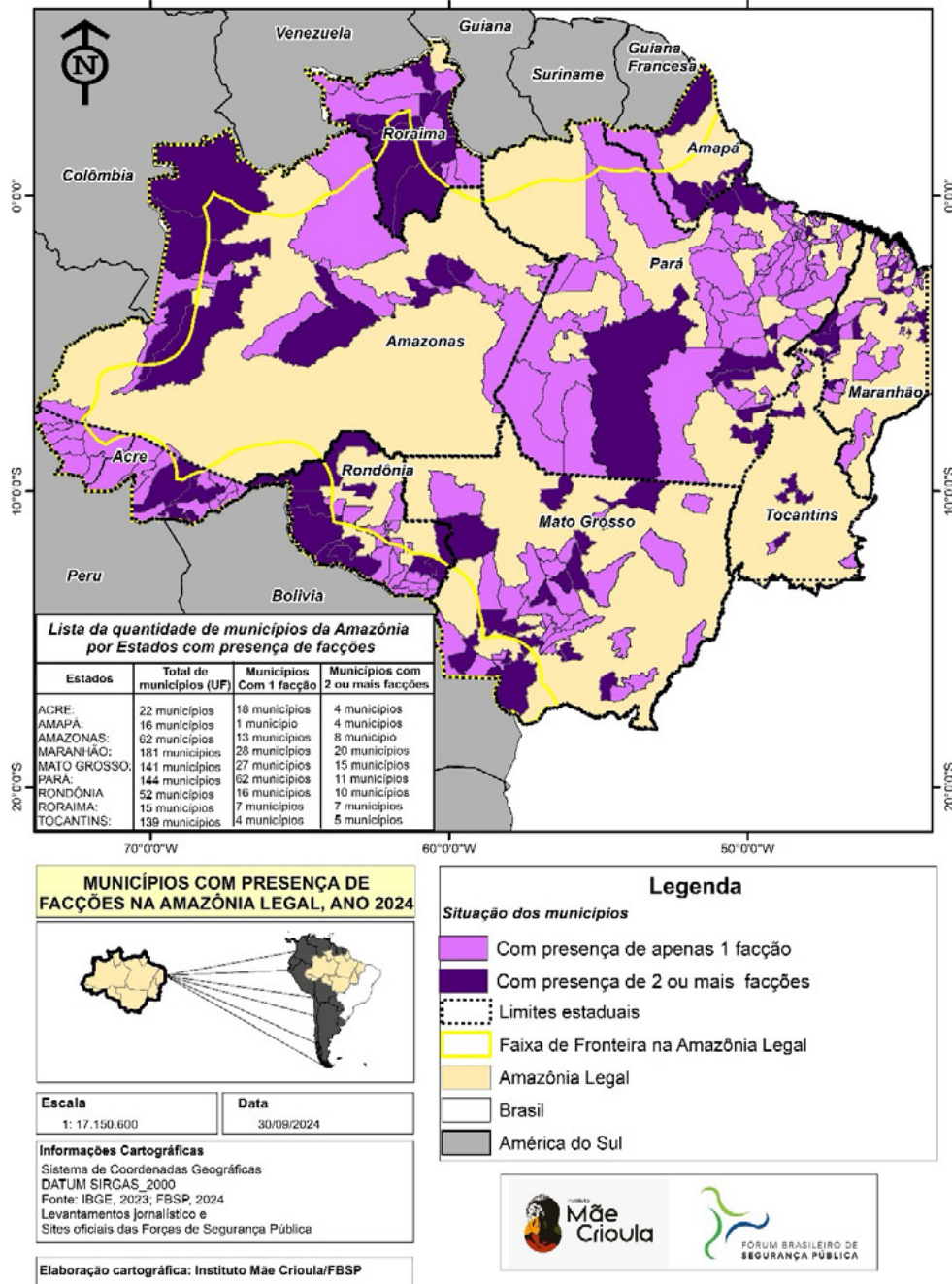
O Mapa 14 destaca a espacialização da presença das facções criminosas em estados e municípios da Amazônia Legal no ano de 2024. A partir dele, observamos a espacialização nos municípios nas regiões das Zonas de Fronteira, totalizando 83 municípios com presença de facções, sendo 20 municípios no Acre; 1 município no Amapá; 8 municípios no Amazonas; 21 municípios no Mato Grosso; 15 municípios em Roraima e 18 municípios em Rondônia.

Em relação ao estado do Pará, que possui fronteiras com a Guiana e Suriname, a distância das sedes municipais e a dificuldade geográfica na Calha Norte, faz com que a rota originária desses países ocorra via oceano Atlântico, passando muitas vezes pelo estado do Amapá ou vindo direto para o Pará.

A maioria dos estados da Amazônia Legal registrou **aumento da presença desses grupos**, e há uma tendência de um fenômeno de hegemonia de apenas uma facção em cada estado.

O estado do Pará foi aquele com maior número de municípios com presença de apenas uma facção, totalizando 62 municípios. Por outro lado, o estado do Tocantins possui a menor quantidade de municípios com a presença de apenas um grupo criminoso, correspondendo a 4 municípios. Alguns estados, como o Amapá, apresentaram queda na presença de facções em relação a 2023, e isso se deve por não terem sido encontrados indícios da presença de facções, em 2024¹⁰⁰.

¹⁰⁰ A ausência de evidências de facções não significa que elas não estejam presentes nesses municípios ou que migraram para outros lugares. Foram identificados, em sites oficiais das polícias militares e civis, a indicação de novos municípios com presença de facções, sem identificá-las. Na medida em que diversos levantamentos e tentativas de confirmação com fontes não possibilitaram a confirmação das informações obtidas nos referidos sites, esses municípios não foram contabilizados no presente mapeamento. Alguns exemplos são Burity Bravo, Cachoeira Grande, no estado do Maranhão, e Couto Magalhães, em Tocantins.

Mapa
14Municípios com a presença de facções na Amazônia Legal
2024

Fonte: Instituto Mãe Crioula/FBSP (2024).



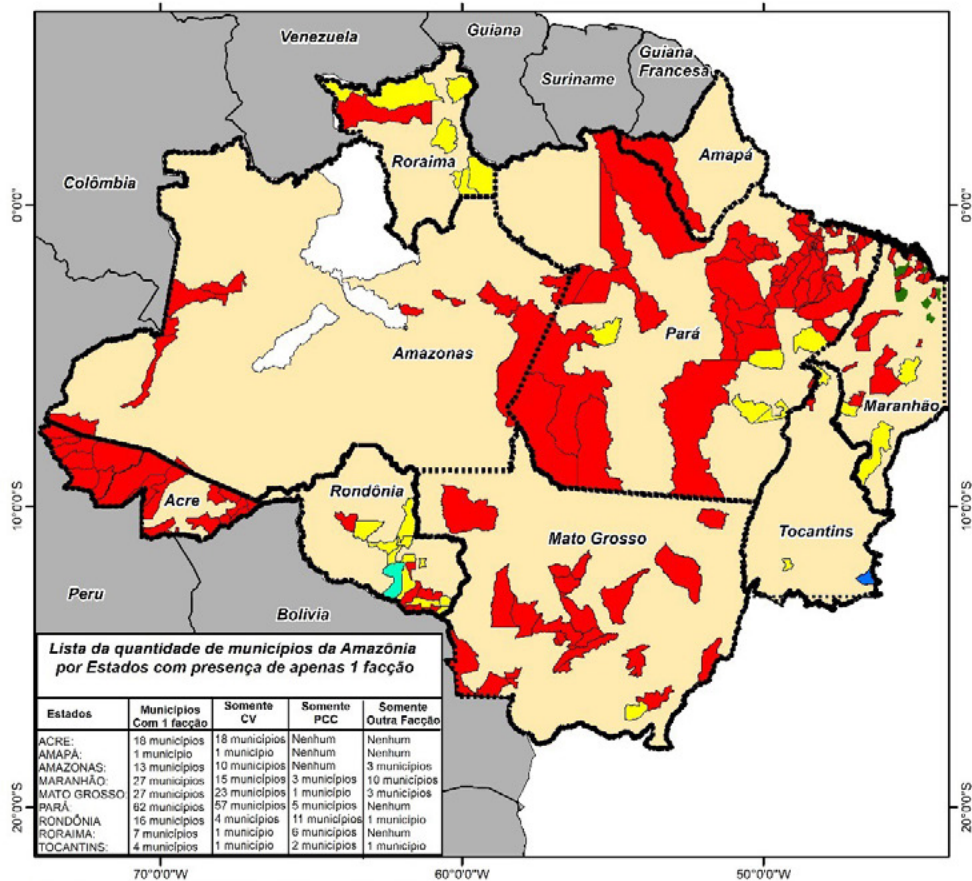
O Comando Vermelho (CV) é o grupo mais interiorizado na região e já é presente de forma dominante em 130 municípios, sendo o estado do Pará com 57 e o Mato Grosso com 23 municípios. Já o Primeiro Comando da Capital (PCC) está presente hegemonicamente em 28 municípios, concentrados em seis estados: Rondônia com 11 cidades, Roraima com 6 municípios, Pará com 5 municípios, Tocantins com 2 cidades, Mato Grosso com 1 e Maranhão com 3 municípios.

Outra facção com bastante expressão em municípios amazônicos, no caso no estado do Maranhão, é o Bonde dos 40, com presença única em 10 municípios desse estado. Além dessas, existe ainda a presença do grupo criminoso denominado Piratas dos Solimões, com bastante atuação em 3 municípios da calha do rio Solimões, no estado do Amazonas, atuando principalmente com roubos de cargas, inclusive de drogas trazidas pelos grupos criminosos estrangeiros da Colômbia e Peru. Por fim, a facção Primeiro Comando Panda (PCP) está presente de forma hegemônica apenas no município de Alta Floresta, no estado de Rondônia. A surpresa nessa edição foi a evidência de um grupo criminoso denominado Bonde do Cangaço, sediado no município de Taguatinga, estado do Tocantins, e que atua sobretudo em roubos e explosão de carros fortes nesse estado.

Outras facções que na 2ª edição do relatório (2023) apareceram com hegemonia em algum município amazônico são o Bonde dos 13, do estado do Acre; Família Terror do Amapá e União Criminosa do Amapá, do estado do Amapá. Suas influências diminuiram, visto que elas vêm perdendo espaço para as facções originárias da região Sudeste após alianças estabelecidas com alguma dessas facções de expressão nacional. Há tendência da fusão e incorporação dos membros desses grupos locais ao CV ou ao PCC.

O Mapa 15, a seguir, espacializa e apresenta qual facção está presente nos 175 municípios de forma hegemônica, sem qualquer evidência de disputa entre grupos diferentes.

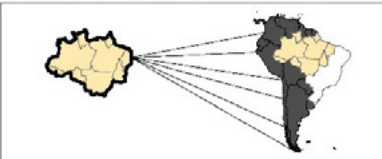
Mapa 15 Municípios na Amazônia Legal com apenas uma facção 2024



Lista da quantidade de municípios da Amazônia por Estados com presença de apenas 1 facção

Estados	Municípios Com 1 facção	Somente CV	Somente PCC	Somente Outra Facção
ACRE:	18 municípios	18 municípios	Nenhum	Nenhum
AMAPÁ:	1 município	1 município	Nenhum	Nenhum
AMAZONAS:	13 municípios	10 municípios	Nenhum	3 municípios
MARANHÃO:	27 municípios	15 municípios	3 municípios	10 municípios
MATO GROSSO:	27 municípios	23 municípios	1 município	3 municípios
PARÁ:	62 municípios	57 municípios	5 municípios	Nenhum
RONDÔNIA:	16 municípios	4 municípios	11 municípios	1 município
RORAIMA:	7 municípios	1 município	6 municípios	Nenhum
TOCANTINS:	4 municípios	1 município	2 municípios	1 município

MUNICÍPIOS COM PRESEÇA DE APENAS 1 FACÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL, ANO 2024



Escala
1: 17.150.600

Data
30/09/2024

Informações Cartográficas
Sistema de Coordenadas Geográficas
DATUM SIRGAS_2000
Fonte: IRCE, 2023, FBSP 2024
Levantamentos jornalístico e Sites oficiais das Forças de Segurança Pública

Elaboração cartográfica: Instituto Mãe Crioula/FBSP

Legenda

- Nome das Facções**
- Bonde dos 40
 - Bonde do Cangaço
 - Comando Vermelho
 - Primeiro Comando da Capital
 - Primeiro Comando Panda
 - Piratas do Solimões
- Outros Símbolos**
- Limites estaduais
 - Amazônia Legal
 - Brasil
 - América do Sul



Fonte: Instituto Mãe Crioula/FBSP (2024).

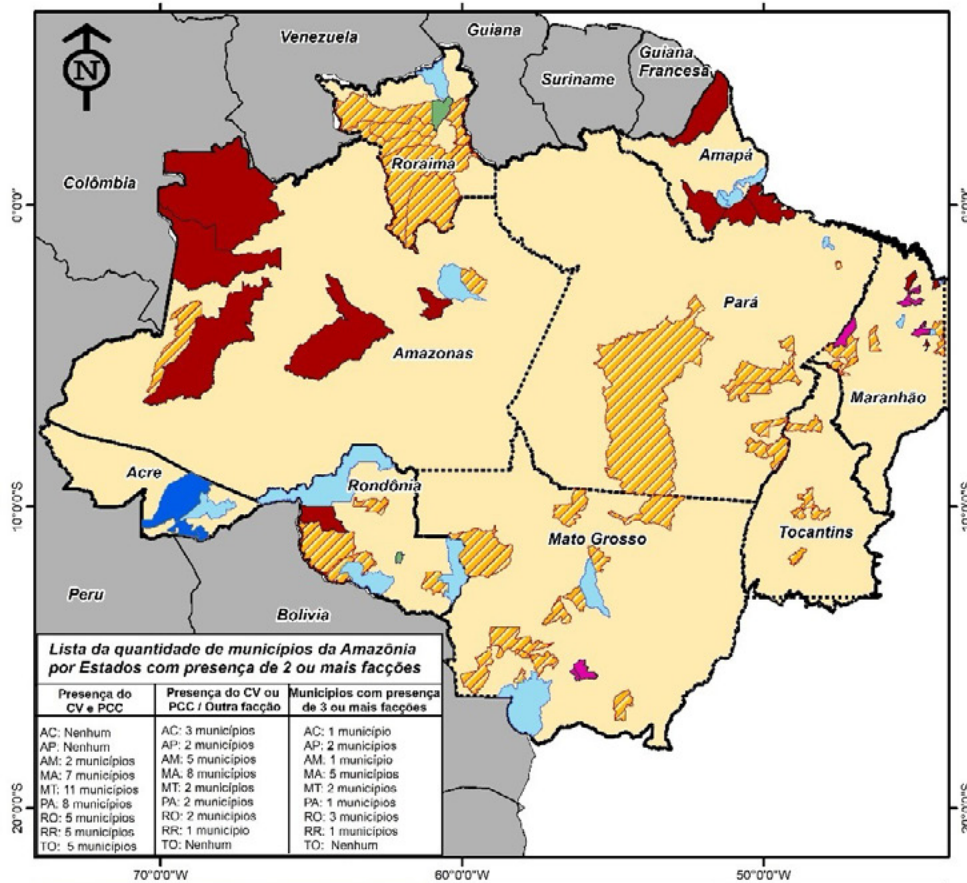
Em relação aos municípios onde existe a presença de mais de uma facção, o quantitativo foi de 84 com dois ou mais grupos em disputa. Dentre esse último grupo de municípios, o estado do Maranhão possui 5 municípios com a presença de mais de dois grupos criminosos, enquanto os municípios de Santana e Macapá, no estado do Amapá, são aqueles que possuem, respectivamente, a presença de 4 e 5 facções criminosas simultaneamente nos seus territórios.

Quanto aos municípios onde há disputa entre o CV e o PCC, totaliza-se 43 municípios, sendo os estados do Mato Grosso com 11, o estado do Pará com 7, o Maranhão com 7, Amazonas com 3, Rondônia com 5, Roraima com 5 e Tocantins com 5 municípios em disputa.

O Mapa 16, a seguir, demonstra os municípios na Amazônia Legal com a presença de duas ou mais facções criminosas. Mais uma vez há um grande destaque para os municípios da fronteira, embora todos os estados da região amazônica contem com mais de um grupo criminoso.



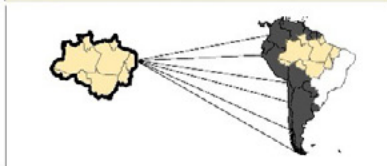
Mapa 16 Municípios com a presença de duas ou mais facções criminosas Amazônia Legal (2024)



Lista da quantidade de municípios da Amazônia por Estados com presença de 2 ou mais facções

Presença do CV e PCC	Presença do CV ou PCC / Outra facção	Municípios com presença de 3 ou mais facções
AC: Nenhum	AC: 3 municípios	AC: 1 município
AP: Nenhum	AP: 2 municípios	AP: 2 municípios
AM: 2 municípios	AM: 5 municípios	AM: 1 município
MA: 7 municípios	MA: 8 municípios	MA: 5 municípios
MT: 11 municípios	MT: 2 municípios	MT: 2 municípios
PA: 8 municípios	PA: 2 municípios	PA: 1 município
RO: 5 municípios	RO: 2 municípios	RO: 3 municípios
RR: 5 municípios	RR: 1 município	RR: 1 município
TO: 5 municípios	TO: Nenhum	TO: Nenhum

MUNICÍPIOS COM PRESENÇA DE 2 OU MAIS FACÇÕES NA AMAZÔNIA LEGAL, ANO 2024



Escala
1: 17.150.600

Data
30/09/2024

Informações Cartográficas
Sistema de Coordenadas Geográficas
DATUM SIRGAS_2000
Fonte: IBGE, 2023; FBSP, 2024
Levantamentos jornalístico e Sites oficiais das Forças de Segurança Pública

Elaboração cartográfica: Instituto Mãe Crioula/FBSP

Legenda

Nome das Facções

- Presença do CV e B13
- Presença do CV e PCC
- Presença do CV e B40
- Presença do CV - PCC - Mais outra facção
- Presença do CV e outra facção
- Presença do PCC e Outra facção
- Amazônia Legal
- Limites estaduais
- América do Sul
- Brasil



Fonte: Instituto Mãe Crioula/FBSP (2024).

Em termos metodológicos, vale destacar que esse levantamento considera a situação dos municípios amazônicos entre janeiro e setembro de 2024, período em que foram realizados trabalhos de campo nas capitais dos estados e em vários municípios da região, além de levantamentos em sites policiais, entrevistas, depoimentos com agentes de segurança pública, lideranças de comunidades tradicionais, populações das cidades e representantes de movimentos sociais. No entanto, é importante considerar que a dinâmica, as relações e o *modus operandi* das organizações criminosas são muito ágeis e voláteis e podem provocar alterações no cenário atual do mundo criminoso na região.

3.1 ESTADO DO ACRE

O levantamento atual identificou a presença das facções Comando Vermelho (CV), Bonde dos 13 (B13) e Primeiro Comando da Capital (PCC) no estado do Acre. Todos os 22 municípios do Acre estão sob influências de grupos criminosos, sendo que o CV se encontra hegemônico em 18 municípios. Antigas facções existentes no estado, como a IFARA, foram incorporadas a outras, dentre elas o B13 e o PCC, que são aliadas no estado. Atualmente, quatro cidades possuem a presença de mais de uma facção: Brasiléia, Eptaciolândia, Rio Branco e Sena Madureira, em que CV compete com o B13, aliado do PCC como já foi dito anteriormente.

Tabela 13

Presença de facções em municípios no Estado do Acre

Estado	Município	Facções	Situação
Acre	Acrelândia	CV	Presença de uma facção
Acre	Assis Brasil	CV	Presença de uma facção
Acre	Brasiléia	CV - PCC - B13	Presença de duas ou mais facções
Acre	Bujari	CV	Presença de uma facção
Acre	Capixaba	CV	Presença de uma facção
Acre	Cruzeiro do Sul	CV	Presença de uma facção
Acre	Eptaciolândia	CV - PCC - B13	Presença de duas ou mais facções
Acre	Feijó	CV	Presença de uma facção
Acre	Jordão	CV	Presença de uma facção
Acre	Mâncio Lima	CV	Presença de uma facção
Acre	Manoel Urbano	CV	Presença de uma facção
Acre	Marechal Thaumaturgo	CV	Presença de uma facção
Acre	Plácido de Castro	CV	Presença de uma facção
Acre	Porto Acre	CV	Presença de uma facção
Acre	Porto Walter	CV	Presença de uma facção
Acre	Rio Branco	CV - PCC - B13	Presença de duas ou mais facções
Acre	Rodrigues Alves	CV	Presença de uma facção
Acre	Santa Rosa do Purus	CV	Presença de uma facção
Acre	Sena Madureira	CV - PCC - B13	Presença de duas ou mais facções
Acre	Senador Guiomard	CV	Presença de uma facção
Acre	Tarauacá	CV	Presença de uma facção
Acre	Xapuri	CV	Presença de uma facção

Elaboração: Instituto Mãe Crioula/FBSP (2024).



Constatou-se um intenso processo de expansão e hegemonia da facção Comando Vermelho¹⁰¹ no Acre, que passou a controlar vários municípios do estado, sobretudo expandindo-se fortemente na região do Vale do rio Juruá, onde vem ampliando o escoamento de drogas trazidas do Peru e ampliando seu mercado interno. Essa dinâmica atravessa comunidades e povos da calha do rio, com práticas de comercialização semelhantes ao sistema de aviamen-
to¹⁰², como será mais bem detalhado no Capítulo 3. Neste caso, troca-se drogas por produtos extraídos da floresta, como pescado, caça e outros animais.

Constatou-se um intenso processo de **expansão e hegemonia** da facção Comando Vermelho no Acre, que passou a controlar vários municípios do estado, sobretudo expandindo-se fortemente na região do Vale do rio Juruá.

Além dessa região do Vale do rio Juruá, que permite acesso fluvial até o rio Solimões e à cidade de Manaus, no estado do Amazonas, os objetivos do CV eram a expansão para o Peru e o controle das zonas produtoras da cocaína em Pucallpa, Ucayali, Madre de Dios e no VRAEN (Vale dos rios Apurímac, Ene e Mantaro). Informações do final de 2023 indicam que membros do CV estariam sendo expulsos por grupos criminosos peruanos¹⁰³, mas também existem evidências de que o CV passou a controlar o cultivo de coca em Ucayali, região predominantemente habitada por indígenas, que teve um crescimento expressivo da área plantada desde 2019. A facção se estabelece nas tribos, oprimindo a comunidade indígena, e além do plantio da coca já produz a pasta base da cocaína no território.

Por outro lado, apesar do avanço do CV no Acre, é importante destacar que, em alguns municípios, esse grupo encontra-se em forte disputa com o B13 e o PCC. É o caso dos municípios de Brasiléia, Epitaciolândia, Sena Madureira e da capital Rio Branco. Em relação à capital do estado, alguns bairros estão em constante disputa entre esses grupos criminosos, que evidenciam situações de confrontos e violências que são, muitas vezes, letais.

Nas fotografias 4 e 5 é possível verificar a territorialização, as regras e as ameaças entre facções nos bairros de Rio Branco, além de denúncias desses grupos criminosos para possíveis atos de corrupção dentro das corporações policiais.

101 <https://ecosdanoticia.net/2024/02/cv-toma-acre-do-pcc-se-firma-lider-do-crime-na-regiao-e-recruta-peruanos/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.

102 O sistema de aviamento praticado na Amazônia foi uma forma de comercialização sem a utilização de dinheiro, onde as manufaturas eram trocadas por produtos da floresta, sendo bastante aplicada no período de extração do látex da borracha, nos séculos XIX e início do século XX.

103 <https://www.juruaemtempo.com.br/2023/10/traficantes-do-cv-e-pcc-estao-sendo-expulsos-do-peru-e-guerra-deve-ser-intensificada-no-acre/>



Foto
4 | Pichação da facção Bonde dos 13 no Bairro Taquari
Rio Branco-AC



Fonte: Acervo do IMC (agosto/2024).

Foto
5 | Pichação do Bonde dos 13 no Bairro Cidade do Povo
Rio Branco-AC



Fonte: Acervo do IMC (agosto/2024).

3.2 ESTADO DO AMAPÁ

O estado do Amapá apresentou 5 municípios com evidências de facções no ano de 2024. Desses 5 municípios, em 4 há presença de pelo menos duas facções. A comparação com dados de 2023 revela uma diminuição em relação à quantidade de municípios sob presença dos grupos criminosos.

Tabela 14

Presença de facções em municípios no Estado do Amapá

Estado	Município	Facções	Situação
Amapá	Laranjal	CV	Presença de uma facção
Amapá	Macapá	CV-PCC-FTA-APS-UCA	Presença de duas ou mais facções
Amapá	Mazagão	CV - FTA	Presença de duas ou mais facções
Amapá	Oiapoque	CV - FTA	Presença de duas ou mais facções
Amapá	Santana	CV-PCC-FTA-APS	Presença de duas ou mais facções

Elaboração: Instituto Mãe Crioula/FBSP (2024).

A situação de Macapá e Santana, cidades adjacentes e de muito fluxo em comum, é a que apresenta maior disputa entre as facções criminosas no estado. Ambas apareceram entre as dez cidades mais violentas do Brasil, considerando os municípios com mais de 100 mil habitantes. Santana ficou em primeiro lugar, com taxa de MVI de 92,9, e Macapá em nono lugar, com 71,3 mortes violentas a cada 100 mil habitantes (FBSP, 2024).

Outro aspecto importante é a aliança estabelecida entre grupos locais e nacionais. Nesse sentido, a FTA está unida com o PCC, enquanto o CV está unido com a facção Amigos Para Sempre (APS). Já a União Criminosa do Amapá (UCA)¹⁰⁴ se mantém neutra, estando presente apenas em Macapá, localizada em um bairro que fica nas proximidades do Quilombo de Curuaú.

Em relação a estas comunidades quilombolas localizadas na área urbana ou periurbana da Região Metropolitana de Macapá, foram constatadas diversas situações de ameaças a lideranças, bem como o crescente aliciamento da juventude, fato que traz grande preocupação aos membros das comunidades.

Além desse aspecto, essa região tem ganhado importância em nível regional e nacional, para o escoamento de drogas através do Porto de Santana¹⁰⁵. Uma hipótese para a intensificação do escoamento por esse porto é o aumento das operações de forças de segurança pública

¹⁰⁴ Esta facção vem perdendo forças e limitando sua territorialização em poucas áreas, o que pode induzir a uma tendência de desaparecimento ou incorporação a outros grupos.

¹⁰⁵ <https://www.gov.br/pt-br/assuntos/noticias/2024/04/policia-federal-combate-traffic-de-drogas-no-porto-de-santana-ap>



no combate ao crime organizado na região do Porto de Vila do Conde, no município de Barcarena-PA. Nesse sentido, o comércio de drogas pode estar sendo direcionado para uma rota alternativa, que inclui a cidade de Macapá.

Nas fotografias 6 e 7 é possível verificar as territorializações de algumas facções em Macapá e Santana.

Foto
6 | Pichação da facção Amigos para Sempre (APS) no Bairro Novo Buritizal
Macapá-AP



Fonte: Acervo do IMC (junho/2024).

Foto
7 | Pichação da facção Família Terror do Amapá no Bairro Macapaba
Macapá-AP



Fonte: Acervo do IMC (junho/2024).



3.3 ESTADO DO AMAZONAS

No estado do Amazonas foram identificados 21 municípios com presença de facções, sendo que em 13 destes havia apenas um grupo criminoso e em 8 foi observada a coexistência de duas ou mais facções. O CV está presente em dez municípios de forma hegemônica, e os Piratas dos Solimões¹⁰⁶ dominam outros três municípios. O CV está presente em todos os municípios, mesmo naqueles em que há mais de uma facção. Já o PCC está em três deles, que são a capital Manaus, Rio Preto da Eva e São Paulo da Olivença¹⁰⁷. Em Manaus e Rio Preto da Eva já podem ser observados intensos confrontos entre CV e PCC.

Os dois outros municípios com presença de duas facções estão localizados na Zona de Fronteira Setentrional, especificamente na sub-região da Cabeça do Cachorro, que corresponde aos municípios de Japurá e São Gabriel da Cachoeira. Nesses municípios, há indícios da presença das facções estrangeiras colombianas, que atuam como aliadas do CV no abastecimento de maconha e cocaína, transportadas pelos rios Japurá, Iça e Negro, que atravessam os municípios. Assim, as facções colombianas entregam drogas na região da fronteira a membros do CV nesses municípios, que a partir daí passam a ser responsáveis pela distribuição dos produtos até as principais cidades, onde são divididas entre a parte que será consumida na própria região e o que será destinado para os mercados doméstico e exterior.

Assim, o Amazonas é um estado muito estratégico para a circulação e o escoamento de drogas oriundas dos países andinos, por onde passam grandes volumes. Por isso, é considerado por muitos analistas como o estado da Amazônia que abriga a principal rota do narcotráfico¹⁰⁸, através dos rios Solimões, Japurá e Iça, que se conectam através de vários afluentes, furos e igarapés.

Através da Tabela 15, é possível identificar os municípios com presença das facções no estado do Amazonas, além da identificação dos grupos e a situação no município.

O Amazonas é um estado muito estratégico para a circulação e o escoamento de **drogas oriundas dos países andinos**, por onde passam grandes volumes. Por isso, é considerado por muitos analistas como o estado da Amazônia que abriga a principal rota do narcotráfico.

106 Os Piratas dos Solimões são representados por um grupo de criminosos originários de comunidades ribeirinhas do rio Solimões e afluentes. Tal característica lhes confere um grande conhecimento empírico acerca da dinâmica dos rios amazônicos.

107 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/08/18/policial-investigado-em-esquema-de-compra-de-drogas-foi-abor-dado-em-aviao-fretado-por-r-128-mil-perto-da-fronteira-com-a-colombia.ghtml>

108 Por outro lado, outros analistas consideram o Mato Grosso como estado estratégico para a entrada da droga via rota que se interliga com a Bolívia e Peru. Abordaremos mais essa ideia quando falarmos desse estado.



Tabela
15

Presença de facções em municípios no Estado do Amazonas

Estado	Município	Facções	Situação
Amazonas	Amanã	CV	Presença de uma facção
Amazonas	Barcelos	Piratas dos Solimões	Presença de uma facção
Amazonas	Benjamin Constant	CV	Presença de uma facção
Amazonas	Coari	CV-Piratas dos Solimões	Presença de duas ou mais facções
Amazonas	Codajás	Piratas dos Solimões	Presença de uma facção
Amazonas	Guajará	CV	Presença de uma facção
Amazonas	Irlanduba	CV	Presença de uma facção
Amazonas	Itacoatiara	CV	Presença de uma facção
Amazonas	Japurá	CV - EMC	Presença de duas ou mais facções
Amazonas	Jutaí	CV-Piratas dos Solimões	Presença de duas ou mais facções
Amazonas	Manacapuru	CV-Piratas dos Solimões	Presença de duas ou mais facções
Amazonas	Manaus	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Amazonas	Maués	CV	Presença de uma facção
Amazonas	Paritins	CV	Presença de uma facção
Amazonas	Rio Preto da Eva	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Amazonas	Santo Antônio do Içá	CV	Presença de uma facção
Amazonas	São Gabriel da Cachoeira	CV - ExFarc Acácio Medina	Presença de duas ou mais facções
Amazonas	São Paulo da Olivença	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Amazonas	Tabatinga	CV	Presença de uma facção
Amazonas	Tefé	Piratas dos Solimões	Presença de uma facção
Amazonas	Tonantins	CV	Presença de uma facção

Elaboração: Instituto Mãe Crioula/FBSP (2024).



3.4 ESTADO DO MARANHÃO

A porção do estado do Maranhão¹⁰⁹ que corresponde à Amazônia Legal totalizou 48 municípios com presença de facções, sendo 29 com apenas uma e 19 com duas ou mais facções. O estado possui 5 facções, que são: CV, a mais atuante, o Bonde dos 40 (B40), Primeiro Comando do Maranhão (PCM) e PCC.

Em relação aos municípios em disputa por mais de uma facção, em 5 deles a disputa está ocorrendo entre 3 facções simultaneamente, como é o caso da capital São Luís, São José de Ribamar, Santa Inês, Pinheiro e Alto Alegre do Maranhão. Na tabela a seguir estão identificados os municípios e as facções no estado.

A porção do estado do Maranhão que corresponde à Amazônia Legal totalizou **48 municípios com presença de facções**, sendo 28 com apenas uma e 20 com duas ou mais facções.

¹⁰⁹ O Estado do Maranhão possui 181 municípios que estão na área correspondente a Amazônia Legal, definidas pelo decreto federal nº 1.806 de 1953.



Tabela
16

Presença de facções em municípios no Estado do Maranhão

Estado	Município	Facções	Situação
Maranhão	Açailândia	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Maranhão	Alcântara	CV	Presença de uma facção
Maranhão	Alto Alegre do Maranhão	B40- PCC- CV	Presença de duas ou mais facções
Maranhão	Anajatuba	B40	Presença de uma facção
Maranhão	Apicum-Açu	B40	Presença de uma facção
Maranhão	Arame	CV	Presença de uma facção
Maranhão	Bacabal	B40 - CV	Presença de duas ou mais facções
Maranhão	Bacabeira	CV	Presença de uma facção
Maranhão	Bacuri	CV	Presença de uma facção
Maranhão	Balsas	PCC	Presença de uma facção
Maranhão	Barra do Corda	PCC	Presença de uma facção
Maranhão	Bequimão	CV	Presença de uma facção
Maranhão	Bom Jardim	CV - GDE	Presença de duas ou mais facções
Maranhão	Bom Jesus das Selvas	CV	Presença de uma facção
Maranhão	Buriticupu	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Maranhão	Cândido Mendes	CV	Presença de uma facção
Maranhão	Codó	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Maranhão	Coroatá	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Maranhão	Cururupu	CV	Presença de uma facção
Maranhão	Davinópolis	CV- PCC	Presença de duas ou mais facções
Maranhão	Estreito	PCC	Presença de uma facção
Maranhão	Grajaú	CV	Presença de uma facção
Maranhão	Guimarães	B40	Presença de uma facção
Maranhão	Icatu	B40	Presença de uma facção
Maranhão	Igarapé Grande	CV	Presença de uma facção
Maranhão	Imperatriz	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Maranhão	Itinga do Maranhão	B40 - CV	Presença de duas ou mais facções
Maranhão	João Lisboa	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Maranhão	Matões do Norte	B40	Presença de uma facção
Maranhão	Mirinzal	CV	Presença de uma facção
Maranhão	Paço do Lumiar	B40	Presença de uma facção
Maranhão	Pedreiras	CV - PCM	Presença de duas ou mais facções
Maranhão	Pedro do Rosário	B40	Presença de uma facção
Maranhão	Penalva	B40 - CV	Presença de duas ou mais facções
Maranhão	Pinheiro	CV – B40 - PCM	Presença de duas ou mais facções
Maranhão	Porto Franco	B40 - PCC	Presença de duas ou mais facções
Maranhão	Raposa	B40	Presença de uma facção
Maranhão	Rosário	B40	Presença de uma facção
Maranhão	Santa Helena	CV	Presença de uma facção
Maranhão	Santa Inês	B40- PCC- CV	Presença de duas ou mais facções
Maranhão	São Bento	B40 - CV	Presença de duas ou mais facções
Maranhão	São João do Paraíso	CV	Presença de uma facção
Maranhão	São José de Ribamar	CV – B40 - PCM	Presença de duas ou mais facções
Maranhão	São Luís	CV – B40 - PCM	Presença de duas ou mais facções
Maranhão	São Vicente Ferrer	B40 - CV	Presença de duas ou mais facções
Maranhão	Senador La Rocque	CV	Presença de uma facção
Maranhão	Turilândia	B40	Presença de uma facção
Maranhão	Viana	B40 - CV	Presença de duas ou mais facções

Elaboração: IMC/FBSP (2024).



Através das fotografias 8 e 9 se verifica a presença das facções nas ruas da Região Metropolitana de São Luís. Em algumas situações, nota-se a prática da “queimação”¹¹⁰ ou “apagamento”, ou seja, quando uma facção picha em cima de outra pichação do grupo inimigo como forma de demonstração do poder e de que aquele território está sendo disputado pelos grupos criminosos, conforme se verifica nas fotografias abaixo.

Foto 8 | Pichação do PCM apagando a do PCC, Bairro Cidade Operária
São Luís – MA (2024)



Fonte: Acervo do IMC (Julho/2024).

Foto 9 | Pichação do B40
município de São José de Ribamar – MA (2024)



Fonte: Acervo do IMC (Julho/2024).

¹¹⁰ A Queimação ou o Apagamento da pichação é adotado como estratégia simbólica de mostrar a tomada do território por um grupo rival.



3.5 ESTADO DO MATO GROSSO

O estado do Mato Grosso é estrategicamente usado pelo crime como rota do narcotráfico¹¹¹, sobretudo trazendo entorpecentes da Bolívia e Peru para o Brasil. No estado há muitas pistas de pousos, densa rede de rodovias e uma extensa faixa de fronteira marcada pelo rio Guaporé, que separa o Brasil e a Bolívia.

No levantamento realizado neste relatório foram identificados ao menos 42 municípios sob influência de algum grupo criminoso, sendo 27 com apenas um grupo e, nos 15 restantes, há pelo menos dois. Entre as facções que estão no estado, foram identificadas a presença do CV, PCC, Tropa Castelar¹¹² e B40¹¹³, que foi noticiada pela primeira vez nesse estado, com membros em Cuiabá, Várzea Grande e Cáceres.

A facção hegemônica no estado é o **Comando Vermelho**, que está presente de forma única em 23 municípios, enquanto o PCC tem o domínio em apenas 1 município.

No entanto, a facção hegemônica no estado é o Comando Vermelho, que está presente de forma única em 23 municípios, enquanto o PCC tem o domínio em apenas 1 município, que é Pedra Preta. Em relação aos municípios onde ocorrem conflitos entre grupos criminosos, 13 são entre o CV e o PCC. Já os municípios que apresentaram maior situações de confrontos ao longo desse ano de 2024, destacam-se Sorriso e Cáceres, ambos estratégicos para as duas facções como rotas do narcotráfico.

Além disso, outro fato curioso são alguns casos de homicídios cuja motivação estava relacionada com pessoas fazendo símbolos¹¹⁴ de facções em fotos postadas em redes sociais, justamente em municípios em disputa de facções no estado, sem que de fato as pessoas tivessem alguma relação com o crime organizado. Na tabela 17 é possível identificar os municípios com presença das facções.

¹¹¹ Vários analistas já vêm apresentando uma narrativa de que o estado de Mato Grosso seja a rota principal do narcotráfico, superando assim a rota do Solimões, no Amazonas. Tais argumentos são sustentados a partir do volume de drogas apreendidas pelas forças policiais nesse estado, além da facilidade de conexão intermodal feitas por estradas, rios e pistas de pousos, que seriam estratégicos pelos grupos criminosos para trazer drogas do Peru e Bolívia, e a partir daí distribuir para outras regiões do país, principalmente a região do Centro-Sul, em função do maior potencial de mercado consumidor e de estar mais próximo dos portos que possuem grande fluxo de navios, como os portos de Santos, Rio de Janeiro, Vitória e Paranaguá. De qualquer forma, há um consenso de que, a despeito da posição ocupada, ambos os estados são estratégicos para o escoamento da cocaína e skunk dos países andinos que produzem a droga.

¹¹² Esta facção já é conhecida desde o final de 2022, conforme já foi mencionada no relatório da 2ª edição do Cartografias das Violências da Amazônia (2023), e surgiu a partir de uma dissidência de membros do CV no município de Sorriso, recebendo de imediato apoio e fortalecimento através de armamentos do PCC, que busca expandir sua atuação nesse estado.

¹¹³ <https://www.midiajur.com.br/geral/gaeco-prende-3-integrantes-da-facciao-bonde-dos-40-em-mato-grosso/60173>

¹¹⁴ <https://www.metropoles.com/brasil/querra-entre-pcc-e-cv-no-mt-tem-mortes-de-inocentes-e-casas-queimadas>



Tabela
17

Presença de facções em municípios no Estado do Mato Grosso

Estado	Município	Facções	Situação
Mato Grosso	Alta Floresta	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Mato Grosso	Alto Paraguai	TROPA DO CASTELAR	Presença de uma facção
Mato Grosso	Araguaiana	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Arenópolis	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Aripuanã	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Barra do Bugres	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Mato Grosso	Cáceres	CV - PCC - B40	Presença de duas ou mais facções
Mato Grosso	Campo Novo do Parecis	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Confresa	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Cuiabá	CV - B40	Presença de duas ou mais facções
Mato Grosso	Diamantino	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Glória D'Oeste	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Guiratinga	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Ipiranga do Norte	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Itanhanga	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Jangada	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Juína	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Mato Grosso	Lucas do Rio Verde	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Mato Grosso	Mirassol d'Oeste	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Mato Grosso	Nobres	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Nortelândia	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Nova Maringá	TROPA DO CASTELAR	Presença de uma facção
Mato Grosso	Nova Mutum	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Nova Santa Helena	TROPA DO CASTELAR	Presença de uma facção
Mato Grosso	Nova Ubiratã	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Pedra Preta	PCC	Presença de uma facção
Mato Grosso	Peixoto de Azevedo	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Mato Grosso	Pontes e Lacerda	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Mato Grosso	Porto Esperidião	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Primavera do Leste	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Querência	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Rondonópolis	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Mato Grosso	Rosário Oeste	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	São José do Rio Claro	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Mato Grosso	São José dos Quatro Marcos	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Sapezal	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Sinop	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Mato Grosso	Sorriso	CV - PCC - TROPA DO CASTELAR	Presença de duas ou mais facções
Mato Grosso	Tangará da Serra	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Mato Grosso	Tapurah	CV	Presença de uma facção
Mato Grosso	Várzea Grande	CV - B40	Presença de duas ou mais facções
Mato Grosso	Vila Bela da Santíssima Trindade	CV	Presença de uma facção

Elaboração: IMC/FBSP (2024).



Em Cuiabá, assim como nas demais capitais estaduais da Amazônia, também são encontradas pichações espalhadas ao longo das ruas na cidade, como estratégia de demonstração das relações de poder e suas territorialidades.

Foto
10 | Pichação do Comando Vermelho
Cuiabá-MT



Fonte: Acervo do IMC (setembro/2024).

3.6 ESTADO DO PARÁ

O Pará foi o estado da Amazônia Legal em que se verificou a maior presença de grupos criminosos, totalizando 73 municípios. Desse total, em 61 há o predomínio pleno de apenas uma facção, onde o CV controla 57 e o PCC os 5 municípios restantes. O Comando Vermelho é a facção que mais se interiorizou no estado do Pará, controlando boa parte dos municípios das regiões Nordeste paraense, Região Metropolitana de Belém, Região Sudoeste do Pará, Região do Baixo Amazonas e Marajó. O PCC, por outro lado, está mais presente na região Sul e Sudeste do Pará.

Em 7 municípios do estado há confrontos entre o CV e o PCC, como em Parauapebas, Jacundá, Marabá (Fotografia 11). Já em outros dois municípios, localizados na região do Marajó, há a coexistência das facções CV e Família Terror do Amapá (FTA), que não necessariamente estão em conflito.



Foto

11

Pichação do PCC na entrada do Residencial Tocantins
município de Marabá- PA



Fonte: Acervo do IMC (Abril/2024).

A grande novidade foi a identificação de 4 facções em Castanhal, onde o CV atua no micro-tráfego (varejo), embora ainda haja fortes indícios do PCC atuando no atacado, utilizando o município como um *hub* logístico para o escoamento de drogas, sobretudo para a região do Nordeste brasileiro.

Além dessas duas facções, foram presos na cidade de Castanhal, localizada na Região Metropolitana de Belém, membros das facções nordestinas Bonde do Maluco (BDM)¹¹⁵ e Guardiões do Estado (GDE)¹¹⁶, o que coloca em dúvida se esses membros dessas facções estariam utilizando o município como espaço de refúgio ou para negociar com o PCC e, a partir desse município, levar mercadorias até os estados nordestinos. Essa última hipótese se sustenta na medida em que tanto o BDM quanto o GDE são aliados do PCC nos seus respectivos estados de atuação. Na Tabela 18, abaixo, observa-se os municípios paraenses com a presença de grupos criminosos.

115 <https://agenciapara.com.br/noticia/58867/pcpa-e-policia-militar-da-bahia-prendem-lider-de-organizacao-criminosa-que-atua-na-bahia>

116 <https://www.oliberal.com/policia/artilheiro-chefe-de-grupo-criminoso-do-ceara-e-presos-em-castanhal-1.765566>



Tabela
18

Presença de facções em municípios no Estado do Pará

Estado	Município	Facções	Situação
Pará	Abaetetuba	CV	Presença de uma facção
Pará	Acará	CV	Presença de uma facção
Pará	Afuá	CV-FTA	Presença de duas ou mais facções
Pará	Água Azul do Norte	PCC	Presença de uma facção
Pará	Alenquer	CV	Presença de uma facção
Pará	Almeirim	CV	Presença de uma facção
Pará	Altamira	CV - CCA	Presença de duas ou mais facções
Pará	Ananindeua	CV	Presença de uma facção
Pará	Anapu	CV	Presença de uma facção
Pará	Augusto Correa	CV	Presença de uma facção
Pará	Aurora do Pará	CV	Presença de uma facção
Pará	Baião	CV	Presença de uma facção
Pará	Barcarena	CV	Presença de uma facção
Pará	Belém	CV	Presença de uma facção
Pará	Benevides	CV	Presença de uma facção
Pará	Bragança	CV	Presença de uma facção
Pará	Breves	CV	Presença de uma facção
Pará	Bujaru	CV	Presença de uma facção
Pará	Cachoeira do Arari	CV	Presença de uma facção
Pará	Cametá	CV	Presença de uma facção
Pará	Capanema	CV	Presença de uma facção
Pará	Castanhal	CV-PCC-GDE-BDM	Presença de duas ou mais facções
Pará	Chaves	CV - FTA	Presença de duas ou mais facções
Pará	Colares	CV	Presença de uma facção
Pará	Conceição do Araguaia	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Pará	Concórdia do Pará	CV	Presença de uma facção
Pará	Currálinho	CV	Presença de uma facção
Pará	Curuçá	CV	Presença de uma facção
Pará	Dom Eliseu	CV	Presença de uma facção
Pará	Igarapé-Miri	CV	Presença de uma facção
Pará	Ipixuna do Pará	CV	Presença de uma facção
Pará	Itaituba	CV	Presença de uma facção
Pará	Itupiranga	PCC	Presença de uma facção
Pará	Jacareacanga	CV	Presença de uma facção
Pará	Jacundá	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Pará	Juruti	CV	Presença de uma facção
Pará	Mãe do Rio	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Pará	Marabá	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Pará	Maracanã	CV	Presença de uma facção
Pará	Marapanim	CV	Presença de uma facção
Pará	Marituba	CV	Presença de uma facção
Pará	Melgaço	CV	Presença de uma facção
Pará	Mocajuba	CV	Presença de uma facção
Pará	Moju	CV	Presença de uma facção

Continua



Tabela
18

Presença de facções em municípios no Estado do Pará

Estado	Município	Facções	Situação
Pará	Novo Progresso	CV	Presença de uma facção
Pará	Novo Repartimento	CV	Presença de uma facção
Pará	Ourém	CV	Presença de uma facção
Pará	Pacajá	CV	Presença de uma facção
Pará	Palestina do Pará	CV	Presença de uma facção
Pará	Paragominas	CV	Presença de uma facção
Pará	Parauapebas	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Pará	Portel	CV	Presença de uma facção
Pará	Redenção	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Pará	Rio Maria	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Pará	Rondon do Pará	PCC	Presença de uma facção
Pará	Rurópolis	PCC	Presença de uma facção
Pará	Salinópolis	CV	Presença de uma facção
Pará	Salvaterra	CV	Presença de uma facção
Pará	Santa Bárbara do Pará	CV	Presença de uma facção
Pará	Santa Izabel do Pará	CV	Presença de uma facção
Pará	Santa Luzia do Pará	CV	Presença de uma facção
Pará	Santarém	CV	Presença de uma facção
Pará	Santo Antônio do Tauá	CV	Presença de uma facção
Pará	São Félix do Xingu	CV	Presença de uma facção
Pará	São Miguel do Guamá	CV	Presença de uma facção
Pará	São Sebastião de Boa Vista	CV	Presença de uma facção
Pará	Soure	CV	Presença de uma facção
Pará	Tailândia	CV	Presença de uma facção
Pará	Tomé-açu	CV	Presença de uma facção
Pará	Tucuruí	CV	Presença de uma facção
Pará	Uruará	CV	Presença de uma facção
Pará	Vigia	CV	Presença de uma facção
Pará	Xinguara	PCC	Presença de uma facção

Elaboração: IMC/FBSP (2024).



Foto
12Pichação do Comando Vermelho na Comunidade da Vila da Barca
Belém-PA

Fonte: Acervo do IMC (Outubro/2024).

3.7 ESTADO DE RONDÔNIA

O estado de Rondônia possui 26 municípios com facções criminosas, sendo 16 deles com apenas um grupo e nos demais, ou seja, nos 10 municípios restantes, verificam-se duas ou mais facções. As facções que atuam nesse estado são: PCC, que é a facção hegemônica do estado, CV, Primeiro Comando Panda (PCP) e Tropa da Revolução (TDR)¹¹⁷ – esta última surgiu a partir de uma dissidência de membros do PCC no estado.

Rondônia é um espaço estratégico para o crime organizado por sua fronteira com a Bolívia, sendo utilizado como rota do narcotráfico sobretudo pelas cidades de Vilhena, Guajará-Mirim e Porto Velho, porém em menor intensidade se comparado ao Amazonas e Mato Grosso. Na tabela 19 é possível identificar os municípios do estado com a presença de facções e a sua situação.

117 <https://www.folhadosulonline.com.br/noticias/detalhe/2024/jovem-21-anos-presos-em-vilhena-ajudou-fundar-facciao-ten-tou-matar-rivais-e-trocou-tiros-policia-em-praca-publica>



Tabela
19

Presença de facções em municípios no Estado de Rondônia

Estado	Município	Facções	Situação
Rondônia	Alta Floresta D'Oeste	PCP	Presença de uma facção
Rondônia	Alto Alegre dos Parecis	PCC	Presença de uma facção
Rondônia	Alvorada D'Oeste	PCC	Presença de uma facção
Rondônia	Ariquemes	PCC-CV	Presença de duas ou mais facções
Rondônia	Cabixi	PCC	Presença de uma facção
Rondônia	Campo Novo de Rondônia	CV	Presença de uma facção
Rondônia	Cerejeiras	PCC	Presença de uma facção
Rondônia	Chupinguaia	PCC-CV	Presença de duas ou mais facções
Rondônia	Colorado do Oeste	PCC	Presença de uma facção
Rondônia	Corumbiara	CV	Presença de uma facção
Rondônia	Costa Marques	PCC-CV	Presença de duas ou mais facções
Rondônia	Governo Jorge Teixeira	PCC	Presença de uma facção
Rondônia	Guajará-Mirim	PCC-CV	Presença de duas ou mais facções
Rondônia	Ji-Paraná	PCC	Presença de uma facção
Rondônia	Nova Brasilândia D'Oeste	PCC	Presença de uma facção
Rondônia	Nova Mamoré	PCP-CV	Presença de duas ou mais facções
Rondônia	Novo Horizonte do Oeste	PCC-PCP	Presença de duas ou mais facções
Rondônia	Pimenteira do Oeste	CV	Presença de uma facção
Rondônia	Porto Velho	PCC-CV-TDR	Presença de duas ou mais facções
Rondônia	Presidente Médici	PCC	Presença de uma facção
Rondônia	Primavera de Rondônia	PCC	Presença de uma facção
Rondônia	Rolim de Moura	PCC	Presença de uma facção
Rondônia	Santa Luzia D'Oeste	CV	Presença de uma facção
Rondônia	São Francisco do Guaporé	PCC-CV-PCP	Presença de duas ou mais facções
Rondônia	Seringueiras	PCC-CV	Presença de duas ou mais facções
Rondônia	Vilhena	PCC-CV-TDR	Presença de duas ou mais facções

Elaboração: IMC/FBSP (2024).

Em diversas áreas da capital é possível encontrar pichações das duas facções como forma de imposição de controle territorial e intimidação da população. Em algumas dessas pichações, além de marcar o território como área de controle de determinada facção, também são feitas provocações à facção rival.



Foto
13Pichação do Comando Vermelho no Bairro São Sebastião
Porto Velho - RO

Fonte: Acervo do IMC (Agosto/2024).

3.8 ESTADO DE RORAIMA

Roraima é um estado que possui a presença de facções em quase a totalidade dos seus 15 municípios, com exceção de Uiramutã. O PCC é a facção hegemônica do estado, controlando 6 municípios, enquanto em 7 há disputa com o CV e com *Tren de Aragua*, uma facção venezuelana presente na capital, Boa Vista, e no município de Pacaraima.

A proximidade com a Venezuela torna o estado uma região de rota do contrabando de armas¹¹⁸, além de minérios e drogas. O comércio ilegal de armas costuma ser controlado por grupos venezuelanos, conhecidos como “trens”: *Tren de Aragua*, *Tren de los Lanos* ou as vezes o chamado “Sindicato” entre outros. A tabela a seguir detalha a situação dos municípios com a presença de facções no estado.

118 <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/apreensao-de-armas-de-fogo-em-roraima-327-armas-de-fogo-sao-apreendidas-por-orgaos-federais-em-16-meses#:~:text=Considerando%20somente%202023%2C%20foram%20285%20apreens%C3%B5es%20em%20Roraima%2C%20um%20aumento.de%20circula%C3%A7%C3%A3o%20pelas%20for%C3%A7as%20federais.&text=N%C3%9AMEROS%20NACIONAIS%20E2%80%93%20Em%20todo%20o,2023%20e%20abril%20de%202024.>

Tabela
20

Presença de facções em municípios no Estado de Roraima

Estado	Município	Facções	Situação
Roraima	Amajari	PCC	Presença de uma facção
Roraima	Alto Alegre	CV	Presença de uma facção
Roraima	Boa Vista	PCC-TREM DO ARAGUÁ	Presença de duas ou mais facções
Roraima	Bonfim	CV-PCC	Presença de duas ou mais facções
Roraima	Cantá	PCC	Presença de uma facção
Roraima	Caracarái	CV-PCC	Presença de duas ou mais facções
Roraima	Caroebe	PCC	Presença de uma facção
Roraima	Iracema	CV-PCC	Presença de duas ou mais facções
Roraima	Mucajaí	CV-PCC	Presença de duas ou mais facções
Roraima	Normandia	PCC	Presença de uma facção
Roraima	Pacaraima	CV-PCC-TREM DO ARAGUÁ	Presença de duas ou mais facções
Roraima	Rorainópolis	CV-PCC	Presença de duas ou mais facções
Roraima	São João da Baliza	PCC	Presença de uma facção
Roraima	São Luiz	PCC	Presença de uma facção

Elaboração: IMC/FBSP (2024).

Há relatos de que, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Boa Vista, existem três classificações principais entre os internos faccionados: PCC, CV e Sindicato. As primeiras notícias sobre esses grupos venezuelanos mencionavam o nome “Sindicato del Crimen”, em referência ao fato de que diversos grupos criminosos antigos na Venezuela são conhecidos como “Sindicatos”. Também foi identificado o surgimento de um grupo chamado “Casa Podrida”, que teria atuado em alguns abrigos humanitários para migrantes venezuelanos, a Operação Acolhida. No entanto, alguns interlocutores afirmam que o grupo foi descoberto e desmantelado pela polícia.

Atualmente, bairros como 13 de Setembro, onde está localizada a Rodoviária e Centenário, estão sob grande influência de grupos venezuelanos. Apesar disso, os relatos de campo indicam que o PCC continua sendo o principal grupo faccionado em Roraima. O Comando Vermelho tem expandido sua presença no sul do estado e permanece hegemônico em Alto Alegre, município que dá acesso ao rio Mucajaí e à Terra Indígena Yanomami. Está evidente que PCC e CV disputam territórios, embora não entrem em confronto direto com frequência. Há relatos de conflitos no território indígena, incluindo execuções sumárias, além de uma situação de tensão constante entre o PCC e os grupos venezuelanos em diversos bairros da capital Boa Vista.

A foto 14 destaca a pichação com as siglas do PCC no bairro Liberdade, em Boa Vista.

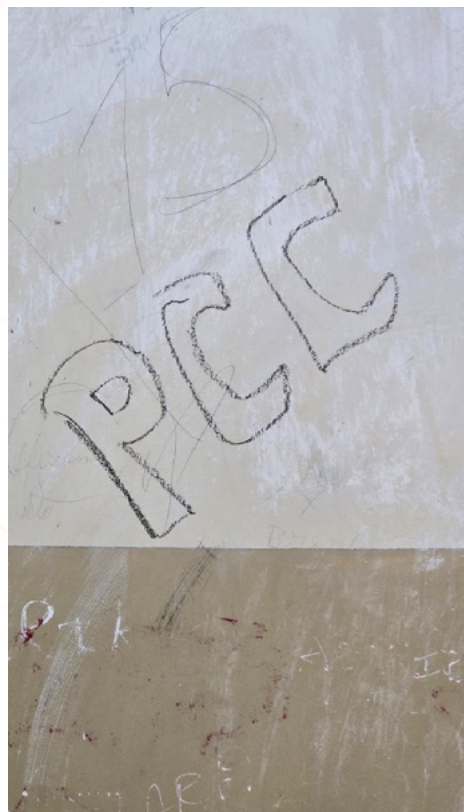


Foto
14 | Pichação do PCC no Bairro Liberdade
Boa Vista



Fonte: Acervo do IMC (Setembro/2024).

Foto
15 | Pichação em Colégio dentro de Território Indígena que dá
acesso ao rio Uraricoera



Fonte: Acervo de Chagas, R.

Foto
16

Pichação na estrada RR 205 entre Boa Vista e Alto Alegre



Fonte: Acervo de Chagas, R.

Foto
17

Pichação no Centro da Cidade de Boa Vista



Fonte: Acervo de Chagas, R.



3.9 ESTADO DO TOCANTINS

No estado de Tocantins foram identificados 9 municípios com a presença de facções, sendo 4 deles controlados apenas por um grupo criminoso e os outros 5 em disputa pelo PCC e CV. Essa disputa vem ocasionando confrontos em Palmas, Araguaína, Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins e Gurupi, cidades localizadas ao longo da rodovia federal Belém-Brasília, importante rota que atravessa o estado interligando a Amazônia ao Centro-Oeste brasileiro. Além dessas duas facções, foi identificada uma terceira denominada Bonde do Cangaço, localizada no município de Taguatinga.

Tabela 21

Presença de facções em municípios no Estado de Tocantins

Estado	Município	Facções	Situação
Tocantins	Araguaína	PCC-CV	Presença de duas ou mais facções
Tocantins	Araguatins	PCC	Presença de uma facção
Tocantins	Cariri do Tocantins	PCC	Presença de uma facção
Tocantins	Gurupi	PCC-CV	Presença de duas ou mais facções
Tocantins	Miracema do Tocantins	PCC-CV	Presença de duas ou mais facções
Tocantins	Palmas	PCC-CV	Presença de duas ou mais facções
Tocantins	Paraíso do Tocantins	PCC-CV	Presença de duas ou mais facções
Tocantins	Taguatinga	Bonde do Cangaço	Presença de uma facção
Tocantins	Xambioá	CV	Presença de uma facção

Elaboração: IMC/FBSP (2024).

A fotografia 18 mostra a pichação do PCC em uma parada de ônibus da cidade de Palmas, localizada no setor Norte, no Bairro da Vila União, uma área com bastante influência da facção paulista. Já a fotografia 19 mostra uma “queimação” feita pelo CV sobre os símbolos¹¹⁹ que representam a facção PCC, no município de Miracema do Tocantins, que está localizado na BR 010.

¹¹⁹ O PCC utiliza diversos símbolos de representação, como: “1533”, “PCC”, “TD3”, “T3”, além do símbolo do Yan-Yang.

Foto
18 | Pichação do PCC na parada de ônibus no Bairro Vila União
Palmas



Fonte: Acervo do IMC (abril/2024).

Foto
19 | Queimação do CV sobre a pichação do PCC
Miracema do Tocantins



Fonte: Acervo do IMC (abril/2024).

3.10 APREENSÕES DE DROGAS NA AMAZÔNIA LEGAL

Diante do crescente investimento das organizações criminosas na especialização do controle das rotas para o tráfico transnacional, bem como nas rotas interestaduais e nos pontos de venda no varejo nacional, o papel do narcotráfico na dinâmica econômica dessas entidades é evidente. A apreensão desses itens é uma das formas de medir a atuação do Estado no combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado, que abrange desde as esferas estaduais até a esfera federal. Para isso, analisamos os volumes de cocaína e maconha (principais mercados de drogas) apreendidos nos últimos cinco anos na região da Amazônia Legal pelas polícias estaduais, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Exército Brasileiro e Marinha do Brasil.

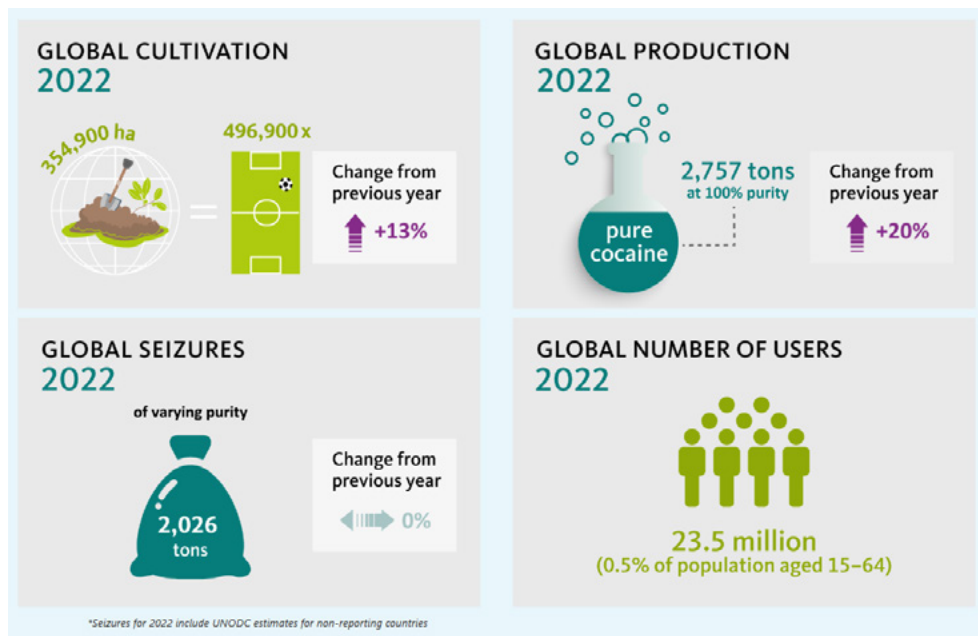
Como tem ficado cada vez mais claro, **as rotas da região amazônica** tomaram o protagonismo de outras rotas brasileiras no mercado de drogas nos últimos anos.

Como tem ficado cada vez mais claro, as rotas da região amazônica tomaram o protagonismo de outras rotas brasileiras no mercado de drogas nos últimos anos. O último Anuário Brasileiro de Segurança Pública destaca a importância do Mato Grosso nas apreensões federais, o que elevou a região Centro-Oeste ao primeiro lugar em apreensões no país, ultrapassando o Sudeste em 2023. O cenário do Mato Grosso, por pertencer à Amazônia Legal, se desdobra para a região. Além disso, estudos do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime indicam um crescimento do mercado produtor e consumidor de cocaína¹²⁰.

No relatório anterior, citamos o estudo do UNODC publicado em 2023 e cujos dados eram referentes a 2021, que demonstrava um crescimento de 35% na área de plantio de coca, de 16% na produção de cocaína pura e de 42% das apreensões globalmente. No relatório mais recente produzido pelo Escritório da ONU para Drogas e Crime (UNODC), em 2022 o crescimento da área de cultivo de coca foi de 13% em relação ao ano anterior, o equivalente a 496.900 campos de futebol. No que diz respeito à produção de cocaína pura, que também já mostrava incremento, o aumento chegou a 20%. Já em relação ao mercado consumidor, que em 2021 era estimado em 22 milhões de usuários entre 15 e 64 anos, a atual estimativa é de cerca de 23,5 milhões de usuários.

120 Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/world-drug-report-2024.html>.

Figura 2 Cultivo, produção e consumo de cocaína
América do Sul – UNODC



Fonte: UNODC, 2024.

Faz sentido, portanto, que no período de 2019 a 2023 o volume de apreensão de cocaína pelas polícias estaduais da Amazônia Legal tenha crescido 386,4%, como demonstra a tabela a seguir. A apreensão de drogas é um indicador de produtividade das polícias, e se aumenta a produção e a demanda, é de se esperar que aumentem as apreensões. Durante esses cinco anos foram apreendidas pouco mais de 110 toneladas na região. É possível notar que o volume apreendido teve uma crescente a cada ano, registrando a maior quantidade apreendida em 2023, ultrapassando 33 toneladas.

A apreensão de drogas é um indicador de produtividade das polícias, e se aumenta a produção e a demanda, é de se esperar que aumentem as apreensões.



Tabela
22**Apreensão de cocaína - Secretarias de Segurança Pública**
Unidades da Federação da Amazônia Legal – 2019-2023

UFs da Amazônia Legal	Apreensão de cocaína (em kg)						Variação (%) 2019-2023
	Ns. Absolutos						
	2019	2020	2021	2022	2023	Total 2019-2023	
Amazônia Legal	6.957,4	14.994,9	22.837,6	31.969,4	33.843,7	110.603,0	386,4
Acre ⁽¹⁾	254,0	600,0	572,4	748,1	637,5	2.812,1	151,0
Amapá ^{(2) (3) (4)}	62,4	92,6	195,7	435,1	161,6	947,4	159,2
Amazonas	827,0	1.391,9	4.609,5	5.228,7	7.887,8	19.944,8	853,8
Maranhão ^{(5) (4)}	53,9	240,4	299,0	236,0	464,3	1.293,6	761,4
Mato Grosso	4.153,7	4.664,3	10.840,8	14.458,5	14.906,2	49.023,3	258,9
Pará ^{(3) (4)}	921,5	6.955,0	4.915,0	1.457,4	3.261,3	17.510,2	253,9
Rondônia	574,0	950,0	1.234,0	7.742,2	6.496,7	16.996,9	1.031,8
Roraima	50,1	16,9	39,6	41,3	28,3	176,2	-43,6
Tocantins ⁽⁶⁾	60,9	83,8	131,7	1.622,2	...	1.898,7	...

Fonte: Secretarias de Segurança Pública; Instituto de Análise Forense do Estado do Acre; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Dados disponibilizados pelo Instituto de Análise Forense (IAF) do Estado, um núcleo do Departamento de Polícia Técnico-Científica (DPTC), subordinado à Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPC).

(2) Dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Amapá, de 2019 a 2022, incluem cocaína e crack.

(3) O dado de 2023 foi extraído do Painel de Indicadores Estatísticos do Ministério da Justiça e Segurança Pública e foram informados pelos Estados e pelo Distrito Federal ao MJSP através do SINESP VDE (Validador de Dados Estatísticos).

(4) O Painel de Indicadores Estatísticos do Ministério da Justiça e Segurança Pública está disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieYThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJmZAtzJFIMmYzYgOTBlIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQONGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>, acesso em 29 out. 2024.

(5) Os dados do estado foram extraídos do Painel de Indicadores Estatísticos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

(6) Dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública incluem cocaína, merla, oxi, pasta base de cocaína e sulfato de cocaína.

Todos os estados da Amazônia Legal registraram aumento no volume de cocaína apreendida pelas polícias estaduais, com exceção de Roraima que registrou uma queda de 43,6%. A maior variação do período analisado foi apresentada pelo estado de Rondônia, com crescimento de 1.031,8%, seguido do Amazonas com 853,8% e Maranhão com 761,4%. Com relação ao volume apreendido, o Mato Grosso também se destaca nas apreensões estaduais em 2023, com 14,9 toneladas apreendidas, quantitativo bastante superior a Amazonas e Rondônia, que lideraram na sequência. O Pará compõe o grupo de estados com maiores volumes apreendidos no período 2019-2023. O Mato Grosso e Rondônia fazem fronteira com a Bolívia, um dos maiores produtores globais de cocaína ao lado de Colômbia e Peru¹²¹, países vizinhos de estados brasileiros da Amazônia Legal, como Acre e Amazonas. Considerando a variação entre 2022 e 2023, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima apresentaram queda nas apreensões, enquanto a região como um todo teve aumento de 5,9% no volume apreendido.

121 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>.



Na tabela a seguir podemos observar que, similarmente à apreensão de cocaína, o aumento no volume de maconha apreendida também foi registrado na região, ultrapassando o volume de 199 toneladas nos últimos cinco anos. Entre 2019 e 2023 houve um crescimento de 123,1% na maconha apreendida pelas polícias estaduais da Amazônia Legal. A maior variação também foi registrada no estado de Roraima, que foi de 14kg em 2019 para 1,7 toneladas apreendidas em 2023, seguido do estado do Amazonas com aumento de 260,5%, e que também registrou o maior volume apreendido da região no período, com cerca de 94 toneladas. O segundo maior volume foi apreendido no estado do Mato Grosso, ultrapassando 43 toneladas. Apenas dois estados apresentaram queda no volume apreendido, Amapá (-49,3%) e Acre (-14,9%).

Em 2023 destaca-se o volume de apreensões de maconha no estado do Amazonas: foram mais de 20 toneladas, três vezes mais do que o apreendido no Mato Grosso (6,3 toneladas) e quatro vezes mais do que no Pará (5,8 t). A variação entre 2022 e 2023 mostra que Pará, Rondônia e Roraima foram os estados que mais apresentaram crescimento do volume de maconha apreendida.

Tabela 23 | Apreensão de maconha - Secretarias Estaduais de Segurança Pública
Unidades da Federação da Amazônia Legal – 2019-2023

UFs da Amazônia Legal	Apreensão de maconha (em kg)						
	Ns. Absolutos						Variação (%) 2019-2023
	2019	2020	2021	2022	2023	Total 2019-2023	
Amazônia Legal	17.803,0	51.132,1	52.583,7	38.099,2	39.722,8	199.340,8	123,1
Acre ⁽¹⁾	583,7	327,7	423,0	405,5	496,7	2.236,6	-14,9
Amapá ⁽²⁾⁽³⁾	171,5	251,6	143,6	46,6	86,9	700,2	-49,3
Amazonas	5.759,6	21.576,6	24.510,4	21.568,5	20.763,0	94.178,1	260,5
Maranhão ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	1.701,1	2.807,9	1.416,0	1.397,0	1.960,7	9.282,7	15,3
Mato Grosso	5.263,3	6.338,5	17.036,6	8.085,6	6.386,5	43.110,4	21,3
Pará ⁽²⁾⁽³⁾	2.719,2	4.008,1	5.167,2	1.964,0	5.895,1	19.753,6	116,8
Rondônia	1.590,0	1.634,0	686,0	830,8	2.417,7	7.158,5	52,1
Roraima	14,6	64,5	86,8	407,0	1.716,2	2.289,1	11.625,6
Tocantins ⁽⁵⁾	...	14.123,1	3.114,2	3.394,4	...	20.631,6	...

Fonte: Secretarias de Segurança Pública; Instituto de Análise Forense do Estado do Acre; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Dados disponibilizados pelo Instituto de Análise Forense (IAF) do Estado, um núcleo do Departamento de Polícia Técnico-Científica (DPTC), subordinado à Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPC).

(2) O dado de 2023 foi extraído do Painel de Indicadores Estatísticos do Ministério da Justiça e Segurança Pública e foram informados pelos Estados e pelo Distrito Federal ao MJSP através do SINESP VDE (Validador de Dados Estatísticos).

(3) O Painel de Indicadores Estatísticos do Ministério da Justiça e Segurança Pública está disponível em: <[>, acesso em 29 out. 2024.](https://app.powerbi.com/view?=&eyJrjoiYThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJmZmZlZjFmYzYgOTBlIiwidCI6ImViMDkwNDIwLWlTQ0NGMmNDNnNy05MmYyLTRiOGRhNmJmZThiMSJ9)

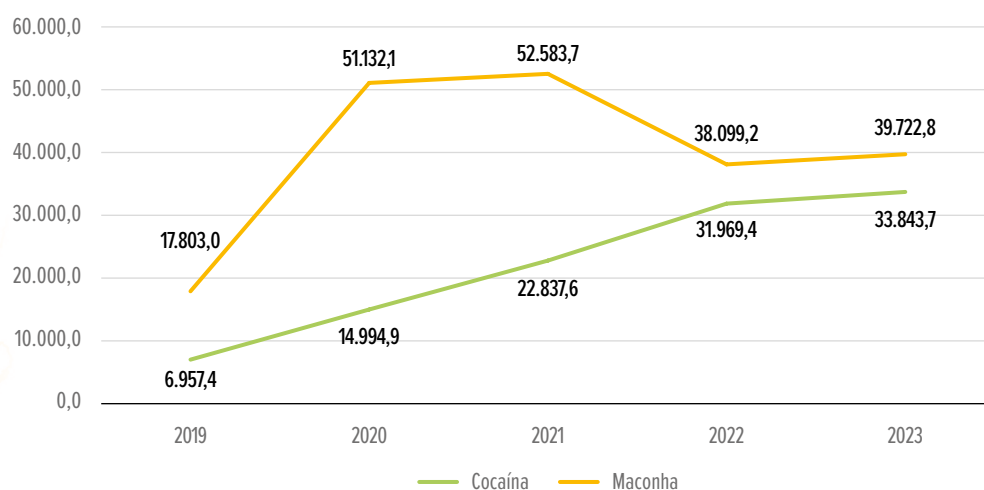
(4) Os dados do estado foram extraídos do Painel de Indicadores Estatísticos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

(5) Inclui maconha e haxixe.



Diferentemente da cocaína, o volume de maconha apreendido pelas polícias estaduais da Amazônia Legal não seguiu uma crescente regular de 2019 a 2023. Com aumento significativo de 2019 a 2020, o pico de apreensão de maconha na região se deu nos anos de 2020 e 2021, caindo em 2022 e voltando a crescer no último ano. Ademais, cabe observar que 2022 e 2023 são os anos em que o volume apreendido de maconha e cocaína mais se aproximam. O gráfico a seguir expõe a trajetória de apreensão de ambas as drogas na Amazônia Legal durante o período.

Gráfico 6 | Apreensão de cocaína e maconha (em kg) - Secretarias de Segurança Pública Amazônia Legal (2019-2023)



Fonte: Secretarias de Segurança Pública; Instituto de Análise Forense do Estado do Acre; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O crescimento no volume de apreensão de drogas na região também foi observado na atuação de organismos federais, como apresenta a tabela a seguir. Nela, fica mais claro o novo papel que a região assumiu no mercado de drogas: nos registros da Polícia Federal, enquanto o volume de cocaína apreendida diminuiu 30,7% entre 2019 e 2023 a nível nacional, na Amazônia Legal houve um aumento de 91,8%. O volume apreendido pela Polícia Federal em estados da Amazônia Legal entre 2019 e 2023 corresponde a 21,2% do total nacional, e no ano de 2023 esse percentual atingiu 29,8%, com 21 toneladas apreendidas. Vale destacar que houve queda nas apreensões entre 2022 e 2023 na região, o que em parte se explica pelo volume atípico de 32 toneladas de cocaína em 2022.

Mato Grosso, como já citado, foi o estado com maior volume apreendido em 2023. No âmbito estadual, os estados que mais apresentaram crescimento no período 2019-2023 foram Maranhão e Rondônia, com 1.519,5% e 790,0% respectivamente. Em oposição, as apreensões caíram em três estados: Pará (-94,0%), Tocantins (-86,6%) e Roraima (-63,6%).



As apreensões de cocaína pela Polícia Rodoviária Federal registraram um aumento ainda mais expressivo na região da Amazônia Legal no período analisado, com destaque novamente para o volume apreendido no Mato Grosso: mais de 48 toneladas em cinco anos. Apesar do aumento do período total, entre 2022 e 2023 também houve queda nas apreensões da PRF, que foi ainda maior na Amazônia Legal (-22,8%) do que no Brasil (-46,2%).

Tabela 24

Apreensão de cocaína - Polícia Federal ⁽¹⁾ ⁽²⁾

Brasil e UFs da Amazônia Legal	Quantidade apreendida (em kg)					
	Polícia Federal					Variação (%) 2019-2023
	2019	2020	2021	2022	2023	
Brasil	104.582,8	91.232,5	93.420,4	96.642,8	72.504,8	-30,7
Amazônia Legal	11.262,3	13.080,3	19.224,0	32.033,2	21.605,2	91,8
Acre	468,8	694,5	1.586,5	2.649,9	1.226,8	161,7
Amapá	4,6	7,5	28,2	14,1	15,3	236,2
Amazonas	457,9	896,3	242,2	1.720,5	1.907,7	316,6
Maranhão	2,3	141,1	22,3	681,9	37,6	1.519,5
Mato Grosso	5.693,7	8.882,4	11.997,2	12.228,9	14.167,3	148,8
Pará	3.418,8	972,7	2.784,2	5.097,5	204,1	-94,0
Rondônia	429,5	1.432,9	2.532,4	8.950,3	3.822,8	790,0
Roraima	513,6	52,9	30,4	30,3	187,0	-63,6
Tocantins	273,1	0,01	0,5	659,7	36,6	-86,6

Fonte: Polícia Federal; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) A apreensão da PF inclui cocaína, insumos e derivados, inclusive a semente de coca.

(2) Os registros de apreensões da Polícia Federal podem conter dados de apreensões de outras instituições federais de segurança pública, em razão da diferenciação entre os poderes de polícias administrativa e judiciária.



Tabela
25Apreensão de cocaína - Polícia Rodoviária Federal ⁽¹⁾

Brasil e UFs da Amazônia Legal	Quantidade apreendida (em kg)					
	Polícia Rodoviária Federal					Variação (%) 2019-2023
	2019	2020	2021	2022	2023	
Brasil	24.064,2	30.351,4	40.247,9	58.207,4	44.925,1	86,7
Amazônia Legal	3.265,3	9.128,8	16.755,0	28.650,2	15.417,9	372,2
Acre	359,9	449,0	720,3	2.060,7	827,1	129,8
Amapá	0,01	0,5	1,9	0,1	2,5	19.702,7
Amazonas	0,2	6,9	108,2	26,9	112,3	70.049,8
Maranhão	7,6	140,7	22,3	1.656,3	517,8	6.730,8
Mato Grosso	1.437,3	7.825,5	12.855,1	15.826,3	10.232,9	612,0
Pará	235,9	96,7	1.551,3	1.730,4	606,1	157,0
Rondônia	446,3	598,0	1.407,6	6.201,7	2.812,4	530,1
Roraima	498,0	1,6	1,1	0,4	4,2	-99,2
Tocantins	280,2	9,9	87,2	1.147,4	302,6	8,0

Fonte: Polícia Rodoviária Federal; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) A apreensão da PRF inclui cocaína e cloridrato de cocaína.

Com relação às apreensões de maconha também se observou crescimento no volume apreendido na Amazônia Legal, tanto nos registros da Polícia Federal quanto da Polícia Rodoviária Federal. Entre 2019 e 2023 o volume de maconha apreendido pela PF variou 317,6% na Amazônia, enquanto cresceu apenas 56,5% no resto do país. Na análise por estados, as maiores variações foram registradas nos estados do Pará (4.885,4%) e Roraima (3.371,2%). Cabe ressaltar que as apreensões de maconha pela Polícia Federal aumentam acentuadamente a partir do ano de 2022, muito em função do volume apreendido no estado do Amazonas em 2022 e 2023. Movimento semelhante pode ser observado nas apreensões da Polícia Rodoviária Federal, em que há um aumento significativo do volume apreendido em 2022, mas principalmente em 2023, aumento ligado às apreensões ocorridas no estado do Maranhão.



Tabela
26Apreensão de maconha - Polícia Federal ^{(1) (2)}

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	Quantidade apreendida (em kg)					
	Polícia Federal					
	2019	2020	2021	2022	2023	Variação (%) 2019-2023
Brasil	266.045,0	546.500,8	410.309,7	414.874,0	416.394,2	56,5
Amazônia Legal	4.980,7	7.422,8	5.957,7	20.945,9	20.801,1	317,6
Acre	147,0	802,3	176,6	812,5	1.090,1	641,6
Amapá	4,0	151,9	1,4	195,4	37,7	839,9
Amazonas	2.270,9	2.049,4	3.407,3	17.029,9	12.864,5	466,5
Maranhão	100,2	9,2	447,2	3,0	91,3	-8,8
Mato Grosso	1.709,2	3.309,0	970,6	635,5	2.324,0	36,0
Pará	27,6	664,5	571,8	299,7	1.376,5	4.885,4
Rondônia	70,2	137,3	295,8	384,6	367,2	422,9
Roraima	73,5	190,3	86,2	622,8	2.549,7	3.371,2
Tocantins	578,2	109,0	0,8	962,5	100,1	-82,7

Fonte: Polícia Federal; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) A apreensão da PF inclui maconha, haxixe, semente de maconha e skunk.

(2) Os registros de apreensões da Polícia Federal podem conter dados de apreensões de outras instituições federais de segurança pública, em razão da diferenciação entre os poderes de polícias administrativa e judiciária.

Tabela
27Apreensão de maconha - Polícia Rodoviária Federal ⁽¹⁾

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	Quantidade apreendida (em kg)					
	Polícia Rodoviária Federal					
	2019	2020	2021	2022	2023	Variação (%) 2019-2023
Brasil	325.540,3	735.526,4	589.253,3	563.617,1	661.296,3	103,1
Amazônia Legal	4.854,9	7.018,9	4.370,5	11.201,4	59.811,4	1.132,0
Acre	14,8	21,1	38,6	358,6	325,7	2.103,4
Amapá	3,4	0,3	12,6	24,3	5,3	55,8
Amazonas	17,3	9,6	0,8	781,3	503,0	2.802,0
Maranhão	185,2	813,9	230,9	397,3	52.968,1	28.494,3
Mato Grosso	1.992,6	3.137,1	2.904,4	5.966,4	3.485,1	74,9
Pará	854,8	1.483,2	492,0	777,1	1.217,4	42,4
Rondônia	845,0	857,9	414,4	768,8	654,1	-22,6
Roraima	0,04	13,9	0,1	2,9	7,5	18.640,5
Tocantins	941,7	682,0	276,6	2.124,7	645,1	-31,5

Fonte: Polícia Rodoviária Federal; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) A apreensão da PRF inclui maconha, haxixe e skunk.

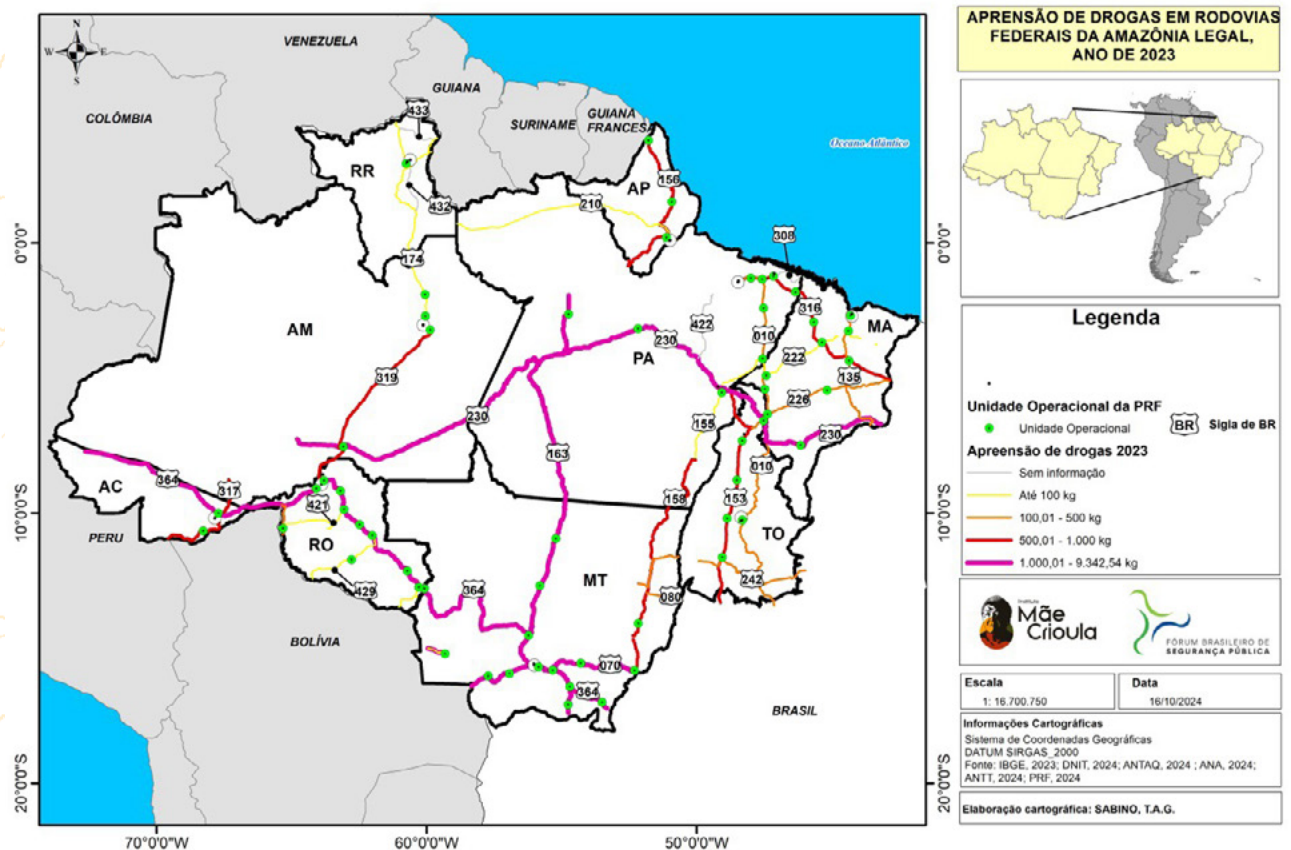
A partir dos dados enviados pela PRF, foi possível fazer uma desagregação por rodovia federal onde ocorreram as apreensões. Assim, o mapa a seguir espacializa a apreensão de drogas em rodovias federais no ano de 2023. As informações estão organizadas considerando a sigla



das rodovias, sem identificar o estado ou local exato da ocorrência, revelando apenas possíveis rotas do narcotráfico nas rodovias de competência da PRF, isto é, excluindo-se rodovias estaduais ou municipais.

É possível observar que a apreensão do maior volume de drogas se concentrou em quatro rodovias: BR 070, BR 163, BR 230 e BR 364. Nelas foram apreendidas entre 1.001kg e 9.342,54kg de entorpecentes. As BRs 070, 163 e 364 caracterizam-se como rodovias importantes no Mato Grosso, estado com grande volume de apreensão de cocaína e maconha e que faz fronteira com a Bolívia, importante produtor de entorpecentes da América do Sul. E a rodovia BR 230, conhecida como Transamazônica, integra estados da região da Amazônia Legal com estados da região nordeste.

Mapa 17 | Apreensão de drogas em rodovias federais
Amazônia Legal (2023)



Fonte: Polícia Rodoviária Federal; Instituto Mãe Crioula; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O mapa também identifica as Unidades Operacionais da Polícia Rodoviária Federal, destacadas com os pontos verdes, possibilitando o cruzamento entre postos fixos de atuação da PRF e o volume de drogas apreendidas. Nas rodovias em que ocorreram as maiores apreensões,

há um número considerável de unidades, como nas BRs 070, 364 e em parte da 163, na área pertencente ao estado do Mato Grosso. Cabe ressaltar que não foram indicadas apreensões em algumas rodovias, como as BRs 308, 422, 432 e 433, que são rodovias implantadas, mas que possuem diversos trechos sem pavimentação.

A tabela abaixo evidencia que as apreensões realizadas pelo Exército e pela Marinha chamam atenção quando observamos os volumes apreendidos em 2023, em especial do Comando Militar da Amazônia e do 9º Distrito Naval, que abrangem os estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. Foram apreendidas pouco mais de uma tonelada de cocaína e maconha pelo 9º Distrito Naval no ano passado e cerca de 45 toneladas de maconha pelo Comando Militar da Amazônia. A atuação das Forças Armadas nas apreensões de drogas na região da Amazônia Legal entre 2019 e 2022 não é tão expressiva quanto em 2023: nos anos iniciais da série, as apreensões ficam na casa das 4 toneladas, chegando a 46 no ano passado.

Tabela 28

Apreensão de cocaína e maconha pelo Exército Brasileiro e Marinha do Brasil

Comando Militar Norte, Comando Militar da Amazônia e Comandos do 4º, 6º e 9º Distrito Naval – 2019-2023

Comandos do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil	Quantidade apreendida (em kg)															Variação (%) 2019-2023
	Cocaína					Maconha					Total					
	2019	2020	2021	2022	2023	2019	2020	2021	2022	2023	2019	2020	2021	2022	2023	
Total	167,0	37,0	185,4	392,7	107,8	1.073,5	2.492,5	4.708,3	5.302,9	46.572,5	1.240,5	2.529,5	4.893,7	5.695,6	46.680,3	3.663,1
Comando Militar Norte ⁽¹⁾	4,4	0,0	-	...	1.007,3	2,8	0,3	-	...	1.007,3	7,2	0,3	-	...
Comando Militar da Amazônia ^{(2) (3)}	57,0	37,0	26,0	1,7	14,8	1.049,5	1.485,2	4.705,0	3.949,6	45.614,5	1.106,5	1.522,2	4.731,0	3.951,3	45.629,3	4.023,9
4º Distrito Naval ⁽⁴⁾	-	-	-	391,0	-	-	-	-	-	26,0	-	-	-	-	417,0	-
6º Distrito Naval ⁽⁵⁾	110,0	-	-	-	2,0	-	-	-	1.100,0	-	110,0	-	-	1.100,0	2,0	-98,2
9º Distrito Naval ⁽⁶⁾	-	-	155,0	-	91,0	24,0	-	0,5	227,0	958,0	24,0	-	155,5	227,0	1.049,0	4.270,8

Fonte: Exército Brasileiro; Marinha do Brasil; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Compreende os estados do Amapá, Pará, Maranhão e parte do Tocantins.

(2) Compreende os estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, e envolve a 12ª Região Militar.

(3) A apreensão de maconha também inclui skunk.

(4) Compreende os estados do Amapá, Pará, Maranhão e Piauí.

(5) Compreende os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

(6) Compreende os estados de Roraima, Acre, Amazonas e Rondônia.

Os números de apreensão de cocaína e maconha nos últimos cinco anos na Amazônia Legal revelam que as polícias estaduais ainda são responsáveis pelo maior volume de apreensão de drogas, quando consideramos o total entre 2019 e 2023. No entanto, a atuação dos organismos federais mostrou protagonismo no combate ao crime organizado e tráfico de drogas na região, tendo em vista que em anos específicos, como 2023, foram realizadas ações que aumentaram significativamente o volume de drogas apreendidos pelas agências federais. A tabela a seguir apresenta uma síntese do volume apreendido na Amazônia Legal, por instituição, entre 2019 e 2023.



Tabela
29

Síntese: apreensão de cocaína e maconha (em kg), por instituição

Instituição	Apreensão de cocaína (em kg)						Apreensão de maconha (em kg)					
	Ns. Absolutos						Ns. Absolutos					
	2019	2020	2021	2022	2023	Total	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Polícias estaduais	6.957,4	14.994,9	22.837,6	31.969,4	33.843,7	110.603,0	17.803,0	51.132,1	52.583,7	38.099,2	39.722,8	199.340,8
Polícia Federal	11.262,3	13.080,3	19.224,0	32.033,2	21.605,2	97.205,0	4.980,7	7.422,8	5.957,7	20.945,9	20.801,1	60.108,2
Polícia Rodoviária Federal	3.265,3	9.128,8	16.755,0	28.650,2	15.417,9	73.217,3	4.854,9	7.018,9	4.370,5	11.201,4	59.811,4	87.257,1
Exército e Marinha	167,0	37,0	185,4	392,7	107,8	889,9	1.073,5	2.492,5	4.708,3	5.302,9	46.572,5	60.149,6

Fonte: Secretarias de Segurança Pública; Instituto de Análise Forense do Estado do Acre; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Exército Brasileiro; Marinha do Brasil; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

4. Redes criminosas na Amazônia

Até aqui, este relatório descreveu o cenário de mortes violentas intencionais na Amazônia Legal e buscou identificar alguns fatores que compõem a dinâmica da violência na região. Um desses fatores é a presença das organizações criminosas de base prisional e sua atuação específica na Amazônia Legal, que envolve a busca pelo controle de rotas estratégicas de narcotráfico. Outra especificidade da atuação das redes criminosas na região é, como já mencionado, sua conexão com os conflitos fundiários, entre eles a grilagem de terras, que consiste na apropriação ilegal de terras públicas ou privadas e que muitas vezes está interligada a outras formas de crime organizado.

Nesse sentido, essa seção aborda as relações fundiárias na Amazônia a partir de uma análise dos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR)¹²², as práticas de grilagem de terra e o avanço de práticas ambientais predatórias ocorridas em propriedades rurais sobre florestas, rios e comunidades. A grilagem é uma prática antiga na Amazônia, que potencializa a violência no campo e cujos danos socioambientais que acarreta caracterizam as relações na região. Com esse pano de fundo, o que se observa é uma realidade onde a confluência entre atividades lícitas e ilícitas é flagrante, mas onde a própria fronteira que separa essas práticas fica turva, dificultando a atuação estatal na fiscalização e combate à criminalidade.

Na segunda parte da seção são analisadas as redes ilegais e as infraestruturas hidroviárias, rodoviárias e aeroviárias utilizadas pelas diversas modalidades criminais na região, incluindo o narcotráfico.

A grilagem é uma **prática antiga na Amazônia**, que potencializa a violência no campo e cujos danos socioambientais que acarreta caracterizam as relações na região.

¹²² Uma delas é o Instituto de Pesquisa na Amazônia (IPAM) e o estudo “Destinação de Florestas Públicas: Um meio de combate à grilagem e ao desmatamento ilegal na Amazônia” (2022), produzido com outros parceiros no âmbito do projeto Amazônia 2030.



4.1. A GRILAGEM DE TERRAS E O CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi instituído pela Lei Federal nº 12.651/2012¹²³, conhecida como Código Florestal, e é seu principal instrumento de aplicação. A finalidade do Código é disposta em seu art. 1º, que versa:

Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. (BRASIL, 2012)

Parte do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA) e regulamentado pela Instrução Normativa MMA 02/2014, trata-se de um registro eletrônico obrigatório para todo o território brasileiro que integra informações georreferenciadas sobre as propriedades. Além de informações a respeito do proprietário e documentações, o CAR também agrega “informações georreferenciadas do perímetro do imóvel, das áreas de interesse social e das áreas de utilidade pública, com a informação da localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e das Reservas Legais”¹²⁴. O Decreto 7.830/2012 cria o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), que gerencia as informações do CAR.

Assim, o CAR foi criado com o objetivo de fazer o controle ambiental e florestal, incluindo as áreas de produção ou de propriedade privada e excluídas as áreas urbanas. Portanto, todas as terras (incluindo as que incidirem sobre territórios de populações tradicionais) devem ser inscritas no CAR, exceto as chamadas terras devolutas, conceito que se refere à terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado, isto é, terras públicas sem destinação de uso especial ou comum e tidas como bem dominical.

Segundo o art. 188 da [Constituição Federal de 1988](#), a destinação de terras devolutas deve ser compatível com a [política agrícola](#) e com o plano nacional de reforma agrária, podendo tais terras, no âmbito da União, serem alienadas e concedidas a particulares com fins gerais dependendo de aprovação do Congresso Nacional. A anuência do Congresso é necessária nos casos em que a alienação ou concessão tenha a finalidade de reforma agrária.

123 Alterada pela Lei nº 12.727/2012.

124 Disponível em <https://www.car.gov.br/#/sobre>.

o CAR foi criado com o objetivo de fazer o **controle ambiental e florestal**, incluindo as áreas de produção ou de propriedade privada e excluídas as áreas urbanas.



Estudos têm apontado como o CAR tem sido um instrumento de fraude para grilagem de terras, usado como forma de comprovação da posse da terra. Embora a legislação vincule o cadastro ao proprietário, uma vez que essa informação é obrigatória, a função do CAR não é ser um documento de posse e sim de regularização e monitoramento de territórios. Os números indicam que 19,4% dos hectares de terras públicas não destinadas possuíam registro indevido no CAR em 2018, proporção que chegou a 28,3% em 2020, em ampla expansão. Além disso, muitos desses cadastros irregulares referem-se a propriedades maiores que 1.500 hectares, isto é, trata-se de imensas propriedades com indícios de grilagem¹²⁵.

O desmatamento tem grande relação com a grilagem de terras. O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) aponta que mais de 70% dos desmatamentos em florestas públicas não destinadas as transformam em pasto para gado. Estamos falando da prática que consolida o popular “dono é quem desmata”, ou seja, o desmatamento e a implantação de alguma atividade econômica, em si mesmos, acabam justificando a alegação de propriedade. O que se observa em relação ao CAR, atualmente, é que ele pode ser um poderoso instrumento de monitoramento e fiscalização, mas tornou-se um meio de forjar a propriedade rural.

Entre os anos de 2018 e 2022, o enfraquecimento dos órgãos ambientais dificultou os processos burocráticos para regularização do Cadastro Ambiental Rural, represando uma série de cadastros pendentes de análise e validação. Entre os nove Estados amazônicos, apenas Mato Grosso apresentou uma taxa de conclusão dos registros CAR maior do que 5%. Esse problema também aumenta a presença de cadastros fraudulentos no sistema, outro fato associado à grilagem de terras.

Outro ponto de conexão entre desmatamento e grilagem de terras é o aumento da insegurança alimentar e os prejuízos na produção agrícola. Segundo o IPAM, há uma preocupação relacionada à dinâmica de uso da terra, pois o Brasil perdeu 28% de sua área agrícola na região de transição entre a Amazônia e o Cerrado devido às mudanças climáticas.

Priorizar uma articulação entre setor público, privado e sociedade civil é um dos caminhos para acabar com a grilagem de terras no Brasil, propõe o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Com isso, precisa-se priorizar a validação de CAR em terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação que estejam sobrepostos a áreas públicas, evitando penalizar cadastros regulares por engano.

Segundo dados do Sicar, há na Amazônia 1,2 milhão de imóveis rurais cadastrados. Os estados campeões são Pará, com 331.890; Maranhão, com 248.146, e Mato Grosso, com 195.911 propriedades rurais.

125 Ver o já citado “Destinação de Florestas Públicas Um meio de combate à grilagem e ao desmatamento ilegal na Amazônia”, do Amazônia 2030.

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) aponta que mais de 70% dos desmatamentos em florestas públicas não destinadas as transformam em pasto para gado.



Tabela 30 | Número de Imóveis registrados por estado da Amazônia Legal 2024

UF	Número de CAR
Acre	53.300
Amapá	13.950
Amazonas	88.492
Maranhão	248.146
Mato Grosso	195.911
Pará	331.890
Rondônia	168.623
Roraima	26.310
Tocantins	100.273
TOTAL	1.226.895

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar); Instituto Mãe Crioula.

O georreferenciamento do CAR permite que sejam observadas as sobreposições entre propriedades rurais e áreas de proteção ambiental, como Unidades de Conservação e Terras Indígenas, além das já mencionadas terras devolutas. A tabela 31 informa o número de cadastros rurais sobrepostos a Terras Indígenas na Amazônia, também representadas cartograficamente nos mapas 18 e 19.

Tabela 31 | Número de Imóveis sobrepostos a Terras indígenas na Amazônia 2024

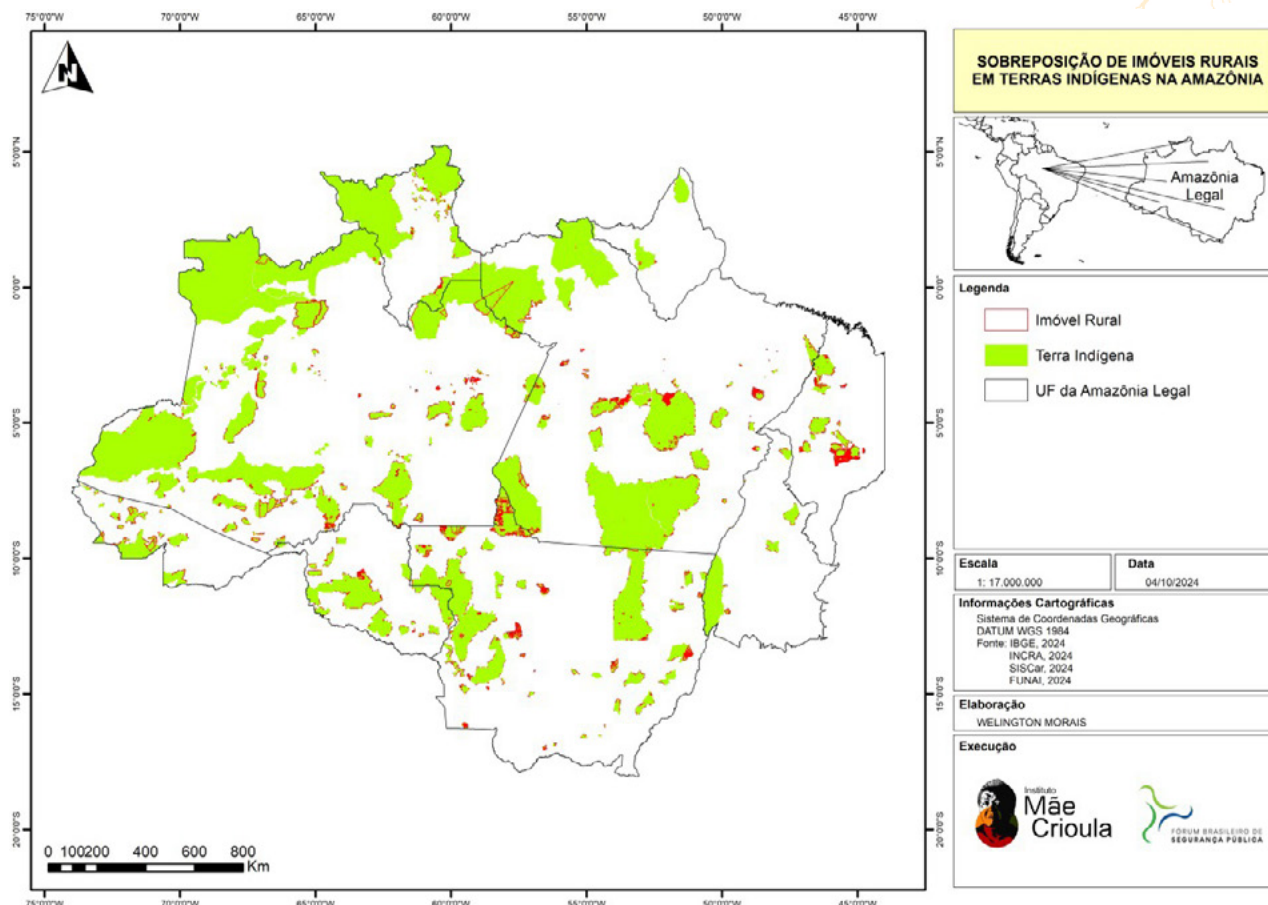
UF	Número de CAR
Acre	172
Amapá	13
Amazonas	1.276
Maranhão	1.477
Mato Grosso	1.414
Pará	2.181
Rondônia	1.276
Roraima	644
Tocantins	157
TOTAL	8.610

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar); Instituto Mãe Crioula.

Há 8.610 propriedades rurais ilegalmente sobrepostas a Terras Indígenas (TI) na Amazônia, sendo que a maior parte delas está no Pará, Maranhão e Mato Grosso. Conforme será visto no próximo capítulo, o Pará é responsável por cerca de 39,5% da taxa total de desmatamento entre os anos de 2020 e 2023, e o Mato Grosso por 17,9%. Proporcionalmente, Roraima é o estado com maior número de sobreposição em TI em relação ao total de cadastros (2,4%),

seguido pelo Amazonas, com 1,4%. Embora pareçam pequenos, esses números devem considerar que estamos falando de número de imóveis, e não de suas extensões em km².

Mapa 18 Sobreposição de imóveis rurais em TIs
Amazônia



Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar); Instituto Mãe Crioula.

A TI Cachoeira Seca, no Pará, tem uma população de cerca de 1.900 indígenas do povo Arara, distribuídos em uma área de 734 mil hectares, onde foram encontradas sobreposições com 530 imóveis rurais localizados principalmente na porção Leste. Nesta TI, há uma intensa luta que perdura desde a abertura dos seringais às margens do rio Iriri, passando pela abertura da Transamazônica, em 1970, que causou um forte conflito entre indígenas e colonos assentados no interior da TI. Ainda, a tentativa de grilagem e exploração de madeira são latentes nesse território.

No estado do Maranhão, a TI que mais apresenta sobreposição de imóveis rurais é a Porquinhos dos Canela – Apãjekra, com 487 registros. Entre 2019 e 2020 foram registradas 83 propriedades privadas certificadas sobre terras indígenas no estado, todas elas obtidas por

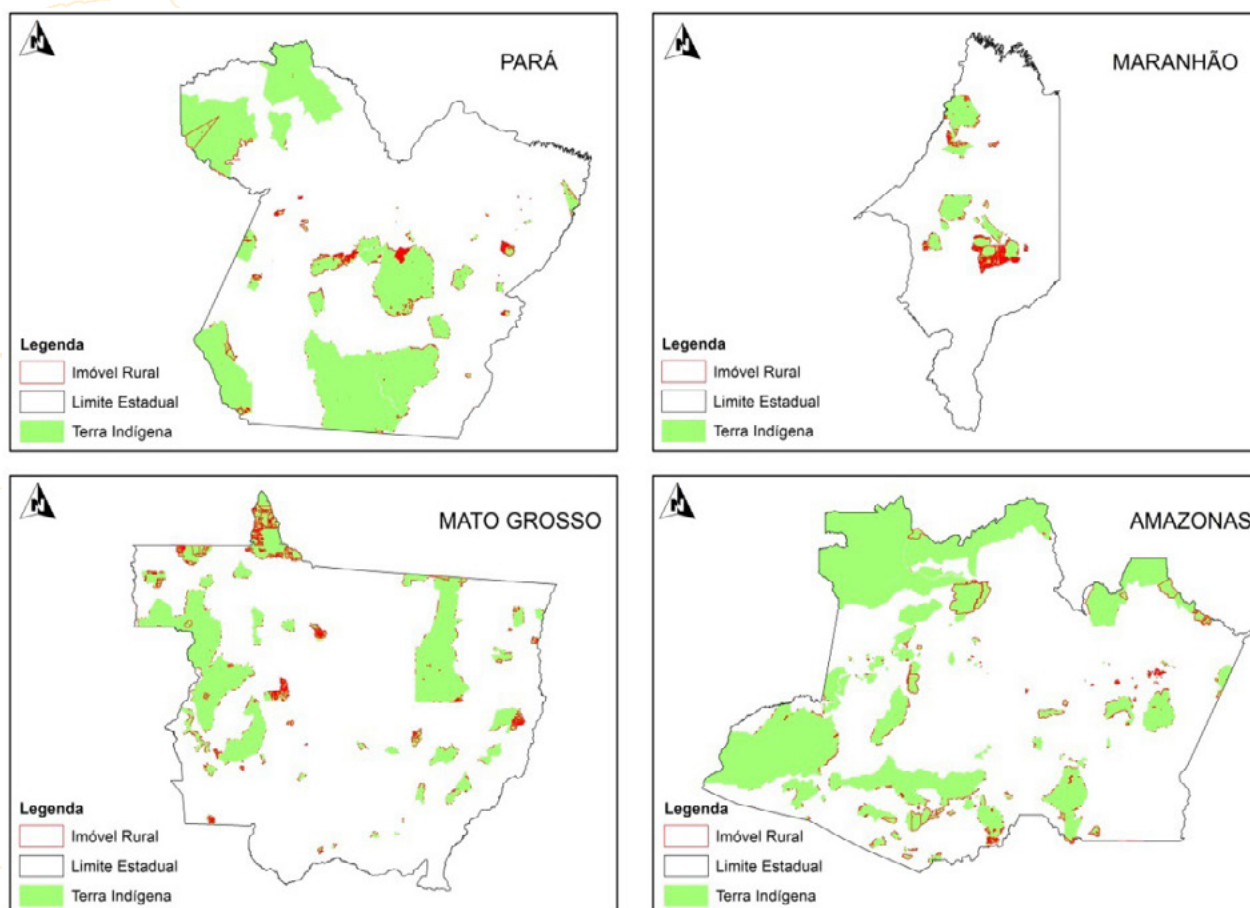
empresas e fazendeiros durante o governo Bolsonaro que, por meio do Sistema de Gestão Fundiária, do Inbra, conseguiram ser certificadas sobre as terras indígenas no estado.

Em Mato Grosso, a TI com maior ocorrência de sobreposição é a Apiaká do Pontal e Isolados, com 134 sobreposições, localizadas ao Norte do estado. Neste território vivem o povo Apiaká e Munduruku, distribuídos em 982,3 mil hectares.

No Amazonas, entre os rios Madeira e Amazonas, está a TI Jauary, terra dos Mura, com aproximadamente 337 indígenas. Esta é uma das terras aguardando a portaria declaratória, à espera da definição da inconstitucional lei do Marco Temporal.

Mapa
19

Mosaico comparativo das Sobreposições de imóveis em TIs



Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar); Instituto Mãe Crioula.

A situação das Unidades de Conservação (UC) é ainda mais grave que a das TIs. São 11.866 imóveis rurais sobrepostos a UCs na Amazônia (Tabela 32). O mapa 22 demonstra geograficamente como os estados do Pará, Amazonas, Maranhão e Rondônia são os mais afetados.



Tabela
32

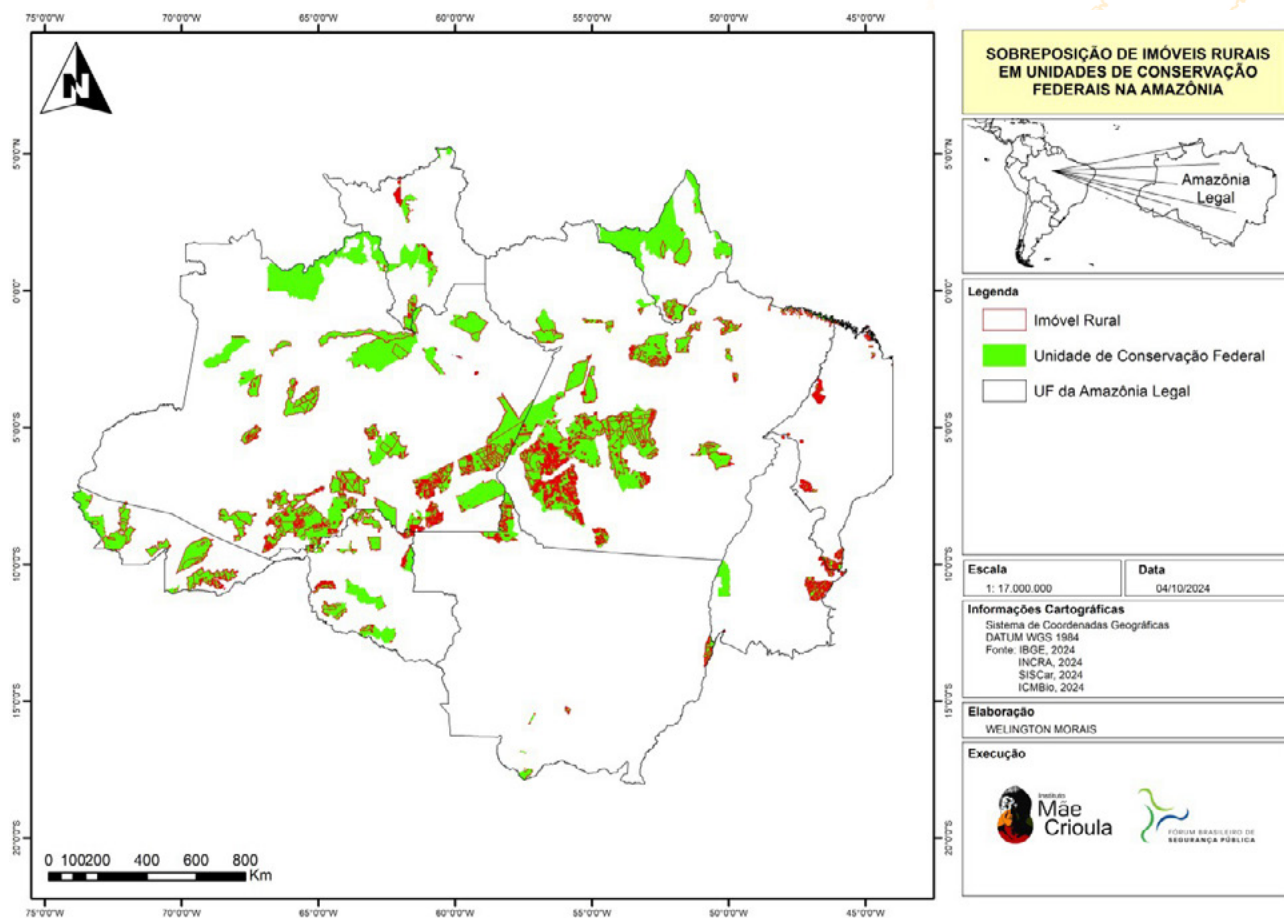
Número de Imóveis sobrepostos
a Unidades de Conservação
Amazônia, 2024

Estado	Quantidade de Imóveis
Acre	968
Amapá	303
Amazonas	2.055
Maranhão	1.477
Mato Grosso	403
Pará	4.489
Rondônia	1.043
Roraima	528
Tocantins	600
TOTAL	11.866

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar);
Instituto Mãe Crioula.

Mapa
20

Imóveis sobrepostos em Unidade de Conservação
Amazônia Legal, 2024



Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar); Instituto Mãe Crioula.



O mapa 21 traz a representação destas sobreposições em forma de um mosaico comparativo com os quatro estados da Amazônia Legal que visivelmente mais enfrentam problemas relacionados à grilagem de terras por ocupação ilegal de áreas de proteção.

O estado do Pará tem 4.489 sobreposições de imóveis rurais em suas UCs. A APA do Tapajós, com 978 sobreposições, e a Flona do Jamanxin, com 489, são as mais impactadas. Localizada na porção sudoeste do estado, a região coincide com um expressivo vetor de desmatamento que margeia a BR 163 e a vicinal conhecida como Transgarimpeira, como já mencionado no capítulo anterior.

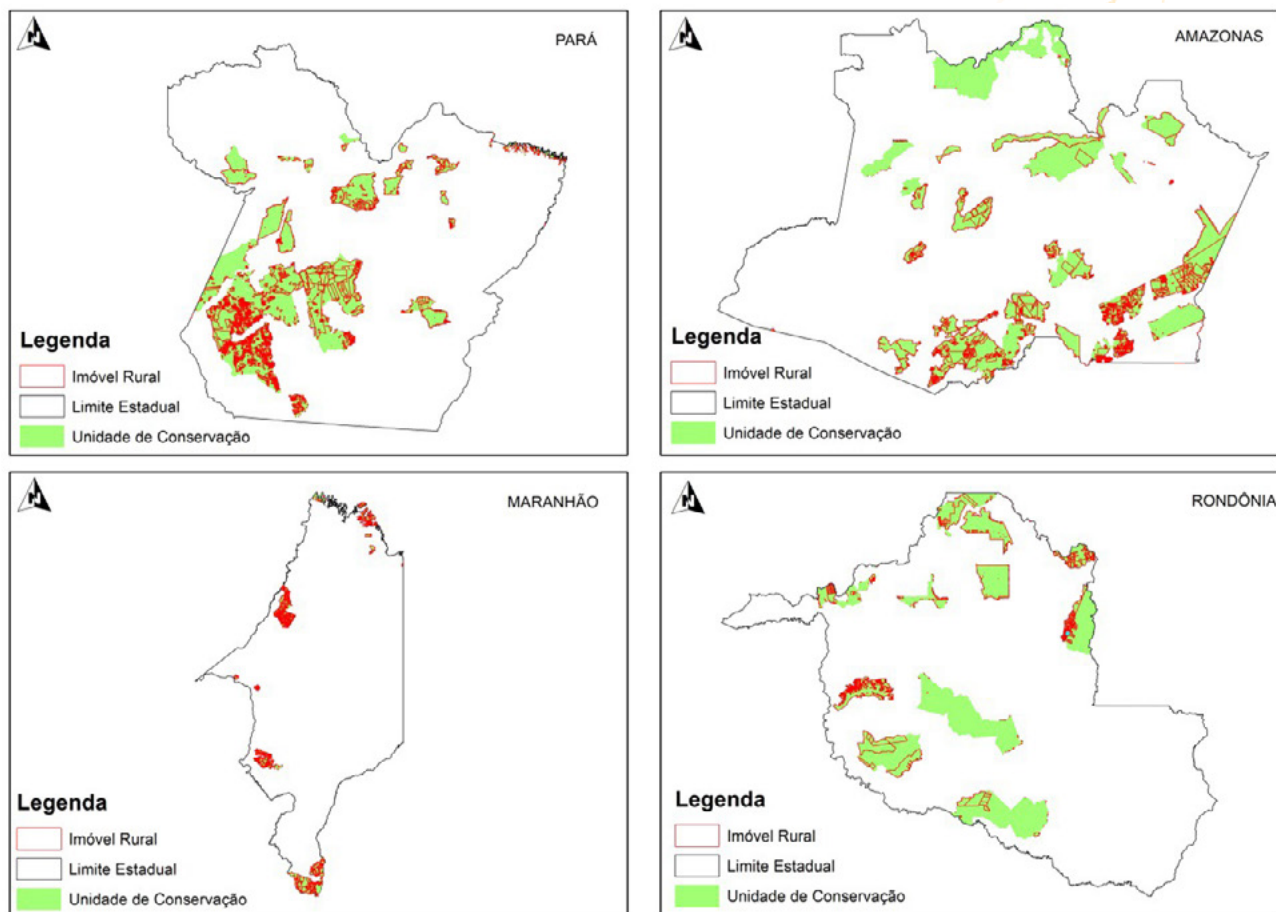
No estado do Amazonas, as UCs mais impactadas são o PARNA dos Campos Amazônicos, com 264 sobreposições, e a FLONA de Aripuanã, com 180 sobreposições. Essas UCs estão sob influência do corredor da BR 230 e a grilagem de terras é impulsionada pela atividade de exploração madeireira.

A UC que mais apresenta sobreposições no Maranhão é o Parque Nacional (PARNA) das Nascentes do Rio Parnaíba, que tem 176 imóveis sobrepostos à suas áreas e está localizado entre os estados do Tocantins e Piauí. Esta UC enfrenta problemas relacionados a questões como desmatamento, queimadas, extração de madeira, avanço da fronteira agrícola, além das invasões para grilagem de terras, e já apresenta altos níveis de degradação ambiental.

Em Rondônia, a UC que apresenta maior sobreposição é a RESEX do Rio Ouro Preto, com 277 imóveis. Essa UC é ameaçada por madeireiros, para produção de carvão vegetal, e pelo avanço do agronegócio, que exerce pressão sobretudo na parte norte da unidade.

Mapa
21

Mosaico comparativo das Sobreposições de imóveis em UCs



Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar); Instituto Mãe Crioula.

O crime de grilagem é aqui entendido a partir do art. 20 da Lei 4.947/1966, que dispõe sobre direito agrário. É considerada grilagem, portanto, a invasão para ocupação de terras da União, Estados e Municípios, com penas previstas de 6 meses a 3 anos de detenção. Um projeto de lei que altera a Lei 4.947 e aumenta o tempo de pena está em tramitação na Câmara dos Deputados desde 2019. A tabela abaixo apresenta o número de Boletins de Ocorrência com registros de grilagem de terras nos estados da Amazônia Legal.



Tabela
33

Grilagem - Crime de invasão para ocupação de terras da União, Estados e Municípios (Art. 20 da Lei 4.947/1966)
Unidades da Federação da Amazônia Legal - 2018-2023

Unidades da Federação da Amazônia Legal	Invasão para ocupação de terras da União, Estados e Municípios (art. 20 da Lei 4.947/1966)							
	Ns. Absolutos						Variação (%) 2018-2023	Variação (%) 2022-2023
	2018	2019	2020	2021	2022 ⁽¹⁾	2023		
Amazônia Legal	37	45	60	131	133	153	313,5	15,0
Acre	-	2	3	13	20	21	...	5,0
Amapá	6	11	9	7	...	-22,2
Amazonas	-	1	-	1	-	2
Maranhão	13	55	24	20	...	-16,7
Mato Grosso
Pará	17	28	21	21	27	35	105,9	29,6
Rondônia	23
Roraima	9	7	9	21	37	33	266,7	-10,8
Tocantins	11	7	8	9	16	12	9,1	-25,0

Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Atualização das informações publicadas no Cartografias da Violência na Amazônia - 2ª Edição (2023).

Os registros de grilagem de terra tiveram aumento de 313,5% entre 2018 e 2023, tendo disparado no ano de 2021. Foram 37 registros em toda a Amazônia em 2018, chegando a 131 em 2021 e a 153 em 2023. Apenas entre 2022 e 2023 o aumento foi de 15%. Embora estes números sejam relativamente baixos e nem todos os estados foram capazes de informá-lo, chama atenção que as Polícias passem ao menos a registrar estes crimes quando diante de denúncias. O registro, no entanto, embora seja um primeiro passo importante, não basta, e devem ser realizadas investigações em parceria com outras agências para identificar e responsabilizar os envolvidos.

Em 2023, o estado que mais registrou crimes de grilagem foi o Pará, com 35 boletins de ocorrência, seguido de Roraima, com 33. Os números surpreendem, já que o estado do Pará tem uma extensão territorial muito superior à de Roraima, ainda que o boletim de ocorrência não tenha relação com o tamanho da área grilada. No Amazonas, em todo o período de seis anos foram registrados apenas seis boletins de ocorrência de grilagem de terras.

Nos primeiros três anos do governo Bolsonaro (2019 a 2021), a grilagem disparou. De acordo com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), o desmatamento anual de 2019 a 2021 foi 56,6% maior que entre 2016 e 2018 na Amazônia, sendo que as terras públicas concentraram 51% da derrubada¹²⁶. No mesmo período, o desmatamento em áreas protegidas subiu 80%, sendo que

¹²⁶ Disponível em <https://ipam.org.br/cartilhas-ipam/por-uma-amazonia-livre-de-grilagem/>.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), o desmatamento anual de 2019 a 2021 foi **56,6% maior** que entre 2016 e 2018 na Amazônia.

as Terras Indígenas (TIs) tiveram maior aumento proporcional (153%) e as Unidades de Conservação (UCs), alta de 63,7%. Segundo o relatório de desmatamento de 2023, mais de 93% da área desmatada no Brasil teve pelo menos um indício de irregularidade. Esses crimes potencializam mecanismos de grilagem de terra e a adentrada de novos e antigos mercados na atualidade, como a do mercado verde, mais especificamente o mercado de crédito de carbono involuntário.

A grilagem de terras, frequentemente realizada por meio de fraudes e corrupção, é o ponto de partida para uma cadeia de crimes interligados. Após a grilagem, as áreas são geralmente desmatadas de forma também ilegal e tornam-se palco e fachada para outras formas de exploração, que passam pela extração ilegal de madeira e ouro e vão até o tráfico de drogas, armas e pessoas (COSTA et al, 2023)¹²⁷. Essa gama de atores e atividades ilegais permite caracterizar essa rede ligada aos conflitos da terra como criminosa.

4.2. REDES GEOGRÁFICAS DE ILEGALIDADE NA AMAZÔNIA

Como visto na seção anterior, a grilagem de terras é um crime complexo que envolve uma rede de atores e atividades ilícitas. Recursos obtidos de forma ilegal financiam a apropriação de terras que, com a ajuda de documentos falsificados e corrupção de agentes, e posteriormente tornam-se negociáveis no mercado imobiliário, dificultando a distinção entre elas e propriedades legítimas. Essas terras são utilizadas para diversas atividades criminosas e os lucros obtidos com essas atividades são reinvestidos em novas aquisições de terras, perpetuando o ciclo de crimes e consolidando o poder criminoso dessa rede geográfica de ilegalidades. Como já mencionado outras vezes nesse relatório, o narcotráfico é parte integrante dessa rede.

Nesse sentido, na presente seção trataremos de atualizar o debate das redes do narcotráfico na Amazônia e a interiorização das facções criminosas na região. Trata-se de um tema que necessita de observação e atualização, principalmente em função de estarmos tratando de uma região transfronteiriça que não se limita ao território nacional. Sendo assim, não propomos a partir deste estudo uma política militarizada de intervenção das forças de segurança, mas acreditamos ser mais importante pensarmos em políticas de desenvolvimento regional com inclusão, participação e sustentabilidade, de forma a enfrentar as desigualdades. Por outro lado, não somos ingênuos em acreditar que esta é a única forma de resolver o problema. Pensar dessa forma é negligenciar a força política, econômica e militar que o crime organizado pode impor sobre as populações amazônicas. Portanto, um tratado de cooperação regional pode ser um caminho para a segurança regional e defesa.

127 COSTA, Francisco de Assis et al. Mercado de terras e ilegalidades: as raízes profundas do desmatamento na Amazônia. In: **Policy Brief: Science Panel for the Amazon**. Nova York: SPA – Science Panel for the Amazon, 2023.



As redes geográficas de ilegalidades são definidas por um conjunto de linhas ou arcos que interagem com pontos ou nós por onde circulam e fluem os fluxos ilegais. As cidades integradas por rios, estradas e aerovias utilizadas pelo crime organizado formam essa rede de ilegalidades. Os fluxos de madeiras contrabandeadas, drogas, minérios, dentre outros, precisam das cidades como bases operacionais das relações organizacionais do crime organizado.

Por isso, a Amazônia vem atraindo nas últimas décadas facções da região Sudeste: o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), como também aqui na região surgiram facções regionais, a exemplo da Família Do Norte (FDN), Cartel do Norte (CDN), Comando Classe A (CCA), “Os Crias”, Família Terror do Amapá (FTA), União Criminosa Amapaense (UCA), dentre outras. Todas mantendo relações de aproximação ou distanciamento, gerando uniões entre grupos criminosos e conflitos pela disputa dos mercados da droga e pelo controle das mais importantes rotas (COUTO, 2024).

Mapa 22 Redes do narcotráfico Pan-Amazônia



Fonte: Instituto Mãe Crioula; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O mapa 22 é uma representação atualizada das redes do narcotráfico na Amazônia. O mapa enfatiza as rotas fluviais, aeroviárias e rodoviárias por onde se estabelecem interações estratégicas onde as cidades tornam-se “pontos”, e a interação com os “arcos” forma as redes geográficas.

De acordo com Couto (2024), os fluxos do narcotráfico saem da Colômbia em direção ao estado do Amazonas com destaque para drogas como cocaína e maconha, como já ressaltado. Daí, conectam-se até a cidade de Manaus por meio de barcos ou aeronaves. De Manaus a rota segue para Santarém utilizando os mesmos meios de transportes, porém há também fluxos que se direcionam para o estado do Maranhão e para a região Sudeste do Brasil a partir dessa cidade. Em relação a Roraima, a cocaína de origem venezuelana atravessa as fronteiras em direção a Boa Vista e de lá o transporte segue também para Manaus. Já no Amapá, não se pode deixar de destacar o fluxo que sai da Guiana e atravessa o estado em direção a Belém, como também a interação que parte de Manaus atravessando esse estado em direção ao mercado europeu.

A zona da Tríplice Fronteira, durante muito tempo foi considerada a região mais tensa da fronteira Brasil-Bolívia-Peru, pois é o principal corredor dos fluxos da droga que entram na Amazônia. É possível identificar fluxos aeroviários que saem do Peru em direção a Manaus, assim como pelos rios com destaque para o Solimões. As rotas passam pela região do Vale do Javari até o rio Solimões, e deste segue até o rio Amazonas para abastecer os mercados locais e chegar até a cidade de Manaus, atendendo as demandas do mercado local e estabelecendo outras conexões (Couto, 2024).

Há uma relação direta entre a organização em rede do narcotráfico e a densidade técnica que acaba sendo apropriada por estas redes, todavia, também se considera as várias estratégias de transporte de drogas, principalmente relacionadas às várias possibilidades deste transporte, bem como as estratégias que possam evitar os riscos de apreensão. Nesse sentido, o estado do Amazonas continua a ser o mais importante corredor da entrada de cocaína e maconha em território brasileiro, pois considera-se a integração pelos vários rios deste estado que ultrapassam os limites transfronteiriços.

Também há um grande destaque para o estado do Mato Grosso, nesse caso considerando as estradas e a quantidade de pistas de pouso clandestinas e legalizadas que são utilizadas pelo narcotráfico. O mesmo ocorre no estado do Pará, porém, há uma relação que também envolve os rios deste estado, integrados às rodovias e às pistas de pouso clandestinas, formando um complexo multimodal de escoamento de drogas e de outras mercadorias ilícitas.

Apesar da localização estratégica do estado de Rondônia e das rodovias federais BR-425 e BR-429, os narcotraficantes da Bolívia ainda consideram o Mato Grosso como o mais impor-



tante entreposto comercial dessa parte da Amazônia. Isso não quer dizer que o estado de Rondônia não seja uma rota, porém não é a mais significativa, pelo menos no atual contexto das dinâmicas das redes ilegais na região.

4.2.1 Rede Hidroviária da Amazônia Legal

A rede geográfica hidroviária da Amazônia é composta por vários rios, paranás, furos e igarapés que se originam na região do Planalto Central do Brasil, Planalto das Guianas e na Cordilheira dos Andes. Esses corpos hídricos são essenciais para a rede de relações e fluxos de pessoas e mercadorias de 236 cidades da Amazônia Legal, além de inúmeras vilas e comunidades que se localizam nas suas margens.

Os Estados do Amazonas e do Pará são os dois estados que possuem a maior quantidade de sedes municipais nas calhas de rios, com 58 e 65 cidades, respectivamente. Esses dois estados são estratégicos enquanto corredores logísticos naturais do escoamento da droga, que entram no território nacional através da fronteira do Brasil com o Peru e a Colômbia; Brasil com a Bolívia; Brasil com a Venezuela, e Suriname-Guiana Francesa- Brasil. Essa afirmativa é verificada através de notícias de grandes apreensões de drogas¹²⁸, já que, nos últimos dez anos, os rios que cortam a fronteira amazônica passaram a ser mais utilizados como via de escoamento de drogas e outros produtos ilícitos, dentre eles, madeira, pescado, dragagem de ouro, descaminhos de produtos sonogados etc.

O crime organizado utiliza diversos meios para transportar drogas dos países produtores para o Brasil. Dentre as formas mais utilizadas, destacam-se o uso das lanchas rápidas, aliciamento de mulas que atravessam a floresta e os igarapés, trazendo a droga em menor quantidade em mochilas, fracionando a quantidade para evitar riscos de perda em decorrência de apreensão em grande quantidade. Outras formas mais inusitadas de transporte já foram registradas, como a utilização de submarinos¹²⁹ artesanais, que tem a capacidade de levar drogas da Colômbia até outros continentes, como a Europa e África, atravessando a Amazônia através dos rios Solimões e Amazonas.

Dentre todos os rios amazônicos, o Rio Solimões se destaca como a principal rota¹³⁰, pois integra o Brasil, Peru e Colômbia, na região da Tríplice Fronteira Norte. Depois dele, outros rios são importantes, como: Rio Javari, Rio Içá, Rio Japurá, Rio Juruá, Rio Purus, Rio Negro e Rio Mamoré, todos localizados na Região da Amazônia Ocidental, que é a região que ainda

128 <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/05/07/mais-de-2-toneladas-de-cocaina-sao-apreendidas-no-rio-solimoes-no-am.ghtml>

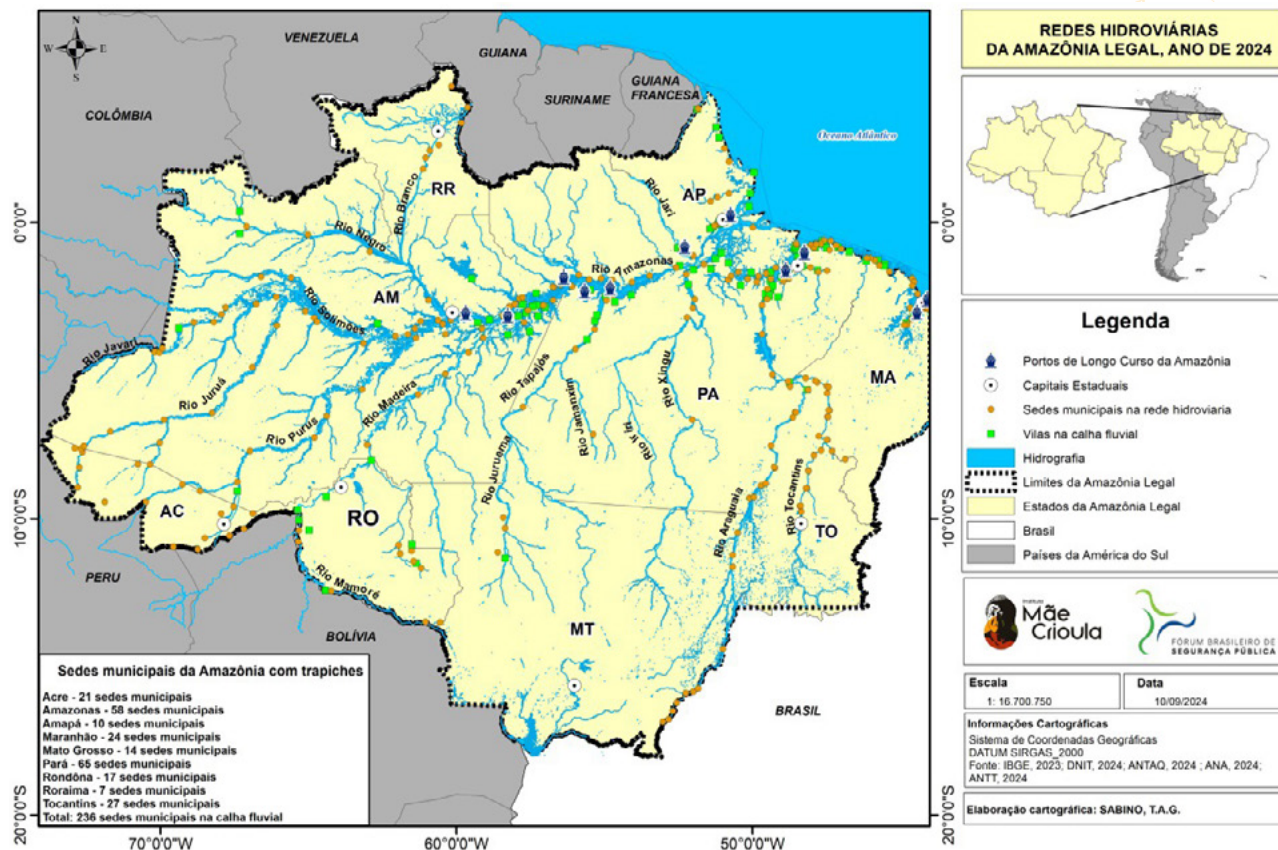
129 <https://www.agenciapara.com.br/noticia/5514/submarino-apreendido-em-vigia-e-transportado-para-belem>

130 <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/policia-apreende-quase-2-toneladas-de-drogas-em-navio-petroleiro-vindo-do-peru/>



possui menos concentração de rodovias e estradas, onde o rio representa a maior articulação regional, conforme é possível verificar no mapa a seguir.

Mapa 23 Redes Hidroviárias Amazônia Legal, 2024



Fonte: Instituto Mãe Crioula; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em relação aos portos de longo curso, ou seja, aqueles que interligam a região ao mundo, a Amazônia possui atualmente 10 municípios com estruturas que recebem esses navios, que são: Itacoatiara e Manaus, no Amazonas; Juruti, Oriximiná, Santarém, Almeirim (Distrito de Monte Dourado), Barcarena e Belém, no estado do Pará; Santana, no Amapá e São Luís, no Maranhão. No entanto, destaca-se que a região possui diversos municípios com presença de portos de navegação interior, que são aqueles responsáveis pelo fluxo interno na região, onde atracam balsas e barcos que muitas vezes também são usadas no transporte de drogas¹³¹ vindas de outros países.

131 <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/policia-apreende-quase-2-toneladas-de-drogas-em-navio-petroleiro-vindo-do-peru/>

Esses grandes objetos da logística são por inúmeras vezes utilizadas para o escoamento ilegal de drogas, que é feito através da contaminação de cargas, submersas no casco dos navios, no duto de dejetos do navio¹³², entre outras partes. Ressalta-se que os dois últimos necessitam de serviços de pessoas com experiência em mergulho. Além disso, segundo alguns relatos de pessoas que trabalham nesse setor da logística ou na pesca é comum um trânsito de embarcações nos arredores dos navios atracados no porto ou mesmo nas áreas de espera, chamadas de zona de fundeio, sobretudo no período noturno.

Foto
20

Embarcação local parada próxima de navio de longo curso na área de fundeio do Porto de Vila do Conde
Barcarena-PA



Fonte: Instituto Mãe Crioula (Julho/2024).

Assim, o monitoramento e o controle dos rios é um grande desafio para as forças de segurança pública pela grande extensão e capilaridade que esses corpos hídricos possuem, variando inclusive em períodos de cheia dos rios, onde os alagamentos das áreas de várzeas ampliam ainda mais os espaços que funcionam como esconderijos para os narcotraficantes.

132 <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/09/14/pf-apreende-drogas-escondidas-no-casco-de-navio-vindo-da-europa-em-porto-no-para.ghtml>

REGATÕES DO COMANDO VERMELHO E OS RIBEIRINHOS NO MÉDIO JURUÁ

No coração da Amazônia brasileira, o Médio Juruá é uma região de exuberante e vastos recursos naturais, caracterizada por seu difícil acesso e relativa preservação. A área é banhada pelo sinuoso rio Juruá, que conecta municípios como Carauari e Eurunepé, a Terra Indígena Kulina, a Reserva Extrativista do Médio Juruá e dezenas de comunidades ribeirinhas. No entanto, as densas florestas da região enfrentam ameaças crescentes, como a garimpagem de ouro, a exploração de petróleo e gás, e a expansão do narcotráfico operado por facções criminosas.

Os dilemas socioambientais enfrentados pelos povos do Território do Médio Juruá (TMJ) refletem os desafios vividos por toda a Amazônia em um cenário de crises múltiplas: cheias e secas intensas, constantes assédios e violências e, na última década, a emergência de um “mundo do crime faccionado”. Esses grupos — as chamadas facções —, originados nos sistemas prisionais do Sudeste e envolvidos em atividades econômicas ilícitas, operam por meio do controle territorial armado, colocando em risco a conservação de espécies de tartarugas e comprometendo os sistemas comunitários de manejo sustentável de recursos. Além disso, ressurgiu a figura histórica do mascate, ou “regatão,” descrito como aquele que “comerciava impiedosamente e regateava sempre” (Hemming, 2009, p. 316), agora sendo reinventado pelo Comando Vermelho (CV) no Médio Juruá.

Esta interpretação é baseada em materiais coletados durante uma expedição realizada de 4 a 13 de julho de 2024 no Território do Médio Juruá, a convite da Operação Amazônia Nativa (OPAN) e da Associação de Produtores Rurais de Carauari (ASPROC), que promoveram o “II Encontro de Lideranças do Médio Juruá para o Monitoramento de Direitos e Salvaguardas Socioambientais.” Durante o evento, 85 lideranças, em sua maioria ribeirinhos, viveram em um barco, que serviu de moradia e transporte ao longo do rio Juruá. As atividades contaram com a participação de lideranças extrativistas e indígenas Kulina, na base Campina, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari. Foram realizadas entrevistas focais abordando a expulsão de membros do Comando Vermelho de uma praia de desova de tartarugas.

O Médio Juruá: Amazônia profunda sob ameaça

O território do Médio Juruá é uma das regiões mais isoladas da Amazônia, cuja geografia de difícil acesso tem sido um fator importante para sua relativa preservação ao longo do tempo, apesar da intensa exploração durante o ciclo da borracha e das prospecções da Petrobrás nos anos 1980. A criação da Reserva Extrativista do Médio Juruá, em 1997, marcou um ponto crucial para a gestão sustentável da biodiversidade local, onde as populações tradicionais de-

As densas florestas da região **enfrentam ameaças crescentes**, como a garimpagem de ouro, a exploração de petróleo e gás, e a expansão do narcotráfico operado por facções criminosas.



O aeroporto de Carauari tornou-se um **ponto estratégico** para o tráfico de drogas, com apreensões frequentes de grandes quantidades de cocaína.

pendem da extração de produtos naturais e da agricultura de subsistência. No entanto, essa paisagem enfrenta uma crescente pressão de interesses econômicos, sobretudo por frentes de exploração mineral, como o garimpo de ouro, e pela extração de petróleo e gás fóssil.

Por longos trechos do rio, há requisições para pesquisa e lavra garimpeira. Relatos indicam que balsas de garimpo têm operado ilegalmente na região, ameaçando acordos comerciais de peixes negociados pelas associações locais. Ribeirinhos queimaram uma draga que operava ilegalmente no território e expulsaram outra antes do início das atividades de mineração. Esse cenário de pressões ambientais, exacerbado pelas mudanças climáticas, se sobrepõe à presença crescente de membros do Comando Vermelho, que passaram a operar na região.

Em junho de 2021, Carauari foi um dos seis municípios do interior do Amazonas alvo de ataques incendiários contra ônibus e prédios públicos, promovidos pelo Comando Vermelho em retaliação à morte de um de seus membros durante uma ação da Polícia Militar. Esses ataques marcaram um episódio de violência intensa promovida pela facção no estado, com Manaus sitiada em um momento crítico da crise sanitária da Covid-19. Além disso, o aeroporto de Carauari tornou-se um ponto estratégico para o tráfico de drogas, com apreensões frequentes de grandes quantidades de cocaína. Em abril de 2018, por exemplo, foram apreendidos 458 kg de drogas, seguidos de novas apreensões similares em 2020 e 2021.

Um dos entrevistados, que declarou conhecer pessoalmente membros da facção, relatou que a presença do CV em Carauari se intensificou desde 2018. Ele afirmou que todas as comunidades ribeirinhas entre Carauari e Itamarati têm enfrentado problemas com o narcotráfico, embora poucas pessoas assumam isso publicamente.

Invasão dos tabuleiros de quelônios pelo Comando Vermelho

As comunidades do Médio Juruá têm se destacado pelo manejo sustentável de seus recursos naturais, com iniciativas que incluem roças e a gestão comunitária de peixes, como o pirarucu, por meio de acordos de pesca que garantem a conservação dos estoques e a comercialização sustentável. A preservação dos tabuleiros — praias onde quelônios como a *Podocnemis expansa* (tartaruga-da-Amazônia) desovam — é outra prática voluntária que tem sido realizada por décadas pelos ribeirinhos. Além disso, expedições de monitoramento podem envolver órgãos governamentais e pesquisadores universitários. Reuniões são realizadas nas comunidades para conscientização e escolha de vigias (Andrade, 2015).

Em 5 de julho de 2024, um vigia avistou a movimentação de quatro pessoas armadas em um tabuleiro de desova de quelônios. Preocupado, ele solicitou apoio de duas lideranças comunitárias, e juntos abordaram os intrusos à distância. Inicialmente, o grupo concordou



em deixar o local. Contudo, retornaram pouco tempo depois. Os comunitários, aproveitando um momento em que os acampamentos e barcos estavam sem supervisão, confiscaram os pertences dos invasores, incluindo peixes, madeira e balanças de precisão.

No dia seguinte, dez ribeirinhos armados foram mobilizados para remover os invasores de forma definitiva. Sem suprimentos e encurralados, os quatro intrusos se renderam. Eles foram escoltados em uma lancha até a Polícia Militar em Carauari, em uma viagem que durou sete horas de navegação. Este episódio foi relatado em uma assembleia pública durante o encontro de lideranças locais. Entrevistas focais indicaram que três homens e uma mulher estavam entre os escoltados, embora o acampamento contasse com cinco mosquiteiros, sugerindo a presença de até seis pessoas no local. Além dos quatro no barco, dois outros membros da comunidade, provavelmente intermediários nas vendas ilícitas, estariam envolvidos.

O sistema de aviamento: passado e presente

O que estariam essas pessoas fazendo ali? Roubando ovos e tartarugas? O evento é a expressão de um fenômeno mais complexo. Na Amazônia, o sistema de comércio por aviamento consiste em uma rede de escambo e crédito que conecta os extrativistas aos comerciantes regionais. Historicamente, os regatões eram os principais intermediários desse sistema, especialmente durante o Ciclo da Borracha. As entrevistas indicam que membros do CV em Carauari passaram a atuar como regatões modernos, articulando um sistema de dívidas que são pagas por meio de escambo. Produtos ilícitos, como crack, cocaína e maconha, são trocados por tartarugas, madeira, farinha, pirarucu e outros produtos das florestas. A capilaridade das facções e sua adaptação às práticas ilícitas tradicionais impressionam. Embora cooperativas e associações locais venham lutando há décadas contra essa forma de exploração, as ações do Comando Vermelho indicam uma crescente fragilização dessas iniciativas.

Sob a pressão de múltiplos assédios e ameaças, a coesão comunitária tende a se enfraquecer. Esse enfraquecimento ocorre tanto pela cooptação de jovens para atividades ilícitas e violentas quanto pelo assédio econômico de grandes empresas, além da judicialização de ações de autodefesa, como a queima de balsas de garimpo. Esses fatores, combinados, têm desestruturado as bases de resistência das comunidades, tornando-as mais vulneráveis à exploração e à influência de práticas criminais.

O economista Roberto Santos (2019) apontou que o aviamento é um fenômeno econômico que tende a se reproduzir na região sempre que determinadas características estão presentes: recursos naturais de difícil acesso, técnicas de produção rudimentares e baixa monetarização das trocas. Esse sistema é o modelo econômico mais comum na Amazônia para o extrativismo vegetal e animal, frequentemente controlado de forma armada.

Na Amazônia, o sistema de **comércio por aviamento** consiste em uma rede de escambo e crédito que conecta os extrativistas aos comerciantes regionais.



A figura do regatão é descrita por McGrath (1999) como uma figura contraditória, por ser tanto um agente civilizador quanto um atravessador sem escrúpulos. Atuam na clandestinidade, explorando a complexidade da rede de bacias hidrográficas da Amazônia, aproveitando-se da mobilidade sazonal das populações ribeirinhas: “Necessário, mas temido. Negociante, mas pirata em potencial, saqueador das coisas alheias. A voz meiga, o coração mau.” (Henrique e Morais, 2014, p. 58)

Esse modelo econômico, profundamente enraizado na Amazônia, perpetua uma moralidade própria, sustentada por uma disciplina que vai além das questões meramente econômicas. Estudos de Amílcar Tupiassú (*apud* Santos, 2019) e Charles Wagley (1977) demonstram que, mesmo após mais de cem anos, elementos do Sistema de Aviamento ainda explicam as relações entre os centros urbanos e as áreas extrativistas, mediando boa parte da estrutura social da Amazônia. Ao recorrer à literatura sobre o tema, destacam-se três características preocupantes que se alinham com as práticas já conhecidas de facções em outros territórios:

1. O Sistema de Aviamento, em diversas circunstâncias, era sustentado por um regime de controle armado nos seringais, assegurando que os extrativistas não escapassem sem pagar suas dívidas (Santos, 2019, p.190).
2. Segundo Oswaldo Cruz, em 1910, o vício dos extrativistas no álcool era uma ferramenta utilizada para facilitar o processo de dominação (Cruz *apud* Santos, 2019, p. 193).
3. O Sistema de Aviamento impunha aos ribeirinhos e indígenas uma escolha brutal: participar do sistema ou enfrentar a morte (Cardoso, 1996, p. 62).

Esses aspectos revelam a continuidade de uma lógica de exploração que, embora adaptada, ao que tudo indica, continua a moldar as dinâmicas de poder e dominação na Amazônia contemporânea. Segundo relatos, membros do CV afirmam que “nas comunidades é onde está o dinheiro [e não em Caruarí],” indicando a lucratividade das trocas de drogas por produtos da floresta.

Referências Bibliográficas:

- Andrade, P. C. M et ali. *Projeto Pé-de-pincha: conservação e manejo de quelônios*. Manaus: Unisol/UFAM, 2015.
- Hemming, J. *Frenteira Amazônica*. São Paulo: EdUSP, 2009.
- Henrique, M. C. e Morais, L. T. Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX). *Revista de História*, São Paulo, n. 171, p. 49–82, 2014.
- McGrath, D. Parceiros no crime. *Novos Cadernos NAEA* vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.
- Meira, M. A. F. *A persistência do aviamento*. Rio de Janeiro: UFRJ, tese, 2017.
- Oliveira, R. C. *O índio e o mundo dos brancos*. Campinas: Editora Unicamp, 1996.
- Santos, R. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. Manaus: Valer, 2019.
- Wagley, C. *Uma comunidade amazônica*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.



4.2.2 Rede Aeroviária da Amazônia Legal

A rede aeroviária também é bastante utilizada na região amazônica, isso pelo fato de a região ser extensa geograficamente e ainda possuir várias áreas com pouco ou nenhuma presença das redes técnicas de infraestruturas logísticas, sobretudo as rodovias. Nesse sentido, os aeródromos, aeroportos e pistas de pouso são essenciais para a circulação com rapidez na região, auxiliando em fluxos para atendimento de saúde, abastecimento de primeira necessidade de cidades, vilas e comunidades mais distantes. No entanto, é importante destacar que esse tipo de transporte é pouco acessível à maioria da população, em razão de ser um serviço extremamente caro.

Atualmente, segundo os últimos dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC, 2024), até agosto de 2024 a região Amazônica possuía 1.674 aeródromos autorizados, sendo 1.570 privados e 104 públicos. Além desses, existem 40 aeroportos que recebem voos regulares com frequência diária ou semanal, destacando-se os aeroportos internacionais de Belém, Manaus, São Luís, Macapá, Cuiabá, Boa Vista e Santarém, como os que possuem maior fluxo de passageiros e cargas na Amazônia Legal.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que essas infraestruturas são utilizadas para o circuito legal da economia regional, esses fixos aeroviários são aproveitados com frequência pelo crime organizado, onde, através das pistas de pousos clandestinas¹³³ e em algumas vezes em aeródromos e aeroporto regularizados¹³⁴ são transportados ouro, droga e demais ilícitos. Atualmente, há estimativa de 2.869 pistas de pouso na Amazônia, e a grande maioria dessas estão em situação irregular, sem a autorização da ANAC. Entre os estados com maior presença de pistas de pousos estão o Mato Grosso, com 1.062; Pará, 883; e Roraima, 218 pistas de pousos. Destas, 28% (totalizando 804 pistas) estão em Territórios Indígenas (320) e Unidades de Conservação (498). Os dados são do MapBiomas e referem-se ao ano de 2021¹³⁵.

Atualmente, há estimativa de **2.869 pistas de pouso** na Amazônia, e a grande maioria dessas estão em situação irregular, sem a autorização da ANAC.

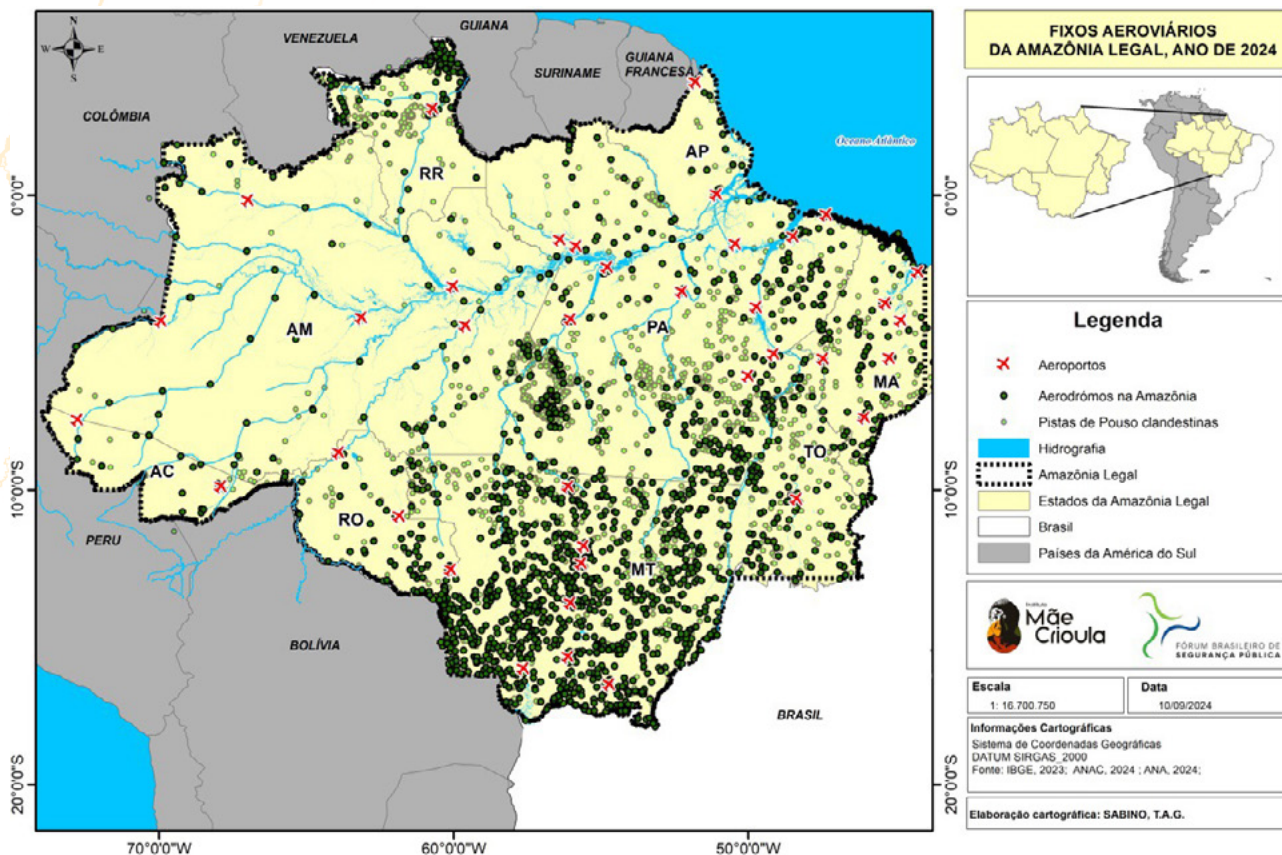
133 <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/aviao-utilizado-para-transporte-de-entorpecentes-no-amazonas-e-interceptado/>

134 <https://www.acritica.com/policia/em-sete-meses-pf-apreendeu-277-quilos-de-drogas-no-aeroporto-internacional-de-ma-naus-1.348636>

135 https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/08/MapBiomas_Pistas_de_Pouso_06.02.2023_1.pdf



Mapa 24 Fixos da rede aeroviária
Amazônia Legal, 2024



Fonte: Instituto Mãe Crioula; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Essa complexidade e a grande presença dessas estruturas de suporte aos fluxos aeroviários na Amazônia dificultam as fiscalizações e o controle sobre os produtos transportados por essas pistas de pousos. É importante destacar que há uma sobreposição dos diversos tipos de modais. Assim, geralmente o fluxo aéreo é importante para trazer cocaína que atravessa a fronteira do Brasil com os países produtores indo em direção ao interior da região. Ou então, depois que as drogas chegam por outros meios de transporte como o hidroviário, as aeronaves também são utilizadas como forma de escoamento da mercadoria ilícita para as demais regiões brasileiras, como Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste.

4.2.3 Redes Rodoviárias da Amazônia Legal

A implantação das primeiras estradas da região Amazônica ocorreu ainda na década de 1940 e 1950, mas foi a partir do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) que a região passa a ser integrada ao resto do país, por meio da rodovia Belém-Brasília. Já no

período da Ditadura Militar (1964-1985), foi criado o Programa de Integração Nacional (PIN), em 1970, com o objetivo de implantar rodovias na Amazônia para integrá-la ainda mais ao território brasileiro e proporcionar a colonização e ocupação da região. É nesse período que é implantado o traçado das rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163).

A implantação das rodovias inaugura um novo padrão de organização espacial da região, no que Porto-Gonçalves (2005) denominou de padrão Rodovia-Terra Firme- Subsolo. A partir desse novo modelo de ordenamento territorial, a rodovia tornou-se o principal meio de circulação na região; as cidades e vilas foram implantadas ao longo das novas estradas e a Amazônia tornou-se a nova fronteira do capitalismo, para onde se expandiu a exploração da madeira, agropecuária e extração mineral.

As primeiras regiões que sofreram essa expansão da nova frente do capitalismo foram o Sul do Maranhão, Tocantins (na época ainda estado de Goiás), Sul e Sudeste do Pará, Mato Grosso, e Rondônia. Não é à toa que essa área nas décadas de 1970/1980 e 1990 foi chamada de “arco do desmatamento”, e já na década dos anos 2000, arco do povoamento consolidado, sendo hoje a região que possui a maior densidade técnica da Amazônia (Becker, 2005).

Atualmente, esse arco está sendo empurrado para o interior da região, principalmente nas áreas que ainda concentram a floresta. As rodovias facilitaram a integração da região, mas ao mesmo tempo induziram as frentes de expansão e destruição da Amazônia. Ao longo das rodovias estão localizadas atualmente, 631 sedes de municípios, que totalizam mais de 80% das cidades da região integradas por meio de rodovias, o que reforça a ideia da fronteira urbana na região.

Por outro lado, muito mais do que a presença da infraestrutura rodoviária, boa parte dessa malha técnica não se encontra pavimentada. Tal condição de conservação é bastante comprometida no período do inverno amazônico (dezembro a maio), onde é comum o registro de atoleiros. Porém, no verão as estradas ampliam a rede de capilaridade do crime organizado, onde as inúmeras estradas vicinais permitem a ligação das rodovias principais ou conectam com os rios da região, conforme a Fotografia 21.

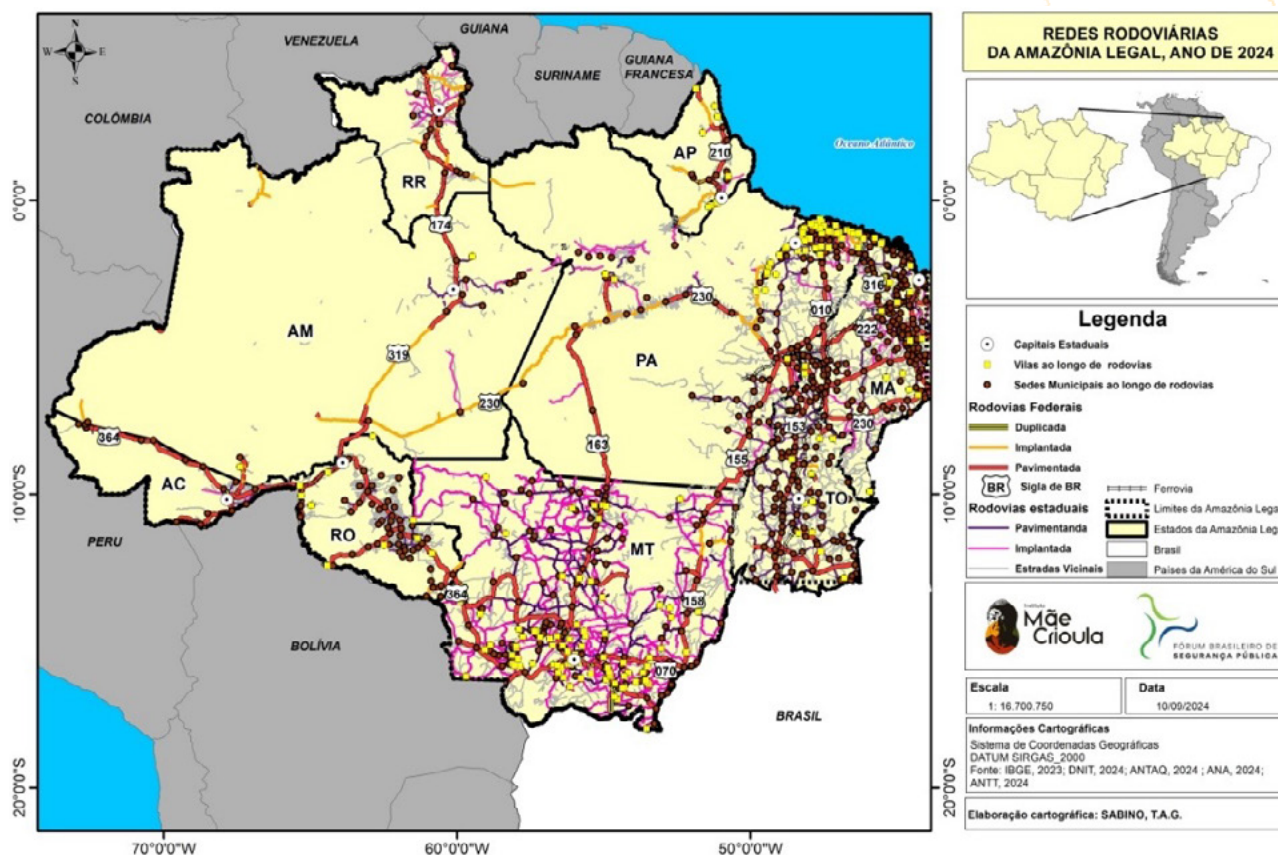


Foto
21Trecho não pavimentado da Rodovia Federal Transamazônica
Jacareacanga-PA

Fonte: Instituto Mãe Crioula (Julho/2023).

No mapa 25, a seguir, é possível analisar a espacialização das rodovias da Amazônia a partir de sua condição atual de trafegabilidade (pavimentadas e implantadas), além da dominialidade entre àquelas que são responsabilidade da União e àquelas que competem aos governos estaduais. Os estados que possuem maior extensão de rodovias são Mato Grosso, Pará e Tocantins.

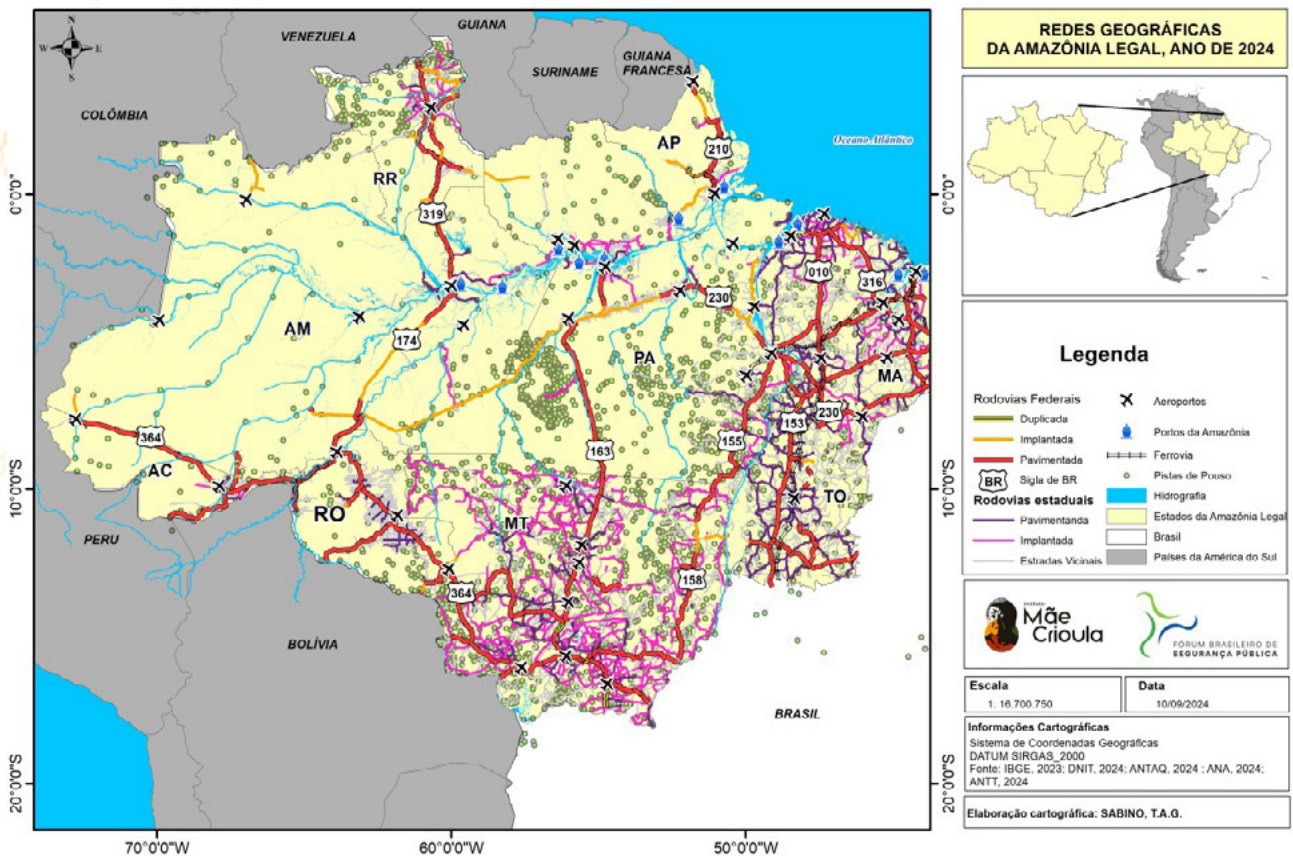
Mapa 25 Redes Rodoviárias Amazônia Legal, 2024



Ao analisar a integração dos modais das redes geográficas da Amazônia, verificamos por um lado o reforço da densidade das malhas em uma porção regional, que compreende os estados do Maranhão, Tocantins, Pará e Mato Grosso, e por outro lado, a dependência da rede hidroviária e aeroviária na Amazônia Ocidental, sobretudo o Amazonas, Acre e Roraima. O Amapá, situado na Amazônia Oriental, também possui a interligação pela rodovia BR 210 que atravessa o estado de Norte a Sul. O mapa a seguir expõe a síntese das redes geográficas da Amazônia no ano de 2024.



Mapa
26 | Redes Geográficas
Amazônia Legal, 2024



Fonte: Instituto Mãe Crioula; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Portanto, conclui-se que tanto a densidade das redes geográficas em uma porção regional quanto a rarefação na outra porção da região se apresentam como um grande desafio para as forças de segurança e defesa da região. Soma-se a grande extensão da região, que ocupa 60% do território nacional.

5. A dinâmica dos crimes ambientais na Amazônia brasileira

A geopolítica ambiental coloca a Amazônia no centro dos debates internacionais acerca da segurança climática, considerando a importância da floresta para o sequestro e estocagem de carbono, a funcionalidade da biodiversidade e dos rios para o equilíbrio do ecossistema. O monitoramento e a análise dos outros crimes ambientais aqui apresentados têm como objetivo mapear a incidência de atividades ilegais que causam danos à manutenção da floresta e da biodiversidade amazônica. Ampliando a sua compreensão, também procura-se relacionar esses fenômenos com as violências de que a região tem sido palco, tanto aquelas que atingem diretamente povos indígenas, quilombolas, camponeses e comunidades ribeirinhas e seus territórios, quanto no sentido de estabelecer práticas diversas de ilegalidades que se conectam e propiciam o agravamento do quadro de criminalidade e insegurança da região.

Os crimes ambientais na Amazônia sempre estiveram relacionados às estruturas ilícitas organizadas que impuseram sobre a floresta os efeitos devastadores do desmatamento e das queimadas. Isso significa dizer que redes organizadas de extração ilegal de madeira para contrabando, assim como redes contrabandistas de minérios e grileiros construíram de forma articulada o grande consórcio do crime que mantém fortes raízes na estrutura produtiva e econômica da região.

Para compreender a forte pressão que empresários do ramo madeireiro, agropecuário e mineral exercem sobre as estruturas governamentais, inclusive com forte lobby político que nega a importância das terras indígenas ou áreas de proteção ambiental, negligenciando a importância das legislações ambientais para a preservação da biodiversidade, devemos considerar que há um conflito político institucionalizado. Esse conflito se dá por meio de representantes que exercem os cargos de senadores, deputados federais, deputados estaduais, governadores, prefeitos e vereadores, onde a indicação político partidária é fundamental para se compreender os avanços e recuos nas políticas ambientais.

Redes organizadas de extração ilegal de madeira para contrabando, assim como redes contrabandistas de minérios e grileiros construíram de forma articulada **o grande consórcio do crime.**



É necessária a formalização de **um pacto federativo** que seja capaz de eliminar as desigualdades sociais e os crimes ambientais e que institua modelos de desenvolvimento autônomos e sustentáveis, proporcionando emprego e renda na região.

Além disso, o modelo de desenvolvimento direcionado para o território brasileiro e para a Amazônia é um fator significativo no cenário dos crimes ambientais da região, pois a atual configuração geoeconômica trouxe grandes perdas para as populações tradicionais e para o ecossistema amazônico. Nesse sentido, para vislumbrar um modelo de desenvolvimento sustentável que consiga garantir a equidade econômica, social e ecológica é necessária a formalização de um pacto federativo que seja capaz de eliminar as desigualdades sociais e os crimes ambientais e que institua modelos de desenvolvimento autônomos e sustentáveis, proporcionando emprego e renda na região.

Nesta edição buscamos atualizar os dados do volume anterior, fazendo uma análise comparativa dos últimos quatro anos (2020 – 2023), desde meados do governo Bolsonaro até o primeiro ano de mandato do governo Lula. Na pesquisa, buscamos analisar os dados sobre desmatamento e as relações que essa prática tem com outros crimes que geram efeitos negativos, como o aumento dos focos de calor, a poluição e a seca nos rios da Amazônia. Por fim, pretendemos indicar as frentes de expansão do desmatamento e as principais atividades que estão relacionadas à destruição da floresta no último quadriênio.

5.1 DINÂMICAS DO DESMATAMENTO NA REGIÃO AMAZÔNICA

A derrubada da floresta amazônica está nas pautas nacionais e internacionais sobre meio ambiente e crise climática. Nesta seção são analisadas as informações referentes à detecção do fenômeno do desmatamento, feita por satélites, assim como os registros criminais nas Secretarias de Segurança Pública dos estados da Amazônia Legal.

A análise sobre o desmatamento na Amazônia deve considerar elementos centrais que apontam os caminhos para buscas de respostas em relação a esse crime ambiental. Em primeiro lugar, apontamos a necessidade de olharmos para as políticas governamentais dos estados amazônicos, em especial para a ambiental, que, de forma conjunta, trabalhando com os órgãos de proteção do meio ambiente do governo federal, podem contribuir para combater ativamente o desmatamento. Em segundo lugar, há de se considerar a dinâmica econômica dos estados, visto que atividades relacionadas ao agronegócio contribuem ativamente para o fenômeno do desmatamento. Além disso, o uso de agrotóxicos compromete a qualidade da água, atingindo diretamente as populações tradicionais que dependem dos rios, ou até mesmo forçando comunidades a promoverem uma migração, ou seja, o processo de desterritorialização, a exemplo do que vem ocorrendo na comunidade de Jenipapo e São Raimundo da Palestina, no município de Santarém - PA, onde as plantações de soja vêm contribuindo para o desaparecimento dessas comunidades. Por fim, não há como desassociar o desmata-



mento ilegal da expansão das práticas de grilagem de terras e expansão da fronteira agrícola, ou seja, relações bastante complexas e que tendem a mudar de acordo com a dinâmica política dos estados e da União.

Não se pode deixar de fora das críticas os mercados europeu e norte americano que comercializam madeiras nobres contrabandeadas ou extraídas de forma ilegal de terras amazônicas. Ou seja, há um mercado clandestino que é alimentado por uma rede ilegal internacional que articula a Amazônia aos grandes mercados globais, uma espécie de “integração perversa da economia do crime” (Castells, 1999)¹³⁶.

Analisando os dados de desmatamento, nota-se que alguns estados contribuem sozinhos para um aumento da taxa de desmatamento na região, a exemplo do estado do Mato Grosso, que desmatou cerca de 11.814 km² em 2004, ou seja, o maior da série histórica desde 1987. A partir de 2006, no entanto, o Pará toma o lugar do Mato Grosso no ranking dos estados que mais contribuem para o desmatamento e vem se mantendo na liderança como o estado que mais perde cobertura florestal na Amazônia. Mas essa mudança no cenário paraense não significa melhora no cenário de desmatamento ou nas políticas ambientais no Mato Grosso.

No Mato Grosso há predominância das paisagens do agronegócio, onde a floresta deu lugar às pastagens e às monoculturas de commodities. O Pará ainda possui áreas preservadas que interessam aos grupos que buscam expandir a fronteira agrícola na Amazônia. Práticas predatórias adotadas por agentes econômicos do ramo empresarial e comunidades que desconhecem o manejo sustentável podem ser responsabilizados por mais de 490.933 km² de área desflorestada na Amazônia, contudo, serão sempre os grandes produtores que, em termos dimensionais, terão maior influência sobre a diminuição da cobertura vegetal.

O desmatamento, além de contribuir imensamente com a supressão da biodiversidade que protege a saúde do planeta, é um tipo de violação de direitos territoriais, pois compromete as condições de existência das populações tradicionais.

O gráfico abaixo mostra as taxas de desmatamento de 2020 a 2023 na Amazônia Legal, isto é, o incremento de área desmatada ano a ano, em km². Em quatro anos, foram 44.547 km² de área desmatada na Amazônia. O pico do incremento do desmatamento ocorreu no ano de 2021, com mais de 13 mil km² de área desmatada, um aumento de 20,2% em relação ao ano anterior. A partir daí as taxas vêm caindo e chegam a 9.064 km² em 2023, o que representa um recuo de 16,5% em relação a 2020 e -21,8% em relação a 2022.

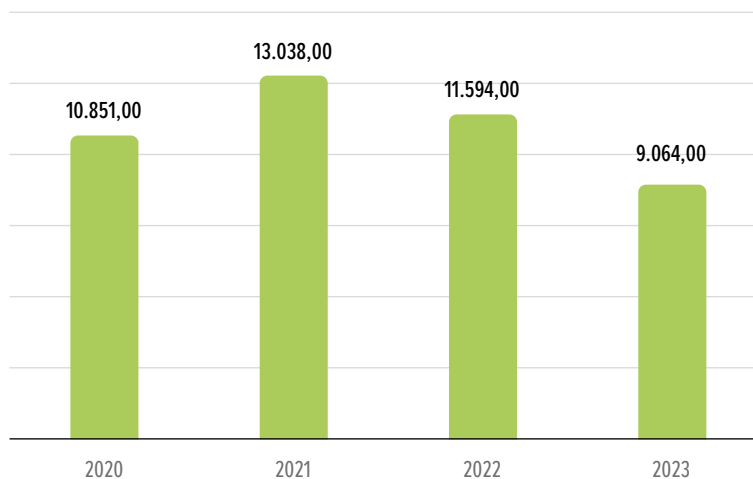
Há um mercado clandestino que é alimentado por uma **rede ilegal internacional** que articula a Amazônia aos grandes mercados globais, uma espécie de “**integração perversa da economia do crime**”.

136 CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.



A redução observada em 2023 se dá também pela retomada das políticas institucionais de proteção ao meio ambiente, que incluem várias operações de órgãos de proteção, fiscalização e monitoramento na região, ações fundamentais para a gestão dos recursos naturais.

Gráfico 7 Taxa de Desmatamento
Amazônia Legal (em km²) – 2020-2023



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Instituto Mãe Crioula.

Ao analisarmos as taxas de desmatamento por estado no último quadriênio (Tabela 34), o Pará permanece em primeiro lugar com um acumulado de 17.598 km² de área desmatada. O estado lidera o ranking dos que mais desmataram nesse período em todos os anos, sendo seguido pelo estado do Amazonas, com 8.022 km², e do Mato Grosso, com 7.967 km². A situação do desmatamento no Pará é alarmante: o estado, sozinho, é responsável por 39,5% da taxa total de desmatamento entre os anos de 2020 e 2023, e desmatou mais que o dobro do segundo colocado no período.

Tabela 34 Taxa de desmatamento anual por estado
Amazônia Legal – 2020-2023

UF	2020	2021	2022	2023	TOTAL	%
Pará	4.899	5.238	4.162	3.299	17.598	39,5
Amazonas	1.512	2.306	2.594	1.610	8.022	18
Mato Grosso	1.779	2.213	1.927	2.048	7.967	17,9
Rondônia	1.273	1.673	1.480	867	5.293	11,9
Acre	706	889	840	601	3.036	6,8
Maranhão	336	350	271	306	1.263	2,8
Roraima	297	315	279	284	1.175	2,6
Tocantins	25	37	27	32	121	0,3
Amapá	24	17	14	17	72	0,2
TOTAL	10.851	13.038	11.594	9.064	44.547	100,0

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Instituto Mãe Crioula.

Como já mencionado, o Pará é um grande centro de interesse de agentes econômicos relacionados à expansão da fronteira agrícola sobre as grandes áreas de proteção ambiental, além de estar mais integrado por rodovias. Em relação ao Amazonas, cabe uma importante observação: é o estado da Amazônia que mais mantém a floresta preservada, fator que se relaciona com a prevalência de rios e aeronaves para deslocamentos em detrimento das rodovias, o que dificulta a expansão da fronteira econômica relacionada às atividades predatórias. É emblemático que o avanço do desmatamento no Amazonas se dê nas imediações das rodovias BR-319 e BR-230, traçando uma relação entre a abertura de estradas e o avanço de atividades produtivas que reproduzem as lógicas do desequilíbrio ecológico.

Em termos de registros criminais realizado pelas Polícias estaduais, para medir o fenômeno do desmatamento foram considerados três artigos da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98): destruição ou dano a floresta de preservação permanente (art. 38), corte de árvores em floresta de preservação permanente (art. 39) e corte de madeira de lei (art. 45). Vale lembrar que as polícias civis fazem parte de um conjunto de agências responsáveis pelas diferentes etapas de responsabilização criminal de delitos ambientais, de modo que os números aqui expostos devem ser devidamente contextualizados. Neste caso, os registros dizem respeito aos eventos que chegam às delegacias, já que os crimes ambientais também podem passar por fluxos de outras esferas e agências. Portanto, trata-se de uma medição da capacidade institucional estadual de registro desses crimes, que deve ser analisada em relação ao nível de desmatamento detectado por outras metodologias, como a análise cartográfica aqui apresentada.

No período de seis anos analisado (2018-2023) os registros de desmatamento bateram recorde em 2023, com 1.116 casos, uma variação de 53,9% em relação ao ano anterior e de 234,1% sobre 2018. Os artigos 38 e 39 são a maioria das tipificações utilizadas.

É emblemático que o avanço do **desmatamento no Amazonas** se dê nas imediações das rodovias BR-319 e BR-230, traçando uma relação entre a abertura de estradas e o avanço de atividades produtivas que reproduzem as lógicas do desequilíbrio ecológico.



Tabela 35 Desmatamento (Arts. 38, 39 e 45 da Lei 9.605/98)
Unidades da Federação da Amazônia Legal – 2018-2023

UFs da Amazônia Legal	Destruição ou dano a floresta de preservação permanente (art. 38 da Lei 9.605/98)						Corte de árvores em floresta de preservação permanente (art. 39 da Lei 9.605/98)						Corte de madeira de lei (art. 45 da Lei 9.605/98)					
	Ns. Absolutos						Ns. Absolutos						Ns. Absolutos					
	2018	2019	2020	2021	2022 ⁽¹⁾	2023	2018	2019	2020	2021	2022 ⁽¹⁾	2023	2018	2019	2020	2021	2022 ⁽¹⁾	2023
Amazônia Legal	190	198	294	346	436	610	75	108	142	175	214	431	69	38	71	86	75	75
Acre	-	-	-	-	138	57	4	-	2	11	29	45	-	-	2	2	3	4
Amapá	14	29	27	27	...	6	11	14	10	7
Amazonas	37	29	33	15	18	24	8	11	11	25	22	24	4	7	15	8	5	-
Maranhão	28	45	54	66	21	19	15	22	20	21	21	12
Mato Grosso	41	37	58	56	62	64	30	40	58	55	38	40	4	7	5	10	9	7
Pará	15	28	47	92	78	155	10	31	30	46	43	38	9	8	8	14	19	30
Rondônia	15	37	64	89	...	160	35	6
Roraima	32	35	36	22	38	37	11	20	-	1	3	3	6	4
Tocantins	50	32	28	27	34	18	23	26	20	19	29	180	52	9	7	14	2	5

Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Atualização das informações publicadas no Cartografias da Violência na Amazônia - 2ª Edição (2023).

Os campeões em registros estaduais de crimes de desmatamento em 2023 foram Pará, Tocantins e Rondônia. O crescimento de 212,3% em Tocantins entre 2022 e 2023 chama a atenção, bastante à frente dos 59,3% observados no Pará. A proeminência do Pará em registros criminais acompanha o que se observa nas análises por satélite, ainda que não seja possível dizer o que seria uma atuação satisfatória das polícias civis em termos de desmatamento. Mato Grosso, por outro lado, embora se destaque como um estado que desmata muito, mantém uma média anual de registros criminais de desmatamento sem grandes variações. Os registros criminais do Acre explodiram em 2022 (ano em que o estado saltou de 13 registros, em 2021, para 170 crimes de desmatamento), patamar que se manteve relativamente estável em 2023, com 106 registros.



Tabela
36Desmatamento total
Unidades da Federação da Amazônia Legal – 2018 a 2023

UFs da Amazônia Legal	Desmatamento total (art. 38, 39 e 45 da Lei 9.605/98)							
	Ns. Absolutos						Variação (%) 2018-2023	Variação (%) 2022-2023
	2018	2019	2020	2021	2022 ⁽¹⁾	2023		
Amazônia Legal	334	344	507	607	725	1.116	234,1	53,9
Acre	4	-	4	13	170	106	2.550,0	-37,6
Amapá	...	6	11	14	51	63	...	23,5
Amazonas	49	47	59	48	45	48	-2,0	6,7
Maranhão	69	85	90	100	...	11,1
Mato Grosso	75	84	121	121	109	111	48,0	1,8
Pará	34	67	85	152	140	223	555,9	59,3
Rondônia	15	37	64	89	...	201	1.240,0	...
Roraima	32	36	39	25	55	61	90,6	10,9
Tocantins	125	67	55	60	65	203	62,4	212,3

Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; IMC.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Atualização das informações publicadas no Cartografias da Violência na Amazônia - 2ª Edição (2023).

Outro dado importante de análise para compreender a atuação institucional de combate ao desmatamento são os volumes de madeira apreendidos pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). A atribuição de patrulhamento e fiscalização das rodovias federais concede à PRF a competência de fiscalizar a documentação de transporte de madeira, sobretudo o Documento de Origem Florestal (DOF). Quando o DOF não está regularizado, a madeira é apreendida.

Em 2023 foram apreendidos 40.061,4 m³ de madeira na Amazônia Legal, crescimento de 14,7% em relação a 2022. Mato Grosso, Rondônia, Pará, Maranhão e, em 2023, Amazonas, são os grandes responsáveis pelas maiores apreensões.



Tabela 37 | Apreensão de madeira - Polícia Rodoviária Federal
Unidades da Federação da Amazônia Legal – 2022-2023

UFs da Amazônia Legal	Quantidade de madeira apreendida em m ³		
	2022	2023	Variação (%)
Amazônia Legal	34.938,8	40.061,4	14,7
Acre	212,8	55,4	-74,0
Amapá	10,0	62,4	523,2
Amazonas	912,4	9.201,1	908,4
Maranhão	4.882,2	6.246,0	27,9
Mato Grosso	10.056,3	8.239,1	-18,1
Pará	7.383,5	7.026,9	-4,8
Rondônia	8.801,6	6.153,8	-30,1
Roraima	358,2	777,2	117,0
Tocantins	2.321,7	2.299,6	-1,0

Fonte: Polícia Rodoviária Federal; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Por fim, os registros de comércio de madeira de lei (art. 46 da Lei 9.605/98) tiveram aumento significativo em 2023 e chegaram a 601 registros na Amazônia Legal, 114,6% maior que os registros de 2022, crescimento puxado pela atuação da polícia no Pará, cujo crescimento foi significativo entre 2022 e 2023, concentrando mais de metade de todos os registros de comércio de madeira de lei no último ano.

Tabela 38 | Comércio de madeira de lei (Art. 46 da Lei 9.605/98)
Unidades da Federação da Amazônia Legal – 2018-2023

UFs da Amazônia Legal	Comércio de madeira de lei (art. 46 da Lei 9.605/98)							Variação (%) 2018-2023	Variação (%) 2022-2023
	Ns. Absolutos					2023			
	2018	2019	2020	2021	2022 ⁽¹⁾				
Amazônia Legal	146	155	230	166	280	601	311,6	114,6	
Acre	1	-	1	8	
Amapá	5	27	...	440,0	
Amazonas	47	36	79	72	84	97	106,4	15,5	
Maranhão	6	8	5	7	...	40,0	
Mato Grosso	9	12	16	19	12	11	22,2	-8,3	
Pará	61	93	111	46	124	374	513,1	201,6	
Rondônia	44	65	...	47,7	
Roraima ⁽²⁾	-	-	1	2	2	7	...	250,0	
Tocantins	28	14	16	11	4	13	-53,6	225,0	

Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Atualização das informações publicadas no Cartografias da Violência na Amazônia - 2ª Edição (2023).

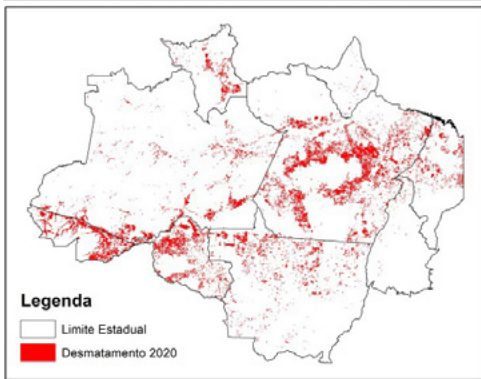
(2) Os dados de 2018 a 2022, publicados na edição anterior do Cartografias da Violência na Amazônia, foram retificados pelo estado.

Os mapas a seguir fazem uma análise comparativa sobre o avanço do desmatamento na região amazônica. Com base nas informações coletadas nos bancos de dados do INPE, é possível identificar as zonas onde vem se dando esse processo nos últimos quatro anos (2020-2023). Podemos identificar zonas de expansão do desmatamento já consolidadas e zonas em processo de expansão em direção às áreas de floresta, colocando sob ameaça os territórios indígenas e Unidades de Conservação.

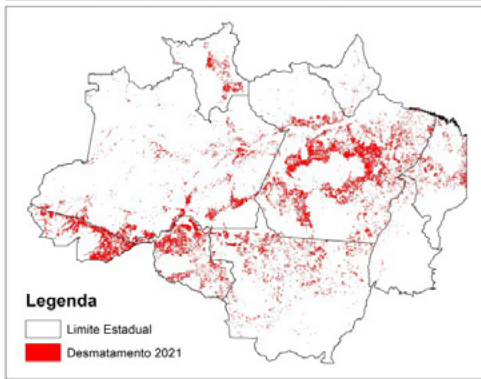
Mapa 27

Comparativo de desmatamento Amazônia Legal – 2020-2023

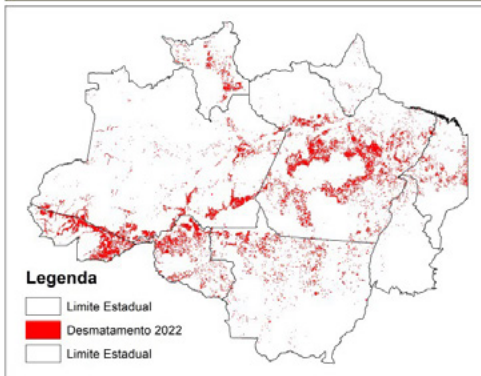
DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL EM 2020



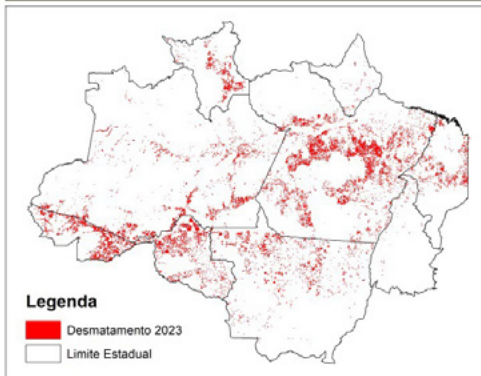
DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL EM 2021



DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL EM 2022



DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL EM 2023



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Instituto Mãe Crioula.

Estudos de geógrafos que se dedicaram a pesquisar os conflitos socioambientais na Amazônia, a exemplo de Bertha Becker (2003), ajudam a compreender como se dá o avanço da frente de expansão do desmatamento, as zonas já consolidadas e as principais atividades responsáveis pelo processo a partir de seus vetores de expansão. A regionalização da Amazônia definida por esta autora se dá com base na ideia de macrorregionalização, dividida em três regiões: o arco do povoamento consolidado ou das terras degradadas, que corresponde ao mesmo arco do desmatamento; a frente de expansão, que se dá em torno da BR-163, correspondendo ao oeste do Pará e leste do Amazonas; e a fronteira do capital natural, que

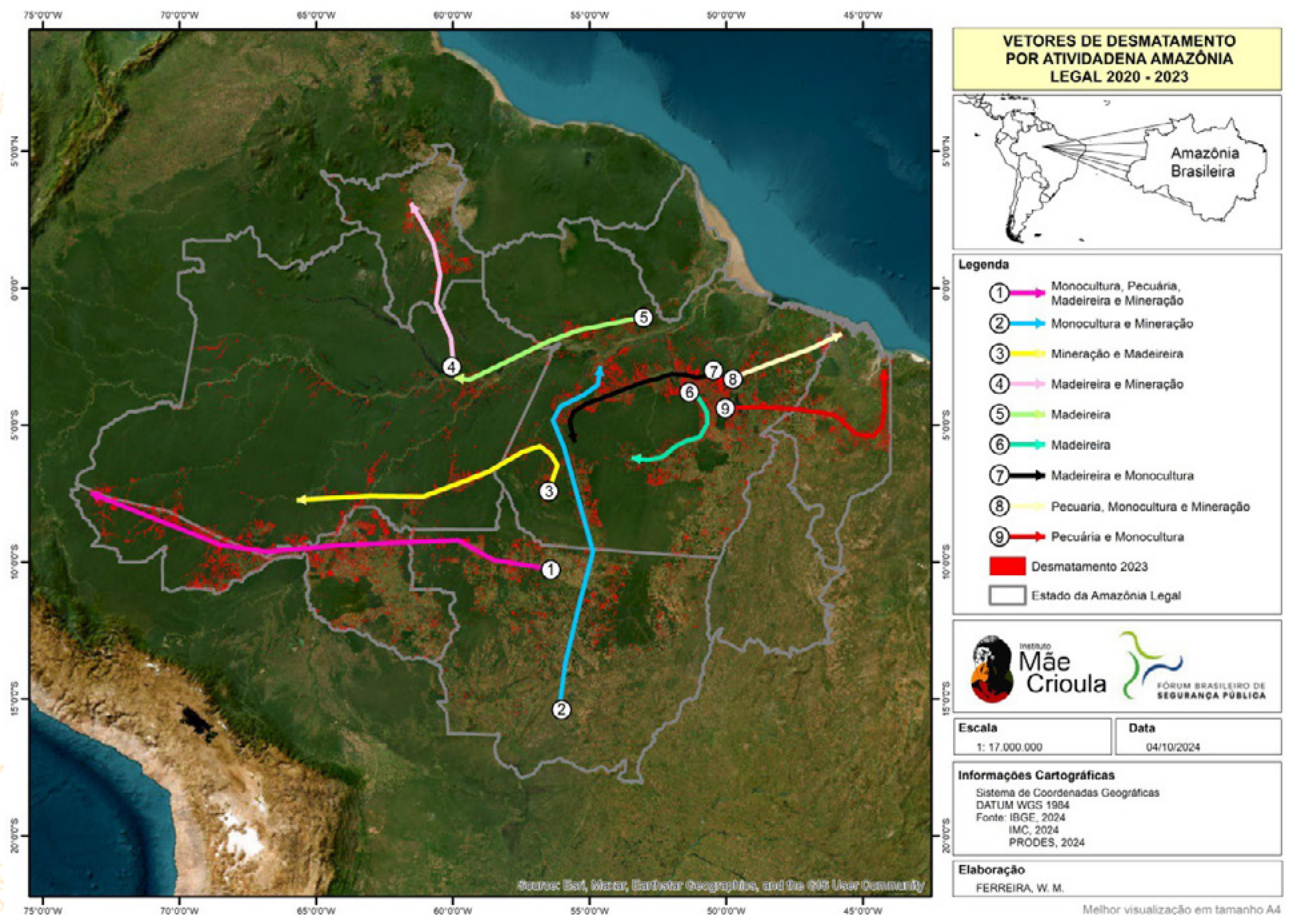


abrange o interior do estado do Amazonas, ou seja, onde se mantém uma extensa área de floresta preservada.

O mapa abaixo evidencia os vetores de expansão das atividades econômicas em relação ao desmatamento. Essas atividades mudam ao longo do tempo e tais mudanças estão relacionadas aos interesses econômicos a partir do esgotamento dos recursos, ou seja, são mudanças na estrutura produtiva associada a mudanças de mercado e de uso da terra.

Mapa 28

Vetores de expansão do desmatamento por atividade
Amazônia Legal



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Instituto Mãe Crioula.

O vetor 1 corresponde ao corredor que parte do município de Alta Floresta, no Mato Grosso, em sentido oeste, passando por Colniza até Porto Velho, em Rondônia. Desta capital parte em direção ao estado do Acre, margeando a BR-364 até o extremo oeste do Brasil, na cidade de Mâncio Lima, fronteira com o Peru. No trecho entre Mato Grosso e Rondônia encontramos o predomínio da monocultura de grãos, sendo seguida pela pecuária extensiva de corte e o garimpo ilegal.

Em relação ao trecho que vai de Rondônia ao estado do Acre, há forte presença do setor madeireiro, que vem dando espaço para a expansão das atividades relacionadas à pecuária, o que coloca em risco as atividades extrativistas, intensificando os impactos ambientais nessa região.

O vetor 2 parte de Cuiabá, passando pelos municípios de Sorriso e Sinop (maiores produtores de soja do Brasil), no Mato Grosso, seguindo por Altamira, Novo Progresso, Itaituba e Rurópolis até Santarém, no Pará, trecho popularmente conhecido como rodovia Cuiabá – Santarém (BR-163). Esse vetor está em processo de consolidação e sua dinâmica consiste na substituição da atividade da pecuária extensiva pelas monoculturas mecanizadas em larga escala, como a soja, o milho e o algodão, e se sobrepõe à atividade madeireira descrita no vetor 4.

O vetor 3 começa no município de Itaituba, no Pará, onde há uma intensa presença dos garimpos ilegais (artesanal e mecanizado), sobretudo na vicinal conhecida como “Transgarimpeira”, que parte da BR-163 até Creporizão, localidade que tem como principal atividade econômica a exploração e comercialização de ouro¹³⁷. Tais atividades, nos últimos anos, vêm exercendo forte pressão sobre a Área de Preservação Ambiental (APA) do Tapajós e a Terra Indígena (TI) Munduruku. Em seguida, este vetor passa por Jacareacanga, no Pará, ao longo da Transamazônica (BR-230), em direção ao município de Apuí, passando por Humaitá, Canutama e se estendendo até o município de Lábrea, todos no estado do Amazonas, onde o desmatamento ocorre em função da atividade madeireira. É justamente a região sul amazonense que vem sofrendo maior pressão da atividade madeireira e, como já foi citado anteriormente, concentra um volume significativo de conflitos fundiários segundo o último relatório da CPT.

Manaus, capital do Amazonas, é o ponto de partida do vetor 4, que segue ao longo da BR-174 e se estende desde a margem do Rio Amazonas, passando por Presidente Figueiredo, Rorainópolis, Caracaraí, Iracema, Alto Alegre até Amajari, no estado de Roraima, onde a atividade madeireira exerce pressão sobre a Floresta Nacional (FLONA) de Roraima e FLONA do Parima, próximo à fronteira com a Venezuela.

O vetor 5 tem início em Almeirim, no Pará, cidade localizada na margem esquerda do rio Amazonas, e segue em sentido sudoeste acompanhando o leito do rio. É caracterizado pela atividade madeireira que avança pelos municípios de Prainha, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Faro, no Pará, de onde parte em direção a Manaus, passando por Nhamundá, Parintins, Silves, e Itacoatiara, todos na calha do rio principal.

O vetor 6 parte do município de Senador José Porfírio, margeando a Terra Indígena Trincheira Bacajá e Apyterewa, passando por São Felix do Xingu até Altamira, no Pará. É o vetor que

137 O estudo *A nova corrida do ouro na Amazônia: garimpo ilegal e violência na floresta*, publicado em 2024, detalha as dinâmicas dessa região paraense. Disponível em <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/5fd55da7-e834-4a38-810e-1bbe9a651c8e>.



mais provoca desmatamento sobre terras indígenas na Amazônia, seguindo em direção às Terras do Meio do vale dos rios Xingu e Iriri.

O vetor 7 sai da cidade de Pacajá e atravessa os municípios de Portel, Senador José Porfírio, Medicilândia, Uruará e Rurópolis até Trairão, na região sudoeste do Pará. Nele encontram-se intensas atividades de exploração madeireira, principalmente nas vicinais perpendiculares à rodovia Transamazônica e à rodovia estadual PA-370, conhecida como Transuruará, que hoje serve como via de escoamento do contrabando de madeira em direção aos portos da região de Santarém.

O vetor 8 parte do município de Pacajá em direção ao nordeste paraense, passando por Cachoeira do Piriá, no Pará, até Candido Mendes, no Maranhão, e está associado a atividades de monocultura agrícola e garimpeiras.

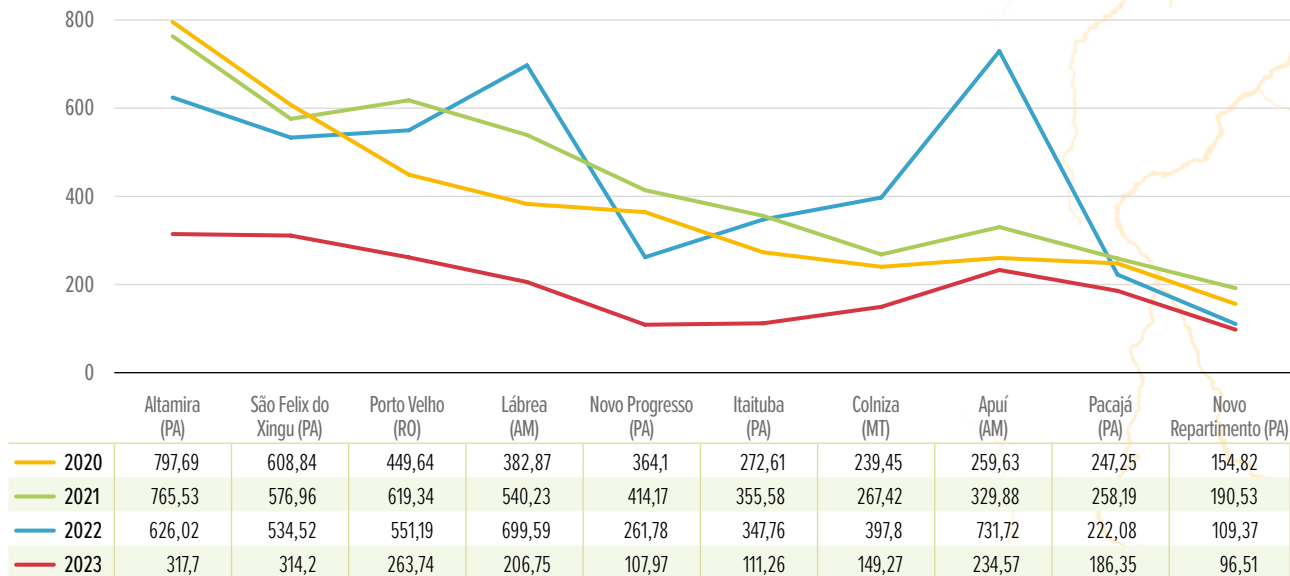
Por fim, o vetor 9 tem início no décimo município com maior taxa de desmatamento na região da Amazônia Legal: Novo Repartimento, no Pará. Dele parte em direção ao estado do Maranhão, passando por Dom Eliseu e Ulianópolis, ainda no Pará. Já no estado do Maranhão, segue por Açailândia, Buriticupu, até chegar em Codó, de onde segue em sentido norte ao longo da BR-135 até a São Luís, capital do estado.

O gráfico abaixo, demonstra o incremento do desmatamento nos dez municípios onde mais se observa o fenômeno nos últimos quatro anos (2020 -2023), período em que se verificam apenas mudanças nas posições entre os municípios, que permanecem os mesmos. É complexo apontar as dinâmicas que envolvem tais mudanças na medida em que a redução do desmatamento em determinado município nem sempre está relacionada a políticas públicas. Na Amazônia, o incremento pode aparecer menos em função de não terem sido encontradas novas áreas para a expansão da atividade madeireira, isto é, um esgotamento do recurso. Uma fronteira econômica consolidada demonstra o grau de desmatamento acumulado e da ocupação ao longo de décadas que aquela região sofreu, de modo que os dados devem ser analisados sob essa perspectiva.

Gráfico



Incremento do Desmatamento por município da Amazônia Legal
Quadriênio 2020-2023 (Km²)



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Instituto Mãe Crioula.

O Pará é o estado que mais possui representantes na lista, e os seis municípios paraenses do ranking foram responsáveis por 12,4% do desmatamento de toda a Amazônia. Ainda assim, é possível verificar que, em oito dos municípios (seis no Pará, um no Mato Grosso e um em Rondônia), a taxa de incremento anual vem decaindo. Já os municípios de Lábrea e Apuí, no Amazonas, a taxa de incremento teve um aumento expressivo no ano de 2022, se aproximando de Altamira (Pará), e voltando a decair em 2023. Altamira apresentava, em 2020, uma taxa de incremento de desmatamento de 797,7 km², passando a 317,7 km² em 2023, uma redução de 39,8%. Mesmo com a redução considerável, Altamira ainda lidera o ranking de maior desmatador da Amazônia.

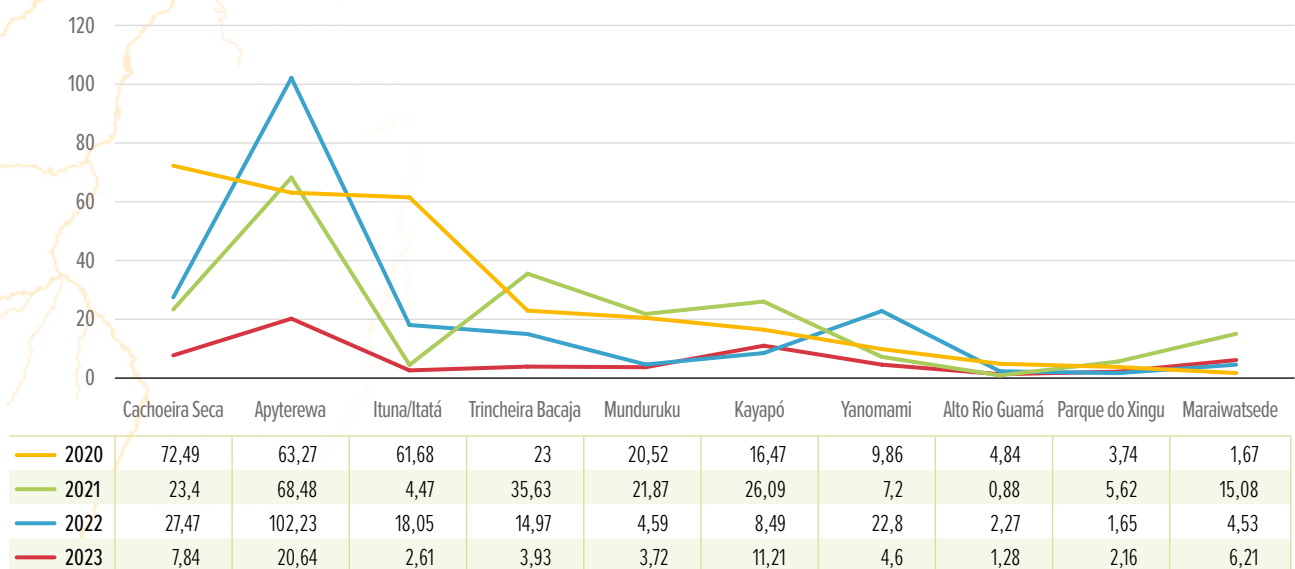
A fragilidade institucional dos órgãos ambientais na gestão federal do ex-presidente Jair Bolsonaro não deve ser descartada, pois essa postura engessou as ações estratégicas de enfrentamento aos crimes ambientais. A isso somam-se as narrativas que incentivavam a abertura de áreas de garimpo com a promessa de regularização, por meio da Medida Provisória 910/2019, chamada de “MP da Grilagem”, e ao mesmo tempo de práticas políticas governamentais que estavam articuladas à pecuária, ao cultivo de soja e à extração de madeira, que partiram inclusive do Ministério do Meio Ambiente do governo anterior.

O gráfico abaixo, apresenta informações acerca do incremento de desmatamento dos últimos quatro anos em Terras Indígenas na Amazônia. É possível verificar que de 2020 a 2023 vem ocorrendo uma diminuição dessa prática nessas áreas, que devem ser lidas à luz de algumas observações.



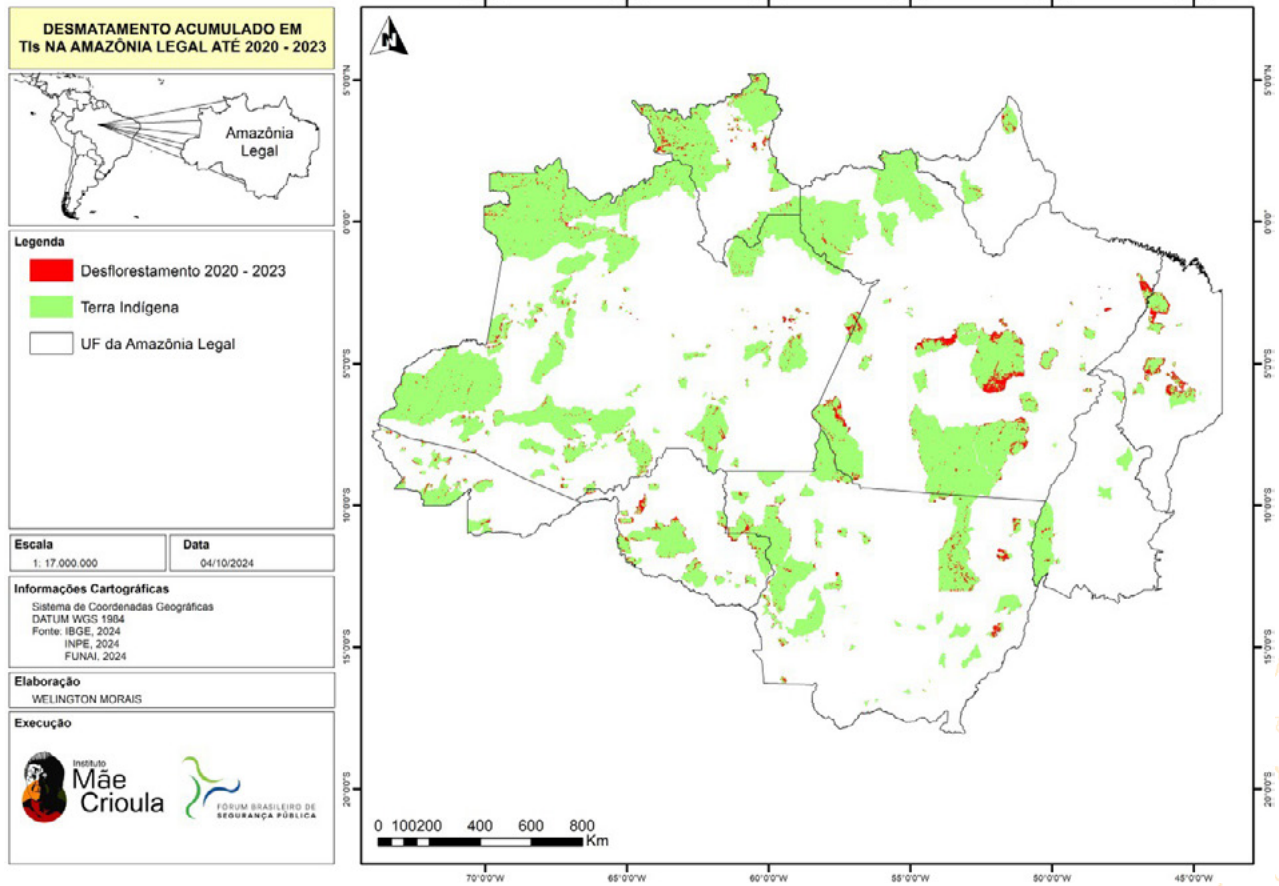
A TI Apyterewa, localizada no município de São Felix do Xingu, no Pará, segue ainda muito impactada, mesmo tendo desmatamento reduzido. Vale lembrar que este município aparece em segundo lugar entre os mais desmatados da Amazônia Legal e tem o maior rebanho bovino do Brasil, o que explica a pressão exercida sobre as reservas em questão. A TI Cachoeira Seca, distribuída nos municípios de Altamira, Uruará e Placas, no Pará, aparece como o segundo território indígena mais desmatado, em função da intensa exploração da atividade madeireira ao longo da rodovia Transamazônica e suas vicinais e pelas atividades agrícolas extensivas, a exemplo do cultivo do cacau. Já a TI Ituna-Itatá, que se localiza nos municípios de Senador José Porfírio e Altamira, é o terceiro território indígena mais impactado pelo desmatamento em função da intensa atividade madeireira e de monoculturas. A TI Yanomami, palco de um quase genocídio das populações indígenas devido às intensas atividades de garimpo ilegal nos últimos anos, também figura na lista.

Gráfico 9 Desmatamento acumulado em TIs na Amazônia Legal *Quadriênio 2020-2023 (Km²)*



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Instituto Mãe Crioula.

O mapa 36, a seguir, corresponde a uma espacialização do desmatamento acumulado no último quadriênio, com representação cartográfica das TIs analisadas no gráfico anterior. É possível visualizar que as do estado do Pará são as mais impactadas pelo desmatamento, seguidas pelas do estado do Maranhão e Mato Grosso.

Mapa
29Desmatamento acumulado em TIs
Amazônia Legal (2020-2023)

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Instituto Mãe Crioula.

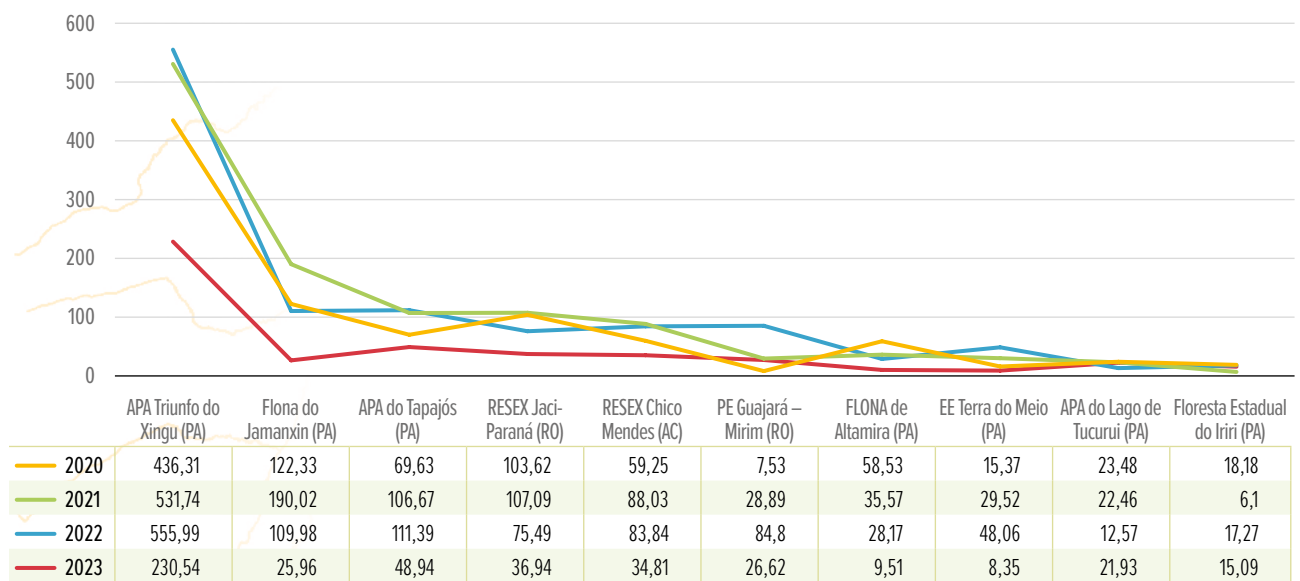
Em relação às Terras Indígenas, é preciso considerar todas as pressões que esses povos vêm sofrendo com o avanço das atividades relacionadas à agropecuária, extração mineral e exploração madeireira, que se materializam de forma mais grave no [projeto de lei 490/07](#), ou PL do Marco Temporal, que tem como objetivo alterar o “Estatuto do índio” ([Lei 6.001/1973](#)), e passar a **atribuição de demarcação das terras indígenas no Brasil para o Poder Legislativo**. Trata-se de projeto de interesse da chamada bancada ruralista, já que os territórios indígenas representam uma barreira para a expansão de atividades econômicas predatórias e, justamente por isso, são territórios fundamentais para a preservação e multiplicação da biodiversidade das florestas e rios.

Em relação ao incremento do desmatamento em Unidade de Conservação (UCs), o gráfico 10, a seguir, demonstra que a situação praticamente não mudou em relação à análise feita em 2023. Há ainda um forte impacto sobre as UCs do sudoeste do Pará, a exemplo da APA Triunfo do Xingu, FLONA do Jamanxin e APA do Tapajós, seguido da Reserva Extrativista (Resex) Jaci



Paraná, no estado do Rondônia, e da Resex Chico Mendes, no Acre. É possível identificar também que o estado do Pará lidera o ranking das Unidades de Conservação mais impactadas, aparecendo com sete das dez UCs mais degradadas em seu território.

Gráfico 10 Desmatamento em UCs da Amazônia Legal
Quadriênio 2020-2023 (Km²)

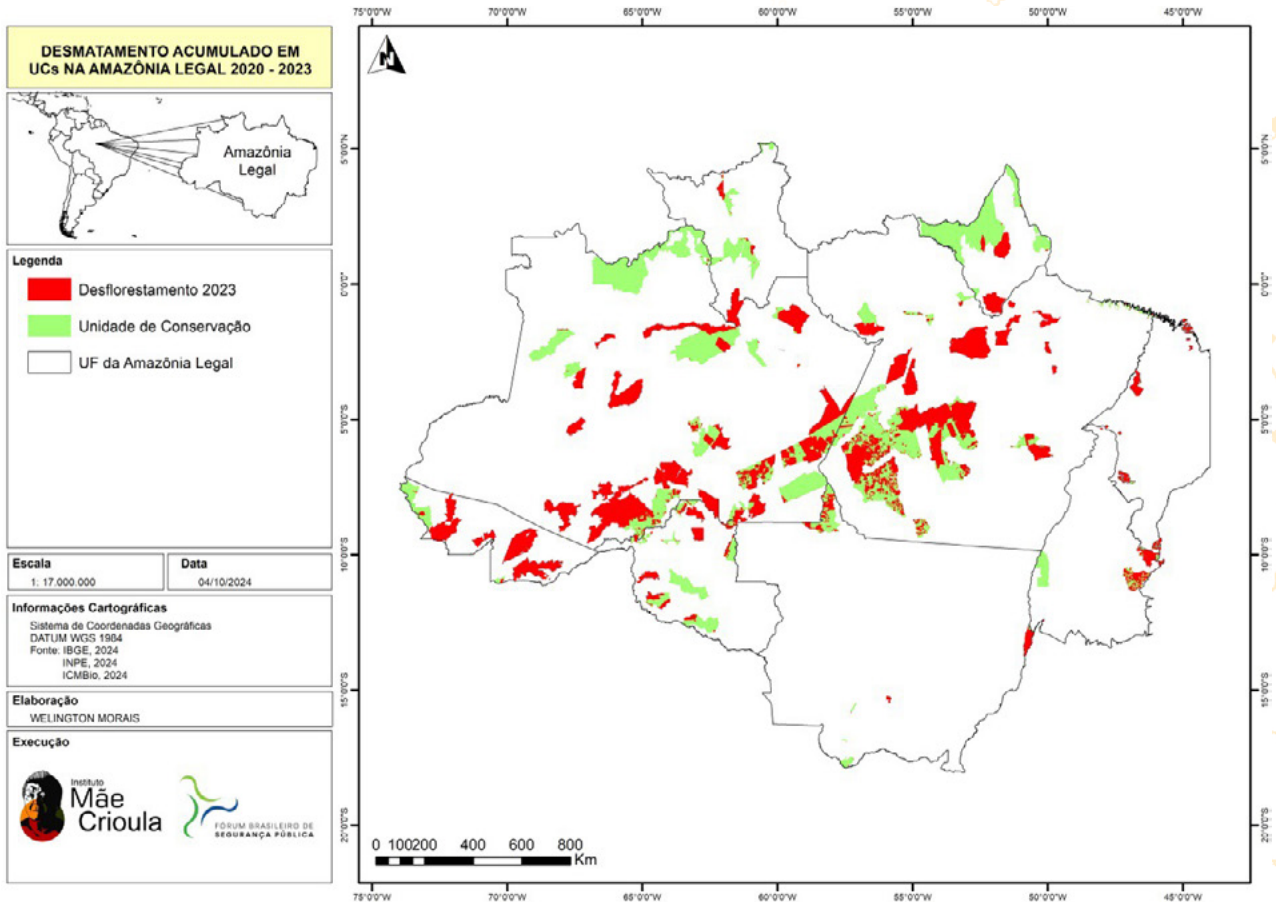


Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Instituto Mãe Crioula.

Verifica-se, no entanto, que de 2020 a 2023 vem ocorrendo uma diminuição no desmatamento nessas áreas, embora o valor acumulado seja cinco vezes maior que a pressão exercida nas TIs.

Cabem algumas observações importantes sobre as três UCs mais impactadas. A APA Triunfo do Xingu, sob a jurisdição estadual do Pará e que está localizada no município de Altamira, na região do Xingu, é a mais impactada, ainda que tenha apresentado redução do desmatamento. O município mais desmatado da Amazônia Legal, portanto, desmata sobretudo Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Esta área sofre a pressão do vetor rodoviário da PA, além de ser uma área de expansão produtiva da pecuária e cultivo de monoculturas.

A Flona do Jamanxin, no município de Novo Progresso, no Pará, é a segunda mais impactada pelo desmatamento nas UCs, em função da exploração de garimpo e da atividade madeireira ao longo da rodovia BR. Já a APA do Tapajós, no município de Itaituba, também no Pará, e que ocupa o terceiro lugar, sofre com a já mencionada atividade garimpeira e de extração de madeira. O mapa 30, a seguir, representa cartograficamente essas informações.

Mapa
30Desmatamento acumulado em UCs
Amazônia Legal (2020-2023)

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Instituto Mãe Crioula.

O crime de dano ambiental em Unidade de Conservação está tipificado na Lei de Crimes Ambientais, em seu artigo 40, e os registros criminais das Secretarias de Segurança Pública constam da tabela abaixo. O crescimento desse crime entre 2018 e 2023 é expressivo, mas deve ser contextualizado à luz da má qualidade da informação para os primeiros anos analisados. Apenas em 2023 foram obtidas as informações desse tipo penal de todos os estados, o que também pode informar sobre a atuação da Polícia Civil nesse tipo de delito. Muitas das Unidades de Conservação são de responsabilidade federal, e podem passar por outros fluxos de registro e responsabilização.



Tabela
39

Dano ambiental em Unidade de Conservação (Art. 40 da Lei 9.605/98)
Unidades da Federação da Amazônia Legal – 2018-2023

UFs da Amazônia Legal	Dano ambiental direto ou indireto às Unidades de Conservação (art. 40 da Lei 9.605/98)							
	Ns. Absolutos						Variação (%) 2018-2023	Variação (%) 2022-2023
	2018	2019	2020	2021	2022 ⁽¹⁾	2023		
Amazônia Legal	21	22	41	40	49	190	804,8	287,8
Acre	-	-	1	1	2	15	...	650,0
Amapá	1	5	5	...	0,0
Amazonas	5	4	2	4	2	4	-20,0	100,0
Maranhão	18	13	12	8	...	-33,3
Mato Grosso	16	18	20	20	24	16	0,0	-33,3
Pará	-	-	-	1	4	7	...	75,0
Rondônia	128
Roraima	-	7
Tocantins	-	-	...	-

Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Atualização das informações publicadas no Cartografias da Violência na Amazônia - 2ª Edição (2023).

5.2 FOCOS DE CALOR

Os focos de calor nos últimos anos apresentam-se enquanto grandes problemas enfrentados pelas populações tradicionais na Amazônia Legal, mas que agora também passaram a afetar as populações das áreas urbanas, pois a elevação da temperatura, ausência de chuvas e emissão de fumaças comprometem a qualidade de vida e as atividades econômicas.

As queimadas criminosas acabam ocorrendo com maior frequência em períodos de seca, visto que esses criminosos ambientais utilizam do discurso da ausência de chuva para justificar o aumento da presença de fogo. Os incêndios costumam ser utilizados para ampliação das áreas de produção, desrespeitando o Código Florestal (Lei 12.651/2012) e a forma como a vegetação deve ser tratada no Brasil, especialmente dentro de áreas rurais privadas.

Os *criminosos ambientais* estão mudando as estratégias de atacar o meio ambiente e tentam burlar os instrumentos de monitoramento como o PRODES e o DETER, do INPE. Enquanto o PRODES foca no desflorestamento, ou seja, o corte raso da vegetação, o DETER foca em identificar as áreas degradadas, dentre elas as que são causadas pelos incêndios florestais. O artifício mais usado por criminosos que ateiam fogo após o desmatamento de uma determinada área acaba sendo identificado pelo DETER, e não pelo PRODES. É como uma nova forma de se eximir de responsabilidade pelo desmatamento, alegando que a área foi acometida por um incêndio florestal natural ou criminoso de autoria impossível de identificar.

Os *criminosos ambientais* estão mudando as estratégias de atacar o meio ambiente e tentam burlar os instrumentos de monitoramento como o PRODES e o DETER, do INPE.

Além disso, em algumas áreas eles utilizam agrotóxicos que envenenam e matam a floresta – como o que aconteceu com as florestas no Vietnã¹³⁸, quando o exército norte-americano despejou o *agente laranja* para neutralizar a vegetação nativa da região. Dessa forma, o agro consegue *limpar* com mais facilidade as áreas que serão utilizadas posteriormente para o setor produtivo. Portanto, estamos vivenciando na Amazônia uma *guerra do capitalismo* contra a natureza e as populações que dela dependem para sua sobrevivência e existências enquanto grupo social.

O mapa comparativo abaixo demonstra a espacialização das queimadas na região amazônica nos últimos quatro anos. Em 2020, os focos de queimadas espalhavam-se em torno da Transamazônica no sentido Sudoeste, com destaque para os municípios de Pacajá, Anapu, Senador José Porfírio, Uruará, Placas, Rurópolis e Trairão, todos no estado Pará. Também no mesmo estado há uma concentração de focos de queimadas na Região Nordeste.

Ainda na Transamazônica, encontramos focos em direção à parte Sul do estado do Amazonas, indo em direção a Rondônia e Acre. Na região de fronteira entre os estados citados, há vários focos de queimadas, como o mapa 31 destaca. Com isso, foram identificados vários focos no norte do estado do Mato Grosso e no oeste do Maranhão.

Vale ressaltar que entre 2021 e 2023, os focos de queimadas permanecem praticamente inalterados, com diferença apenas na intensidade dos focos, como os mapas comparativos evidenciam. Outro fato que chama atenção são os aumentos de focos na calha do rio Amazonas e seu entorno, partindo da região oeste do Pará em direção à Manaus, no estado do Amazonas. Logo se percebe que toda a estrutura social e econômica das populações tradicionais está sob ameaça em função das queimadas, comprometendo o modo de vida dos povos da floresta.

Estamos vivenciando na Amazônia uma *guerra do capitalismo* contra a natureza e as populações que dela dependem para sua sobrevivência e existências enquanto grupo social.

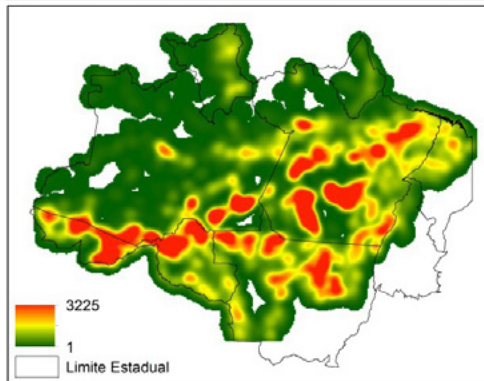
138 <https://reporterbrasil.org.br/2021/11/fazendeiros-joqam-agrotoxico-sobre-amazonia-para-acelerar-desmatamento/>



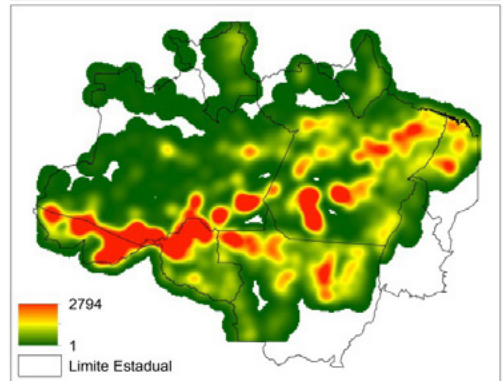
Mapa
31

Comparativo dos focos de calor
Quadriênio 2020-2023

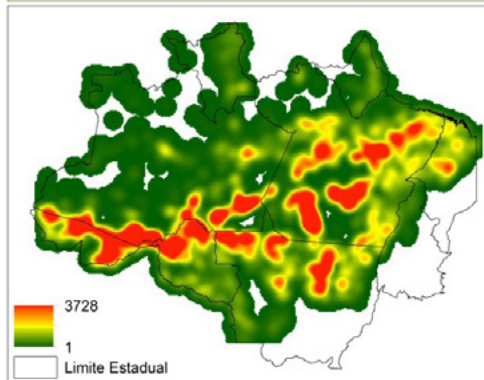
FOCOS DE CALOR NA AMAZÔNIA LEGAL EM 2020



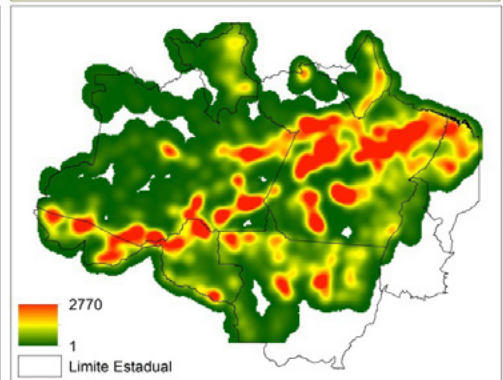
FOCOS DE CALOR NA AMAZÔNIA LEGAL EM 2021



FOCOS DE CALOR NA AMAZÔNIA LEGAL EM 2022



FOCOS DE CALOR NA AMAZÔNIA LEGAL EM 2023



Fonte: BD Queimadas; Instituto Mãe Crioula.

Existe a possibilidade de o Estado criar uma estrutura e mecanismos de **enfrentamento às queimadas** por meio de legislações mais rígidas, métodos educativos e punitivos, fortalecimento das equipes brigadistas e agentes do IBAMA e ICMBIO, com auxílio das forças de segurança.

É possível combater as queimadas criminosas com ação das instituições governamentais de enfrentamento a esse tipo de crime, já que é possível antecipar as ações de criminosos, bem como orientar as populações tradicionais acerca do uso do fogo, evitando maiores catástrofes ecológicas. Assim, existe a possibilidade de o Estado criar uma estrutura e mecanismos de enfrentamento às queimadas por meio de legislações mais rígidas, métodos educativos e punitivos, fortalecimento das equipes brigadistas e agentes do IBAMA e ICMBIO, com auxílio das forças de segurança.

O número de registros de incêndios criminosos nas polícias civis estaduais foi de 955 em 2023, um aumento de 148,7% em relação a 2018. Nos anos de 2022 e 2023 esse tipo de crime ganhou um volume muito maior quando comparado a outros anos da série: foram 1.194 em 2022, contra 384 em 2018. Os estados que se destacam no registro de incêndios criminosos são Tocantins, Mato Grosso e Rondônia.

Tabela
40

Incêndios criminosos (Art. 41 da Lei 9.605/98)
Unidades da Federação da Amazônia Legal – 2018-2023

UFs da Amazônia Legal	Incêndios criminosos (art. 41 da Lei 9.605/98)							
	Ns. Absolutos						Variação (%) 2018-2023	Variação (%) 2022-2023
	2018	2019	2020	2021	2022 ⁽¹⁾	2023		
Amazônia Legal	384	634	733	469	1.194	955	148,7	-20,0
Acre	-	-	-	-	41	52	...	26,8
Amapá	...	6	8	6	20	37	...	85,0
Amazonas	11	20	24	13	9	58	427,3	544,4
Maranhão	5	3	10	13	...	30,0
Mato Grosso	151	252	334	218	398	243	60,9	-38,9
Pará	1	-	44	5	20	75	7.400,0	275,0
Rondônia	93	304	273	195	216	102	9,7	-52,8
Roraima	12	10	...	-16,7
Tocantins	128	52	45	29	468	365	185,2	-22,0

Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Atualização das informações publicadas no Cartografias da Violência na Amazônia - 2ª Edição (2023).

5.3 A SECA DOS RIOS

Embora a seca nos rios da Amazônia não seja um problema recente, segundo dados do CEMADEN (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), o ano de 2024 registra a maior seca no Brasil nos últimos 70 anos. Com isso, desde o mês de março deste ano alguns municípios estão sofrendo com a falta de água e passaram a decretar estado de emergência hídrica. Até o fechamento desta edição, no mês de outubro, foram contabilizados 144 municípios nessas condições na Amazônia, conforme tabela abaixo.

Tabela
41

Quantidade de municípios amazônicos que declararam emergência hídrica

Estado	Quantidade de Municípios
Amazonas	41
Acre	25
Rondônia	27
Mato Grosso	14
Roraima	14
Pará	13
Tocantins	10
TOTAL	144

Fonte: Agência Nacional de Águas; Instituto Mãe Crioula.

Embora a **seca nos rios da Amazônia** não seja um problema recente, segundo dados do CEMADEN (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), o ano de 2024 registra a maior seca no Brasil nos últimos 70 anos.



Das 130 estações de monitoradas pela Agência Nacional de Águas, 66,6% estão em regime de recessão e seca extrema e 35,4% em estado normal, contudo, essas estações localizam-se nas bacias hidrográficas do rio Paraná e do Araguaia Tocantins. Na bacia hidrográfica amazônica, os rios mais impactados são os rios Acre, Purus, Solimões, parte do Amazonas, Madeira e Tapajós.

Quadro 1 Status das estações de monitoramento hidrológico dos rios da Amazônia Legal

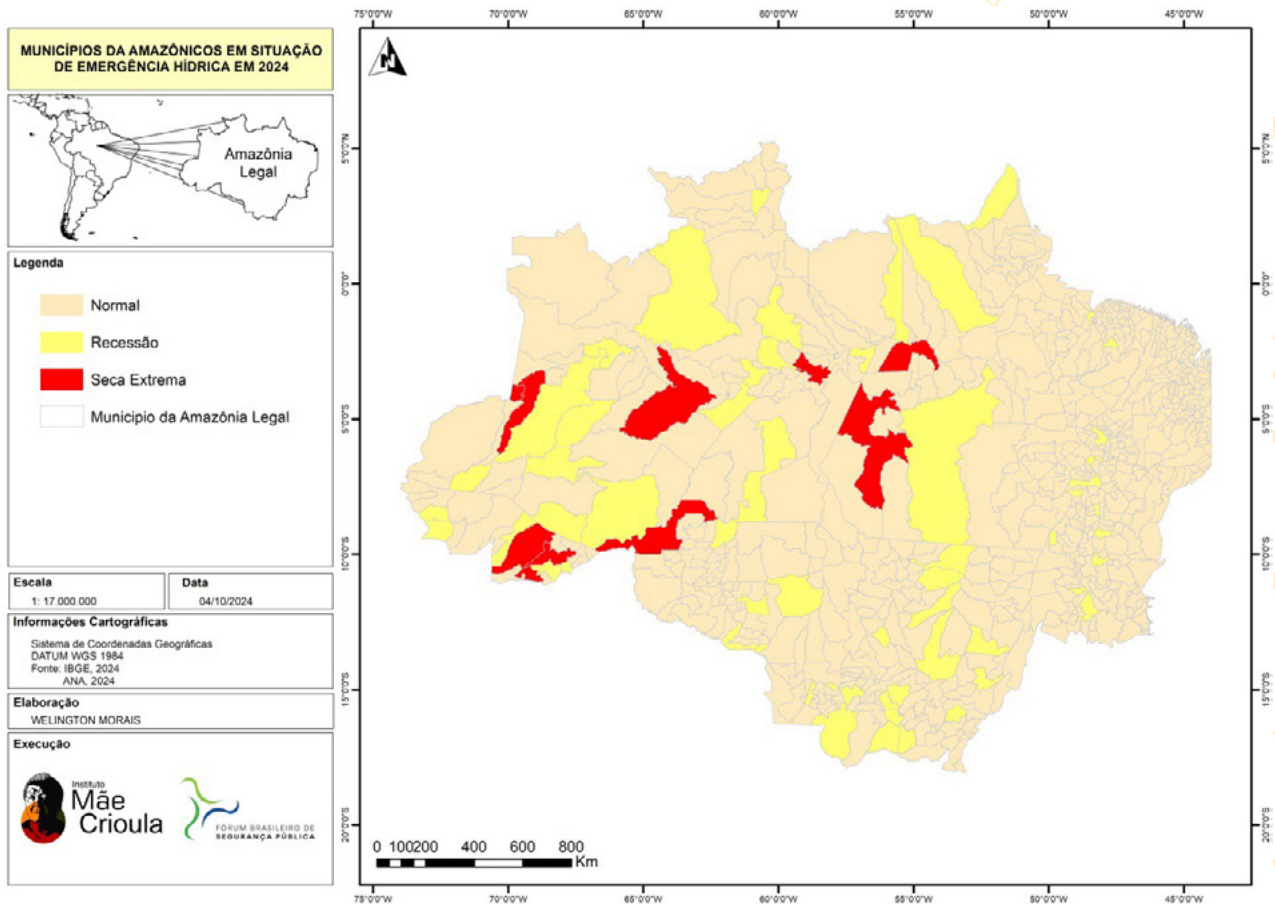
Status da cota	Quantidade de Estações	% do Status
Seca Extrema	10	7,69
Recessão	74	56,92
Normal	46	35,38

Fonte: Agência Nacional de Águas; Instituto Mãe Crioula.

No caso do Amazonas, **o impacto é imensurável** pelo fato de que isso influencia também no deslocamento das populações ribeirinhas, já que o estado é pouco integrado pelas rodovias.

A questão da seca é sistêmica e envolve longos e complexos processos da floresta. Para que haja precipitação devemos considerar uma série de fatores e elementos climáticos, além das formas de uso e ocupação dos territórios, as quais impactam seriamente no ciclo hidrológico, fazendo com que haja mais ou menos chuva. O mapa 32, a seguir, vem reforçar o que foi apresentado no quadro acima. Verifica-se, nesse sentido, que o oeste do Pará, o Amazonas, o Acre e Rondônia são os estados que vêm sendo diretamente afetados pelo problema das secas. No caso do Amazonas, o impacto é imensurável pelo fato de que isso influencia também no deslocamento das populações ribeirinhas, já que o estado é pouco integrado pelas rodovias.



Mapa
32Municípios da Amazônia em situação de emergência hídrica
(2024)

Fonte: Agência Nacional de Águas; Instituto Mãe Crioula.

Mostramos nesse capítulo que a Amazônia vem apresentando altos índices de desmatamento e queimadas, o que acaba por retirar a cobertura vegetal e deixa o solo exposto e/ou degradado. Quando uma área está com uma cobertura vegetal expressiva, com indivíduos de porte arbóreo e seu bosque devidamente em estágio de clímax, há uma devolução do vapor d'água para a superfície, através do processo de evaporação e transpiração, facilitando que haja a recarga de vapor e formação de novas nuvens, ou seja, o sistema hidrológico é recarregado pela floresta. Com o corte raso da vegetação, essa facilidade é retirada e com isso o ciclo hidrológico é alterado. Sem a proteção da floresta, o solo fica exposto e vulnerável a processos erosivos causados pelo intemperismo, como o impacto das gotas de chuva que causam o efeito *splash*¹³⁹, deixando as partículas desagregadas do solo susceptíveis ao transporte através do escoamento superficial, levando os sedimentos

139 Efeito que ocorre quando gotas de chuva se chocam com o solo, causando uma desagregação mecânica.



até o leito dos rios, causando assoreamentos e preenchendo o seu talvegue, o que em período de cheia dos rios pode fazer com que haja as enchentes, processo natural que ocorre quando o rio volta a ocupar o seu leito excepcional. Isso acontece porque o sedimento depositado no leito do rio está ocupando um lugar que antes era ocupado pela água.

A seca nos rios da Amazônia está prejudicando diretamente as populações ribeirinhas que não têm acesso a saneamento básico e abastecimento de água para consumo, já que, além das reduções de vazão e do volume de água, o rio passa a concentrar uma quantidade maior de poluentes, tornando o consumo de água prejudicial à saúde. Essa situação também afeta a pesca, já que o aumento de temperatura é fatal para os peixes. Com isso, os peixes mortos entram em processo de decomposição, liberando gases que pioram ainda mais a situação de poluição dos rios, em um processo cíclico. Esses fenômenos ocorreram com intensidade em 2023, quando houve uma grande seca na região que resultou na escassez do pescado, afetando a subsistência das populações e a comercialização de peixe na região.

Como as áreas de terra firme e as várzeas agora estão secas, o desenvolvimento e reprodução dos vegetais fica comprometido e pode levar a **processos de desertificação e perda de biodiversidade florestal.**

Na agricultura as consequências também são alarmantes, pois a falta de água torna o solo ressecado, levando à compactação e a diminuição de água para as plantas. Como as áreas de terra firme e as várzeas agora estão secas, o desenvolvimento e reprodução dos vegetais fica comprometido e pode levar a processos de desertificação e perda de biodiversidade florestal.

Com base no que foi apresentado, é fundamental que se inicie a discussão sobre programas que deem o devido suporte e proteção às populações ribeirinhas da região amazônica, para que sejam assistidas e estejam preparadas para o enfrentamento da crise climática global, tanto nos períodos de seca quanto de cheias dos rios.

5.4 GARIMPO ILEGAL

O crime ambiental com maior visibilidade nos últimos anos foi a mineração ilegal, que tem grande impacto na vida de populações tradicionais. O garimpo foi tema de pesquisa detida que resultou em uma publicação exclusiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre os casos de Roraima e do Vale do Tapajós, no Pará: o estudo “*A nova corrida do ouro: garimpo ilegal e violência na floresta*”, de 2024. Na presente edição do *Cartografias*, tornou-se um tema transversal, presente nos capítulos em que se discutem as articulações entre as cadeias legais e ilegais, e no capítulo cujo tema são as diferentes estratégias de atuação institucional levadas a cabo pela nova gestão do Governo Federal.

O que os dados das Secretarias de Segurança Pública estaduais demonstram é que os registros de crimes relativos a garimpo cresceram em 2023. Para mensuração do fenômeno, foram so-



mados os boletins de ocorrência que contêm os artigos 44 e 55 da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98). Foram 192 registros de garimpo ilegal na Amazônia Legal em 2023, sendo que o art. 55 (que se refere à extração de recursos minerais sem autorização) tem sido privilegiado pelas polícias civis em relação ao art. 44 (que especifica a prática em florestas de domínio público ou de preservação permanente). Entre 2022 e 2023 os registros mais que dobraram na Amazônia, o que pode indicar uma maior fiscalização por parte do poder público.

Tabela
42 Extração de recursos minerais sem autorização (Arts. 44 e 55 da Lei 9.605/98)
Unidades da Federação da Amazônia Legal - 2018-2023

UFs da Amazônia Legal	Extração de minerais sem prévia autorização em florestas de domínio público ou de preservação permanente (art. 44 da Lei 9.605/98)						Extração de recursos minerais sem autorização (art. 55 da Lei 9.605/98)					
	Ns. Absolutos						Ns. Absolutos					
	2018	2019	2020	2021	2022 ⁽¹⁾	2023	2018	2019	2020	2021	2022 ⁽¹⁾	2023
Amazônia Legal	127	56	50	61	50	60	43	61	65	68	41	132
Acre	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2
Amapá	4	6	5	13
Amazonas	3	3	7	5	-	-	4	4	13	3	-	1
Maranhão	4	4	2	7	1	1	4	9
Mato Grosso	11	16	20	26	13	16	20	28	31	37	22	43
Pará	2	13	5	7	10	17	5	15	16	23	10	52
Rondônia	29	19	13	15	8	8	10
Roraima	-	2	1	1	4	2	1	1	-	2	-	2
Tocantins	82	3	-	3	8	3	13	13	4	2

Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Atualização das informações publicadas no Cartografias da Violência na Amazônia - 2ª Edição (2023).

Pará, o estado com o maior número de registros de garimpo ilegal, também é o que teve maior crescimento entre 2022 e 2023: foram 69 casos, aumento de 245% em relação aos 20 registrados em 2022. O Mato Grosso vem em seguida, com 59 crimes de garimpo. O único estado onde os registros de garimpo caíram foi Tocantins. Roraima, onde está situada a TI Yanomami e um dos maiores polos atuais de garimpo ilegal do país, teve 4 registros. Sobre esse caso, é importante destacar que as Terras Indígenas são de competência federal, o que explica a baixa incidência de atuação das polícias civis.



Tabela
43Extração de recursos minerais sem autorização - Total
Unidades da Federação da Amazônia Legal – 2018-2023

UFs da Amazônia Legal	Extração de recursos minerais sem autorização (Arts. 44 e 55 da Lei 9.605/98)							
	Ns. Absolutos						Variação (%) 2018-2023	Variação (%) 2022-2023
	2018	2019	2020	2021	2022 ⁽¹⁾	2023		
Amazônia Legal	170	117	115	129	91	192	12,9	111,0
Acre	-	-	-	-	1	3	...	200,0
Amapá	9	19	...	111,1
Amazonas	7	7	20	8	-	1	-85,7	...
Maranhão	5	5	6	16	...	166,7
Mato Grosso	31	44	51	63	35	59	90,3	68,6
Pará	7	28	21	30	20	69	885,7	245,0
Rondônia	29	19	13	15	8	18	-37,9	125,0
Roraima	1	3	1	3	4	4	300,0	-
Tocantins	95	16	4	5	8	3	-96,8	-62,5

Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Atualização das informações publicadas no Cartografias da Violência na Amazônia - 2ª Edição (2023).

As investigações federais são etapas fundamentais no **combate aos garimpos**, uma vez que tem sido cada vez mais evidente a sua grande capacidade de financiamento e sua associação a cadeias criminais diversas.

As investigações federais são etapas fundamentais no combate aos garimpos, uma vez que tem sido cada vez mais evidente a sua grande capacidade de financiamento e sua associação a cadeias criminais diversas. Para dimensionar os esforços investigativos, foram analisados os números de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Federal contendo os tipos penais associados a crimes de garimpo: o art. 55 da Lei 9.605 e, o mais utilizado, o art. 2º da Lei 8.176/1991, que penaliza a usurpação de bens da União, pois os minérios são de propriedade do Estado brasileiro.

Em 2023, o art. 55 estava presente em 319 inquéritos da PF, número que cresceu 107,1% em relação a 2018. A usurpação de bens da União foi matéria de 346 inquéritos e o crime bateu recorde em 2021, com 459 investigações abertas. Essa tipificação teve um aumento de 29,6% no período de 2018 a 2023.



Tabela
44

Inquéritos policiais contendo o crime de Extração de recursos minerais sem autorização (Art. 55 da Lei 9.605/98) - Polícia Federal
Unidades da Federação da Amazônia Legal – 2018-2023

UFs da Amazônia Legal	Inquéritos							
	Ns. Absolutos						Variação (%) 2018-2023	Variação (%) 2022-2023
	2018	2019	2020	2021	2022 (1)	2023		
Amazônia Legal	154	224	234	276	306	319	107,1	4,2
Acre	-	3	1	4	1	2	...	100,0
Amapá	8	3	11	7	8	14	75,0	75,0
Amazonas	12	24	12	15	17	22	83,3	29,4
Maranhão	4	18	12	15	25	6	50,0	-76,0
Mato Grosso	37	47	42	48	68	44	18,9	-35,3
Pará	31	42	72	92	104	135	335,5	29,8
Rondônia	40	57	52	27	32	24	-40,0	-25,0
Roraima	12	22	29	59	36	68	466,7	88,9
Tocantins	10	8	3	9	15	4	-60,0	-73,3

Fonte: Polícia Federal; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Atualização das informações publicadas no Cartografias da Violência na Amazônia - 2ª Edição (2023).

Tabela
45

Inquéritos policiais contendo o crime de Usurpação de bens da União (Art. 2º da Lei 8.176/1991)
Unidades da Federação da Amazônia Legal – 2018-2023

UFs da Amazônia Legal	Usurpação de bens da União (Art. 2º da Lei 8.176/1991)							
	Ns. Absolutos						Variação (%) 2018-2023	Variação (%) 2022-2023
	2018	2019	2020	2021	2022 (1)	2023		
Amazônia Legal	267	298	392	459	333	346	29,6	3,9
Acre	-	-	2	4	1	2	...	100,0
Amapá	20	8	18	15	11	20	-	81,8
Amazonas	27	28	37	32	19	21	-22,2	10,5
Maranhão	6	23	14	15	26	6	-	-76,9
Mato Grosso	52	54	51	76	93	40	-23,1	-57,0
Pará	57	48	118	140	93	140	145,6	50,5
Rondônia	77	91	90	70	30	22	-71,4	-26,7
Roraima	24	40	60	97	46	90	275,0	95,7
Tocantins	4	6	2	10	14	5	25,0	-64,3

Fonte: Polícia Federal; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Atualização das informações publicadas no Cartografias da Violência na Amazônia - 2ª Edição (2023).

Os estados com maior número de inquéritos relacionados a garimpo em 2023, considerando as duas tipificações, foram Pará e Roraima, o que demonstra a priorização das investigações sobre os territórios mais afetados.



Um outro importante elemento da cadeia do garimpo é o mercúrio, um metal altamente tóxico, de uso e comércio restritos no Brasil, utilizado na extração mineral para separar o ouro de resíduos e impurezas. A Polícia Rodoviária Federal apreendeu 472 kg de mercúrio na Amazônia Legal em 2023, em rodovias federais localizadas no Pará, Rondônia e Roraima.

Tabela
46

Apreensão de mercúrio -
Polícia Rodoviária Federal
Unidades da Federação da
Amazônia Legal – 2023

UFs da Amazônia Legal	Quantidade de mercúrio apreendido (em kg)
	2023
Amazônia Legal	472,0
Acre	-
Amapá	-
Amazonas	-
Maranhão	-
Mato Grosso	-
Pará	330,5
Rondônia	56,0
Roraima	85,5
Tocantins	-

Fonte: Polícia Rodoviária Federal; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

Para se ter uma base de comparação a respeito da quantidade apreendida, 472kg corresponde a cerca de 3,1% do mercúrio importado no país. Esse tema será retomado na última seção do relatório, “Capacidades institucionais e respostas à crise do garimpo”.¹⁴⁰

140 A quantidade de mercúrio importada no Brasil foi de pouco mais de 15 toneladas em 2022, segundo o estudo “De onde vem tanto mercúrio?”, do Instituto Escolhas, disponível em <https://escolhas.org/tema/mineracao/>.



A ORIGEM DO PCC NA TERRA INDÍGENA YANOMAMI

“Onde tem morte e sangue tem muito dinheiro, e lá tem. Se tu levar uma droga e uma balança cê tá rico.”

(Entrevista de “narcogarimpeiro” que atua na TI Yanomami desde os 13 anos de idade)

Entre 2019 e 2022, diversas terras indígenas enfrentaram graves violações. A Terra Indígena Yanomami (TIY) é um exemplo crítico dessa crise: a desnutrição infantil, os assassinatos de indígenas e os casos de estupro aumentaram enquanto o garimpo ilegal se expandia. Ainda não é possível mensurar com precisão o impacto completo na saúde, segurança e economia das comunidades dos troncos linguísticos Yanomami, Karib e Aruak, nem prever quanto tempo será necessário para assegurar seus direitos fundamentais. Diversos projetos dos Ministérios dos Povos Indígenas, da Justiça e da Saúde, além de iniciativas de agências de financiamento e ONGs como o iCS, a UNODC e o ISA, estão em andamento. Dada a complexidade das intervenções e a relevância estratégica do território para a segurança e soberania nacional, foi criada a Casa de Governo, vinculada à Casa Civil, para fortalecer a governança em uma região com desafios logísticos significativos.

Ainda não é possível mensurar com precisão o impacto completo na saúde, segurança e economia das comunidades dos troncos linguísticos **Yanomami, Karib e Aruak**, nem prever quanto tempo será necessário para assegurar seus direitos fundamentais.

A maior parte das novas áreas de desmatamento, antes da intervenção governamental a partir de fevereiro de 2023, foi aberta tanto por pequenos grupos quanto por grandes iniciativas que utilizaram maquinaria pesada, como retroescavadeiras. Esse tipo de operação requer um investimento inicial elevado e, no mínimo, a conivência ou negligência das autoridades responsáveis pela fiscalização e proteção dos direitos dos povos indígenas. É provável que a maior parte dessas grandes operações tenham sido as últimas a chegar e as primeiras a se retirar, entre 2020 e 2022, mas deixaram um impacto significativo. Elas resultaram em uma exploração industrial em larga escala de cassiterita e ouro, criando extensas áreas desmatadas, visíveis por satélite, e gerando grandes quantidades de detritos que contaminaram os rios locais, alterando a cor do rio Uraricoera.¹⁴¹

As iniciativas menores de garimpagem geralmente envolvem pequenas clareiras na selva, chamadas “pranchetas” — áreas de 30 por 30 metros desmatadas com serras elétricas e ferramentas manuais antes do início da escavação, que podem expandir dependendo do veio de ouro. Essas clareiras são mais difíceis de identificar por satélite. Em 2023, foi relatado um empresário que utilizava seus próprios helicópteros para operar quatro frentes de exploração desse tipo em diferentes pontos da mata, especialmente perto da fronteira com a Venezuela.

141 Instituto Socioambiental. Yanomami Sob Ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo, 2022.



Esse tipo de operação tende a ser mais discreto e, em caso de fiscalização aérea, os helicópteros podem facilmente cruzar a fronteira para evadir.¹⁴²

A maioria dos pequenos “donos de máquina”, junto com comerciantes, peões e outros envolvidos, utilizava a infraestrutura de pistas de pouso para aviões de pequeno porte e o acesso fluvial por rios como o Uraricoera, Mucajá e Apiaú, que conectam a Terra Indígena a áreas externas. No auge dessas atividades, impulsionado pela crise sanitária da Covid-19, houve uma intensa movimentação de aviões e barcos, tornando essa rede logística essencial para o funcionamento do garimpo. Por isso, essas rotas e infraestruturas tornaram-se alvos frequentes de operações de fiscalização. O Ibama, por exemplo, realizou operações de queima de máquinas na TI Yanomami entre 2019 e 2022. No entanto, devido à natureza esporádica dessas ações e aos indícios de vazamento de informações estratégicas, a perda de equipamentos não foi suficiente para inibir os envolvidos, pois os ganhos financeiros do garimpo continuavam a compensar os riscos, especialmente sob governos simpáticos à atividade.

Com base nos dados disponíveis, tanto das operações relatadas pela imprensa quanto dos relatos ainda em análise, há fortes indícios de que grupos continuam garimpando ilegalmente na Terra Indígena Yanomami. Os relatos mais frequentes indicam a presença de facções criminosas, especialmente o Primeiro Comando da Capital (PCC), além de possíveis envolvimento do Comando Vermelho e de grupos identificados nativamente como “milícias,” que podem incluir policiais ou ex-policiais atuando na área de garimpo. As regiões de fronteira entre o Brasil e a Venezuela também permanecem como áreas de trânsito frequente de agentes e equipamentos associados ao garimpo e ao PCC.¹⁴³

O que significa, na prática, a presença de facções criminosas nas áreas de garimpagem da TI Yanomami? Por que esses grupos estão ali e qual a real extensão de sua atuação? Responder a essas perguntas com precisão é desafiador. A dificuldade se deve não apenas ao caráter ilícito e às múltiplas violências inerentes dessas atividades, mas também às complexas questões logísticas e aos interesses políticos e econômicos entrelaçados. Além disso, a diversidade e vulnerabilidade dos povos originários, com cerca de oito variações linguísticas e poucos intérpretes indígenas, agravam a complexidade do contexto.

O termo “narcogarimpo” foi cunhado pela Polícia Federal durante a Operação Narcos Gold, em 2021, que investigou Heverton Soares, proprietário de oito Permissões de Lavra Garimpeira em Itaituba (PA), e suas ligações com o narcotráfico internacional. Inicialmente, o fenômeno parecia ser um caso isolado, refletindo uma relação ocasional entre narcotráfico e garimpa-

142 Chagas, R., & Costa, E. C. (2023). *Configuração social da célula básica para exploração ilegal de ouro nas frentes de garimpagem da Terra Indígena Yanomami*. *Textos & Debates*, (2).

143 Chagas, R. (2024). *O PCC e as Guianas*. Fonte Segura. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/o-pcc-e-as-guianas>

Os relatos mais frequentes indicam a presença de facções criminosas, especialmente o **Primeiro Comando da Capital (PCC)**, além de possíveis envolvimento do Comando Vermelho e de grupos identificados nativamente como “milícias,” que podem incluir policiais ou ex-policiais atuando na área de garimpo.

gem. Em relação à Terra Indígena Yanomami, a hipótese inicial era a de um “transbordamento”: com a expansão das facções criminosas originárias do sudeste brasileiro para presídios e periferias de cidades como Boa Vista, capital de Roraima, seus membros passaram a se infiltrar nas frentes de garimpagem — locais historicamente frequentados por fugitivos e com alta demanda por pistoleiros e jagunços.

Desde 2018, associações indígenas e periódicos especializados vêm denunciando a presença de facções criminosas na Terra Indígena Yanomami. Relatos de garimpeiros indicavam que uma empresária influente havia contratado membros de facções como seguranças, o que teria iniciado a presença desses grupos ao longo do rio Uraricoera. Simultaneamente, surgiram informações de que esses faccionados teriam passado a controlar as corrutelas, áreas tradicionalmente ligadas ao tráfico de drogas e outros serviços ilícitos. Em 2021, um confronto armado entre faccionados e policiais federais confirmou as denúncias: vídeos e áudios do embate mostraram grupos fortemente armados, cujas táticas de combate contrastavam com o comportamento usual dos garimpeiros, que raramente enfrentavam as forças policiais de maneira aberta.

A morte de Sandro Moraes de Carvalho, de 29 anos, membro do PCC, reforçou as suspeitas de que as facções não apenas ofereciam segurança, mas também participavam diretamente da mineração ilegal. Entrevistas realizadas em 2024 com pessoas ligadas a Sandro lançam uma nova luz sobre as atividades no território. Grande parte das informações obtidas nessas entrevistas sobre a operação do garimpo, o controle territorial e os personagens envolvidos coincide com dados coletados desde 2019.

Uma das hipóteses fortalecidas por essas entrevistas é que tanto membros do PCC quanto do Comando Vermelho (CV) começaram a estabelecer presença em Roraima entre 2013 e 2015, já com a intenção de explorar as frentes de garimpagem. Um dos entrevistados, de 21 anos, contou que se juntou ao grupo dos “bandidos” aos 13 anos, levado por um tio que vendia crack na Terra Indígena. Ele forneceu detalhes técnicos e logísticos sobre a operação do garimpo e relatou sua vida entre os “bandidos”, descrevendo a rigidez do trabalho sob ameaça armada, treinamentos com armas de grosso calibre, confrontos com facções rivais em cenas de guerra, como corpos boiando no rio Uraricoera.

O *Entrevistado A* destacou uma distinção comum entre os garimpeiros: “bandidos” e “trabalhadores”, curiosamente associada à idade, ao se vangloriar de seu sucesso com as mulheres nas corrutelas, áreas ligadas ao mercado sexual. “Lá só tem velho, os garimpeirão,” comentou, referindo-se aos garimpeiros como pouco atrativos para as garotas. Quando perguntado sobre a diferença entre ladrões e garimpeiros, ele afirmou: “Garimpeiro são aqueles velhos que trabalham nos barrancos.” Segundo ele, os “bandidos” são os que negociam ouro, drogas e armas.

Em 2021, um **confronto armado** entre faccionados e policiais federais confirmou as denúncias: vídeos e áudios do embate mostraram grupos fortemente armados, cujas táticas de combate contrastavam com o comportamento usual dos garimpeiros.



Questionado se esses bandidos trabalhavam diretamente no garimpo, ele explicou que podiam ser donos dos barrancos, mas não participavam do trabalho manual de mineração. Contudo, ao longo da entrevista, o próprio entrevistado descrevia suas idas e vindas, ora como “bandido”, ora como “garimpeiro”, revelando uma realidade mais fluida do que a divisão que apresentou. Ele expressou grande admiração por Sandro, destacando a “visão” do “irmão” para organizar a facção dentro do garimpo, oferecendo treinamentos e orientações estratégicas ao grupo.

Se o primeiro entrevistado trouxe uma visão sobre a origem do grupo na região, o relato do *Entrevistado B*, realizado em outro momento e em ambiente institucional, introduziu com força a figura da “milícia” e a complexidade das disputas entre grupos armados não estatais. Ele se referia a grupos possivelmente ligados a membros ou ex-membros da Polícia Militar, pintando um cenário com mercenários independentes, facções e agentes públicos corruptos. Nesse contexto ocorre a disputa pelo garimpo Ouro Mil, uma área visada não só pelo ouro e cassiterita, mas também, segundo ele, por conter diamantes. Nas entrevistas, um clima de acusações de traição interna foi perceptível, mas o entendimento geral era de que um grupo ligado à “milícia” teria causado a morte de Sandro. O conflito foi mediado por membros do PCC de outros estados, por meio da “Sintonia” (lideranças responsáveis pela orientação dos “irmãos”), envolvendo uma disputa pela “herança” de Sandro.

A origem da terra sob domínio de Sandro permanece obscura nos relatos, mas tudo indica que os membros do PCC “ganharam” a terra do Ouro Mil aproximadamente três meses antes da morte do líder. No local, três equipes (pares de máquina) operavam na extração de minério, sendo que o resultado do trabalho de uma dessas equipes, entre 300g a 500g de ouro semanais, era destinado a “fortalecer” o “Comando” na TI Yanomami e no estado de Roraima. Segundo o *Entrevistado A*, Sandro convidava diversos membros ou parceiros da facção para se juntarem a ele no garimpo. Sua entrevista foi realizada em uma “biqueira” (boca de fumo), na presença intermitente de quatro outros jovens (outro “irmão” e dois “corre junto”), que em conversas informais demonstraram grande desejo de ir para as frentes de garimpagem, mesmo sob intervenção governamental.

Com base nos dados atuais, é possível supor que um segmento estratégico do rio Uraricoera foi dominado pelos “bandidos”. Esses grupos, que sempre existiram ao redor das frentes de garimpagem, passaram a se submeter à hegemonia do PCC, que ascendeu em meio à nova corrida pelo ouro, promovida por lideranças políticas e econômicas da região.

Nas palavras do *Entrevistado A*: “O PCC ali dentro do Uraricoera é o ninho do Comando [em Roraima]; quando sobe um cara do CV eles já estão sabendo por apoiadores do PCC [espalhados pelo território].” Nessas situações, o inimigo é levado ao meio da corrutela, onde sua morte é decretada pelo “crime de oposição” ao PCC.

“O PCC ali dentro do Uraricoera é o ninho do Comando [em Roraima]; quando sobe um cara do CV eles já estão sabendo por apoiadores do PCC [espalhados pelo território].” Nessas situações, o inimigo é levado ao meio da corrutela, onde sua morte é decretada pelo “crime de oposição” ao PCC.



Paralelamente, o grupo passou a disputar território com o Comando Vermelho, que, segundo o *Entrevistado A*, concentra-se no rio Mucajaí, além de enfrentar as estruturas de poder dos “velhos garimpeiros”, que aparentemente estaria ligada às “milícias”.

“No Uraricoera é muito bom. Você só morre se roubar, tirar sangue de um irmão do PCC ou comer uma puta e não pagar. [...] Um monte de homem já morreu por causa disso.”

(Entrevista com narcogarimpeiro atuante na TI Yanomami)

Quando questionado sobre as atuais intervenções governamentais, o *Entrevistado A* reafirmou a distinção entre “trabalhadores” e “ladrões”, defendendo que as operações deveriam focar em indivíduos específicos, e não em “trabalhadores” como “os velhos garimpeiros” e as cozinheiras. Perguntado sobre a abordagem policial, ele explicou: os “polícia” primeiro avistam pelo helicóptero, descem nos fios e, “se correr é bala”. Se as pessoas permanecem paradas, os agentes realizam a abordagem padrão, mandando deitar e fazem a revista. Contudo, ele também relatou casos de roubo de ouro “dos garimpeiros” e execuções cometidas por agentes de segurança.

Os relatos sugerem que membros das facções escolheram a Terra Indígena Yanomami pela dinâmica econômica significativa gerada pelo garimpo ilegal, conforme descrito pelo *Entrevistado A*.

“Os caras chamavam eles de revolucionários [...]. Em 2015, era o Magrão e o Presidente (Sandro), vendendo droga. [Eles diziam]: ‘Aqui é o nosso setor, aqui é o Primeiro Comando da Capital’. Eles levantavam a voz, e os outros [garimpeiros] perguntavam: ‘Quem são esses loucos?’. Aí começou: ‘E aí, mano, bora se cadastrar?’. Me cadastrei. ‘Tu tem família, mano?’ ‘Não, mano, tô rodado, minha família mora no Maranhão [...]’. ‘Nós vamos te apoiar’. [...] Esse pequeno negócio começou a crescer, e os caras em Boa Vista começaram: ‘E aí, mano, quem é PCC vem que aqui é o nosso bonde’. Aí juntou uma galera, entendeu? É daí que surgiu esse Presidente, com os apoiadores que ele mesmo criou: ‘Você vai ser o Presidente, vai, mano, levanta a voz!’. Aí ele começou a treinar os caras, um treinamento igual ao da polícia.”

Perguntado sobre a abordagem policial, ele explicou: os “polícia” primeiro avistam pelo helicóptero, descem nos fios e, **“se correr é bala”**. Se as pessoas permanecem paradas, os agentes realizam a abordagem padrão, mandando deitar e fazem a revista. Contudo, ele também relatou casos de roubo de ouro “dos garimpeiros” e execuções cometidas por agentes de segurança.



Garimpeiros e garimpeiras experientes relatam ser impossível trabalhar atualmente na terra indígena devido às **operações de fiscalização**, o que leva muitos a tentarem a sorte na Guiana e no Suriname, enquanto outros aguardam uma possível mudança de governo para retornar.

A resistência armada no Território Indígena Yanomami ocorre sob o cerco constante das forças armadas, polícias e agências de inteligência, coordenadas pela Casa de Governo. Garimpeiros e garimpeiras experientes relatam ser impossível trabalhar atualmente na terra indígena devido às operações de fiscalização, o que leva muitos a tentarem a sorte na Guiana e no Suriname, enquanto outros aguardam uma possível mudança de governo para retornar. Em vários relatos, a situação evoca confrontos típicos de guerrilhas. Durante um trabalho de campo na Terra Indígena Boqueirão, da etnia Macuxi, afetada pela proximidade com os portos de onde partem esses grupos, nossa equipe foi abordada ao final do dia por uma patrulha da Guarda Nacional. Ao nos apresentarmos e fazermos algumas perguntas, um agente explicou que não poderia colaborar, pois estava na região havia apenas cinco meses e só havia participado de três confrontos no rio Uraricoera. Diante disso, nos perguntamos quantos mais seriam necessários para relatar adequadamente a complexidade dessa situação.

5.5 O COMBATE DO IBAMA A CRIMES AMBIENTAIS

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é o órgão responsável por lavrar autos de infração ambiental. Dotado de poder de polícia e competência para fazer comunicações criminais a respeito da fiscalização ambiental, o Ibama foi duramente desestruturado na gestão 2019-2022 do Governo Federal, ganhando novo protagonismo a partir de 2023. As informações aqui analisadas se referem aos autos de infração lavrados entre 2018 e 2023 e são disponibilizadas pelo Ibama em formato de base de dados abertas.

O número de infrações ambientais bateu recorde em 2023, com um total de 26.317 autos lavrados no Brasil. Destes, 46,1% foram na Amazônia Legal, totalizando 12.133 infrações na região. No período de seis anos analisado, o número de infrações autuadas na Amazônia Legal cresceu 115,2%, aumento maior do que no Brasil e nos estados que não pertencem à região. O salto de 2022 para 2023 foi de 50,8% na Amazônia, superior ao observador no país, cujo crescimento foi de 34%.

Tabela
47

Infrações ambientais autuadas pelo Ibama, por Unidade da Federação
Brasil e Unidades da Federação da Amazônia Legal – 2018-2023

Brasil e UFs da Amazônia Legal	Autos de infração ⁽¹⁾						Variação (%) 2018-2023	Variação (%) 2022-2023
	2018	2019	2020	2021	2022 ⁽²⁾	2023		
Brasil	14.517	13.251	13.153	15.286	19.634	26.317	81,3	34,0
Brasil - Exceto Amazônia Legal	8.880	7.625	7.945	8.830	11.587	14.184	59,7	22,4
Amazônia Legal	5.637	5.626	5.208	6.456	8.047	12.133	115,2	50,8
Acre	150	247	282	367	434	714	376,0	64,5
Amapá	163	270	272	173	247	281	72,4	13,8
Amazonas	1.118	713	575	1.030	1.033	1.745	56,1	68,9
Maranhão	392	251	230	242	309	514	31,1	66,3
Mato Grosso	1.002	1.119	860	865	1.015	1.234	23,2	21,6
Pará	1.339	1.651	2.071	2.190	3.420	4.931	268,3	44,2
Rondônia	859	778	620	1.068	1.068	1.769	105,9	65,6
Roraima	308	379	170	325	303	626	103,2	106,6
Tocantins	306	218	128	196	218	319	4,2	46,3

Fonte: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Valores de todos os anos atualizados segundo base de dados extraída no dia 04/09/2024.

(2) Atualização das informações publicadas no Cartografias da Violência na Amazônia - 2ª Edição (2023).

Os autos de infração tiveram aumento em todos os estados da Amazônia Legal. Na análise por estado, destacam-se Pará, Rondônia, Amazonas e Mato Grosso com os maiores números absolutos em 2023, considerando que o Pará, sozinho, apresentou 4.931 infrações, um terço de toda a Amazônia. Acre e Pará são os estados onde os autos de infração tiveram as maiores variações percentuais entre 2018 e 2023, com aumento, respectivamente, de 376% e 268,3%. Entre 2022 e 2023 chama a atenção o aumento de 106,6% nos autos lavrados em Roraima, possivelmente em razão de maior atuação do órgão fiscalizador nas operações para combate aos garimpos ilegais após a mudança de governo.

A análise por tipo de infração revela que 67% deles são infrações referentes à flora, com 8.134 casos em 2023. Infrações do tipo “Controle ambiental” e “Unidade de Conservação” também apresentam grandes volumes.



Tabela
48

Infrações ambientais autuadas pelo Ibama, por tipo de infração ⁽¹⁾
Amazônia Legal – 2018-2023

Tipo de infração	Quantidade de infrações ambientais autuadas ⁽²⁾						Variação (%) 2018-2023	Variação (%) 2022-2023
	2018	2019	2020	2021	2022 ⁽³⁾	2023		
Total	5.637	5.626	5.208	6.456	8.047	12.133	115,2	50,8
Administração Ambiental	-	7	100	68	68	68	...	-
Cadastro Técnico Federal	261	720	150	116	130	167	-36,0	28,5
Controle Ambiental	158	272	335	455	511	868	449,4	69,9
Fauna	281	178	332	262	318	631	124,6	98,4
Flora	3.995	3.627	2.952	3.747	5.335	8.134	103,6	52,5
Licenciamento	-	2	23	37	22	107	...	386,4
Ord. Urbano e Patr. Cultural	-	12	-	10	-	3
Org. Gen. Modific. e Biopirataria	4	7	4	-	-	8	100,0	...
Pesca	224	280	187	326	245	385	71,9	57,1
Qualidade Ambiental	-	13	40	37	104	170	...	63,5
Unidade de Conservação	38	46	495	619	550	873	2.197,4	58,7
Outras	676	462	590	779	764	719	6,4	-5,9

Fonte: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Dados referem-se à soma de autos de infração e autos do tipo “penalidade pecuniária”.

(2) Valores de todos os anos atualizados segundo base de dados extraída no dia 04/09/2024.

(3) Atualização das informações publicadas no Cartografias da Violência na Amazônia - 2ª Edição (2023).

Por conta da escalada de violência na Amazônia e da complexidade de atuação no território, o Ibama tem demandado o apoio da Polícia Rodoviária Federal em operações que apresentem maiores riscos. Dados obtidos junto à PRF informam o número de operações realizadas conjuntamente pelos dois órgãos nos estados da Amazônia Legal em 2022 e 2023.

Tabela
49

Operações da Polícia Rodoviária Federal em parceria com o Ibama
Unidades da Federação da Amazônia Legal – 2022-2023

UFs da Amazônia Legal	Quantidade de operações		
	2022	2023	Variação (%)
Amazônia Legal	348	351	0,9
Acre	27	24	-11,1
Amapá	52	22	-57,7
Amazonas	22	16	-27,3
Maranhão	44	52	18,2
Mato Grosso	24	16	-33,3
Pará	79	117	48,1
Rondônia	54	67	24,1
Roraima	24	14	-41,7
Tocantins	22	23	4,5

Fonte: Polícia Rodoviária Federal; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Nos dois anos, o Pará foi o estado que mais concentrou essas operações conjuntas, que chegaram a 117 em 2023, com aumento significativo em relação ao ano anterior, indicando, por um lado, que o estado concentra crimes ambientais na região e, por outro, que se trata de um território que demanda uma atuação de fiscalização ambiental com apoio policial.



6. A violência mal documentada contra povos indígenas

O Brasil abriga uma população de 1.694.836 indígenas, segundo o Censo 2022 do IBGE. O Amazonas é o estado mais indígena da região, com 56,5% dos indígenas da Amazônia Legal. Roraima e Pará ocupam o segundo e terceiro lugar com, respectivamente, 97.668 e 80.980 indígenas. Proporcionalmente, Roraima é o estado com o maior percentual de indígenas em relação ao total da população: eles são 15,3%, seguido do Amazonas, que tem 12,5% de indígenas. Pouco mais da metade dos indígenas brasileiros (51,3%) vive nos estados da Amazônia Legal: são 868.419 pessoas, sendo que a Amazônia concentra 13,1% da população brasileira. Em outras palavras, a Amazônia é um território indígena.

Há uma **mudança metodológica** importante no Censo 2022 que ajudou a tornar mais precisa a identificação de pessoas indígenas: a aplicação da pergunta “você se considera indígena?” para além das Terras Indígenas.

Há uma mudança metodológica importante no Censo 2022 que ajudou a tornar mais precisa a identificação de pessoas indígenas: a aplicação da pergunta “você se considera indígena?” para além das Terras Indígenas. A extensão da pergunta considera localidades indígenas identificadas pelo IBGE e ocupações domiciliares com indícios de presença de indígenas, e 27,6% da população indígena do país foi identificada por meio dessa pergunta.¹⁴⁴ A proporção volumosa de pessoas indígenas que responderam a essa pergunta demonstra uma ampliação importante do mapeamento de indígenas do país, considerando as diferentes realidades vividas por eles e muitas vezes não contempladas na categoria “raça/cor”. Assim, o crescimento da população indígena brasileira é expressivo: o Censo de 2010 registrou 896.917 indígenas, o que significa um crescimento de 89% em 2022, chegando a 0,8% da população brasileira.

144 “Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal”. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>. Acesso em 7 de outubro de 2024.



Abordar o tema da violência contra povos indígenas envolve expandir a noção de violência para além da sua concepção interpessoal. O seu senso de coletividade evoca diversos elementos cosmológicos que conformam esses coletivos e que, quando ameaçados, põem em risco a integridade dos povos. Suas vidas estão inerentemente atreladas aos territórios onde vivem e onde têm autonomia para executar seu modo de vida, e não podem ser compreendidos, em suas cosmovisões, em um sentido de propriedade, mas de uma coletividade plural em conformidade com as outras espécies com quem compartilham o espaço. Essa característica é tão importante que a Constituição Federal de 1988, ao falar dos direitos dos povos indígenas, não escapa de falar de suas terras:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, ações que configurem ameaças aos territórios, na medida em que inviabilizam o livre exercício das práticas de vida indígenas, são também uma forma de violência. Como tem sido explicitado ao longo deste relatório, a Amazônia vem sendo palco de projetos de infraestrutura que, por um lado, objetivam modernizar algumas atividades, mas que acabam por ter impactos incalculáveis sobre territórios protegidos – de povos indígenas e outras comunidades tradicionais. Ademais, tais empreendimentos têm sido utilizados por redes de ilegalidades que também atravessam as imediações ou o interior de Terras Indígenas, ocasionando a transformação da vida nativa e, no limite, ameaças graves a seus moradores.

A Amazônia vem sendo palco de projetos de infraestrutura que, por um lado, objetivam modernizar algumas atividades, mas que acabam por ter **impactos incalculáveis** sobre territórios protegidos.

Por mais que se fale na extensão e na complexidade das formas de violência contra povos indígenas, o cenário do diagnóstico da questão é ainda mais preocupante: ao aferir os números de agressões letais de que povos indígenas são vítimas, estamos falando de fenômenos que, embora estejam bem conceituados e especificados, são apenas parcial e insatisfatoriamente medidos por indicadores oficiais. Esta edição do *Cartografias* dá destaque a essa problemática que, simultaneamente, revela um estado de violência crescente e subestimado contra povos indígenas, que o Estado ainda não é capaz de registrar completamente.



Mortes Violentas Intencionais

Dando seguimento aos dados analisados na última edição de 2023, os homicídios contra indígenas são medidos a partir de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Datasus (SIM/Datasus), cuja fonte são as notificações de óbito do sistema de saúde. No presente estudo trazemos uma análise do período 2018-2023, com dados novos de 2022 e 2023 que ainda não haviam sido divulgados pelo Ministério da Saúde na última edição. Essa atualização permite um aprofundamento da análise em anos em que as investidas de violência e crimes socioambientais na Amazônia atingiram outro patamar, com mudanças significativas nas dinâmicas de garimpo e desmatamento em territórios indígenas. Além disso, foram observados os dados sobre violência autoprovocada, na tentativa de dar início a um debate complexo sobre saúde mental de pessoas indígenas.

O preenchimento da **raça/cor da vítima** no sistema de saúde é feito pelo profissional no documento do óbito. Isso tem implicações para a subnotificação das vítimas indígenas.

Retomamos, aqui, a ressalva feita na última edição do estudo: o preenchimento da raça/cor da vítima no sistema de saúde é feito pelo profissional no documento do óbito. Isso tem implicações para a subnotificação das vítimas indígenas, que acabam inflando as estatísticas de vítimas pardas na medida em que o profissional de saúde faz um preenchimento com base em características fenotípicas. A autodeclaração, fundamental para povos indígenas por se tratar de uma questão de reconhecimento coletivo, pode ser feita pela família, mas esse não costuma ser o caso. Estamos, assim, falando de um indicador subestimado, sobretudo quando calculamos as taxas populacionais, já que o critério do Censo do IBGE é a autodeclaração.

Mais uma vez não foi possível analisar os dados dos boletins de ocorrência das polícias civis sobre mortes de indígenas devido à grande lacuna de informações sobre raça/cor das vítimas. Na Amazônia Legal, apenas 57,9% dos B.O. possuem informações sobre raça/cor da vítima. No Maranhão, a variável raça/cor não está disponível na base de dados, impossibilitando a produção de um perfil racial das vítimas de MVI no estado. No Amazonas, que possui a maior população indígena do país, o percentual de casos sem a caracterização racial da vítima chega a 40,5%. No Mato Grosso, esse percentual chega a 32,4%. A situação no Amapá, estado mais violento do país, também é preocupante, com 27,1% dos B.O. sem informações de raça/cor.

Diante de um cenário obscuro de dados sobre violência contra povos indígenas, iniciativas não oficiais de coleta e sistematização de denúncias de casos acabam tendo papel importante para dar visibilidade ao fenômeno. Um dos poucos projetos existentes é a produção anual de relatórios do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Eles são produzidos tendo como fontes

registros dos onze regionais do Cimi, denúncias de indígenas, boletins de ocorrência, notícias veiculadas pela imprensa e, ainda, informações oficiais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), obtidas



usualmente via Lei de Acesso à Informação (LAI), do Ministério Público Federal (MPF) e da Fundação Nacional do Índio (Funai), dentre outros órgãos públicos.¹⁴⁵

O grande diferencial dos relatórios “Violência contra povos indígenas no Brasil” é que, além de contemplar diversos tipos de violência, eles trazem detalhamentos como a etnia da vítima e o contexto da violência. É interessante, também, contrastar os dados coletados pelo CIMI com dados oficiais das polícias que, já sabemos, são incompletos no que se refere à raça/cor indígena.

A vitimização de pessoas indígenas por violência letal continua subindo no Brasil. Em 2023 o sistema de saúde registrou 220 vítimas de mortes violentas intencionais, número 7,3% superior ao registrado em 2022. Na segunda edição do estudo Cartografias da Violência na Amazônia, lançado em 2023, os últimos dados disponíveis no DATASUS eram referentes a 2021, quando 200 pessoas indígenas haviam sido assassinadas no país. Entre 2021 e 2022, a variação foi de 2,5%, o que significa dizer que a violência letal contra indígenas aumentou de forma mais acelerada em 2023. A taxa de homicídios foi de 13 vítimas a cada 100 mil indígenas no Brasil.

Tabela
50 | Mortes violentas intencionais – vítimas indígenas
Amazônia Legal – 2018-2023

Amazônia Legal e UFs	Mortes Violentas Intencionais										População indígena - 2022
	Números absolutos							Taxa ⁽¹⁾		Variação 2022-2023	
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2018 a 2023	2022	2023		
Amazônia Legal	139	118	114	114	112	123	720	12,9	14,2	9,8	868.419
Brasil - Exceto Amazônia Legal	101	68	79	86	93	97	524	11,3	11,7	4,3	826.417
Brasil - Total	240	186	193	200	205	220	1.244	12,1	13,0	7,3	1.694.836
Acre	2	3	3	3	4	6	21	12,6	18,9	50,0	31.694
Amapá	-	3	-	-	2	-	5	17,6	-	-100,0	11.334
Amazonas	48	49	43	41	38	36	255	7,7	7,3	-5,3	490.935
Maranhão	8	9	5	8	5	10	45	8,9	17,8	100,0	56.283
Mato Grosso	1	1	4	3	3	3	15	5,1	5,1	0,0	58.356
Pará	12	7	14	8	9	4	54	11,1	4,9	-55,6	80.980
Rondônia	1	3	2	2	-	1	9	-	4,7	...	21.146
Roraima	63	41	43	46	48	59	300	49,1	60,4	22,9	97.668
Tocantins	4	2	-	3	3	4	16	15,0	20,0	33,3	20.023

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM); IBGE - Censo Demográfico 2022; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(...) Informação não disponível.

(1) Taxa por 100 mil indígenas. As taxas de indígenas vítimas de mortes violentas intencionais em 2023 foram calculadas a partir da população indígena em 2022, divulgada no último Censo Populacional, de 2022.

145 Disponível em <https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/o-relatorio/>.



Ser indígena na Amazônia é **consideravelmente mais perigoso** do que fora dela. A região é responsável por 56% das vítimas indígenas de todo o país e abriga 51% da população indígena em território brasileiro, segundo o Censo de 2022.

Os dados da Amazônia Legal mostram um cenário mais preocupante, uma vez que a taxa em 2023 foi de 14,2 indígenas assassinados a cada 100 mil, indicador 9% maior do que o do Brasil e 20,7% mais alto do que nos estados fora da Amazônia Legal. Isto é, ser indígena na Amazônia é consideravelmente mais perigoso do que fora dela. A região é responsável por 56% das vítimas indígenas de todo o país e abriga 51% da população indígena em território brasileiro, segundo o Censo de 2022.

Esses números pioraram em relação aos registrados em 2022: naquele ano, a taxa de homicídios de indígenas na Amazônia Legal foi de 12,9, 14,6% maior do que fora da Amazônia. Em relação ao Brasil, a Amazônia apresentou taxa 6,6% mais alta em 2022. Essa diferença pode ser observada na variação entre 2022 e 2023: enquanto a taxa brasileira de indígenas vítimas de violência letal subiu 7,3%, na Amazônia Legal a alta foi de 9,8%. A comparação com as regiões fora da Amazônia Legal é ainda mais reveladora, visto que nelas a taxa teve aumento de 4,3%.

Roraima é o estado da Amazônia Legal que mais vitimou indígenas em praticamente todos os anos do período analisado (2018 a 2023), tanto em números absolutos quanto na taxa por 100 mil indígenas. Em 2023 o estado, sozinho, foi responsável por 27% das vítimas indígenas do país inteiro, e quase metade (48%) da Amazônia. A taxa, de 60,4 a cada 100 mil indígenas, é quase cinco vezes maior do que a taxa brasileira e apresentou crescimento de 22,9% entre 2022 e 2023. Em seis anos, foram 300 pessoas indígenas assassinadas em Roraima. Segundo o ranking dos municípios da Amazônia com mais vítimas, os casos se concentram nos municípios de Alto Alegre (número um da lista e cidade que faz divisa com a Terra Indígena Yanomami), Caracaraí, Amajari, Iracema, Boa Vista, Mucajaí, Uiramutã e Bonfim. Essas duas últimas são cidades nos arredores de outra Terra Indígena, a Raposa Serra do Sol, enquanto Bonfim faz fronteira com a República da Guiana. Como já dito, Roraima é o estado da Amazônia com a maior proporção de indígenas em relação ao total da população: 15,3%.

Tocantins e Acre seguem Roraima nas maiores taxas de homicídios de indígenas da região, com respectivamente 20 e 18,9 indígenas mortos a cada 100 mil. Chama a atenção a variação da taxa no Acre: foi o estado com maior recrudescimento das mortes, aumentando 50% entre 2022 e 2023. Amazonas, o maior estado indígena do país, com 490.935 pessoas, teve taxa de 7,3 indígenas assassinados em 2023, queda de 5,3% em relação a 2022. Outros estados que apresentaram diminuição na violência letal contra indígenas foram Amapá e Pará.

Em outra chave de análise, para compreensão do problema em um nível geográfico mais detalhado, foi elaborado o ranking dos 15 municípios da Amazônia Legal com maior número absoluto de violência letal contra indígenas no triênio 2021-2023. Metodologicamente, a soma do total de vítimas em três anos tem como objetivo reduzir possíveis eventos atípicos que possam ter in-



flado as estatísticas em um ano particular. Com 66 vítimas entre 2021 e 2023, o município de Alto Alegre, em Roraima, é o campeão isolado de mortalidade violenta na região. Chama a atenção a diferença em relação ao segundo colocado: Alto Alegre tem três vezes mais óbitos. Como já dito, esse município dá acesso à Terra Indígena (TI) Yanomami, um dos atuais polos do garimpo ilegal. Embora já seja de amplo conhecimento a confluência entre garimpo e crime organizado na TI¹⁴⁶, que certamente tem seus efeitos nos municípios adjacentes, ainda faltam insumos para compreender as dinâmicas que vitimam tantos indígenas em Alto Alegre.

Roraima possui oito dos 15 municípios do ranking, incluindo a única capital: Boa Vista, com 11 óbitos de indígenas em três anos. Amazonas, com seis municípios, e Maranhão, com um, também compõem a lista. Juntos, os municípios listados foram palco de 213 assassinatos de indígenas, 61% do total de mortes na Amazônia Legal entre 2021 e 2023.

Tabela 51 15 municípios da Amazônia Legal com os maiores números de MVI de indígenas entre 2021 e 2023
Municípios - 2021-2023

Município	UF	Mortes Violentas Intencionais					Taxa (1)	População indígena - 2022
		Números absolutos						
		2021	2022	2023	2021 a 2023			
Alto Alegre	RR	18	23	25	66	196,4	12.731	
Caracarái	RR	6	5	8	19	628,4	1.273	
Amajari	RR	4	6	9	19	93,0	9.681	
Tabatinga	AM	5	5	5	15	14,5	34.497	
São Gabriel da Cachoeira	AM	6	7	2	15	4,1	48.256	
Iracema	RR	9	-	3	12	171,9	1.745	
Boa Vista	RR	1	6	4	11	19,6	20.410	
Eirunepé	AM	2	4	3	9	107,3	2.796	
Mucajaí	RR	3	2	3	8	405,4	740	
Envira	AM	3	2	2	7	158,4	1.263	
Amarante do Maranhão	MA	2	2	3	7	36,5	8.210	
Uiramutã	RR	2	2	3	7	22,6	13.283	
São Paulo de Olivença	AM	4	2	-	6	-	26.619	
Juruá	AM	2	1	3	6	247,7	1.211	
Bonfim	RR	1	3	2	6	30,9	6.468	

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM); IBGE - Censo Demográfico 2022; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Taxa por 100 mil indígenas. As taxas de indígenas vítimas de mortes violentas intencionais em 2023 foram calculadas a partir da população indígena em 2022, divulgada no último Censo Populacional, de 2022.

146 O estudo “A nova corrida do ouro na Amazônia: garimpo ilegal e violência na floresta”, publicado pelo FBSP em 2024, relata com detalhes essas dinâmicas em Roraima e no Pará. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/5fd55da-7-e834-4a38-810e-1bbe9a651c8e>.



Suicídios

Em 2023, as lesões autoprovocadas vitimaram 183 indígenas no Brasil, sendo 113 (61,7%) na Amazônia Legal. Entre 2018 e 2023, período de seis anos, foram 534 indígenas na Amazônia Legal diante de 894 no país todo. Uma análise das taxas por 100 mil indígenas indica que os suicídios são mais altos na Amazônia Legal nos dois anos: em 2022 foram 11,1 vítimas a cada 100 mil pessoas na Amazônia Legal, 9 no Brasil e 6,9/100 mil indígenas no restante do país. Já em 2023, com aumento em todos os cenários, a taxa Amazônia Legal chegou a 13 óbitos a cada 100 mil, uma variação de 17,7%. O crescimento, no entanto, foi maior no Brasil e nos estados fora da Amazônia, como mostra a tabela abaixo.

Tabela
52

Óbitos por lesões autoprovocadas voluntariamente – Vítimas indígenas
Amazônia Legal – 2018-2023

Amazônia Legal e UFs	Óbitos por lesões autoprovocadas voluntariamente										População indígena - 2022
	Números absolutos							Taxa ⁽¹⁾		Variação 2022-2023	
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2018 a 2023	2022	2023		
Amazônia Legal (AL)	72	80	78	95	96	113	534	11,1	13,0	17,7	868.419
Brasil - Exceto AL	66	56	45	66	57	70	360	6,9	8,5	22,8	826.417
Brasil - Total	138	136	123	161	153	183	894	9,0	10,8	19,6	1.694.836
Acre	3	4	1	4	-	1	13	-	3,2	...	31.694
Amapá	1	-	-	-	-	6	7	-	52,9	...	11.334
Amazonas	55	57	51	56	68	75	362	13,9	15,3	10,3	490.935
Maranhão	2	4	4	5	2	4	21	3,6	7,1	100,0	56.283
Mato Grosso	2	-	4	3	3	4	16	5,1	6,9	33,3	58.356
Pará	1	1	1	2	1	-	6	1,2	-	-100,0	80.980
Rondônia	1	-	1	4	1	-	7	4,7	-	-100,0	21.146
Roraima	5	9	14	19	18	19	84	18,4	19,5	5,6	97.668
Tocantins	2	5	2	2	3	4	18	15,0	20,0	33,3	20.023

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM); IBGE - Censo Demográfico 2022; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(...) Informação não disponível.

(1) Taxa por 100 mil indígenas. As taxas de indígenas vítimas de óbitos por lesões autoprovocadas voluntariamente em 2023 foram calculadas a partir da população indígena em 2022, divulgada no último Censo Populacional, de 2022.

Em uma comparação com mortalidade violenta total, nota-se que as taxas de lesão autoprovocada são ligeiramente menores no Brasil e na Amazônia Legal, exceto para alguns estados. O Amazonas apresenta taxa de lesões autoprovocadas quase duas vezes maior do que as de homicídio. Já no Maranhão o cenário é invertido, vitimando mais indígenas por homicídio do que por suicídio.

O Amapá foi o estado que apresentou a maior taxa de lesões autoprovocadas em 2023, com 52,9 vítimas a cada 100 mil indígenas. Chama a atenção que, no período analisado, não havia vítimas de suicídio entre indígenas amapaenses desde 2018.



Tabela
53

10 municípios da Amazônia Legal com os maiores números de óbitos por lesões autoprovocadas voluntariamente com vítimas indígenas entre 2021 e 2023

Município	UF	Óbitos por lesões autoprovocadas voluntariamente					População indígena - 2022
		Números absolutos				Taxa ⁽¹⁾	
		2021	2022	2023	2021 a 2023	2023	
Tabatinga	AM	14	19	16	49	46,4	34.497
São Gabriel da Cachoeira	AM	9	21	16	46	33,2	48.256
Amajari	RR	7	6	6	19	62,0	9.681
São Paulo de Olivença	AM	7	4	7	18	26,3	26.619
Benjamin Constant	AM	4	2	10	16	56,1	17.811
Amaturá	AM	6	2	4	12	40,2	9.948
Normandia	RR	-	6	5	11	40,1	12.460
Santo Antônio do Itá	AM	4	2	4	10	21,2	18.882
Eirunepé	AM	-	4	4	8	143,1	2.796
Barreirinha	AM	3	2	3	8	36,2	8.278

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM); IBGE - Censo Demográfico 2022; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Taxa por 100 mil indígenas. As taxas de indígenas vítimas de óbitos por lesões autoprovocadas voluntariamente em 2023 foram calculadas a partir da população indígena em 2022, divulgada no último Censo Populacional, de 2022.

Em relação aos municípios, Tabatinga, no Amazonas, região da tríplice fronteira com Colômbia e Peru, lidera o ranking de maior número absoluto de lesões autoprovocadas entre 2021 e 2023. Tabatinga é a sede da Coordenação Regional do Alto Solimões, da Funai, e contempla 18 etnias.¹⁴⁷ Já a maior taxa por 100 mil indígenas no período está em outro município amazonense: Eirunepé, às margens do Rio Juruá. Vivem no território do município sobretudo as etnias Kanamari e Kulina, parte da Coordenação Regional Vale do Javari.

147 São elas: Ticuna, Kokama, Kambeba, Caixana, Kanamari, Witota, Katukina, Madja-Kulina, Mura, Makuna, Maku-Yuhup/Maku-Nadeb, Ava-Canoeiro, Miranha, Mayuruna, Sateré-Mawé, Desana, Tukano e Tuyuka. Mais informações em <https://www.gov.br/funai/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/coordenacoes-regionais-funai/cr-alto-solimoes#:~:text=A%20ordena%C3%A7%C3%A3o%20Regional%20Alto%20Solim%C3%B5es,%2C%20Desana%2C%20Tukano%20e%20Tuyuka..>



7. As respostas estatais ao problema do crime e a violência na Amazônia

Conforme discutido na Introdução, o Cartografias das Violências na Amazônia tem retratado desde 2020 um processo de crescimento e fortalecimento desse novo ator, o crime organizado associado ao narcotráfico, se sobrepondo e se conectando a outros modais/dinâmicas criminais, como o crime ambiental e às formas legais e ilegais de uso da terra. Uma mudança de cenário passaria pela capacidade do Estado de estabelecer/exercer controle legítimo e regularização sobre territórios, mercados e economias mais sensíveis.

Somente o Estado, em suas múltiplas esferas e poderes, tem potencial de contribuir para a redução da violência, a garantia de direitos humanos e a criação de condições macroestruturais para o pleno desenvolvimento das novas bioeconomias da Amazônia.

Somente o Estado, em suas múltiplas esferas e poderes, tem potencial de contribuir para a redução da violência, a garantia de direitos humanos e a criação de condições macroestruturais para o pleno desenvolvimento das novas bioeconomias da Amazônia. O eixo estruturante desse processo passa, de um lado, pela retomada dos territórios hoje controlados por organizações criminosas que exploram uma complexa teia da economia do crime. Para tanto, faz-se necessário que a variável sobre as ilegalidades e crimes cometidos nos territórios da Amazônia passem a fazer parte das estratégias nacionais e dos modelos de adaptação e mitigação climática, a exemplo do Plano Clima¹⁴⁸, recém-concluído pelo Governo Federal e que ainda não considera os efeitos socioeconômicos e demográficos derivados da exploração ilícita/criminosa de diversas cadeias produtivas da região.

Assim, são vetores/ferramentas para estabelecimento de controle e regulação o aperfeiçoamento do CAR e da utilização de suas informações pelas agências de controle, a implementação de estratégias de rastreabilidade de produtos cujos mercados apresentam sinais de participação significativa de organizações criminosas, a qualificação da investigação criminal e dos me-

148 Ver <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/12/02/plano-clima-ate-2035-comeca-a-dar-primeiros-passos.ghtml>



canismos de combate à lavagem de dinheiro como o COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), e a articulação entre as instituições de segurança pública estaduais e federais (como as FICCO - Força Integrada de Combate ao Crime Organizado, lideradas pela Polícia Federal), órgãos de controle ambiental, e da Justiça (Ministério Público e Poder Judiciário).

Um bom exemplo é o impacto que pequenos ajustes incrementais nas atividades do COAF podem ter no enfrentamento do poder dos grupos criminosos. Pelos dados disponíveis, a utilização da inteligência financeira tem avançado mais rápido na Amazônia do que no restante do país. Contudo, há algumas insuficiências nos dados públicos do COAF que não permitem cruzamentos entre as variáveis existentes (como UF, tipo de crime cuja suspeita/investigação motivou a comunicação com o COAF, instituição demandante, valor das movimentações associadas ao RIF, entre outros). Mas, se assumirmos que algumas das constatações acerca dos dados do COAF para o Brasil como um todo, descritas em recente Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Grupo Esfera¹⁴⁹, são parecidas para a região da Amazônia, ou seja, que a maior parte dos relatórios de inteligência financeira tem como foco o tráfico de drogas e o crime organizado de base prisional, veremos que crimes ambientais ainda não estão no centro das atenções da Unidade de Inteligência Financeira do país.

Esse cenário pode ser decorrente da orientação que o COAF recebe das instituições de segurança pública e justiça criminal (polícias, ministérios públicos) para providenciar relatórios de inteligência financeira sobre investigações em andamento. Logo predomina a visão que os operadores da segurança e da justiça criminal têm a respeito do crime organizado (foco no tráfico de drogas e nas facções de base prisional). Os relatórios de inteligência financeira espontâneos, aparentemente, são a menor parte do que hoje é produzido pelo COAF, isto é, os relatórios produzidos apenas segundo o monitoramento da atividade financeira considerada suspeita. E, nesses casos, é importante relatar que a exploração de produtos da economia formal, como madeira, pecuária ou ouro pode gerar dados robustos de inteligência financeira que afetariam a espinha dorsal da economia do crime.

Há uma outra constatação: o estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Grupo Esfera também demonstrou que a Polícia Federal é responsável, proporcionalmente, pela maior parte das demandas de relatórios de inteligência financeira do COAF, enquanto as polícias civis têm demandado proporcionalmente muito menos da unidade de inteligência financeira. Isso é um indício da necessidade de fortalecimento, ganho de escala e qualidade da investigação criminal no nível estadual como ferramenta de enfrentamento ao crime organizado de forma inteligente, embora também haja nesse dado um componente técnico, no sentido de que as investigações financeiras podem ser mais representativas no órgão responsável por crimes federais.

É importante relatar que a exploração de produtos da economia formal, como madeira, pecuária ou ouro pode gerar **dados robustos de inteligência financeira** que afetariam a espinha dorsal da economia do crime.

149 Ver <https://esferabrasil.com.br/especial-seguranca-publica/estudo-completo-fbsp-esfera-seguranca-publica-e-crime-organizado-no-brasil-2024/>



Neste sentido, uma novidade recente em termos de política pública foi a criação da força-tarefa de investigações contra o crime organizado lançada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, a chamada FICCO, que propôs conectar a Polícia Federal aos órgãos estaduais como as polícias civis e outros órgãos de controle, incluindo o Ministério Público, para fazer o enfrentamento mais qualificado do crime organizado. Pelos números disponíveis até o momento, e pela visibilidade das ações realizadas pela força-tarefa nos diferentes estados brasileiros, incluindo nos estados amazônicos, essa parece ser uma iniciativa interessante e promissora que merece mais atenção e avaliação nos próximos anos. No limite, as FICCO atualizam a ideia de integração operacional e conseguem mobilizar recursos humanos e logísticos em torno da resolução de problemas identificados e crises.

No plano subnacional, há iniciativas que merecem ser mais bem documentadas e avaliadas seja pelo seu desenho inovador e/ou pela sua capacidade de engajar setores e instituições de diferentes áreas de políticas públicas. Uma delas é a Operação Curupira, que articula ações das Secretarias de Meio Ambiente e Segurança Pública e Defesa Social do estado do Pará. Seu objetivo é o de implementar uma estratégia integrada entre as forças policiais e os órgãos ambientais para contenção do avanço do desmatamento, visando a redução do desmatamento a zero no Estado do Pará, cuja meta está estabelecida para 2030. A Operação Curupira abrange 15 municípios distribuídos em cinco Regiões Integradas (RI): Região Integrada do Xingu, Região Integrada do Tapajós, Região Integrada do Marajó, Região Integrada do Araguaia. Além de concentrarem 76% do desmatamento de todo o estado do Pará, essas regiões compartilham características semelhantes: vastos territórios com baixa densidade populacional, mais de 70% das áreas registradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e vários desafios sociais como o déficit de empregos formais, altas taxas de evasão no ensino médio, pobreza, e mortalidade infantil elevadas, presença de narcotraficantes, dentre outros.

7.1 CAPACIDADES INSTITUCIONAIS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA AMAZÔNIA

Desde que a Amazônia se tornou tema chave no debate internacional sobre desenvolvimento sustentável, bioeconomias e segurança ambiental e climática (ONU, 2015¹⁵⁰; ONU, 2021¹⁵¹; ONU, 2023¹⁵²), discutir sobre as capacidades institucionais das forças de segurança da região tornou-se ainda mais fundamental. A degradação ambiental, impulsionada por atividades criminosas como o narcotráfico, o garimpo e o desmatamento, fragiliza os ecossistemas, in-

150 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Acordo de Paris**. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Paris, 2025.

151 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **COP26: 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima**. Glasgow, 2021.

152 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **COP28: 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima**. Dubai, 2023.



tensifica conflitos territoriais e gera instabilidade social, demandando uma resposta governamental integrada que combine ações de combate ao crime organizado e proteção ambiental.

Nos últimos anos, esse link entre desenvolvimento sustentável e segurança pública ficou ainda mais premente, especialmente a partir de grandes eventos realizados com o escopo de se discutir a questão, como as Conferências Climáticas da ONU, e de eventos catastróficos brasileiros, como a crise humanitária na Terra Indígena (TI) Yanomami durante o governo Bolsonaro (2019-2022). Se a Amazônia é um ativo geopolítico, as forças de segurança ali presentes estão entre os responsáveis por garantir sua integridade, ainda que aparentemente não haja uma convergência de pensamentos no país sobre qual deve ser a estratégia para gerenciar a complexidade da região, por exemplo, se explorando-a ainda mais ou preservando-a. Nesse sentido, esta seção se propõe a discutir alguns tópicos relacionados às capacidades institucionais das forças de segurança pública da Amazônia Legal e as respostas estatais que têm sido dadas à crise do garimpo na região.

Por capacidades institucionais entende-se o conjunto de recursos, estruturas, competências e processos que uma organização possui para alcançar seus objetivos de forma eficaz. Essas capacidades incluem a habilidade de mobilizar recursos humanos, tecnológicos e financeiros, a qualidade da gestão interna, a capacidade de adaptação às mudanças externas e a coordenação eficiente entre diferentes setores. No âmbito da governabilidade, as capacidades institucionais relacionam-se com a qualidade da gestão e às estratégias capazes de garantir a eficácia das políticas implementadas (Fernandes, 2016)¹⁵³.

As particularidades da geográficas e criminais na Amazônia — incluindo crimes ambientais, tráfico de drogas e conflitos relacionados ao uso da terra — exigem que as forças de segurança possuam capacidades institucionais robustas e adaptadas ao contexto local. Estas capacidades determinam a efetividade na prevenção e repressão de ilícitos, bem como na promoção de um ambiente de segurança que respeite os direitos das populações tradicionais e assegure a integridade da floresta amazônica. Em termos históricos, o Estado se faz presente na região por meio das Forças Armadas da União, isto é, de forças militares federais (Marinha, Exército e Aeronáutica), da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal. Nas áreas de competência subnacional, a presença mais forte é da Polícia Militar, seguido à distância pela Polícia Civil. Existem ainda diversas outras instituições direta ou indiretamente ligadas direta e indiretamente à segurança pública da região, incluindo a fiscalização ambiental e demais órgãos colateralmente envolvidos. A lista completa, bem como suas respectivas atribuições, pode ser consultada em detalhes em quadro específico

As particularidades da geográficas e criminais na Amazônia — incluindo crimes ambientais, tráfico de drogas e conflitos relacionados ao uso da terra — exigem que as forças de segurança **possuam capacidades institucionais** robustas e adaptadas ao contexto local.

153 FERNANDES, Fabiana Silva. Capacidade institucional: uma revisão de conceitos e programas federais de governo para o fortalecimento da administração pública. In: **Cadernos EBAPE.BR**, v.14, n.3, pp.675-704, jul. 2016.



na 2ª edição do *Cartografias das Violências na Amazônia* (FBSP, 2023)¹⁵⁴. Na edição corrente, trataremos dos equipamentos disponíveis e em uso pela Polícia Federal, Polícias Civil e Militar dos estados da Amazônia Legal, bem como das operações realizadas pelas Forças Armadas.

Em se tratando de polícias na Amazônia Legal, um dos grandes desafios é a limitação dos recursos humanos disponíveis. Quando voltamos nosso olhar para a razão de policiais por km² na região, nota-se que o número é bem menor do que no restante do país, como foi demonstrado na 2ª edição do *Cartografias* (FBSP, 2023)¹⁵⁵. No caso da Polícia Civil, dados do efetivo policial em 2023 apontam que na Amazônia Legal cada policial civil cobre uma área de 339 km². No Brasil como um todo, em 2022, essa média foi de 93 km² por policial civil, quase quatro vezes menos. E essa variável é relevante pois, por trás, ela envolve a capacidade do Estado elucidar crimes e evitar a impunidade que fortalece as organizações criminosas.

Ainda que existam equipamentos disponíveis suficientes em uso, se a quantidade do efetivo policial é insuficiente, por exemplo, haverá **repercussão na capacidade institucional** das agências de segurança.

O debate em torno de capacidades institucionais também deve levar em conta os equipamentos disponíveis e em uso por cada uma dessas instituições. Enquanto recursos materiais, os equipamentos têm impacto direto na efetividade das operações e na execução das atribuições específicas de cada instituição. Essa é uma chave analítica importante porque diz sobre o poder de reação do Estado. Ainda que existam equipamentos disponíveis suficientes em uso, se a quantidade do efetivo policial é insuficiente, por exemplo, haverá repercussão na capacidade institucional das agências de segurança.

Quando nem os equipamentos disponíveis são suficientes, o impacto negativo na capacidade institucional tende a ser ainda mais acentuado, especialmente em uma região com particularidades e desafios territoriais específicos, como a Amazônia.

Antes de expor as tabelas com os resultados desse levantamento, é importante esclarecer, em termos de metodologia, que tais dados foram solicitados via Lei de Acesso à Informação (LAI) diretamente para a Polícia Federal e para as Polícias Cíveis e Militares de cada estado. Em relação a estas duas últimas, diferentemente da 2ª edição do *Cartografias das Violências na Amazônia*, neste ano os dados foram solicitados diretamente para cada instituição policial, e não para as Secretarias de Segurança Pública estaduais. Esta opção busca evitar o risco de duplicação dos dados e pode explicar algumas diferenças numéricas em comparação com os dados publicados em 2023.

154 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Cartografias da violência na Amazônia*. 2.ed. São Paulo: FBSP, 2023.

155 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Cartografias da violência na Amazônia*. 2.ed. São Paulo: FBSP, 2023.



Tabela
54Número de equipamentos disponíveis e em uso - Polícia Civil e Polícia Militar
Amazônia Legal, 2024

UFs da Amazônia Legal	Polícia Civil					Polícia Militar				
	Ns. absolutos					Ns. absolutos				
	Viaturas de tração ⁽¹⁾	Viaturas - Total ⁽²⁾	Embarcações	Aeronaves ⁽³⁾	Helicópteros	Viaturas de tração ⁽¹⁾	Viaturas - Total ⁽²⁾	Embarcações	Aeronaves ⁽³⁾	Helicópteros
Amazônia Legal	1.469	3.437	57	1	0	4.091	8.846	193	10	4
Acre ⁽⁴⁾	122	417	9	-	-	213	579	34	-	-
Amapá	66	116	15	-	-	158	358	36	-	-
Amazonas	185	397	8	-	-	783	1.406	47	-	-
Maranhão	527	1.651	3
Mato Grosso ⁽⁵⁾	217	793	6	-	-	257	1.142	6	7	4
Pará	384	648	15	-	-	1.272	2.382	-	-	-
Rondônia	147	445	1	1	-	299	624	35	-	-
Roraima ⁽⁶⁾	211	92	2	-	-	366	181	3	-	-
Tocantins	137	529	1	-	-	216	523	29	3	-

Fonte: Polícias Cíveis dos Estados; Polícias Militares dos Estados; Secretaria de Segurança Pública de Roraima; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Inclui 4x4 e similares.

(2) Inclui viaturas traçadas.

(3) Inclui apenas aeronaves tripuladas. Não são considerados, portanto, os drones (classificados como aeronaves remotamente pilotadas e não tripuladas).

(4) A Polícia Civil do Acre informa que as aeronaves e helicópteros estão sob responsabilidade da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Acre (SEJUSP/AC) e são disponibilizadas para a PCAC apenas sob demanda.

(5) As aeronaves e helicópteros usados pela Polícia Militar do Mato Grosso estão sob a responsabilidade e uso do Centro Integrado de Operações Aéreas (Ciopaer) da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso, sendo disponibilizadas para a PMMT como apoio operacional.

(6) Os dados do estado de Roraima contemplam os equipamentos disponíveis nos anos de 2023 e 2024.

Em relação aos equipamentos da Polícia Civil, acessamos dados de oito estados (a exceção é Maranhão, que não retornou nossa solicitação de dados via LAI). Segundo essas informações, existem hoje na Amazônia Legal 1.469 viaturas de tração, sendo que os estados com as maiores quantidades são o Pará (384 viaturas), o Mato Grosso (217) e Roraima (211). A menor quantidade de viaturas, por sua vez, está no Amapá, onde a Polícia Civil tem 66 viaturas de tração. Quando se considera o total de viaturas, entretanto, as Polícias Cíveis da região somam 3.437 viaturas, sendo que Mato Grosso, Pará e Tocantins e Rondônia, juntos, concentram 70,3% delas. Os estados com os menores números desses equipamentos são Roraima (92) e Amapá (116). Quando olhamos para as embarcações, no total são 57 delas nas Polícias Cíveis da região: Amapá e Pará possuem, cada um, 15 delas; a PC do Acre possui nove; a do Amazonas, oito; a do Mato Grosso, seis; e as de Rondônia e Tocantins possuem, cada uma delas, uma embarcação. Em relação a equipamentos aéreos, só há uma aeronave, que pertence à PC de Rondônia, e não há nenhum helicóptero entre as Polícias Cíveis da região.

Já quando olhamos para os equipamentos das Polícias Militares da região, resta claro que elas são mais bem equipadas do que as Cíveis, o que é em parte explicado pelas próprias atribuições de cada instituição. Se é a Polícia Militar a responsável pelo policiamento osten-



sivo, faz sentido que ela tenha mais equipamentos que permitam esse deslocamento. Na Amazônia Legal como um todo, em todos os tipos de equipamento analisados, os números da Polícia Militar superam os da Civil: são 4.091 viaturas de tração; 8.846 viaturas (total); 193 embarcações, 10 aeronaves e 4 helicópteros. As viaturas de tração concentram-se nas PMs do Pará (são 1.272 delas), do Amazonas (783) e do Maranhão (527). São estes os estados também que concentram os maiores números de viaturas (total): 61,5% do total da região. Por sua vez, os números de embarcações mostram, respectivamente, que os estados com as maiores quantidades desse equipamento são Amazonas (47), Amapá (36) e Rondônia (35). Por fim, as aeronaves se distribuem entre as PMs de Mato Grosso (7) e Tocantins (3); e os helicópteros somam 4, todos eles da PM do Mato Grosso.

Os órgãos de segurança pública federais têm especial importância na Amazônia, considerando a jurisdição de vários territórios, que são de responsabilidade da União, e as características das dinâmicas criminais locais, que envolvem atividades de alcance nacional e internacional e de proteção das fronteiras.

Tabela 55 | Número de equipamentos disponíveis e em uso - Polícia Federal *Brasil e Amazônia Legal - 2024*

Brasil e UFs da Amazônia Legal	Equipamentos				
	Ns. Absolutos				
	Viaturas de Tração ⁽¹⁾	Viaturas - Total ⁽²⁾	Embarcações	Aeronaves	Helicópteros
Brasil⁽³⁾	1.845	8.458	459	9	7
Amazônia Legal	599	1.638	96	1	0
Acre	46	115	14	-	-
Amapá	26	78	9	-	-
Amazonas	90	245	26	-	-
Maranhão	52	172	1	-	-
Mato Grosso	78	252	7	1	-
Pará	146	321	14	-	-
Rondônia	82	233	11	-	-
Roraima	53	131	9	-	-
Tocantins	26	91	5	-	-

Fonte: Polícia Federal; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Inclui 4x4 e similares.

(2) Inclui viaturas traçadas.

(3) O total Brasil inclui os equipamentos da Polícia Federal que, à nível da direção nacional, não estão designados especificamente para nenhuma UF. São eles: 139 viaturas de tração; 841 viaturas (total), 19 embarcações, 8 aeronaves e 7 helicópteros.

Em relação à Polícia Federal, os dados mostram que, em números absolutos, as viaturas (total) constituem o principal equipamento dessa instituição: são 1.638 viaturas da PF na Amazônia

Legal. No Brasil, este tipo de equipamento também é o principal do país, totalizando 8.458 delas. Chama a atenção também o fato de que as viaturas de tração (categoria que inclui 4x4 e similares) na Amazônia Legal representam 32,5% do total dessas viaturas nos equipamentos da PF no Brasil como um todo. Em números absolutos, são 599 da Amazônia e 1.845 no Brasil. Do lado oposto, enquanto em todo o Brasil a PF tem sete helicópteros, nenhum deles está baseado na Amazônia Legal, fato que deve ser resolvido, segundo previsão da corporação, a partir dos investimentos feitos pelo Fundo Amazônia no Plano AMAS (Amazônia Mais Segura). Em relação a aeronaves, das nove que a Polícia Federal possui no Brasil, apenas uma está baseada na Amazônia Legal. Finalmente, do total de embarcações da PF no Brasil (459), 20,9% delas estão na Amazônia Legal, o que corresponde, em números absolutos, a 96. Fazendo uma análise dos estados que compõem a região, Pará, Mato Grosso e Amazonas, os maiores do Brasil, são os que concentram a maior quantidade de equipamentos da PF.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública atua por meio de operações integradas na Amazônia Legal. Informações obtidas por Lei de Acesso à Informação sobre essas operações nos anos de 2023 e 2024 ajudam a compreender a presença federal no território. As operações aconteceram no âmbito do Programa Protetor das Divisas, Fronteiras e Biomas e incluem as de caráter permanente e temporárias/pontuais. Os dados mais atualizados indicam que as operações chegaram a 130 em 2023 e subiram para 147 até outubro de 2024, uma variação de 13,1% entre os dois anos.

Os dados mais atualizados indicam que as operações chegaram a 130 em 2023 e subiram para 147 até outubro de 2024, **uma variação de 13,1%** entre os dois anos.

Tabela
56 | Quantidade de Operações Integradas - Programa Protetor das Divisas, Fronteiras e Biomas/MJSP ⁽¹⁾
Amazônia Legal – 2023-2024

UFs da Amazônia Legal	Quantidade de Operações		Variação %
	2023	2024	
Amazônia Legal	130	147	13,1
Acre	18	17	-5,6
Amapá	16	19	18,8
Amazonas	18	16	-11,1
Maranhão	5	7	40,0
Mato Grosso	12	15	25,0
Pará	7	14	100,0
Rondônia	19	20	5,3
Roraima	19	22	15,8
Tocantins	16	17	6,3

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Compreende operações de caráter permanente e temporária/pontual.



O estado que mais recebeu operações federais do MJSP foi Roraima, com 22 operações em 2024, três a mais que no ano anterior. Além do estado ser uma região de fronteira, é onde está localizada a TI Yanomami, o que pode explicar, diante da crise de 2023, a concentração de esforços na área. Rondônia e Amazonas, também importantes regiões de fronteiras, receberam 20 e 16 operações, respectivamente. Entre 2023 e 2024 o número de operações dobrou no Pará, de 7 para 14. Ao atuar nos territórios, o MJSP mobiliza efetivos policiais e pessoal alocados em diferentes setores. A tabela abaixo demonstra os órgãos e a quantidade de servidores mobilizados nessas operações nos dois anos. Ao todo, foram 17.064 agentes envolvidos em operações federais em 2024, número 20,8% superior a 2023.

Tabela 57 | Instituições e quantidade de agentes públicos envolvidos nas Operações Integradas - Programa Protetor das Divisas, Fronteiras e Biomas/MJSP ⁽¹⁾

Instituições	Quantidade de agentes públicos envolvidos		Variação %
	2023	2024	
Total	14.129	17.064	20,8
Corpo de Bombeiros Militares	2.684	3.513	30,9
Instituto Geral de Perícias	9	9	-
Polícia Civil	1.199	1.835	53,0
Polícia Militar	8.639	9.043	4,7
Secretaria de Segurança Pública	1.598	2.664	66,7

Fonte: Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência (DIOP/SENASP/MJSP); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Compreende operações de caráter permanente e temporária/pontual.

A Polícia Militar é a instituição estadual mais presente em operações integradas, seguida dos Corpos de Bombeiros Militares. Foram 9.043 policiais militares acionados em 2024. Cresceu 66,7% a participação das Secretarias de Segurança Pública estaduais, ainda que não se saiba que tipo de profissional são alocados nas operações federais e de que forma. Os principais itens apreendidos foram armas de fogo, cigarros, agrotóxicos, cigarros e embarcações, essas últimas sendo meios muito utilizados nos rios amazônicos para transporte de mercadorias ilegais. Chama a atenção o dado sobre o prejuízo estimado para o crime, que chegou a quase R\$ 2 bilhões em 2024, segundo o próprio Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Tabela
58 | Resultados das Operações Integradas - Programa Protetor das Divisas, Fronteiras e Biomas/MJSP ⁽¹⁾
Amazônia Legal – 2023-2024

Item apreendido	Quantidade apreendida	
	2023	2024
Armas de fogo	641	571
Drogas (em kg)	36.783,15	48.355,28
Cigarros	207.862	18.917
Embarcações	143	186
Prejuízo ao crime (R\$)	1.435.889.885,84	1.970.087.028,10

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Compreende operações de caráter permanente e temporária/pontual.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública também coordena operações integradas da Força Nacional de Segurança Pública, cujos números são publicados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública e que aqui são destacados para a Amazônia Legal. Foram 55 operações nos estados da Amazônia Legal em 2023, o que representa 68,3% do total de operações realizadas no país, e 50 até outubro de 2024. Nos dois anos o Pará foi o estado que mais recebeu operações, seguido de Roraima. O Mato Grosso, estado que em 2024 protagonizou violentas disputas fundiárias envolvendo propriedades rurais e terras reivindicadas por povos indígenas que demandaram a atuação da Força Nacional, recebeu 5 operações em cada ano.

Nos dois anos o Pará foi o estado que mais recebeu operações, seguido de Roraima. O Mato Grosso, estado que em 2024 protagonizou **violentas disputas fundiárias** envolvendo propriedades rurais e terras reivindicadas por povos indígenas que demandaram a atuação da Força Nacional, recebeu 5 operações em cada ano.

Tabela
59 | Total de Operações Integradas

UFs da Amazônia Legal	Quantidade de Operações	
	Ns. Absolutos	
	2023	2024
Amazônia Legal	55	50
Acre	6	5
Amapá	1	-
Amazonas	9	8
Maranhão	4	3
Mato Grosso	5	5
Pará	18	12
Rondônia	3	7
Roraima	8	10
Tocantins	1	-

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.



Seguindo o padrão observado desde 2018, como destacado na edição 2023 do *Cartografias das Violências na Amazônia*, os tipos mais recorrentes de operações na Amazônia são Indígenas e Ambientais. Nos últimos dois anos, foram 50 operações do tipo Indígena e 36 do tipo Ambiental. O que vem se notando no período é uma priorização das operações do tipo Indígena em relação às do tipo Ambiental, inversão que ocorre em 2022. As operações de fronteira somam 5 em 2023 e 2024.

Tabela
60 Total de operações integradas por tipo
Amazônia Legal – 2023-2024

Tipo de operação	Quantidade de Operações ⁽¹⁾	
	Ns. Absolutos	
	2023	2024
Total	55	50
Ambiental	18	18
Bombeiro	2	1
Fronteira	3	2
Indígena	26	24
Judiciária	5	4
Ostensiva	9	4
Perícia	5	1

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) A mesma operação pode envolver mais de um tipo, de modo que o total de operações não corresponde à soma dos tipos.

A Força Nacional costuma trabalhar de forma cooperativa quando solicitada por órgãos específicos. A tabela abaixo demonstra os órgãos apoiados em 2023 e 2024 e o número de apoios prestados a cada um. Uma mesma operação em geral envolve mais de um órgão apoiado, e alguns órgãos – como Ibama e ICMBio – costumam atuar conjuntamente. A Funai foi a instituição que mais recebeu apoio da FNSP em 2023 e 2024, quando acionou a Força em 24 ocasiões. Os órgãos ambientais federais vêm na sequência, com um total de 40 apoios somados nos dois anos.

Tabela 61 | Órgãos apoiados em Operações Integradas
Amazônia Legal – 2023-2024

Órgãos apoiados	Quantidade de apoios	
	Ns. Absolutos	
	2023	2024
Total	61	59
Casa Civil da Presidência da República	-	5
Estado do Acre	4	2
Estado do Amazonas	2	1
Estado do Mato Grosso	1	-
Estado de Roraima	2	1
Funai	14	10
Governo estadual (sem identificação do estado)	2	8
Ibama ⁽¹⁾	11	10
ICMBio ⁽²⁾	9	10
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	1	-
Ministério da Justiça e Segurança Pública	-	1
Ministério de Minas e Energia	2	1
Ministério dos Povos Indígenas	-	1
Ministério da Saúde	2	2
Polícia Federal	6	2
Secretaria da Presidência da República	5	5

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Dados de 2023 indicam que o Ibama, individualmente, foi apoiado em cinco operações. Ibama e ICMBio, juntos, foram apoiados em 6 operações. Em 2024 o Ibama, individualmente, foi apoiado em uma operação. Neste mesmo ano, Ibama e ICMBio, juntos, foram apoiados em 9 operações.

(2) Dados de 2023 indicam que o ICMBio, individualmente, foi apoiado em três operações. Ibama e ICMBio, juntos, foram apoiados em 6 operações. Em 2024 o ICMBio, individualmente, foi apoiado em uma operação. Neste mesmo ano, Ibama e ICMBio, juntos, foram apoiados em 9 operações.

Observar a requisição do apoio da Força Nacional em um período mais longo deixa claro, como já colocado, a crescente demanda de questões relacionadas a povos indígenas. O garimpo ilegal é uma possível explicação para a concentração da Força Nacional nos órgãos indigenistas e ambientais. Trata-se de uma atividade que envolve a proteção dos povos indígenas e a responsabilização legal pelo crime ambiental, e os números demonstram que a força de segurança federal está bastante envolvida com o fenômeno na região.

Os resultados das operações indicam apreensões de drogas, madeira, minérios e automotores. Também estão presentes as armas de fogo e munições, o que adensa a compreensão a respeito do caráter cada vez mais articulado entre crimes ambientais e outras atividades do crime organizado. Foram duas toneladas de cocaína e duas de maconha apreendidas nos dois anos, 194 armas de fogo e 24 toneladas de minério (sem especificação do tipo).

Os resultados das operações indicam apreensões de drogas, madeira, minérios e automotores. Também estão presentes as armas de fogo e munições, o que adensa a compreensão a respeito do caráter cada vez mais articulado entre **crimes ambientais e outras atividades** do crime organizado.



Tabela
62 | Apreensões em Operações Integradas
Amazônia Legal – 2023-2024

Apreensões	Ns. Absolutos			Variação (%)
	2023	2024	Total	
Apreensão de armas	105	89	194	-15,2
Apreensão de munições	1.797	1.008	2.805	-43,9
Apreensão de cocaína (em kg) ⁽¹⁾	787,89	1.531,28	2.319,17	94,4
Apreensão de maconha (em kg) ⁽²⁾	979,23	1.296,70	2.275,93	32,4
Apreensão de automotores ⁽³⁾	63	111	174	76,2
Apreensão de madeira (em m ³) ⁽⁴⁾	767,01	161,00	928,01	-79,0
Apreensão de minérios (em kg)	2.008,96	22.714,59	24.723,55	1.030,7

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Inclui pasta base de cocaína.

(2) Inclui skunk e haxixe.

(3) Inclui aeronaves, embarcações, motocicletas, veículos, caminhões e tratores.

(4) Inclui madeira em tora e madeira serrada.

É interessante fazer uma ponderação a respeito dos dados informados pelo MJSP sobre suas operações. As informações publicadas na 2ª edição do *Cartografias das Violências na Amazônia*, que foram igualmente obtidas pelo MJSP, indicavam 61 operações na Amazônia Legal até outubro de 2023, seis operações a mais do que as 55 informadas para essa edição (que contabilizam todo o ano de 2023). Os números aqui apresentados passam por uma padronização metodológica rigorosa, mas dependem, em grande medida, da qualidade da informação que chega dos órgãos consultados. A diferença do total de operações informado pelo MJSP nos dois anos acaba por revelar um desafio crônico da segurança pública brasileira, sobretudo no que diz respeito à intensa dispersão das políticas e das forças de segurança pública nos três níveis federativos. Esse é apenas um exemplo que diz respeito a um cenário mais abrangente.

Ainda que exerça sua incumbência de coordenar operações que envolvem diferentes órgãos e que incidem sobre diferentes Unidades da Federação, ainda parece haver, por parte do MJSP, uma dificuldade em centralizar e sistematizar indicadores de modo a produzir um monitoramento satisfatório de sua atuação. Justificar e empregar racionalmente os recursos públicos, tanto orçamentários quanto de efetivo e de equipamentos, passa necessariamente por um acompanhamento sistemático e permanente das funções executadas pelos órgãos. Isso ganha importância ainda maior quando estamos nos referindo a um cenário desafiador e complexo como o da criminalidade na Amazônia Legal, quando o emprego das forças de segurança federais acaba sendo uma forma de suprir as defasagens de pessoal e de infraestrutura que acometem a região.



7.2 O TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CONTRA A LAVAGEM DE DINHEIRO PELAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NA AMAZÔNIA

As particularidades da Amazônia Legal – em termos de extensão territorial, biodiversidade, recursos naturais, localização estratégica devido às fronteiras, entre outros fatores – tornam particulares também muitas das dinâmicas das atividades ilícitas que acontecem na região. Nesse cenário de complexidade geográfica, o crime organizado, em especial, encontra na região um ambiente propício para a proliferação de atividades como o tráfico de drogas, a exploração ilegal da terra, de recursos naturais e a lavagem de dinheiro.

Os crimes ambientais são tidos como atividades de “baixo risco e alto retorno”, o que acaba atraindo a atenção de grupos que já atuam com outras modalidades criminais. Essa facilidade é atribuída a cadeias regulatórias inconsistentes, que variam internacionalmente e que não passam pelos radares tradicionais da lavagem de dinheiro.¹⁵⁶ Em anos recentes, os crimes ambientais se juntaram ao contrabando e ao tráfico de drogas como as atividades ilegais mais lucrativas do mundo.¹⁵⁷ São esses elementos que, combinados, caracterizam a confluência criminal da Amazônia, sua extensa e diversificada rede de negócios e sua complexidade.

Nesse contexto, o chamado *follow the money* (ou “seguir o dinheiro”) é uma das práticas mais estratégicas de combate ao crime organizado, que consiste em rastrear o fluxo financeiro da organização criminosa, identificar suas rotas e fontes, bloquear seus ativos e, assim, enfraquecer a entidade delituosa. Com a falta de recursos, a organização fica incapaz de financiar seus membros e atividades, já que o dinheiro é um dos principais sustentáculos de qualquer organização criminosa¹⁵⁸. Dessa forma, os órgãos fiscalizadores financeiros ocupam uma posição central no combate ao crime organizado, pois possibilitam a troca de informações e alimentação de sistemas de inteligência.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) é a unidade de inteligência financeira (UIF) do Brasil, responsável pela coordenação do sistema de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP). Criado pela Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e reestruturado pela Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020, o Coaf é administrativamente vinculado ao Banco Central do Brasil (BCB),

O chamado *follow the money* (ou “seguir o dinheiro”) é uma das práticas mais estratégicas de **combate ao crime organizado**, que consiste em rastrear o fluxo financeiro da organização criminosa, identificar suas rotas e fontes, bloquear seus ativos.

156 FATF (2021), Money Laundering from Environmental Crimes, FATF, Paris, France,

<https://www.fatf-gafi.org/publications/methodsandtrends/documents/money-laundering-environmental-crime.html>

157 SIGA O DINHEIRO: conectando sistemas de proteção contra a lavagem de dinheiro para combater a prática de crime ambiental na Amazônia. Instituto Igarapé, 2023.

158 BADARO, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. **Lavagem de dinheiro**: aspectos penais e processuais penais. Revista dos Tribunais, 2016.



O Coaf realiza atividades de inteligência financeira e é **responsável por viabilizar a interlocução** com órgãos e entidades nacionais e internacionais que estejam relacionados aos temas que monitora.

possuindo autonomia técnica e operacional para atuar em todo o país. Suas funções incluem o recebimento, análise e disseminação de informações de inteligência financeira.

O Coaf recebe e analisa informações provenientes de setores econômicos obrigados a reportar suas atividades e de outras autoridades competentes, comunicando os fatos suspeitos identificados às autoridades competentes para a aplicação da lei. Isso abrange o compartilhamento de ofício e/ou pedido de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) diretamente com as polícias, sem a necessidade de autorização judicial prévia. Em outras palavras, o Coaf realiza atividades de inteligência financeira e é responsável por viabilizar a interlocução com órgãos e entidades nacionais e internacionais que estejam relacionados aos temas que monitora. Assim, a produção de inteligência financeira realizada pelo Coaf envolve a análise das informações recebidas e, caso sejam identificados indícios sólidos de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo ou outros ilícitos, a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira. Os RIFs são documentos que sistematizam o resultado das análises derivadas das comunicações recebidas, de intercâmbio de informações ou denúncias.

No já citado estudo com o Grupo o Esfera Brasil¹⁵⁹, o FBSP apresentou, em uma perspectiva nacional, uma análise de dados do Coaf que corroboram as percepções de autoridades e operadores do sistema de justiça criminal segundo as quais são poucos, proporcionalmente, os inquéritos de investigações contra a ordem tributária e fazendária em curso nas polícias civis estaduais, que são os casos que, tecnicamente, teriam um forte impacto na estrutura das organizações criminosas e no combate à corrupção. Mesmo os casos envolvendo narcotráfico não estariam sendo instruídos com o intercâmbio de informações oriundas do Coaf e, consequentemente, não estariam usando todas as ferramentas de cooperação interinstitucionais disponíveis. Este cenário permitiu considerar a hipótese de que tais investigações não estariam conseguindo atingir as verdadeiras lideranças das organizações criminosas e seriam muito dependentes dos casos de prisões em flagrante realizados pelo policiamento ostensivo das polícias militares, sendo urgente criar estratégias para reforçar o trabalho de investigação criminal feito pelas polícias civis brasileiras¹⁶⁰.

¹⁵⁹ <https://esferabrasil.com.br/wp-content/uploads/2024/06/Estudo-completo-FBSP-Esfera-Seguranca-Publica-e-Crime-Organizado-no-Brasil-2024.pdf>

¹⁶⁰ Polícia Federal é, proporcionalmente, a instituição que mais trabalha em cooperação com o Coaf. E com um detalhe muito significativo: em 2023, o efetivo da PF era de 12.900 policiais, entre delegados, agentes e escrivães. Esse efetivo equivale a 13,4% dos efetivos das polícias civis estaduais, que somavam, no mesmo período, 95.908 pessoas em suas carreiras policiais. Conforme: <https://esferabrasil.com.br/wp-content/uploads/2024/06/Estudo-completo-FBSP-Esfera-Seguranca-Publica-e-Crime-Organizado-no-Brasil-2024.pdf>



7.2.1 Crime organizado e lavagem de dinheiro na Amazônia: o que dizem os dados do COAF

Na Amazônia Legal, as dinâmicas criminais são complexas e multifacetadas, refletindo uma intersecção de fatores locais e transnacionais, entre eles a natureza fronteiriça da região, que facilita a atuação de organizações criminosas inclusive em redes transnacionais. O tráfico de drogas, por exemplo, utiliza rotas que cruzam fronteiras com outros países latino-americanos, conectando países produtores de cocaína, como Colômbia, Peru e Bolívia, aos mercados consumidores dentro e fora do Brasil. Outro exemplo é o garimpo e a extração ilegal de madeira, que envolvem cadeias produtivas que integram a extração local a grandes esquemas de lavagem de dinheiro e exportação ilícita de commodities¹⁶¹. Além disso, a exploração ilícita de recursos naturais é frequentemente vinculada a redes de corrupção, que cooptam autoridades locais e fragilizam os mecanismos de controle. Essa combinação de interesses econômicos ilícitos, vulnerabilidades institucionais e diversidade de atividades criminosas cria um ecossistema que potencializa a capacidade de expansão e consolidação dessas organizações, ao mesmo tempo em que mina os esforços de governança ambiental e social na região. Mais um motivo pelo qual os relatórios produzidos pelo Coaf ganham especial importância, na medida em que têm potencial para identificar transações suspeitas e padrões financeiros.

Essa combinação de interesses econômicos ilícitos, vulnerabilidades institucionais e diversidade de atividades criminosas cria um ecossistema que potencializa a capacidade de **expansão e consolidação dessas organizações.**

Este relatório utiliza os dados do Coaf para explorar o que eles podem nos dizer com relação a um enfrentamento mais qualificado ao crime organizado, tanto na modalidade narcotráfico quando em outras modalidades, como nos crimes ambientais, mas enfocando a Amazônia. Como são dados de inteligência financeira, é possível entrever a atividade de investigação criminal e/ou de inteligência que mais tem focado na atividade financeira e lavagem de dinheiro, que é o caminho mais frequentemente utilizado para que organizações criminosas realizem o acúmulo de capital financeiro proveniente de suas atividades ilegais.

Ao analisar a distribuição dos relatórios ao longo dos anos, pode-se verificar a presença de um aumento da produção de RIFs e o mesmo pode ser observado nos números de comunicações e intercâmbios. Considerando a forma de atuação do Coaf e a produção de inteligência financeira da UIF, no campo lógico faz sentido que o aumento das comunicações gere um aumento das produções de relatórios. Mas, o ponto que merece destaque se relaciona com a atuação do Coaf de modo geral, que vem ganhando cada vez mais espaço no âmbito do monitoramento e formalização de evidências de ilícitos pertinentes ao combate à lavagem de

161 Esfera Brasil; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Segurança pública e crime organizado no Brasil**. 2024. Disponível em: <https://esferabrasil.com.br/wp-content/uploads/2024/06/Estudo-completo-FBSP-Esfera-Seguranca-Publica-e-Crime-Organizado-no-Brasil-2024.pdf>.



dinheiro e ao financiamento do terrorismo, que deve ter suas ferramentas e análises aproveitadas no combate ao crime organizado¹⁶².

Após a produção, os RIFs são encaminhados às autoridades competentes de cada Unidade da Federação e eventualmente para o exterior, de modo que um mesmo relatório pode ser encaminhado para mais de uma autoridade. Por isso, o número de relatórios encaminhados é um pouco superior ao de produzidos. Em 2023, segundo a tabela a seguir, foram encaminhados 16.581 Relatórios de Inteligência Financeira, o que representa uma variação de 101,7% em relação a 2016. Porém, os RIFs encaminhados especificamente para autoridades da Amazônia Legal corresponderam a 21,8% do total em 2023, com variação de 300,3% no período 2016-2023. Nas demais Unidades da Federação e no Exterior, a variação foi de 77,2%. Ou seja, os relatórios financeiros produzidos pelo Coaf cresceram três vezes mais na Amazônia, ainda que correspondam a pouco mais de 20% do total de RIFs. Todas as UFs da Amazônia Legal apresentaram variação positiva superior a 100% de 2016 a 2023, com destaque para o Acre (1.012,5%), Amapá (724,3%), Pará (541,5%) e Maranhão (309,2%).

Tabela 63 | Quantidade de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) encaminhados Unidades da Federação (2016-2023)

Amazônia Legal e demais Unidades da Federação	Quantidade de RIFs encaminhados								Variação (%) 2016-2023
	Ns. Absolutos								
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
Total ⁽¹⁾	8.221	8.889	10.998	9.143	17.166	15.061	13.809	16.581	101,7
Demais UFs e Exterior ⁽²⁾	7.318	7.914	9.552	7.886	14.257	12.205	11.054	12.966	77,2
Amazônia Legal	903	975	1.446	1.257	2.909	2.856	2.755	3.615	300,3
Acre	32	39	48	21	196	342	316	356	1.012,5
Amapá	37	63	70	56	107	137	143	305	724,3
Amazonas	122	155	258	213	430	332	351	426	249,2
Maranhão	98	132	192	147	640	468	304	401	309,2
Mato Grosso	244	185	199	230	483	556	521	607	148,8
Pará	106	113	196	191	478	341	484	680	541,5
Rondônia	135	147	263	202	238	414	365	519	284,4
Roraima	55	55	73	61	203	111	134	120	118,2
Tocantins	74	86	147	136	134	155	137	201	171,6

Fonte: Relatório Integrado de Gestão 2023 - Coaf; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Estão inclusos no total os números de RIFs encaminhados para Unidades de Inteligência Financeira estrangeiras.

(2) Segundo o Relatório Integrado de Gestão 2023 do Coaf, no Distrito Federal está localizada a sede da Polícia Federal, para a qual são encaminhadas cópias dos relatórios enviados ao Ministério Público nas Unidades da Federação. Assim, a UF é responsável por cerca de 20% dos RIFs encaminhados no país devido essa duplicação gerada pelas cópias.

162 Esfera Brasil; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Segurança pública e crime organizado no Brasil**. 2024. Disponível em: <https://esferabrasil.com.br/wp-content/uploads/2024/06/Estudo-completo-FBSP-Esfera-Seguranca-Publica-e-Crime-Organizado-no-Brasil-2024.pdf>.

O número de relatórios financeiros produzidos pelo Coaf que entra nos fluxos investigativos cresceu no Brasil desde 2016, mas teve flutuações durante o período que não permitem afirmar um padrão de aumento consistente. O ano de 2020 estabelece um novo patamar de RIF no país, que, naquele ano, tiveram aumento de 87,7% em relação a 2019. A diferença pode ser explicada pelo Decreto 9.663/2019, que aprovou o Estatuto do Coaf e que, em seu art. 11, regulamenta o fluxo de informações financeiras entre instituições. É de se notar, de todo modo, que essa mudança normativa teve maiores implicações nos estados da Amazônia Legal: entre 2019 e 2020 os RIFs encaminhados tiveram aumento de 131,4% na região, bastante superior ao crescimento no Brasil e fora da Amazônia entre esses dois anos (este, de 80,8%). Em 2022 o número de relatórios tem uma queda, voltando a subir em 2023. Observando o período posterior ao novo Estatuto, o destaque da Amazônia fica ainda mais evidente: entre 2020 e 2023, os RIF produzidos no Brasil e fora da Amazônia Legal e no exterior apresentaram queda (de 3,4% e 9,1%, respectivamente), enquanto tiveram crescimento de 24,3% nos estados amazônicos. Amapá e Rondônia lideraram os crescimentos nesse período.

De modo a qualificar essas informações em relação ao Brasil, a produção de RIF de cada localidade foi ponderada segundo a população e segundo volume de atividade econômica (utilizou-se o PIB de cada UF e o brasileiro como proxy para essa medição). Nos dois cenários, os resultados nos permitem observar volumes de RIF acima do observado no restante do país, além de crescimento mais acelerado no período. Enquanto a média de RIF por 100 mil habitantes no Brasil foi de 8,2, a média dos estados da Amazônia Legal foi de 13,4 em 2023. A taxa das demais unidades federativas é ainda menor, de 7,4 RIF a cada 100 mil habitantes. Além disso, essas taxas cresceram 31,2% entre 2022 e 2023 na Amazônia, mais do que no Brasil (variação de 20,1%) e fora da Amazônia (17,3%).

Entre 2020 e 2023, os RIF produzidos no Brasil e fora da Amazônia Legal e no exterior apresentaram queda (de 3,4% e 9,1%, respectivamente), enquanto tiveram crescimento de **24,3% nos estados amazônicos.**



Tabela 64 | Quantidade de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) encaminhados em relação à população
Brasil e UFs – 2022-2023

Amazônia Legal e demais Unidades da Federação	Quantidade de RIFs encaminhados				Variação %
	Ns. Absolutos		Taxas ⁽¹⁾		
	2022	2023	2022	2023	
Total ⁽²⁾	13.809	16.581	6,8	8,2	20,1
Demais UFs e Exterior ⁽³⁾	11.054	12.966	6,3	7,4	17,3
Amazônia Legal	2.755	3.615	10,2	13,4	31,2
Acre	316	356	38,1	42,9	12,7
Amapá	143	305	19,5	41,6	113,3
Amazonas	351	426	8,9	10,8	21,4
Maranhão	304	401	4,5	5,9	31,9
Mato Grosso	521	607	14,2	16,6	16,5
Pará	484	680	6,0	8,4	40,5
Rondônia	365	519	23,1	32,8	42,2
Roraima	134	120	21,0	18,8	-10,4
Tocantins	137	201	9,1	13,3	46,7

Fonte: Relatório Integrado de Gestão 2023 - Coaf; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Por 100 mil habitantes.

(2) Estão incluídos no total os números de RIFs encaminhados para Unidades de Inteligência Financeira estrangeiras.

(3) Segundo o Relatório Integrado de Gestão 2023 do Coaf, no Distrito Federal está localizada a sede da Polícia Federal, para a qual são encaminhadas cópias dos relatórios enviados ao Ministério Público nas Unidades da Federação. Assim, a UF é responsável por cerca de 20% dos RIFs encaminhados no país devido essa duplicação gerada pelas cópias. População se refere apenas à soma das Unidades da Federação fora da Amazônia Legal.

Comparando essas médias entre os estados, algumas discrepâncias importantes se revelam. As maiores médias populacionais de RIF encaminhados em 2023 estão no Acre e no Amapá, este último estado tendo mais do que dobrado a sua média entre 2022 e 2023. As menores variações estão no Acre e no Mato Grosso, mas o que mais chama a atenção é a variação negativa em Roraima: de 21,0 RIF/100 mil habitantes em 2022, foram 18,8 em 2023. Foi o único estado que apresentou queda no período, de 10,4%.

A Amazônia também se destaca do restante do país no número de RIF produzidos em relação ao PIB. A ponderação relativa à atividade econômica é importante pela natureza da investigação para a qual um relatório financeiro contribui, considerando que os estados têm diferentes capacidades produtivas. Devido à grandeza da variável utilizada para ponderação, a média aqui calculada é a de RIF produzidos a cada 1 bilhão de reais de PIB.

O Coaf produziu, em média, 1,6 RIF a cada bilhão de reais de PIB em 2023. Na Amazônia legal, essa taxa foi mais que o dobro: foram 3,7 RIF/R\$ 1 bilhão de PIB. Nos estados do Acre e do Amapá, essa média chegou a ser quatorze vezes maior, com o Acre apresentando taxa de 15 RIF e o Amapá, de 12,9 RIF/R\$ 1 bilhão. Roraima, estado onde os RIF produzidos em 2023 tiveram queda em relação a 2022, apresenta médias por atividade econômica maiores que



as de estados como Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Pará. Para se ter uma ideia, os PIB do Pará e do Mato Grosso são mais de dez vezes maiores que o de Roraima.

Tabela 65 | Quantidade de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) encaminhados em relação ao PIB

Amazônia Legal e demais Unidades da Federação	Quantidade de RIFs encaminhados				Variação %
	Ns. Absolutos		Taxas ⁽¹⁾		
	2022	2023	2022	2023	
Total ⁽²⁾	13.809	16.581	1,4	1,6	20,1
Demais UF's e Exterior ⁽³⁾	11.054	12.966	1,2	1,4	17,3
Amazônia Legal	2.755	3.615	2,8	3,7	31,2
Acre	316	356	13,3	15,0	12,7
Amapá	143	305	6,1	12,9	113,3
Amazonas	351	426	2,4	2,9	21,4
Maranhão	304	401	2,2	2,9	31,9
Mato Grosso	521	607	2,0	2,4	16,5
Pará	484	680	2,0	2,9	40,5
Rondônia	365	519	5,5	7,8	42,2
Roraima	134	120	6,4	5,7	-10,4
Tocantins	137	201	2,4	3,5	46,7

Fonte: Relatório Integrado de Gestão 2023 - Coaf; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Por R\$ 1 bilhão do PIB.

(2) Estão incluídos no total os números de RIFs encaminhados para Unidades de Inteligência Financeira estrangeiras. Para o cálculo da população, foram consideradas apenas as Unidades da Federação não pertencentes à Amazônia Legal.

(3) Segundo o Relatório Integrado de Gestão 2023 do Coaf, no Distrito Federal está localizada a sede da Polícia Federal, para a qual são encaminhadas cópias dos relatórios enviados ao Ministério Público nas Unidades da Federação. Assim, a UF é responsável por cerca de 20% dos RIFs encaminhados no país devido essa duplicação gerada pelas cópias.

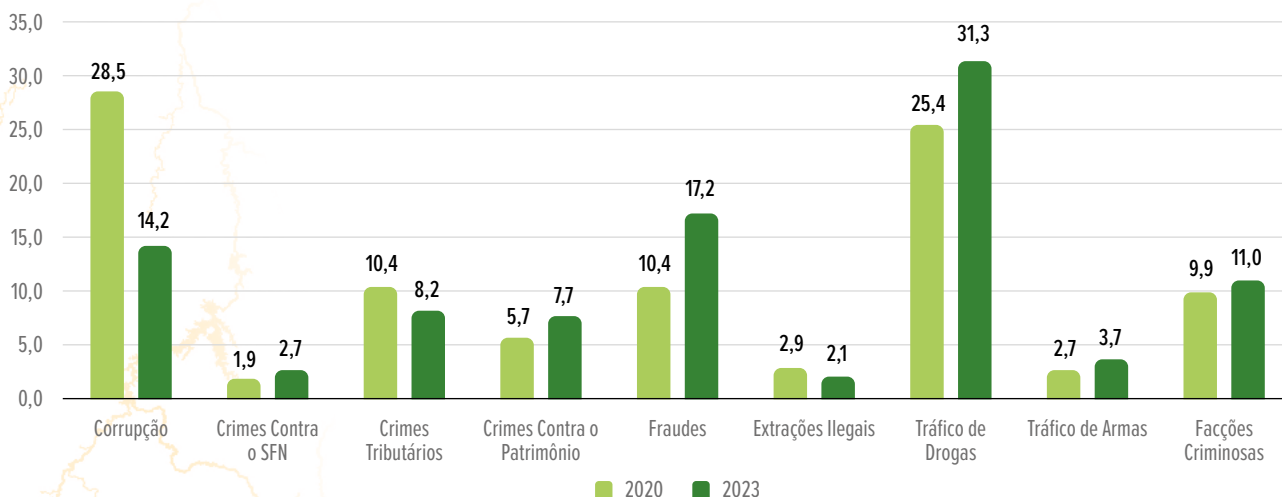
Os números dos relatórios produzidos na Amazônia e no Brasil, como todos os indicadores de produtividade das instituições, devem ser lidos com cautela. Isso porque o crescimento observado na região e no país pode não necessariamente significar o incremento de movimentações financeiras suspeitas, mas sim um interesse maior das instituições de controle em se valer de dados de inteligência financeira acerca de potenciais crimes cometidos na região. Ademais, com o Estatuto do Coaf, é possível que a própria relevância e capacidade produtiva do órgão possa ter interferido nesses números. De todo modo, a análise aqui apresentada se beneficiaria de melhores informações a respeito dos RIF nos Relatórios de Gestão do Coaf. As desagregações por Unidade da Federação, que permitem destacar a Amazônia Legal do restante do país, só são possíveis para o total de RIF produzidos. Não é possível saber, por exemplo, quais são os tipos penais mais comuns associados aos RIF da Amazônia e se eles são distintos das médias brasileiras, como será visto na análise a seguir.

Conforme anteriormente apresentado, os números dos intercâmbios e do número de relatórios de inteligência financeira (RIF) produzidos pelo Coaf cresceram significativamente



(101,7%) desde 2016. A partir de 2020, o patamar de produção de RIF muda (dobra) e se torna novamente mais homogêneo. Este contexto significou um crescimento em volume de todos os tipos de ilícitos mencionados nas comunicações do Coaf. No entanto, para aprofundar a análise sobre quais tipos de crime têm hoje mais visibilidade na produção de inteligência financeira, torna-se relevante observar sua representatividade em relação ao total de citações a ilícitos mais frequentemente mencionados em comunicações do Coaf¹⁶³. Os resultados passam a apresentar tendências dignas de nota, como se verifica no gráfico a seguir.

Gráfico 11 Proporção dos ilícitos informados nos intercâmbios do Coaf em relação ao total, em %, por tipo de crime selecionado 2020-2023



Fonte: Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Entre 2020 e 2023, uma das principais mudanças observadas é que Tráfico de drogas passa a ser o ilícito mais mencionado nas comunicações do Coaf, saindo de 25,4% do total em 2020 para 31,3% em 2023 (um crescimento de 23% em sua representatividade), superando Corrupção, que caiu de 28,5% em 2020 para 14,2% em 2024 (queda de 50% na representatividade). Entre outras variações interessantes, para os fins deste relatório, cumpre notar o crescimento de representatividade de Fações criminosas (de 9,9% para 11%, significando um crescimento de 11% na representatividade).

Chama a atenção, também, a baixa representatividade das Extrações ilegais de recursos naturais e minerais, tomada como uma das possíveis temáticas que tratam de crimes ambientais, nos relatórios: eram menos de 3% das temáticas mencionadas nos dois anos, além de terem

¹⁶³ Esta análise poderá ser qualificada a partir do momento em que os dados disponibilizados no Coaf Em Números possibilitem mais variáveis, maior desagregação e, portanto, maiores possibilidades de cruzamentos, em variáveis tais como UF, autoridade competente, ilícitos informados nas comunicações, valor associado à comunicação/RIF. Coaf em Números está disponível em: <https://www.gov.br/coaf/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/coaf-em-numeros-1> (AbertosCom dados melhores, poderíamos analisar melhor a situação da Amazônia legal e dos crimes ambientais no contexto das investigações mais qualificadas contra o crime organizado).

apresentado queda de 2,9% para 2,1% no período (uma queda de 27,3% na representatividade). Assim, os crimes ambientais não parecem ser prioridades das instituições investigativas.

Depreende-se destes dados que o potencial de enfrentamento ao crime organizado com a utilização de inteligência financeira tem sido ampliado, dado o crescimento do volume das comunicações e dos relatórios do Coaf. Adicionalmente, é possível perceber que a produção de inteligência financeira nas UF da Amazônia Legal também avançou. Mais do que isso, a Amazônia Legal apresenta um volume maior de produção do que o restante do país, seja ponderando por população ou por atividade econômica (PIB), e tem crescido de forma mais acentuada no período. É possível que essa intensificação acompanhe a disseminação do fenômeno do crime organizado faccional/de base prisional, que se intensificou nos últimos anos, conforme vem sendo documentado pelo *Cartografias das Violências na Amazônia*. Todavia, a chave investigativa não tem explorado as conexões entre facções de base prisional, controle e uso ilegal da terra e crimes ambientais.

Os dados do Coaf permitem sustentar essa hipótese, visto que esta expansão na produção de inteligência financeira refletiu o crescimento da percepção de importância do tráfico de drogas e das facções por parte das instituições de segurança pública e justiça. Neste sentido, é importante notar a perda de representatividade dos crimes ambientais no cômputo geral dos ilícitos. O crime ambiental segue não estando no centro das preocupações do sistema de segurança pública e justiça, inclusive perdendo representatividade na inteligência financeira entre 2020 e 2023. Todavia, como se verá mais à frente, este tema, ainda que insuficientemente tratado, parece estar ganhando um pouco mais de espaço na agenda das instituições de segurança pública, justiça e preocupadas com o fenômeno da lavagem de dinheiro. É possível pensar que esta mudança de compreensão possa estar sendo impactada pelas demonstrações recentes, inclusive por parte do projeto Cartografias das Violências na Amazônia, das sobreposições e conexões entre narcotráfico e crimes ambientais, e os riscos que oferecem às comunidades, aos mercados e às instituições.

O crime ambiental segue não estando no centro das preocupações do sistema de segurança pública e justiça, inclusive perdendo representatividade na inteligência financeira entre 2020 e 2023.

7.2.2 Garimpo ilegal e lavagem de dinheiro: novas regras

Exemplo da relevância dos crimes ambientais para o ambiente de atividades ilícitas da Amazônia Legal é a extração ilegal de minério. As dinâmicas criminais na região são diversas e têm como importante característica a intersecção entre modalidades ilícitas. Como explicitado ao longo do relatório, a presença de organizações criminosas está cada vez mais consolidada e se capilarizando por entre diferentes setores econômicos. Esses grupos, em suas atividades, utilizam-se de práticas como pesca e exploração mineral para realizar o transporte de mercadorias,



o domínio de territórios e de mercados e a lavagem dos rendimentos ilegalmente obtidos. É comum, também, a cooptação de comunidades locais, que muitas vezes habitam áreas de conservação ambiental e territórios protegidos, operando como graves ameaças socioambientais.

Uma boa parte dessas atividades ocorre de forma simbiótica com a economia formal, seja porque é preciso tornar lícitos os rendimentos adquiridos de forma ilícita, seja porque a intersecção com a economia informal reduz custos de transação e logística dos mercados regulares. Segundo estudo publicado pela Financial Action Task Force (FATF), essa interligação é típica de crimes ambientais, em que “criminosos frequentemente combinam bens legais e ilegais nas primeiras etapas da cadeia de fornecimento de recursos de modo a ocultar suas fontes ilícitas, o que dificulta a detecção de fluxos financeiros suspeitos em etapas posteriores da cadeia de valor”.¹⁶⁴

Um exemplo é o “esquentamento” do ouro na Amazônia, termo informal para a lavagem de bens, neste caso referindo-se ao processo de legalização de ouro extraído ilegalmente, inserindo-o no mercado formal como se fosse de origem legal. Essa prática é uma peça-chave nas redes de crime organizado que operam na região, uma vez que viabiliza que o ouro extraído de terras indígenas e áreas de proteção ambiental seja vendido no mercado internacional, mascarando sua origem ilícita. O esquentamento envolve uma cadeia complexa que inclui garimpeiros ilegais, intermediários e empresas de comercialização, além de atores corruptos que facilitam a falsificação de documentos. Essa dinâmica contribui não apenas para a degradação ambiental, mas também para o financiamento de outras atividades criminosas, como o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro, ao integrar o ouro “esquentado” em esquemas maiores de movimentação financeira ilícita. Assim, o esquentamento é central para a sustentabilidade econômica dessas redes criminosas, perpetuando a exploração ilegal de recursos naturais e a fragilidade do controle estatal na Amazônia.

Essa dinâmica pode ser ilustrada com uma apreensão de 2023, pela Receita Federal, de um carregamento de carvão misturado com ouro em pó não declarado no Porto de Santos. A carga retida pela autoridade aduaneira tinha como destinatária uma empresa italiana de metais preciosos.¹⁶⁵ A comercialização de mercúrio, material utilizado para extração do ouro e cuja regulação é bastante restrita devido à toxicidade do material e seus danos à saúde e ao meio ambiente, também se encontra atualmente nas mãos do contrabando, segundo investigações do Ibama e da Polícia Federal.¹⁶⁶

É nesse sentido que, embora não seja a única atividade criminosa que tem lugar na Amazônia,

164 FATF (2021), Money Laundering from Environmental Crimes, FATF, Paris, France, <https://www.fatf-gafi.org/publications/methodsandtrends/documents/money-laundering-environmental-crime.html>, tradução livre.

165 Ver <https://iclnoticias.com.br/ouro-retido-santos-fornecedora-big-techs/>. Acesso em setembro de 2024.

166 Ver <https://reporterbrasil.org.br/2023/11/trafico-mercuro-garimpo/>. Acesso em setembro de 2024.

a extração ilegal de ouro é um fenômeno cuja rede se estende de forma diversificada, sendo uma atividade emblemática para mapear as dinâmicas criminais e suas longas cadeias na região, assim como as frentes institucionais que podem ter lugar para combater esse tipo de crime. A fragilidade da cadeia de regulação do ouro tem sido enfatizada nas discussões sobre garimpo e foi aprofundada na publicação *A nova corrida do ouro na Amazônia: garimpo ilegal e violência na floresta*, lançada pelo FBSP em 2024¹⁶⁷.

Por muito tempo, um dos principais pontos de vulnerabilidade das normas a respeito do ouro foi a chamada “presunção de boa-fé” para emissão da nota fiscal, que foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal em 2023. Até então, essa regra permitia a emissão de nota fiscal de ouro ilegal (e, portanto, o pagamento do devido imposto, a Compensação Financeira pela Extração Mineral). Segundo estudo do Ministério Público Federal e da Universidade Federal de Minas Gerais (Manzolli et al, 2021), isso acontecia de duas maneiras: a instituição financeira que compra o minério associava a sua origem ilícita a algum título minerário vigente, ou o próprio garimpeiro declarava a origem legal do ouro no momento da venda e pagamento do imposto.

Uma análise da arrecadação da arrecadação da Compensação Financeira pela Extração Mineral (CFEM), tributo que incide no momento da geração de nota fiscal da venda do ouro, no período 2018-2023, demonstra de forma eloquente o crescimento da exploração mineral e, ao mesmo tempo, o chamado “esquentamento” de ouro ilegal, descrito anteriormente.

Tabela 66

Arrecadação de Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) - Ouro - Agência Nacional de Mineração⁽¹⁾
Brasil e Amazônia Legal – 2018-2023

Brasil e Unidades da Federação da Amazônia Legal	Arrecadação de CFEM - Ouro (em R\$)						Variação % 2018-2023	Variação % 2022-2023
	2018	2019	2020	2021	2022	2023		
Brasil	142.081.173,44	200.988.387,91	351.661.176,02	408.806.044,11	359.963.915,93	316.558.385,26	122,8	-12,1
Amazônia Legal	43.216.484,17	80.757.539,01	166.831.871,34	199.859.038,19	170.570.687,63	116.880.222,71	170,5	-31,5
Acre	-	-
Amapá	6.432.910,37	16.666.982,76	17.837.734,43	12.562.346,02	8.447.576,98	1.414.973,21	-78,0	-83,2
Amazonas	235.756,45	-	372.305,12	796.721,93	880.469,35	433.559,50	83,9	-50,8
Maranhão	117.880,75	5.369.001,26	17.031.654,17	19.532.728,65	14.254.166,56	17.019.487,91	14.337,9	19,4
Mato Grosso	20.337.385,69	31.802.102,65	55.368.329,74	71.397.783,62	66.226.799,98	55.609.117,52	173,4	-16,0
Pará	14.793.261,04	25.173.589,80	70.759.617,34	86.625.802,21	74.953.673,75	36.194.852,31	144,7	-51,7
Rondônia	1.176.699,31	1.745.862,54	5.263.875,04	6.682.792,76	5.335.908,96	3.855.533,57	227,7	-27,7
Roraima	-	-
Tocantins	122.590,56	-	198.355,50	2.260.863,00	472.092,05	2.352.698,69	1.819,2	398,4

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro Interativo - Agência Nacional de Mineração; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente

(...) Informação não disponível.

(1) Dados coletados no Anuário Mineral Brasileiro Interativo em 03/09/2024.

167 Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/248>



O período contemplado na tabela apresenta momentos distintos: entre 2018 e 2023, a arrecadação da CFEM mais que dobrou no Brasil (variação de 122,8%), crescendo ainda mais nos estados da Amazônia Legal, com variação de 170,5%. Foram R\$ 316,6 milhões arrecadados no Brasil e R\$ 116,8 milhões na Amazônia, que representa cerca de um terço da arrecadação brasileira. O pico da série observada é o ano de 2021, momento em que a Amazônia chegou a ser responsável por 48,9% da arrecadação de CFEM do país inteiro, evidenciando o já conhecido momento em que a extração mineral (inclusive ilegal) estava sendo incentivada por autoridades políticas de forma irresponsável. O estado do Pará arrecadou R\$ 86,6 milhões de CFEM em 2021 e é considerado um dos principais polos de esquentamento de ouro, sobretudo aquele extraído em Terras Indígenas de Roraima (FBSP, 2024).

Desde 2022, no entanto, a arrecadação vem caindo. A variação negativa foi de 12,1% no Brasil e chegou à queda de 31,5% na Amazônia Legal em 2023. É notável a queda no Pará, estado que apresentou crescimento de 144,7% no período 2018-2023 e cuja arrecadação caiu pela metade entre 2022 e 2023. Os estados que vêm apresentando crescimentos significativos na arrecadação ainda em 2023 são Maranhão e Tocantins, mas ainda com valores arrecadados relativamente módicos, de R\$ 17 e R\$ 2,3 milhões, respectivamente.

A queda na arrecadação, no entanto, precisa ser analisada em paralelo com a intensidade da atividade minerária. Embora não tenhamos dados dos mapeamentos de áreas garimpadas em 2023, as últimas informações do MapBiomias mostram que a área garimpada no Brasil cresceu 15,3% entre 2021 e 2022, sendo que a Amazônia responde por 92% dessa área¹⁶⁸. As mudanças regulatórias não costumam produzir resultados tão mensuráveis em pouco tempo de observação, mas especialistas têm apontado que a relação entre arrecadação de tributo e exploração mineral sugere que estão em ascensão novas formas de esquentamento do ouro ilegal e mesmo o aumento do contrabando (quando o ouro é comercializado sem passar pela declaração)¹⁶⁹.

Além do fim da presunção de boa-fé na declaração de origem do ouro para emissão de nota fiscal, outra importante medida adotada em 2023 para aprimorar o controle e a fiscalização sobre a produção aurífera foi o estabelecimento da Nota Fiscal Eletrônica do Ouro Ativo Financeiro (NF-e Ouro Ativo Financeiro). A norma foi instituída pela Receita Federal através da Instrução Normativa RFB nº 2.138, de 29 de março de 2023¹⁷⁰. Trata-se de uma modernização da burocracia da cadeia do ouro na medida em que, ao abolir documentos em papel e escritos à mão, dificulta fraudes.

168 <https://brasil.mapbiomas.org/2024/04/19/77-do-garimpo-na-amazonia-esta-a-menos-de-500-metros-da-agua/>

169 É o que comentam alguns especialistas em <https://reporterbrasil.org.br/2024/07/garimpo-terras-indigenas-alerta-novos-meios-lavagem-ouro/>. Acesso em setembro de 2024.

170 Disponível em <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=129816>.



O Banco Central do Brasil e a Polícia Federal também publicaram, em 2024, instruções normativas internas para se adequar ao cenário agravado de desregulamentação da produção de ouro. Do ponto de vista do Banco Central, que regula operações financeiras, foi publicada a Instrução Normativa BCB nº 461, de 2 de abril de 2024, que determina situações passíveis de comunicação ao COAF, isto é, que podem apresentar indícios de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, assim como financiamento ao terrorismo ¹⁷¹. Em relação à primeira aquisição de ouro, a normativa prevê as seguintes situações como suspeitas:

- a) proposta de venda de ouro com pagamento em espécie;
- b) proposta de venda de ouro com pagamento a terceiro;
- c) proposta de venda de ouro sem a indicação do título minerário de origem ou com a indicação de título minerário inativo;
- d) proposta de venda de ouro oriundo de áreas com títulos minerários para extração por meio de Permissão de Lavra Garimpeira (PLG), com indicação de origem sem indícios de extração mineral, ou lavra incompatível com capacidade produtiva declarada;
- e) venda ou proposta de venda de ouro oriundo de áreas caracterizadas por elevados índices de desmatamento ilegal;
- f) proposta de venda de ouro com resistência no fornecimento de informações acerca da origem do produto;
- g) proposta de venda de ouro sem que o vendedor esteja identificado no documento autorizativo para transporte de ouro emitido pelo titular do direito minerário produtor da substância, nos termos do § 1º do art. 38 da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013;
- h) venda ou proposta de venda de ouro contendo indícios de falsidade documental;
- i) proposta de venda de ouro com informações incompatíveis com os dados do título minerário registrados no Cadastro Mineiro da Agência Nacional de Mineração (ANM);
- j) proposta de venda de ouro em região aurífera diferente da autorizada para o título minerário produtor da substância, conforme dados do Cadastro Mineiro da ANM;”

171 A IN altera o disposto na Carta Circular BCB nº 4.001, de 29 de janeiro de 2020.



Além de incidir sobre a compra do ouro bruto, a regra também estipula novos critérios relativos ao mercado de ouro em geral:

- “a) venda ou compra de ouro com recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira;
- b) venda ou compra de ouro incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente;
- c) fracionamento de operações de venda de ouro visando burlar limites regulamentares ou operacionais;
- d) venda ou proposta de venda de ouro contendo informação sobre a qualidade, a constituição, a pureza ou sobre qualquer outra característica da substância comercializada divergente da descrição contida na nota fiscal da operação.”

Já a Polícia Federal, através da Instrução Normativa nº 285, de 22 de julho de 2024, define critérios para operações suspeitas que incidem sobre empresas de transporte de valores. O texto postula que o transporte e guarda de pedras e metais preciosos deve comprovar a origem lícita dos ativos transportados, englobando todas as do processo (extração, primeira compra e comercialização) e com verificação do título minerário e da regularização do cadastro junto à Agência Nacional de Mineração. Seja como for, uma das principais recomendações de atuação institucional para a desfinanciarização de organizações é a cooperação interagências, o que deve incluir os órgãos de fiscalização ambiental nos casos em que o crime organizado está entranhado também nos crimes ambientais, como é o caso da Amazônia.

7.3 INOVAÇÕES E EXPERIÊNCIAS POSITIVAS NA CONSTRUÇÃO DE CAPACIDADES INSTITUCIONAIS DE ENFRENTAMENTO AO CRIME ORGANIZADO COM IMPACTO NA AMAZÔNIA

7.3.1 A Avaliação Nacional de Riscos (ANR) de Lavagem de Dinheiro

O Brasil é membro pleno do Grupo de Ação Financeira (Gafi)¹⁷², organização fruto de uma articulação entre governos nacionais, cuja finalidade é o desenvolvimento de uma estratégia global de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP)¹⁷³. Como organismo formulador de políticas destinadas a estimular a realização de reformas normativas em suas áreas de atuação, o Gafi desenvolveu uma série de recomendações reconhecidas como o padrão internacional em PLD/FTP. Na revisão das Recomendações, finalizada em 2012, o Gafi estabeleceu a chamada “abordagem baseada no risco” como mecanismo segundo o qual LD/FTP devem ser prevenidos e combatidos. Desta forma, os países, as autoridades competentes e o setor privado devem identificar, avaliar e compreender os riscos de LD/FTP a que estão expostos e posteriormente adotar, de acordo com os riscos identificados, medidas proporcionais e adequadas para mitigá-los.

No contexto brasileiro, o Decreto 10.270/2020 instituiu um grupo de trabalho para a realização da Avaliação Nacional de Riscos de Lavagem de Dinheiro, de Financiamento do Terrorismo e de Financiamento da Proliferação das Armas de Destruição em Massa (GTANR), responsável pela elaboração da primeira Avaliação Nacional de Riscos (ANR)¹⁷⁴, em diálogo com as instituições públicas e o setor privado. Esta Avaliação, publicada em 2021, contempla o levantamento sistemático das ameaças, vulnerabilidades e capacidade de prevenção e de combate de LD/FTP a que o país está suscetível.

Primeiramente, vale sublinhar que o resultado geral da ANR foi a de que o Brasil possui o Risco Nacional de Lavagem de Dinheiro médio, sendo que o nível de sujeição a ameaças é considerado alto, sendo muito alto para algumas modalidades como corrupção, tráfico de drogas, facções criminosas, crimes financeiros e sonegação fiscal sendo muito altas. Já a vulnerabilidade nacional foi considerada média, visto que a capacidade de combate nacional foi avaliada como alta, sobretudo em termos de aspectos normativos e capacidade operacional dos órgãos de combate.

172 <https://www.gov.br/susep/pt-br/assuntos/cidadao/pldftp/o-grupo-de-acao-financeira-gafi-fatf>

173 Os objetivos do Gafi são o desenvolvimento de padrões e a promoção da efetiva aplicação das medidas legislativas, regulamentares e operacionais de PLD/FTP e, em colaboração com outros atores internacionais, a identificação de vulnerabilidades que possam permitir o uso do sistema financeiro internacional para fins ilícitos.

174 https://www.gov.br/coaf/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/avaliacao-nacional-de-riscos/3-2_relatorio-avaliacao-nacional-de-risco.pdf/view



Para a construção desse quadro, foram levantadas 23 ameaças mais relevantes, estando relacionadas a crimes anteriores associados à lavagem de dinheiro. Para estimar o nível das ameaças, foram considerados aspectos como sofisticação, capacidade, abrangência, proveito e incidência. Com base em sua maior representatividade na geração de recursos ilícitos passíveis de serem utilizados em operações de lavagem de dinheiro e os principais atores responsáveis pelo crime no país, foram destacadas pela ANR oito modalidades criminais, a saber:

1. Corrupção
2. Tráfico de drogas
3. Facção - Primeiro Comando da Capital
4. Crimes financeiros
5. Sonegação fiscal
6. Facção - Comando Vermelho
7. Extração ilegal de recursos naturais e minerais
8. Pirataria, contrabando e descaminho

O resultado da avaliação destas ameaças identificou os crimes de corrupção, tráfico de drogas, facção – PCC, crimes financeiros e sonegação fiscal como ameaças de intensidade muito alta. Já facção – CV, Extração ilegal de recursos naturais e minerais, pirataria/contrabando/descaminho foram avaliadas como ameaças de alta intensidade.

Figura 3 | Rankings de ameaças nacionais

AMEAÇAS	AVALIAÇÃO
Tráfico de Drogas Facção – PCC – Primeiro Comando da Capital Crimes Financeiros Sonegação Fiscal	Muito Alta
Facção – CV – Comando Vermelho Extração ilegal de recursos naturais e minerais Pirataria/contrabando/descaminho	Alta

Fonte: ANR, 2021.

Chama a atenção a participação tráfico de drogas, das organizações criminosas (especificamente as facções PCC e CV) e da extração ilegal de recursos naturais e minerais como três dos principais mecanismos destacados.

Dentro da metodologia de elaboração da ANR, há ainda uma coletânea de casos de lavagem de dinheiro¹⁷⁵ que agrupa 87 mecanismos (chamados de tipologias) de lavagem de dinheiro, como seu detalhamento e sua representação gráfica. Um simples olhar para este documento a partir da recorrência de alguns termos possibilita a reflexão sobre a importância do tráfico de drogas e de modalidades de crimes ambientais no cenário da lavagem de dinheiro no país:

- drogas (63 citações no documento),
- combustíveis (25 citações),
- ouro (18 citações),
- recursos naturais (12 citações),
- gado (9 citações),
- desmatamento (7 citações),
- mineral/mineração (5 citações),
- madeira (4 citações),
- grilagem (3 citações),
- animais (2 citações).

Este quadro demonstra a complexidade e os desafios do combate à lavagem de dinheiro, sendo que os mecanismos utilizados são diversos, com alto grau de complexidade e sofisticação em algumas das suas modalidades. A descrição da tipologia das modalidades de lavagem de dinheiro no país evidencia ainda que certas formas guardam muito mais afinidade com dinâmicas criminais específicas, a depender do produto/objeto ilícito ou da localização territorial do grupo criminoso, do que outras.

Em que pese a magnitude das dinâmicas criminais organizadas e o fato de que ainda há muito a ser realizado e aprofundado em termos de ações de controle, a ANR¹⁷⁶ demonstra que o Brasil, seguindo o padrão internacional, tem dado passos para a organização de um quadro de referência para enfrentamento dos ilícitos que se utilizam da lavagem de dinheiro, de modo a sensibilizar e qualificar a atuação das autoridades públicas de controle, segurança e justiça.

O Brasil, seguindo o padrão internacional, tem dado passos para a organização de um quadro de referência para **enfrentamento dos ilícitos** que se utilizam da lavagem de dinheiro.

¹⁷⁵ <https://www.gov.br/coaf/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/avaliacao-nacional-de-riscos/casos-e-casos-tipologias-e-dicao-especial-anr-2021.pdf/view>

¹⁷⁶ O processo de revisão da Avaliação Nacional de Riscos (ANR) de Lavagem de Dinheiro, de Financiamento do Terrorismo e de Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa foi iniciado com a Resolução GTANR/COAF nº 5, de 11 de abril de 2024. O Grupo de Trabalho atualizará a avaliação do país a partir dos principais aspectos apontados no Relatório de avaliação do Brasil ante o Grupo de Ação Financeira Internacional - GAFI, relativo às ameaças e vulnerabilidades ligadas ao crime ambiental e novas tecnologias, e atualização da Avaliação Nacional de Riscos de Financiamento do Terrorismo.



7.3.2 Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)¹⁷⁷ é a principal rede de articulação institucional brasileira para o arranjo, discussões, formulação e concretização de políticas públicas e soluções de enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro. Criada em 2003, atualmente a Estratégia conta com aproximadamente 80 instituições públicas pertencentes aos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e o Ministério Público, abrangendo também as esferas federal, estadual e, em alguns casos, municipal.

A ENCCLA estabelece anualmente ações estratégicas que visam ao desenvolvimento de capacidades institucionais para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. No final de novembro de 2024, foram apresentados os resultados das ações estratégicas do ano¹⁷⁸, que teve destaque para novas tecnologias, como ativos virtuais, e para os crimes ambientais, com foco em aspectos como rastreabilidade da cadeia produtiva do gado, lavagem do dinheiro na cadeia da madeira e no licenciamento ambiental. Para 2025¹⁷⁹, foram escolhidas ações estratégicas das quais podemos destacar o combate à inserção do crime organizado em cadeias econômicas produtivas, isto é, em mercados legais, e a ampliação dos temas ambientais, incluindo crimes relacionados à fauna e à manipulação de créditos de carbono.

7.3.3 Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO)

A partir de 2023 a estrutura da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO) foi expandida para todas as unidades da federação¹⁸⁰. A partir daí, uma série de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) foram assinados entre a Polícia Federal e outras instituições de segurança pública com o objetivo de unir esforços conjunto para enfrentar organizações criminosas que atuam em diferentes regiões do Brasil em diferentes atividades ilícitas, tais como tráfico de drogas, armas, exploração ilegal de ouro, madeira etc.

A FICCO é composta por diferentes órgãos de segurança pública, incluindo a Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Penal (estadual e federal) e, em algumas localidades, instituições de justiça estaduais. A coordenação geral é responsabilidade da Polícia Federal, que também lidera as ações integradas. A estrutura é descentralizada, uma vez que a partir da Portaria assinada em 2023, cada Unidade da Polícia Federal conta com uma FICCO, permitindo uma atuação focada nas especificidades regionais do crime organizado, conectando

177 <http://enccla.camara.gov.br/>

178 <https://enccla.camara.gov.br/noticias/enccla-apresenta-acoes-de-2024-para-o-combate-a-corrupcao-e-a-lavagem-de-dinheiro>

179 <https://enccla.camara.gov.br/noticias/enccla-define-dez-acoes-de-combate-a-corrupcao-e-a-lavagem-de-dinheiro-para-2025>

180 [SEI/MJ - 24904203 - Portaria nº](https://www.stj.jus.br/imprensa/vernoticia.php?id=24904203)

com a coordenação nacional, que pode, a partir de uma visão panorâmica, mapear em âmbito nacional e identificar os nós de rede criminal.

O modelo operacional da FICCO baseia-se na integração e cooperação entre as forças de segurança, priorizando ações conjuntas para investigação e repressão ao crime organizado. Suas operações são planejadas para atingir estruturas logísticas e financeiras de organizações criminosas, com enfoque no combate ao tráfico de drogas, armas e crimes contra a administração pública. Além disso, a Força utiliza estratégias como compartilhamento de informações, treinamento conjunto, e apoio tecnológico para maximizar a eficácia das operações

A partir da dados obtidos via Lei de Acesso à Informação, considerando o ano de 2024 (até 26/11/2024) foram realizadas 336 operações da FICCO, sendo **189** operações com deflagração e 147 operações em andamento, em todas as 33 bases da PF, que geraram:

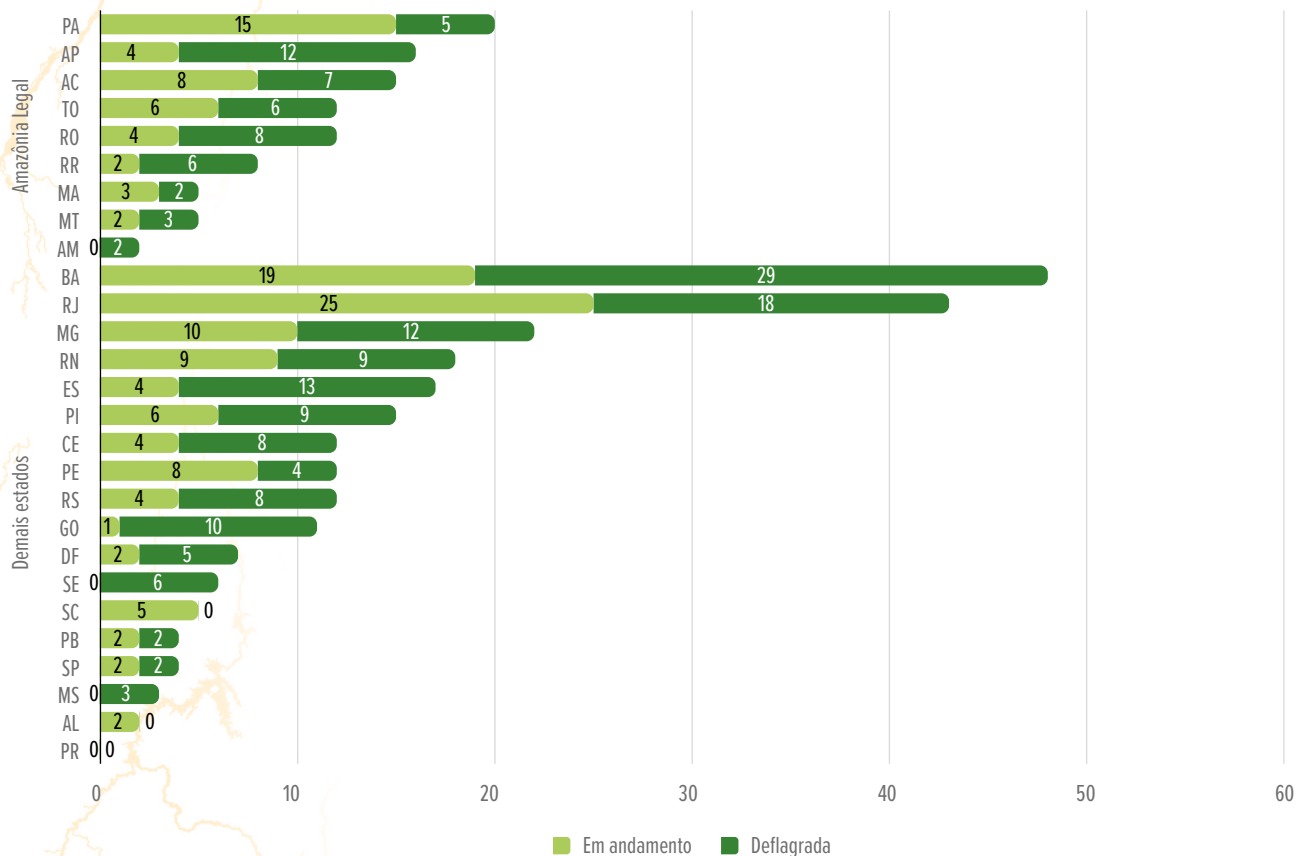
- 1.588 mandados de busca e apreensão expedidos em operações deflagradas em 2024, a maioria concentrados na Bahia e em Minas Gerais;
- 791 prisões preventivas e 166 prisões temporárias expedidas
- medidas cautelares reais¹⁸¹, que totalizaram R\$156.701.399,62 em valor estimado, em operações deflagradas. Destaca-se que o valor estimado das medidas cautelares foi de 21,6 milhões em MG e, em segundo lugar, de R\$ 14 milhões no Mato Grosso.

181 Segundo a PF, tais medidas cautelares reais compreendem o valor total de criptoativos sequestrados/arrestados, de valores em contas bancárias sequestradas/arrestadas/objeto de bloqueio, e do valor estimado de bens móveis e imóveis sequestrados/arrestados. Não compreende o valor de bens ou valores apreendidos.



Gráfico 12

Operações da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO) em 2024, por UF



Fonte: Polícia Federal; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Numa primeira leitura, chama a atenção que a UF brasileira que mais recebeu atuação da FICCO foi a Bahia (48 operações deflagradas ou em andamento), seguida pelo Rio de Janeiro (43 operações), bem à frente das demais. Somadas, as operações nestas UF correspondem a 27,1% das operações FICCO no Brasil. Minas Gerais (22 operações) é o terceiro estado com mais operações no país. O Pará (20 operações) é o primeiro estado da Amazônia Legal em quantidade de operações da FICCO. Amapá (16 operações), Acre (15 operações), Tocantins (12 operações) e Rondônia (12 operações) vêm na sequência. Para completar, Roraima (8 operações), Mato Grosso (5 operações), Maranhão (5 operações, considerando o estado todo) e Amazonas (2 operações deflagradas, não havendo operações em andamento). As operações FICCO em UF da Amazônia Legal corresponderam a 28% do total Brasil. É interessante notar ainda que São Paulo contou com apenas 4 operações e não foram registradas operações no Paraná.

Em seu relatório, a PF destacou dez operações oferecendo mais detalhes acerca mecanismos criminosos que foram impactados. Observando as operações ocorridas em UF da Amazônia Legal, tivemos as seguintes:

- Operação Ragnatela (FICCO/MT, 05/06/2024): Focou na lavagem de dinheiro em casas de shows financiadas por facção criminosa. Cumpriu 8 mandados de prisão, 36 de busca e apreensão, além de bloquear bens. Líderes foram presos com documentos falsos, grande quantia em dinheiro e joias.
- Operação Comminatio Magistratus (FICCO/TO, 03/05/2024): Focou em facção que planejava atentados contra autoridades no Tocantins. Foram cumpridos 36 mandados de busca e 23 de prisão, além de investigar crimes como ameaça, homicídio tentado e tráfico.
- Operação Leviatã e Macaúba (FICCO/AP, 14/03/2024): Enfrentaram uma facção que movimentou R\$ 3 milhões e traficava drogas no Amapá. A ação cumpriu 30 mandados de busca e 7 de prisão, desarticulando a logística financeira e de entorpecentes da organização.

Em resumo, a FICCO apresenta indícios de ser uma forma interessante para a promoção de um enfrentamento mais qualificado às organizações criminosas no país, sobretudo por possibilitar a articulação institucional entre Polícia Federal e as polícias estaduais, potencializando a vocação/expertise da PF ao conhecimento local dos órgãos estaduais. Além disso, a coordenação geral das FICCO por parte da PF também possibilita uma visão mais abrangente, estratégica e nacional acerca destas dinâmicas criminais mais organizadas. Chamou a atenção a concentração de operações nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro, não ficando evidentes os possíveis motivos da sobrerrepresentação destas UF no total Brasil, à frente, por exemplo, de estados como SP, ou ainda a inexistência de operações no Paraná¹⁸². Por fim, pela natureza das operações destacadas pela PF em seu relatório, fica evidenciado que a FICCO tem focado a atuação das facções criminosas de base prisional. Como visto em operação FICCO no Mato Grosso¹⁸³, as operações na Amazônia Legal têm o potencial de desvelar as conexões das facções criminosas entre tráfico de drogas e crimes ambientais. Este modelo, no entanto, poderia ser ampliado para a atuação de outros tipos de organizações criminosas (não apenas as facções criminosas de base prisional) atuantes na região, operando crimes ambientais e grilagem de terras, dinâmicas estas também produtoras de violência.

A FICCO apresenta indícios de ser uma forma interessante para a **promoção de um enfrentamento** mais qualificado às organizações criminosas no país, sobretudo por possibilitar a articulação institucional entre Polícia Federal e as polícias estaduais.

182 A PRF no Paraná assinou Acordo de Cooperação Técnica para integrar a FICCO apenas em outubro. Ver em: <https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias/estaduais/parana/2024/agosto/prf-assina-acordo-para-atuar-na-ficco-no-parana>

183 <https://www.secom.mt.gov.br/web/pjc/w/oper%C3%A7%C3%A3o-rota-do-sert%C3%A3o-desarticula-organiza%C3%A7%C3%A3o-criminosa-que-transportava-droga-e-madeira-ilegal-em-ve%C3%ADculos-clonados>



7.3.4 A resposta do Governo Federal à crise do garimpo na TI Yanomami

A crise humanitária decorrente do avanço extremo do garimpo ilegal na TI Yanomami foi um dos primeiros e mais urgentes desafios que a gestão do Governo Federal empossada em janeiro de 2023 precisou enfrentar. A situação em que se encontrava a maior reserva indígena do Brasil¹⁸⁴, um território que, além de rico em biodiversidade e de extrema importância para a manutenção do equilíbrio ambiental da Amazônia, abriga uma população de 31 mil indígenas, deve muito à atuação do governo anterior. São problemas que, embora tenham se intensificado ao longo das décadas, tiveram seu ápice no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). Isso aconteceu devido a uma combinação de fatores ligados à postura permissiva e, em alguns casos, incentivadora do ex-presidente em relação à exploração de recursos naturais em terras indígenas e ao enfraquecimento da proteção ambiental. Os fatores envolvidos no agravamento da crise, os incentivos e seus resultados estão muito bem descritos na pesquisa *A nova corrida do ouro na Amazônia: garimpo ilegal e violência na floresta* (FBSP, 2024)¹⁸⁵.

Além de agravar a origem do problema, outra consequência advinda dessa postura foi o enfraquecimento deliberado das agências responsáveis pela proteção ambiental e pelos direitos indígenas, como o Ibama e a Funai, que tiveram seu orçamento reduzido, resultando em uma limitação de sua capacidade de fiscalização. Chegou-se mesmo, em alguns casos, a haver substituição das lideranças dessas instituições por pessoas alinhadas à agenda pró-desenvolvimento do governo, diminuindo ainda mais a eficácia das ações de combate ao garimpo e proteção dos povos indígenas¹⁸⁶. A mudança de gestão em 2023 trouxe a resposta estatal de assistência à população indígena e de repressão e combate aos crimes ambientais que ocorriam na TI Yanomami.

Foram intensificadas as ações de combate ao garimpo ilegal, com a mobilização da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e do Ibama, em termos de agentes de comando e controle, além dos órgãos indigenistas e da saúde. Apesar das medidas adotadas e dos esforços empregados pela gestão atual, pesquisas qualitativas têm indicado que o modelo tradicional de operações, caracterizado por ações pontuais e desarticuladas, vinha se mostrando ineficiente (FBSP, 2024)¹⁸⁷. Os principais desafios estariam na falta de sustentabilidade do modelo, que requer um alto custo orçamentário; na falta de coordenação dos órgãos envolvidos e na insuficiência de atuação articulada entre esses órgãos e as Forças Armadas, quando estas são chamadas a prestar apoio; nas dificuldades em termos de fiscalização e controle de fronteira; e no agravamento da situação a partir da presença de organizações criminosas dentro das terras indígenas.

184 A Terra Indígena (TI) Yanomami tem uma extensão superior a 96 mil km², abrangendo partes dos estados de Amazonas e Roraima.

185 Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). **A nova corrida do ouro na Amazônia: garimpo ilegal e violência na floresta**. São Paulo: FBSP, mar. 2024.

186 Ver: <https://apublica.org/2019/03/foi-vinganca-pessoal-diz-ex-fiscal-do-ibama-demitido-por-governo-bolsonaro/>.

187 Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). **A nova corrida do ouro na Amazônia: garimpo ilegal e violência na floresta**. São Paulo: FBSP, mar. 2024.

A fragilidade das ações isoladas fica mais nítida quando a remoção de garimpos ilegais em um determinado local frequentemente é seguida por sua rápida reocupação. Essa falta de efetividade foi atribuída por alguns agentes entrevistados sobretudo à ausência de uma estratégia coordenada e de integração entre as diferentes agências envolvidas.

Foi nesse cenário que o governo federal decidiu instituir, em fevereiro de 2024, a chamada Casa de Governo¹⁸⁸, com sede em Roraima, com o objetivo de centralizar e coordenar de forma integrada as ações de proteção à Terra Indígena Yanomami e aumentar a presença do Estado na Amazônia. Com equipe própria e funcionamento previsto até dezembro de 2026, a Casa de Governo atua, em uma tentativa de superar a fragmentação institucional, como um ponto de encontro para diversos órgãos federais, estaduais e municipais. A desintrusão do garimpo ilegal da terra indígena é uma das prioridades da Casa de Governo, ainda que suas atividades abranjam também outras áreas de atuação, como a educação, a saúde e a revitalização das comunidades locais.

Foram obtidos, através de solicitação via Lei de Acesso à Informação junto à Casa de Governo, os principais resultados das ações coordenadas do Plano de Desintrusão e de Enfrentamento da Crise Humanitária na Terra Indígena Yanomami, expostos no quadro a seguir.

Com equipe própria e funcionamento previsto até dezembro de 2026, **a Casa de Governo** atua, em uma tentativa de superar a fragmentação institucional, como um ponto de encontro para diversos órgãos federais, estaduais e municipais.

188 Decreto n. 11.930/2024.



Quadro 2 Resultados das ações coordenadas pela Casa de Governo no âmbito do Plano de Desintrusão e de Enfrentamento da Crise Humanitária na Terra Indígena Yanomami

Número de equipamentos, materiais e bens apreendidos	29 antenas
	16 botijões
	186 celulares
	5 dragas
	13 eletrodomésticos
	41 eletroeletrônicos
	118 maquinários leves
	9 maquinários pesados
	4 motocicletas
	1 placa solar
Número de equipamentos, materiais e bens destruídos	57 antenas
	97 botijões
	7 celulares
	12 dragas
	231 eletrodomésticos
	41 eletroeletrônicos
	308 maquinários leves
	51 maquinários pesados
	720 motores
	33 placas solares
9 quadriciclos	
Número de embarcações, veículos e aeronaves apreendidos	25 embarcações
	53 veículos
	2 aeronaves
Número de embarcações, veículos e aeronaves destruídos	61 embarcações
	11 veículos
	18 aeronaves
Número de prisões efetuadas	109 prisões
Número de pistas de pouso clandestinas identificadas	66 dentro das Terras Indígenas Yanomami
	120 na parte externa
Número de pistas de pouso clandestinas destruídas	42 pistas de pouso
Apreensão de drogas, por tipo e quantidade	177 kg de cocaína
	11.000 kg de maconha
Apreensão de armas de fogo, por tipo e quantidade	63 armamentos
	1.425 munições
Apreensão de minérios, por tipo e quantidade	10.874 gramas de ouro
	6.640 kg de cassiterita
Destruição de minérios, por tipo e quantidade	76.690 kg de cassiterita
Apreensão de mercúrio	224.607 gramas

Fonte: Casa de Governo; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O quadro indica a quantidade de apreensões e de itens destruídos, mas não foi especificado se há duplicação entre eles, considerando que, a princípio, a destruição é uma das possibilidades de direcionamento de um item apreendido. Supõe-se, no entanto, que os itens tidos como destruídos podem ser fruto de outras operações ou que a destruição se deu *in loco*, no



momento que o item foi identificado. Analisando os resultados, chama atenção as 5 dragas apreendidas e 12 destruídas; 25 embarcações apreendidas e 61 destruídas; e as 2 aeronaves apreendidas e 18 destruídas.

Nota-se, também, o número de pistas de pouso clandestinas identificadas: foram 66 dentro das Terras Indígenas Yanomami e 120 fora do território, totalizando 186 pistas. De acordo com o MapBiomias¹⁸⁹, em 2021 a TI Yanomami era a TI com mais pistas de pouso na Amazônia, com 75 em seu interior. O fechamento de 42 pistas de pouso clandestinas pela Casa de Governo, explicitado no quadro acima, significa 56% das pistas no território Yanomami. O estudo mostra a evidente relação entre o número de pistas de pouso e as áreas garimpadas. O estado de Roraima possuía 218 pistas de pouso identificadas em 2021, considerando regulares e irregulares.

Os resultados de oito meses de Casa de Governo indicam, ainda, a apreensão de 63 armamentos; quase 11 kg de ouro; 83.330 kg de cassiterita (somando apreendida e destruída); 177 kg de cocaína; 11.000 kg de maconha; entre outras. Foram efetuadas 109 prisões.

Além das ações coordenadas pela Casa de Governo, foram solicitadas também, dessa vez ao Ministério da Defesa, os resultados das operações Catrimani II e Ágatha. Os resultados podem ser vistos nos quadros abaixo.

O estudo mostra a evidente relação entre o número de pistas de pouso e as áreas garimpadas. O estado de Roraima possuía **218 pistas de pouso** identificadas em 2021, considerando regulares e irregulares.

189 MAPEAMENTO DAS PISTAS DE POUSO E GARIMPO NA AMAZÔNIA. https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/08/MapBiomias_Pistas_de_Pouso_06.02.2023_1.pdf



Quadro 3 Resultados: Operação Catrimani II 2024

Equipamentos, materiais e bens apreendidos	21.944 litros de óleo diesel
	5.660 litros de gasolina
	11.871 itens de suprimento
	10.873 gramas de ouro
	6.640 kg de cassiterita
	223.503 gramas de mercúrio
	643 m ³ de madeira
	13 animais
Embarcações, veículos e aeronaves apreendidos	28 antenas satélite
	3 balsas
Equipamentos, materiais e bens destruídos (além dos apreendidos)	2 aeronaves
	67.100 litros de óleo diesel
	12.625 litros de querosene de aviação
	260 acampamentos
	51 máquinas pesadas
	266 máquinas leves
	9 quadriciclos
	200 geradores
	679 motores
	51 antenas satélite
	69 edificações
	34 pistas de pouso
	42 balsas
	17 aeronaves
Autuações e prisões efetuadas	1.230 autuações
	98 prisões
Pistas de pouso clandestinas identificadas	34 pistas de pouso
Quantidade de armas de fogo apreendidas, por tipo e quantidade (unidades)	58 armamentos diversos
	1.250 munições diversas

Fonte: Ministério da Defesa; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Quadro 4 Resultados: Operação Ágata Amazônia 2024

Equipamentos, materiais e bens apreendidos	11.400 litros de gasolina/óleo diesel
Embarcações, veículos e aeronaves apreendidos	106 balsas/dragas neutralizadas
	16 embarcações neutralizadas
Equipamentos, materiais e bens destruídos (além dos apreendidos)	1,98 kg de ouro
	4,10 kg de mercúrio
	37 redes de pesca
	17 motores
	2.304 m ³ de madeira
	3.028 kg de pescado
Quantidade de drogas apreendidas, por tipo e quantidade	4.200 kg de pasta base de cocaína
	704 kg de maconha
Quantidade de armas de fogo apreendidas, por tipo e quantidade	17 armamentos diversos
	293 munições diversas

Fonte: Ministério da Defesa; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Coordenada pelo Ministério da Defesa, a Operação Catrimani II tem como objetivo o combate ao garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami. As ações são realizadas pelas Forças Armadas, em parceria com os órgãos de segurança pública de Roraima e com a Casa de Governo. Não há clareza, no entanto, se os resultados informados pela Casa de Governo, expostos acima, consideram as ações da Operação Catrimani II, esta última sendo tida pelo Exército como parte das ações da Casa de Governo, que por sua vez não explicita sua inclusão ou não no plano de operações interno. Desta forma, metodologicamente optamos por não somar os resultados obtidos, para evitar justaposições.

No quadro 3 estão os números de apreensões e destruição de itens da Operação Catrimani II. Pode-se destacar a inutilização quase 11 kg de ouro; 6.640 kg de cassiterita; 643 metros cúbicos de madeira; 45 balsas (considerando apreendidas e destruídas); 19 aeronaves (considerando apreendidas e destruídas); 58 armamentos; entre outras. Foram destruídas 34 pistas de pouso clandestinas e efetuadas 98 prisões.

A Casa de Governo relata, também, a apreensão de 224kg de mercúrio. O comércio do metal é uma parte fundamental para o desmantelamento da cadeia do garimpo, como já mencionado. Para se ter uma ideia a respeito da quantidade apreendida, um estudo do Instituto Escolhas estima que o Brasil tenha importado 15 toneladas de mercúrio em 2022 (todo mercúrio utilizado no país é importado, já que não somos produtores). Assim, a apreensão apenas na TI Yanomami corresponde a 1,5% da quantidade importada. O Brasil é signatário da Convenção de Minamata, que estabelece estratégias e prazos para diminuir a produção e uso de mercúrio no planeta até 2032.¹⁹⁰

Enquanto isso, a Operação Ágatha, que integra o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) e que também é executada pelas Forças Armadas, tem como objetivo a proteção das fronteiras por meio da coibição de crimes como narcotráfico, contrabando, crimes ambientais e garimpo ilegal. Na Operação Ágata Amazônia 2024, foram apreendidas 106 balsas/dragas; 16 embarcações; 4.200 kg de pasta base de cocaína; 704 kg de maconha; 17 armamentos; entre outros itens. Além disso, foram destruídos 2.304 metros cúbicos de madeira.

A destruição de equipamentos e a expulsão de garimpeiros tem efeitos imediatos que diminuem as atividades de mineração ilegal. Dados de monitoramento por satélite divulgados pelo Governo Federal em setembro de 2024 afirmam que não houve surgimentos de novos garimpos na TI¹⁹¹, algo a se

A destruição de equipamentos e a expulsão de garimpeiros tem efeitos imediatos que **diminuem as atividades** de mineração ilegal. Dados de monitoramento por satélite divulgados pelo Governo Federal em setembro de 2024 afirmam que não houve surgimentos de novos garimpos na TI.

190 De onde vem tanto mercúrio? Instituto Escolhas, junho de 2024. Disponível em <https://escolhas.org/tema/mineracao/>.

191 <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/10/com-mais-de-2-mil-operacoes-na-terra-yanomami-vai-a-zero-surgimento-de-novos-garimpos-em-setembro-de-2024>



comemorar, mas que não significa o fim da atividade ou mesmo da intensidade de extrações nos garimpos pré-existentes. Não há dados atualizados sobre áreas de garimpo no Brasil, mas especialistas têm chamado a atenção para a continuidade das atividades de garimpo inclusive em outras terras indígenas, alerta que foi tema do já citado estudo *A nova corrida do ouro*.

Embora as ações da Casa de Governo apresentem resultados, como os listados no quadro 2, o modelo de operações de combate ao garimpo ilegal deve ser analisado de forma crítica. Como os efeitos das operações até então realizadas não são definitivos e a atividade tem demonstrado grande capacidade de financiamento, por vezes os garimpeiros retirados em operações retornam para as mesmas áreas ou procuram novas regiões de exploração. Isso acontece especialmente quando as ações de fiscalização não são contínuas e consistentes ao longo do tempo.

Soma-se a isso o fato, como já visto neste estudo, de que o garimpo ilegal é impulsionado por uma cadeia econômica estruturada, que envolve financiadores, comerciantes de ouro, logística e compradores finais. Assim, medidas eficazes para dismantlar essa rede de apoio e combater os incentivos econômicos para a atividade ilegal devem acontecer em paralelo às operações, visando efeitos de longo prazo. Desafios que são comuns à área de segurança pública no Brasil, decorrentes da maneira como está estruturada, são pontos sensíveis também para a Casa de Governo. A competição entre agências e a dificuldade de coordenar operações complexas que envolvem múltiplas instituições, incluindo as Forças Armadas, são alguns fatores que compõem os desafios. É preciso que haja clareza sobre a governança estabelecida e seu funcionamento interno. Assim, o fenômeno do garimpo ilegal segue como um desafio que requer um conjunto diversificado e coordenado de ações de curto, médio e longo prazo, com fortalecimento das investigações.

Cartografias da Violência na Amazônia

3ª edição



Instituto

Mãe
Crioula



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA



Cartografias da Violência na Amazônia

3ª edição